

MARIA ZOREIDE BRITTO MAIA

PODER POLÍTICO, UNIVERSIDADE PÚBLICA E O
MOVIMENTO DOCENTE NO TOCANTINS:
Entre a realidade e o sonho

Dissertação apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de Mestre em
Educação Brasileira, Curso de Pós-
Graduação em Educação, Faculdade de
Educação, Universidade Federal de Goiás.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio José Lopes
Rodrigues

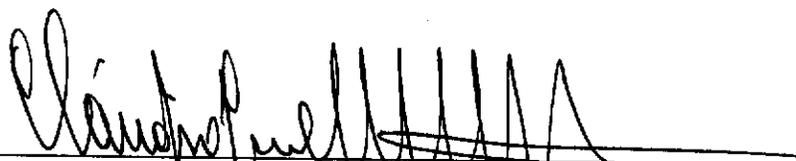
Linha de pesquisa: Estado e políticas
educacionais

GOIÂNIA
2002

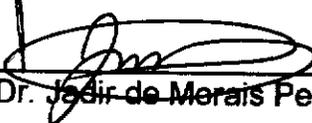
MARIA ZOREIDE DE BRITTO MAIA

**PODER POLÍTICO, UNIVERSIDADE PÚBLICA E O MOVIMENTO
DOCENTE NO Tocantins: entre a realidade e o sonho**

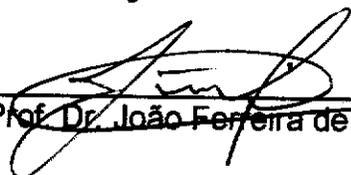
Dissertação defendida e aprovada em 20 de dezembro de 2002, pela
Banca Examinadora constituída pelos professores.



Prof. Dr. Cláudio José Lopes Rodrigues
Presidente da Banca



Prof. Dr. Jadir de Moraes Pessoa



Prof. Dr. João Ferreira de Oliveira

Dedico esse trabalho aos professores que vêm construindo ao longo dos anos a Universidade do Tocantins e lutando em defesa de uma universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade, apesar das resistências e dificuldades encontradas.

Ao meu companheiro Aluizio, meus filhos
Caroline, Luise e Luiz Neto, meus pais Luiz
Maia e Edivan pelo estímulo e compreensão.

Agradeço ao Prof. Dr. Cláudio José Lopes
Rodrigues que me acolheu como orientanda,
revelando-se nesse percurso, um amigo e grande
incentivador deste trabalho

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	ix
RESUMO.....	x
ABSTRACT.....	xi
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – TOCANTINS: DO ABANDONO À EUFORIA.....	5
1.1 Os primórdios	05
1.2 O movimento separatista da Comarca do Sul	08
1.3 E o sol da liberdade em raios fúlgidos começou a brilhar.....	25
CAPÍTULO 2 – A ESTRUTURA DE PODER TOCANTINENSE.....	33
2.1 Nasce uma oligarquia	33
2.2 A mídia e o poder.....	36
2.3 A parentela, o círculo de amigos e agregados	46
2.4 Palmas para a prefeita!	51
2.5 A sede do poder e o estado da livre iniciativa.....	57
2.6 As adesões e as alianças	60
2.7 A manutenção do mito e as transigências.....	63
2.8 Mudar é transformar?.....	67
CAPÍTULO 3 - UNITINS – VIDA, PAIXÃO E MORTE DE UMA UNIVERSIDADE	76
3.1 Veredas da salvação	85
3.2 Sopram os ventos neoliberais	93
3.3 Nem todos acreditaram nas belas palavras	102
3.4 A metamorfose	111
3.5 Os sonhos da administração e o pesadelo da realidade	113
3.6 O universo acadêmico sob o magnífico olhar	117
CAPÍTULO 4 - AO MESTRE SEM CARINHO – OS PROFESSORES E O SINDICATO	127
4.1 O novo sindicalismo	127
4.2 Os sindicatos brasileiros e o novo cenário	132

4.3 Associação dos Docentes da Universidade do Tocantins	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	177
BIBLIOGRAFIA E OUTRAS FONTES.....	183
MEMÓRIA ICONOGRÁFICA: CONORTE; Sede da ADUNITINS; IV Congresso da ADUNITINS; XXXIV CONAD; Comunidade universitária protesta na Assembléia Legislativa do Tocantins.	
APÊNDICE A: Documentos diversos; Síntese do relatório do XXXIV CONAD	
APÊNDICE B: Legislação: Decreto Nº 252/90; Decreto Nº 2.021/90; Decreto nº 2.080/91; Decreto nº 5697/92; Lei nº 872/96; Lei nº 874/96; Lei nº 1.042/99; Decreto nº 791/99; Lei nº 1.126/00; Lei nº 1.127/00; Lei nº 10.032/00; Decreto nº 4.279/02.	

LISTAS DE SIGLAS

AD - Associação Docente
ADUNITINS - Associação dos Docentes da Universidade do Tocantins
ADUPN – Associação dos Docentes Universitários de Porto Nacional
ANDES - Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
APP - Associação dos Pioneiros de Palmas
ARENA - Aliança Renovadora Nacional
ASPLAN - Assessoria de Planejamento
ATM - Associação Tocantinense dos Municípios
CEFET - Comissão de Estruturação Jurídica do Estado do Tocantins]
CELTINS - Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins
CENOG - Casa do Estudante do Norte Goiano
CET - Centro de Educação Tecnológica.
CEULP/ULBRA - Universitário Luterano de Palmas da Universidade Luterana do Brasil
CONORTE - Comissão de Estudo dos Problemas do Norte Goiano
DE – Dedicção Exclusiva
FACILA - Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Araguaína
FAET - Federação da Agricultura do Estado de Tocantins
FAFING - Faculdade de Filosofia do Norte Goiano
FAFICH - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIETO - Federação das Indústrias
GBP - Grupo Brasileiro de Propaganda
ITPAC - Instituto Tocantinense Presidente Antonio Carlos
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MP – Medida Provisória
NEPE - Núcleo de Estudos e Planejamento do Espaço
NEPP - Núcleo de Estudos e Avaliação de Políticas Públicas
NUTAL - Tecnologia de Alimentos
NUTIB - Núcleos de Tecnologia Industrial Básica
PAN – Partido

PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCS - Plano de Cargos e Salários
PF - Polícia Federal
PFL – Partido da Frente Liberal
PISA - Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PLANORT - Plano de Valorização para o Norte de Goiás
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPB – Partido Progressista Brasileiro
PPS – Partido Popular Socialista
PRONA – Partido da Reedificação da Ordem Nacional
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSL – Partido Social Liberal
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC – Partido Social Democrático Cristão
PST – Partido Social Trabalhista
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PV – Partido Verde
TSE - Tribunal Superior Eleitoral
UNIPALMAS - Universidade Estadual de Palmas
UNITINS – Universidade do Tocantins
UCG - Universidade Católica de Goiás
UFG - Universidade Federal de Goiás
UFT - Universidade Federal do Tocantins
UT - União do Tocantins
TRE – Tribunal Regional Eleitoral
TSE - Tribunal Superior Eleitoral
SEBRAE/TO - Micro e Pequena Empresa do Estado do Tocantins
SINTEGO - Sindicato dos Trabalhadores do Estado de Goiás

RESUMO

Este trabalho, articulado à linha de pesquisa “Estado e Políticas Educacionais”, objetiva compreender a trajetória da Universidade do Tocantins (UNITINS), ressaltando as vicissitudes profissionais dos seus professores. A análise aborda sobremaneira os percalços da Associação dos Docentes Universitários da Universidade do Tocantins (ADUNITINS) em seus esforços para superar questões como a desmobilização de grande parcela da categoria, a inexistência de um plano de carreira e salário, ausência de concurso público, as reestruturações institucionais bem como a política do Governo Estadual marcada pela repressão e retaliações, veladas ou manifestas, ao movimento sindical.

O trabalho objetiva contribuir para a elaboração da história da instituição e do ensino superior em geral no Estado. Analisa o nascimento, o desenvolvimento e o ocaso da UNITINS. Nesse sentido, aborda as reestruturações da entidade e alude aos seus liames com o contexto imediato (estadual) e mediatos (nacional e internacional). Procura evidenciar a influência da política nacional e do neoliberalismo, principalmente no processo de privatização da Universidade.

A dissertação explora esse contexto sob diferentes dimensões com o escopo de compreender características, determinações estruturais, contradições e embates, sobremaneira quanto ao aspecto trabalhista dos docentes, e as implicações dessas variáveis no comportamento e nas atividades profissionais dos professores. Tal abordagem é fundamental para o entendimento dos fatores que interferiram na disposição dos docentes, transformando a resistência em acomodação e, desta forma, frustrando a Associação da categoria como entidade de defesa dos interesses dos seus representados.

ABSTRACT

The objective of the present study is to understand The University of Tocantins (UNITINS), emphasizing the professional instability of its Faculty within the Institution. This analysis deals especially with the conquests of the University of Tocantins Faculty Union (ADUNITINS) and its efforts to overcome problems such as the lack of mobilization by most of its members, the inexistence of a career and a salary plan, and of a public entrance examination, changes in the institutional structure as well as governmental politics which was marked by repression and retaliation toward the union activities. This study also aims to contribute with the elaboration of the history of the institution and of the higher education in the State of Tocantins. It analyzes the creations, development and extinction of UNITINS. In that sense, it also refers to the institution's connections within the State (immediate context), throughout the country as well as abroad (mediate context). This study brings up evidence of how the national politics and the neoliberalism greatly influenced the privatization of the University. The dissertation exploits this context under different dimensions trying to comprehend characteristics, structural determinations, contradictions and fights especially in relation to labor aspects that affected the faculty and the implications of these variables on their behavior and professional activities. Such approach is fundamental to understand the factors that interfered with changes in the faculty's disposition and courage, transforming resistance in accommodation and thus frustrating their Union as an organization that fights for their professional interests.

INTRODUÇÃO

Afirmar que a Universidade do Tocantins enfrenta hoje desafios soa a lugar comum: esta tem sido uma das maiores marcas de sua história desde a criação em 1990.

Procurou-se destacar como uma instituição de ensino superior estadual, na sua conturbada trajetória tenha tido várias reestruturações e passado por tantas e tão profundas pressões e mudanças, pondo em questão sua identidade. Neste contexto, buscou-se compreender os fatores estruturais intervenientes na crise do movimento sindical, como também explorar aspectos da reforma do Estado que interferem na ação, nas táticas, estratégias, pautas ou planos de luta, empregados pelo movimento docente para enfrentar as constantes reestruturações da UNITINS.

Para entender a crise que a Associação dos Docentes da Universidade do Tocantins vivencia, esse estudo levanta uma série de questões: Existiriam conexões entre a crise e as constantes reestruturações pelas quais passou a UNITINS? Como essas mudanças afetaram a estrutura administrativa da universidade e as políticas sociais? Quais as conseqüências de tais mudanças para as relações de trabalho e para os docentes da universidade? A ausência de concurso público e os contratos precários de trabalho influenciaram na desmobilização da categoria? Quais são as conseqüências para a organização do movimento docente? A reforma da universidade, caracterizada pelas transformações das atividades da esfera pública para a esfera privada, caracterizou a desestruturação do movimento sindical docente na Universidade do Tocantins? E por fim, a série de mudanças implementadas, tem provocado fragmentação, quebra de solidariedade da categoria docente e tem precarizado as relações de trabalho e imposto limites à organização sindical, ocasionando a crise do MD?

São essas questões a que a pesquisa busca responder, o porque que o Movimento Docente (MD) na Universidade do Tocantins (UNITINS), fundada em 1990, insinuava-se, de início, com um élan suficiente para manter uma defesa perene e irrestrito dos interesses da categoria profissional. Tal disposição implicou, necessariamente, em enfrentamentos com as instâncias administrativo-governamentais. Esse entusiasmo, entretanto, se esvaiu no correr da década seguinte à fundação da universidade. Uma série de razões concorreu para a mudança de ânimo, transformando a resistência em acomodação e, desta forma,

frustrando a associação da categoria profissional como entidade de defesa dos interesses dos seus representados.

Nosso objeto de análise é a configuração da prática política dos docentes da Universidade do Tocantins, das origens ao advento da federalização. Captar como se moldou essas práticas nos leva a vê-la como movimento, como lutas travadas e experiências vivenciadas. A escolha da ADUNITINS como objeto de estudo deste trabalho deve-se também à relevância e atuação dessa Associação Docente no contexto das mudanças pelas quais passou a UNITINS. Além disso, o MD está ligado ao processo de luta em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, contrárias as políticas governamentais do Estado do Tocantins.

Esta dissertação se distribui por quatro capítulos.

O primeiro é consubstanciado por um rastreamento diacrônico que se inicia na remota capitania de Goiás e termina em outubro de 1988, quando a nova Constituição do Brasil criou o Estado do Tocantins, até então a porção setentrional goiana. Região abandonada, o norte goiano ensejou algumas campanhas separatistas, motivadas, em última instância, não só pelo abandono do governo sediado na porção meridional mas também por interesses pessoais nem sempre revelados. Entre outras preocupações, o capítulo intenta contribuir para a desmistificação de personagens como Joaquim Teotônio Segurado, que passaria à História do Estado como o primeiro herói *oficial* do Tocantins.

O capítulo 1 aborda ainda o esforço e as frustrações das lideranças locais que – em nome do *povo*, asseveravam – batiam-se pela emancipação regional. A causa da emancipação política prevaleceu após um longo processo mais que secular e a despeito das dificuldades. No novo contexto, o antigo complexo de inferioridade transforma-se em desmedida euforia, por interesses político-partidário.

O capítulo 2 aborda a formação e os mecanismos de manutenção do poder empregados pelo segmento que assumiu o domínio do novel Estado. O grupo hegemônico, de traços eminentemente oligárquicos, preservou o senhorio mediante procedimentos político-partidários já superados (ou atenuados) há décadas na grande maioria do território nacional.

O capítulo 3 tem como objeto a trajetória da Universidade do Tocantins, em seus meandros, uma instituição estadual. Sujeita absoluta à vontade do governo tocantinense,

sofreu mutações estruturais ao longo da sua breve existência em função dos interesses do grupo hegemônico local que, por sua vez, obedecia de forma mal disfarçada à influência do governo federal (com quem se coligava). Curvava-se, também, aos ventos internacionais, neoliberais, que nela chegavam em segunda mão.

Esse capítulo analisa o discurso dos ideólogos oficiais que, cumprindo seu ofício de intelectuais orgânicos, procuraram justificar – com discursos de muita pretensão e pouco convencimento – as mudanças feitas na estrutura jurídica da UNITINS (de fundação para autarquia e de autarquia para fundação). Em princípio, as justificativas procuravam dissimular os motivos reais das mutações (como era habitual, o *povo*, o *interesse coletivo*, o *progresso social*, sempre apareciam como os álibis dessas transformações).

O capítulo 3 aborda também problemas ligados à desmedida capacidade de ingerência do Poder estadual sobre a instituição. Esta, a despeito dos encomiásticos discursos oficiais, era desprovida de autonomia (apesar deste atributo imprescindível ser encontrado nos textos oficiais e na legislação pertinente), fato que afetava até o reitor, exonerável *ad nutum*.

O capítulo 4 enfoca os esforços dos professores da instituição em sua busca – às vezes patética – pela implantação de direitos elementares como a estabilidade no emprego (mediante abertura de concurso público) e a implantação de um Plano de Cargos e Salários. O capítulo aborda, também, os caminhos tomados pelos professores para a consecução de suas pretensões. Nesse sentido, destaca-se a criação da Associação dos Docentes da Universidade do Tocantins (ADUNITINS). A entidade é esquadrinhada em seu ciclo vital de nascimento, desenvolvimento e morte (esta, por *inanição*). A análise pretende fugir ao maniqueísmo. O texto mostra a má-vontade, a insensibilidade e as retaliações do governo estadual para a ADUNITINS, mas evidencia, também, que a frustração da entidade deveu-se em parcela considerável à alienação de grande parte dos professores, à incompreensão desses quanto a importância da luta sindical e até à rendição de lideranças da categoria ao aliciamento do governo tocantinense.

Para a feitura desta Dissertação foi empregada uma série de técnicas e procedimentos. Concomitantemente à pesquisa bibliográfica (ainda escassa quanto à História do Estado do Tocantins), foi realizado um levantamento nos periódicos locais e nacionais, empregando-se, de maneira complementar, buscas nos *sites* da Internet.

A leitura dos periódicos foi realizada com a devida cautela para que não se caísse nas armadilhas da tendenciosidade dos órgãos de imprensa, tanto de um lado (Governo) quanto do outro (adversários do Governo). Os dois jornais de maior expressão da capital do Estado, por exemplo, embora insinuando a tão decantada e enganosa neutralidade, não poupam elogios ao Governo Estadual.

O fenômeno repete-se nos outros veículos de comunicação social, com destaque os canais de televisão. Nesses, os feitos governamentais são apregoados *ad nauseam*, numa pujança que desafiaria a legislação reguladora da propaganda político-partidária.

As publicações menores e de periodicidade irregular – todas pródigas em elogios ao Governo e em convenientes e contumazes omissões – cumprem também a função de aparelhos ideológicos.

O culto à personalidade do chefe do clã que domina o Estado se avulta nesse esforço promocional. A reverência à sua figura é um dos esteios da mitificação do líder.

Fora das fronteiras do Tocantins o poder oligárquico não consegue domesticar a mídia nacional e as mazelas são denunciadas, por vezes de forma inclemente.

A pesquisa explorou também documentos diversos, alguns públicos, outros particulares.

Além das pesquisas em periódicos e da documental foram realizadas consultas a uma profusa legislação (em parte constante nos *Anexos*) e em panfletos e manifestos difundidos no ensejo de manifestações públicas.

À exploração das fontes impressas, aliou-se uma investigação junto a agentes que participaram da vida institucional, no caso, o reitor (ao tempo da redação do trabalho), ex-reitores e professores (ex-dirigentes sindicais, lideranças da ADUNITINS). Foram realizadas entrevistas gravadas com o reitor e com ex-reitores além de distribuído um questionário (perguntas *abertas*) com ex-integrantes do movimento docente.

Por fim, a esses procedimentos soma-se a técnica da *observação participante* da própria autora da Dissertação, militante do movimento docente desde os seus primeiros momentos na UNITINS, fato que influenciou a escolha do tema do trabalho.

Esse envolvimento serviu como elemento motivador, pela busca da compreensão científica dos fenômenos dos quais ela foi parte como integrante das entidades de

representação da categoria profissional, fazendo parte da diretoria da ADUPN e, incorporada esta, da ADUNITINS.

É instigante e desafiadora a proximidade do sujeito-militante-pesquisador do objeto. É estimulante ser conhecedor desse objeto, a partir da vivência na militância. A autora, lembre-se, procurou não se levar pela paixão (apesar do uso de alguns adjetivos para realçar os fatos detectados e observados) e ver os fenômenos sem esse viés sentimental.

A proposta do trabalho é examinar aspectos ainda pouco explorados na historiografia quanto a esses temas e rediscuti-los à luz de novas investigações e concepções alusivas à participação (muitas vezes contraditória) dos trabalhadores do ensino superior.

A Dissertação pretende, pois, constituir-se uma contribuição ao estudo do Movimento Docente, incentivando o debate e a reflexão sobre o mesmo. No Tocantins, numa instituição estadual e sob as peculiaridades do governo local, toma-se um desafio considerável por revelar (ou sistematizar) fatos que contrariam interesses, gerências políticas e múltiplas dimensões do Poder.

CAPÍTULO 1 – TOCANTINS: DO ABANDONO À EUFORIA

Nos idos anos do século
Que já se dantes se passou
A luta se iniciou
De Goiás pelos confins:
Defendendo a nobre causa
Que é nossa prioridade:
- A causa da liberdade
Do Estado do Tocantins.

Gutenberg de Souza Brasil

1.1 – Os primórdios

Registros sobre a *descoberta* do Rio Tocantins, através da sua desembocadura, atribuem o feito ao francês *Monsieur* de Baut, a mando de *Monsieur* de La Blanjanter, no início do Século XVII (por volta de 1610).¹ Após alguns lustros, missionários católicos liderados por frei Cristóvão de Lisboa iniciaram o desbravamento do extremo norte de Goiás, fundando uma Missão religiosa às margens do rio. A presença dos jesuítas naquele sítio decorria de razões político-religiosas. Os frades, sob a preocupação manifesta de evangelizar os *gentios* trazendo-os para as hostes da Santa Madre Igreja, serviam de instrumento para a colonização, desiderato maior da Coroa portuguesa.²

¹ Cf SILVA, Otávio Barros da. **Breve História do Tocantins e de sua gente** – Uma luta secular. 2ª ed., Araguaína/Brasília: Federação das Indústrias do Estado do Tocantins/Solo Editores, 1997, p 28

² Sobre o povoamento, colonização e história do Tocantins nos seus primeiros momentos, ver, *inter alia*, CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **Tocantins : O Movimento Separatista do Norte de Goiás, 1821-1988**. São Paulo: Anita Garibaldi, Editora UCG, 1999; PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins**. Goiânia: Editora UFG, 1999 e PÓVOA, Liberato. **História Didática do Tocantins**. Goiânia: Editora Kelps, 1999; APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Escravidão negra no Tocantins colonial: vivências escravistas em Arraias (1739-1800)**, Goiânia: Kelps, 2000; Quanto ao múltiplo papel dos religiosos na formação brasileira ver FREYRE, Gilberto **Casa Grande e Senzala**, Rio de Janeiro: José Olympio, 1981; IDEM. **Sobrados e Mocambos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951; HOORNAERT, Eduardo. **A Igreja no Brasil Colônia (1550-1800)**. Brasiliense: São Paulo, 1982, Coleção Tudo é História, V. 45.

As correntes migratórias em demanda à região nos dois séculos imediatos vieram do Norte e Nordeste, movidas sobremaneira por interesses exploratórios. Em 1720, chefiados por Bartolomeu Bueno da Silva, o *Anhangüera*, bandeirantes advindos da porção meridional da região percorreram a área que posteriormente compreenderia os Estados de Goiás e Tocantins. A finalidade dessa incursão, de acordo com o seu regimento, era descobrir minas de ouro, prata e outros haveres.

A criação de gado, a exploração do látex da mangabeira e a mineração de cristal de rocha constituíam os outros haveres.

As minas ensejaram o surgimento dos primeiros núcleos urbanos regionais, no século XVIII, como Traíras, São José, Natividade, Arraias, Cavalcante, Flores e Conceição.

A navegação concorreu de forma decisiva para o povoamento das áreas ribeirinhas, incentivando a formação de grupamentos urbanos, a exemplo de São Pedro de Alcântara (depois Carolina-MA) e Porto Real (posteriormente Porto Nacional), em 1738.

A pecuária, entretanto, foi o fator de maior importância para o processo de integração regional. Essa atividade atraiu avultados contingentes de Pernambuco, Bahia, Piauí e Maranhão que, integrando-se às fazendas, transformaram-nas em pontos relevantes da região.

As dificuldades de acesso dos nortistas goianos ao sul da capitania levaram-nos a estabelecer vínculos comerciais mais fortes com o Maranhão e o Pará, principalmente a praça de Belém, beneficiada pela facilidade de navegação nos rios Tocantins e Araguaia. O intercuro com outras circunscrições coloniais resultaria em crescente isolamento da região norte quanto às demais áreas do território goiano. Alentado ao longo dos anos, este fato estimularia as idéias separatistas que passaram a instigar parte das elites do norte goiano. O sentimento de segregação territorial seria incrementado por ações governamentais sedimentadas no imaginário nortista ao longo do tempo como tratamento privilegiado às áreas central e meridional e conseqüente menoscabo ao restante do território. O desapareço à região norte goiana estendeu-se da Colônia à República.¹

¹ Francisco Ayres da Silva, por exemplo, narra, em seu diário, o dia-a-dia da viagem que fez, a bordo do *Cristal*, saindo de Porto Nacional no dia 21 de março e chegando a Belém de Pará a 23 de abril de 1920. Retrata a vida, a alimentação, os costumes, as crenças, as formas de expressão, os meios de transporte e comunicação, as lutas políticas, sociais e familiares dos ribeirinhos, mostrando o descaso dos governantes como causa concorrente à penúria constatada. Cf. SILVA, Francisco Ayres da. **Caminhos de Outrora**. Gráfica do Livro Goiano Ltda, 1972.

As pretensões de emancipação política do norte goiano remontam o Século XVII. Desde então, as elites locais perceberam a conveniência de se promover à autonomia da região. Segundo elas, o segmento setentrional era discriminado e espoliado pela Administração Colonial, sobretudo no plano tributário. A alíquota do imposto de capitação (tributo ou contribuição que se paga por cabeça) que incidia sobre as minas do norte, v.g., era mais elevada do que a vigente para as Minas dos Goyazes, embora estas fossem mais pobres do que aquelas. A medida discriminatória causou insatisfação aos mineradores nortistas que, em protesto à autoridade colonial, chegaram, em 1736, a ameaçar transferirem-se para o Maranhão. Tal atitude revestiu-se de conteúdo simbólico. O incidente arvorou-se num marco histórico de importância para o abandonado norte, que *só se relacionava com o sul esporadicamente e em função de atos administrativos isolados com finalidades meramente fiscais ou jurídicas*. Fomentava-se, dessa forma, a idéia do desmembramento: *esse momento ficou como um marco para uma série de reivindicações e pode ser considerado como primeira manifestação concreta desse sentimento separatista no norte goiano.*²

1.2.- O movimento separatista da Comarca do Sul

O primeiro passo real para o desmembramento ocorreu sete décadas depois, a 18 de março de 1809, por força de Alvará baixado pelo Príncipe Regente, Dom João.³ O documento criou a Comarca de São João de Duas Barras, conhecida como *Comarca do Norte*. A nova jurisdição seria nominada também Comarca de Palma, em face da sua instalação ocorrer na barra do rio Palma (onde ficaria a cidade de Paranã). A nova circunscrição jurisdicional se espalhava por uma área de grande extensão abrangendo 02 vilas, 12 arraiais maiores e mais prósperos e 16 menores. Era integrada pelos *Julgados*

²CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. *Op. Cit.*, p. 50.

³Dom João (1767-1826) assumira oficialmente o poder, com o título de regente, ainda em Portugal, em 1799 embora já governasse efetivamente o Reino desde 1792, quando a sua mãe, D. Maria I, *a Louca* (1734-1816) *mostrou os primeiros sintomas da doença e foi afastada dos negócios públicos*. O príncipe regente passou a rei como a morte da mãe, recebendo o nome de Dom João VI. Cf. SERRANO, Joel (Org.). **Dicionário de História de Portugal**, Lisboa: Iniciativas Editoriais, s.d., pp 626/628, 927/929. Ao assinar o documento que criava a chamada *Comarca do Norte*, o então príncipe regente encontrava-se no Brasil havia cerca de um ano, corrido de Portugal pelas tropas de Napoleão Bonaparte. O texto do Alvará está transcrito in PÓVOA, Liberato, *op.cit.*, pp 51/52.

(território de jurisdição) de Porto Real, Natividade, Conceição, Arraias, São Felix, Cavalcante, Flores e Traíras. Seu território compreendia a área do futuro Estado do Tocantins e ainda partes de Goiás e do Pará.

A partir do Alvará, portanto, a Província ficou dividida em duas grandes circunscrições: a Comarca de Goiás, ao sul, e a de São João de Duas Barras, ao norte.

As pretensões e os interesses políticos e econômicos da divisão estão meridianamente indicados no documento que a estabeleceu. A partilha interessava não só ao *Real Serviço* de Sua Alteza mas também aos seus fieis vassallos pois, como reza o Alvará,

(...) muito importaria(...) que a antiga Comarca se dividisse em duas, criando uma na parte do Norte, não só para melhor e mais cômoda administração da Justiça, não poder um só Ouvidor cumprir as obrigações do seu cargo, indo a todos os Julgados de tão extensa Comarca, os quais ficavam sem a necessária correição, instituídas com fins muito úteis e saudáveis, perpetuando-se os abusos e não se punindo os delitos, mas também para promover a Agricultura, a População e Comércio daquela parte da Capitania por meio da navegação dos rios Maranhão e Araguaia, que fazem comunicação dela com as Capitânicas do Pará e Mato Grosso, resultando dessa a felicidade e aumento do comércio a riqueza e a civilização dos habitantes destes terrenos ainda pouco aproveitados (...) Havia uma conveniência adicional em o Ouvidor passar a residir permanentemente naqueles lugares, cuja jurisdição econômica pode muito aproveitar-lhes (aos habitantes) e cresçam as mencionadas vantagens(...).⁴

O desembargador português, Joaquim Teotônio Segurado, até então titular da Comarca de Goiás Velho, foi nomeado Ouvidor Geral da nova jurisdição.⁵

O Alvará não promoveu a emancipação político-administrativa integral da região norte, não criou a Capitania do Tocantins. A data – 18 de março de 1809 – seria lembrada,

⁴ *A instalação da Comarca do Norte foi inspirada também na necessidade de fortalecer a arrecadação do quinto, imposto cobrado pelo governo imperial sobre a exploração mineral, e no exercício do Judiciário, que se constituíram em duas formas de controle da Comarca.* CONORTE, *Estado do Tocantins*, 1989, p. 4.

⁵ O magistrado se configuraria como um elemento de grande destaque na História regional, fato que se revela nas homenagens públicas que lhe seriam prestadas. A proeminência que alcançou na História do Tocantins é demonstrada cristalinamente pelo fato de uma das principais avenidas de Palmas, capital do Estado, ter o seu nome. A cidade tem o sistema alfanumérico de identificação das vias públicas. Palmas só prestou igual homenagem a Juscelino Kubitschek, ex-presidente do Brasil, criador de Brasília. Apesar de passagens obscuras em sua biografia, Teotônio Segurado seria tratado como verdadeiro mito, e *eternizado* no hino do Estado do Tocantins.

entretanto, com grande ênfase pelos futuros tocantinenses como o *Dia da Autonomia*, alçando-se ao *status* de feriado estadual.⁶

A euforia de 18 de abril de 1809 não prenunciou, porém, tempos venturosos para a região. O abandono e a exploração continuaram estigmatizando-a. Além de aventureiros, a ela continuaram a ocorrer nomeadamente fiscais e agentes do aparato repressor com o objetivo de garantir a arrecadação dos pesados tributos sobre o ouro, o gado e a produção agrícola. A persistência do desprezo à região nutria a idéia do seu desmembramento.

Fatores externos aos limites geográficos do Brasil viriam, de forma mediata, dar um rumo diferente ao esforço pela emancipação do norte goiano.

A Revolução Francesa de 1789 consagrou o liberalismo, o que significava rejeição ao absolutismo monárquico e o advento de um novo Estado fundado em novos princípios. Entre as transformações, propugnava-se a implantação da Monarquia Constitucional e a participação política de segmentos sociais excluídos no *ancien regime*. As idéias liberais, iluministas, se espalharam por grande parte da Europa, chegando, embora tardiamente, a Portugal. O novo ideário incomodou particularmente à Coroa portuguesa, sobremaneira pelos exemplos verificados no Império Espanhol. Este vinha perdendo suas colônias na América Latina por força daquelas idéias, catalisadoras, também, da independência dos Estados Unidos (04 de julho de 1776), ex-colônia inglesa. As primeiras décadas do século XIX foram pródigas em emancipações de colônias espanholas nas Américas, como Peru (1821), México (1821), Colômbia (1819), Chile (1818), Guatemala (1813), Venezuela (1811), Paraguai (1811) e Argentina (1810).

O caso brasileiro era especial. Em 1808, a cidade do Rio de Janeiro, sede da administração colonial, passou a abrigar a Corte portuguesa, escorraçada do seu país por Napoleão Bonaparte. Diante do vexame, Dom João e família, acompanhados de todos os aúlicos e serviçais, desembarcou nas águas da Guanabara a 7 de março daquele ano. Todo o aparelho jurídico-institucional do absolutismo monárquico português foi trasladado, então, para o Brasil, que, embora colônia, beneficiou-se com o fato. Além da abertura dos portos, instalou-se no Rio de Janeiro uma série de instituições como o Banco do Brasil, escolas

⁶ O feriado estadual foi instituído legalmente a 18 de março de 1998. Servem de ilustração quanto à importância induzida ao *Dia da Autonomia* as insistentes matérias específicas veiculadas, em março de 2002, pelas emissoras de televisão de Tocantins, com patrocínio do governo estadual, onde anônimos e pessoas de destaque fazem alusão à data. *O Jornal de Tocantins* e *A Folha Popular*, de Palmas, deram também grande destaque ao dia.

superiores, Erário Régio, Conselho de Estado, Junta de Comércio, Intendência Geral da Polícia, Desembargo do Paço, Mesa de Consciência e Ordens (tribunais) e Junta Real de Agricultura e Navegação. Enfraquecia-se, por essa forma, em favor da colônia brasileira, o chamado *exclusivismo* ou *pacto colonial*.⁷

Acéfalo quanto à monarquia lusitana, o poder em Portugal passou a ser administrado por franceses e, vencidos estes, por representantes dos ingleses. As idéias liberais em terras lusitanas medraram nesse vácuo da realeza, atingindo o clímax na revolução burguesa da cidade do Porto em 1820. O movimento anti-absolutista português pugnava pela convocação das *Cortes* para se elaborar uma Constituição e exigia o regresso de Dom João VI. O retorno do monarca a Portugal ocorreu a 26 de abril de 1821, ficando na colônia o filho Pedro como príncipe regente.

Nesse contexto, as idéias libertárias intensificaram-se no Brasil, alentando os movimentos de emancipação política da Colônia, até então frustrados pelo guante da repressão da Metrópole portuguesa.

Goiás não ficou indiferente à vaga das idéias de emancipação política do Brasil. Embora de proporções modestas, formou-se um movimento separatista no sul da capitania.⁸ Diante da efervescência que se insinuava contra a Coroa, o governador da capitania, capitão-general Manoel Inácio Sampaio, representante maior da realeza em Goiás, promoveram manifestações públicas de apoio ao regime monárquico, admoestaram severamente os propagandistas da sedição e instituíram o processo de escolha de dois representantes da capitania como deputados junto as Cortes, em Lisboa, onde se elaboravam a primeira Constituição portuguesa.⁹ O ouvidor Joaquim Teotônio Segurado foi eleito pela Comarca do Norte e Luiz Antonio da Silva e Souza pela jurisdição do centro-sul

⁷ Draconiano, o pacto estava na cabeça de todos – dominantes e dominados – e levaria mais de duzentos anos para ser mais sistemática e globalmente contestado. LAPA, José Roberto do Amaral. **O Antigo Sistema Colonial**, São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 24.

⁸ Este grupo, liderado pelo capitão Cardoso (Felipe Antônio Cardoso) e pelo Pe. Bartolomeu Márquez [sic] (Luís Bartolomeu Marques) era reduzido – não mais do que seis elementos. Contudo, a quantidade não é o mais importante mas sim as idéias defendidas – as quais foram propaladas como revolucionárias junto à estrutura de poder então vigente. CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. *Op. Cit.*, p. 58. O grupo era integrado, também pelos padres José Cardoso de Mendonça e Lucas Freire de Andrade e soldado Felizardo Nazaré Bittencourt.

⁹ Da chamada revolução de 1820 resultou a primeira Constituição portuguesa, cujo texto data de 23 de setembro de 1822. Considerada por uns muito bem elaborada (SERRANO, Joel. **Dicionário de História de Portugal**, Iniciativas Editoriais, sd, Vol. II, p. 673) é tida por outros como radical, quimérica, absolutamente inadapáveis às condições de lugar e tempo ANTÓNINIO SÉRGIO. **Breve interpretação da História de Portugal**. 8ª ed., Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978, p. 110.

goiano. Essas medidas não surtiram o efeito coercivo, não conseguiram debelar o impulso independentista. O movimento recrudescceu. Um levante é programado para o dia 14 de agosto de 1821, quando o capitão-general Manoel Inácio Sampaio foi deposto. A rebelião, entretanto, foi frustrada por conta de uma delação. Os conspiradores foram presos, humilhados e banidos.¹⁰

A despeito das agruras, o movimento pela independência do Brasil em Goiás não feneceu. Assim, um mês depois da abortada intentona contra o capitão-general Sampaio, um novo ato de secessão ocorreu, agora em Cavalcante, onde se instala o governo *independencista* do norte, proclamando a emancipação política da Comarca de Palmas. Escolhido para a chefia do movimento, o padre Francisco Joaquim Coelho de Matos, vigário local, passou a Presidência do Governo Provisório para Joaquim Teotônio Segurado, que a assumiu incontinenti.

A assunção da liderança do movimento pelo ouvidor teve uma dimensão irônica pois ele não tinha a independência do Brasil entre os seus interesses. Suas preocupações eram locais. Em plena efervescência pela emancipação de todo o Brasil, o ânimo separatista de Teotônio Segurado limitava-se à circunscrição da sua Ouvidoria. Na condição de presidente do Governo Provisório do Norte, a 15 de setembro de 1821 lançou um candente manifesto aos *habitantes da Comarca de Palma*. Entre outras considerações, a proclamação perorou: *É tempo de sacudir o jugo de um Governo despótico; todas as Províncias do Brasil nos têm dado este exemplo; os nossos irmãos de Goiás fizeram um esforço infrutífero, ou por mal delineado, ou por ser rebatido por força superior. Eles continuam na escuridão, e até um dos principais habitantes desta Comarca ficou a ferros.*¹¹

Após esta conclamação, o manifesto volta-se para a questão de ordem econômico-financeira: *Palmenses! Abulam-se(sic) esses tributos que nos vexam, ou por sermos os únicos que os pagamos, ou por não serem conformes às antigas Leis adaptáveis a esta pobre Comarca. Saída de gado, décima, banco, papel selado, entrada de sal, ferro, aço, ferramentas, ficam abolidas(...)*¹². O caráter restrito, regionalista, das pretensões

¹⁰ A rebelião era liderada pelos capitães Felipe Antonio Cardoso e Francisco Xavier de Barros além do padre José Cardoso de Mendonça

¹¹ Referência ao capitão Felipe Antônio Cardoso, líder do movimento pela independência do Brasil em Goiás preso por ordem do capitão-general Manoel Inácio Sampaio, chefe do *Governo despótico* a que o manifesto alude.

¹² Cf. PÓVOA, Liberato., *Op.cit.* p 58. e SILVA, Otávio Barros da. *Op. Cit.*, pp 141 e 142

insurrecionais anunciadas pelo documento revelaram-se de forma cristalina nos salamaleques nele contidos. As louvaminhas demonstraram igualmente o comprometimento de Teotônio Segurado com a Coroa e outras instituições tradicionais, como se puderam constatar na profissão de fé do término do manifesto: *Viva a nossa santa religião, viva o Sr. D. João VI, viva o Príncipe Regente e toda a casa de Bragança, viva a Constituição que se fizer nas Cortes reunidas em Lisboa!*¹³

Essas proposições são ratificadas dois dias depois por um novo documento, agora dirigidos aos *povos palmenses e goianos*. Os vizinhos não *nortenses* (goianos) eram convidados a, juntos aos palmenses, repudiarem as formas de autoridade ultrapassadas, simbolizadas na figura dos capitães-generais. A publicação evocava o exemplo dado pelos portugueses, que, na iminência de uma Carta Magna, *tiveram a aprovação do melhor dos soberanos, conseguiram as aclamações gerais e cobriram-se de glória eterna*. Segundo o manifesto, os percalços sofridos pela Monarquia portuguesa causaram uma série de modificações no Brasil, onde *tudo está mudado; os povos já não são mais governados por Paxá, mas por Governos Provisórios, compostos de homens mais sábios e mais honrados de cada Província*. Os goianos deveriam, pois, se aliar aos nortenses e, assim, *desterrar para longe um ente monstruoso que se chama Capitão-General*.¹⁴

Concentrando suas críticas em um bode expiatório (o capitão-general governador de Goiás) e, ao mesmo tempo, dedicando ardentes panegíricos à Coroa, Teotônio Segurado manifestava a profunda afinidade à sua terra natal. Por miopia política, interesses pessoais, liames psíquico-cultural a Portugal, ou por quaisquer outras razões, o futuro herói tocantinense não demonstrava envolvimento pela causa da independência do Brasil. O imprescindível para ele seria a emancipação do norte de Goiás (onde era grande proprietário rural), principalmente se tal ocorresse sob os domínios de S. Majestade, o rei de Portugal, o melhor dos soberanos, capaz de cobrir de glória eterna a região emancipada, segundo os seus termos encomiásticos. Embora mitificado como herói do Tocantins, Joaquim Teotônio Segurado apresenta um perfil desairoso quando o foco da análise volta-se para a emancipação nacional. Quando se considera todo o território brasileiro, o ouvidor,

¹³IDEM, *ibidem*.. Além de Joaquim Teotônio Segurado, Presidente, foram signatários da proclamação Manoel Antônio de Moura Teles, José Zeferino de Azevedo, José Vitor Faria Pereira, Francisco Joaquim Coelho de Matos, Francisco Xavier de Matos, Luis Pereira de Lemos e Joaquim Rodrigues Pereira.

¹⁴Segunda proclamação in PÓVOA, Liberato, *op.cit.*, p. 59.

fiel às suas origens colonialistas, se configura como um anti-herói por seu papel de diligente defensor da Metrópole portuguesa.¹⁵

A presença de Teotônio Segurado à frente do Governo Provisório do Norte foi efêmera, não passou de cerca de quatro meses. Em 6 de janeiro de 1822, ele deixou a liderança do governo e seguiu para Lisboa a fim de assumir o cargo de deputado constituinte, como representante de Goiás. Esse afastamento serviu de catalisador às dissensões internas do movimento, minado por desinteligências entre lideranças de Cavalcante, Palma, Arraias e Natividade.

Essas razões depauperaram a causa separatista representada pelo auto-instalado Governo da Palma, com sede no arraial de Cavalcante (depois transferido para Arraias e depois para Natividade). A tentativa de autonomia do norte goiano revelou-se um intento fugaz. A 23 de junho de 1823, o Conselho do Império, pela Decisão n.º 99, pôs termo à pretensão sob o argumento de ser ilegal *a multiplicidade de governos em uma só Província*.¹⁶ A pretensa autonomia política da região não foi além de um ano e nove meses.

Após este fato, um estamento político-burocrático centrado na capital goiana consolida a sua hegemonia, mantendo a ascendência até os estertores da Primeira República.¹⁷

Apesar do revés à causa separatista nortense com a reunificação da Província de Goiás, a idéia da emancipação não feneceu, permanecendo latente por todo o regime imperial e se projetando na República alentada nas páginas de periódicos locais, como *Alto Tocantins* (1860), *Folha do Norte* (1891), *O Incentivo* (1901), *O Tocantins* (1920), *A Tarde* (1921), *O Corisco* (1927), *A Voz do Norte* (1929), *O Norte* (1935), *O Tocantins* (1935), *Ecos do Tocantins* (1951), *Correio do Norte* (1955), *Estado do Tocantins* (1956) e *Anuário*

¹⁵ Como português, seu objetivo não era o de levar avante o movimento nos moldes preconizados pelos revolucionários, mas neutralizar as tentativas de favorecer a independência (do Brasil). PÓVOA, Liberato, *op.cit.*, p. 58. Sobre as contradições quanto ao papel de Teotônio Segurado como líder do movimento separatista ver *As intenções de Segurado in* CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo. *Op. cit.*, pp 68-73. Ver, também, SILVA, Otávio Barros da. *Op. cit.*, principalmente pp. 140/143; MARTINS, Mário Ribeiro. **Dicionário Bibliográfico de Goiás**. Rio de Janeiro: Máster, 1999, pp 597/601; IDEM. **Dicionário Bibliográfico do Tocantins**. Rio de Janeiro: Máster, 2001, pp 371/376.

¹⁶ Sobre as causas da frustração do movimento ver PÓVOA, Liberato, *op.cit.*, pp. 65-66 e CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. *Op. Cit.*, pp.64/68. Aos fatores apontados por estas fontes, acresça-se o fato da condição do Brasil ser uma monarquia (a única nas Américas) e o governo imperial não se sentir inclinado a estimular movimentos separatistas, o que poderia alentar ideais republicanos.

¹⁷ Cf MOREYRA, Sergio Paulo. *O processo de independência em Goiás*. In MOTA, Carlos Guilherme (ORG) **1822: Dimensões**. São Paulo: Perspectiva, data, pp. 270/271

do Tocantins (1957). Tais publicações defendiam a causa separatista ao reiterar o abandono e o descaso administrativo a que o norte estava submetido. O protesto, por vezes tímido, alcançava, entretanto, momentos de considerável fulgor:

Povo do norte, olha aquém serve o teu dinheiro, trabalha para viver nobremente na tua pobreza e quando do furto dos teus poucos recursos, entrega aos cofres a parte que te é exigida a título de imposto, não penses que o governo tenha em vista o conserto de tuas estradas ou abrir novas fontes de riqueza a teus filhos. Olha, nortense, o vampiro que suga o teu sangue, repele-o para longe de ti. Fora dele, ou então, desligado de Goyaz, tu poderás, rico também, te assentar ao lado dos prósperos no banquete da família brasileira.¹⁸

Após o Império, a situação precária do norte goiano se agravou com a estrutura de poder que passou a vigorar no Estado durante a chamada *República Velha*, *Primeira República*, *República Oligárquica* ou *República dos Coronéis*. A última denominação é indicadora do fenômeno do *mandonismo local*, fulcro da vida republicana brasileira até a chamada Revolução de 30.¹⁹ O coronelismo se estribava numa série de práticas que dava suporte à *Política dos Governadores* ou *Política dos Estados*. A preservação no poder pelo grupo hegemônico ocorria através de vícios políticos mantidos por uma gama de expedientes como a *degola*, a política de compromisso, a reciprocidade, o favoritismo, a

¹⁸ *Folha do Norte*, edição nº 16, 15.06.1892 cf CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. *Op. Cit.*, pp 75. O artigo *O Engeitado* publicado pelo mesmo jornal em sua edição nº 30, de 30 de setembro do mesmo ano, citado pela mesma fonte bibliográfica (pp 75/76) se constitui outra excelente ilustração neste sentido. Havia, entretanto, as exceções como o *Norte de Goyas* (1905) e *O Araguaetins* (1946), contrários à idéia separatista.

¹⁹ Sobre essa estrutura de poder ver BURSZTYN, Marcel. **O País das alianças. Elites e continuísmo no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1990; IDEM. **O Poder dos Donos. Planejamento e clientelismo no Nordeste**, 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1985; CARONE, Edgard. **A República Velha. Evolução política**, 2ª ed., São Paulo: Difel, 1974; DANTAS, Ibarê. **Coronelismo e dominação**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, Proex-Cedac, 1987; FAORO, Raimundo. **Os donos do Poder: formação do patronato político-brasileiro**. 2ª ed. Porto Alegre: Globo, 1975, 2 vs.; JANOTTI, Maria de Lourdes. **O coronelismo numa política de compromisso**. São Paulo: Brasiliense, Coleção *Tudo é História* (vol.13), 1981; PRADO JR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1961; LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto (O município e o regime representativo no Brasil)**, São Paulo: IEB, 1969; QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Mandonismo local na vida política brasileira**. São Paulo: IEB/USP, 1969; IDEM. *O coronelismo numa interpretação sociológica* in *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1978, vol. 8 (Org. Boris Fausto); RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A revolta de Princesa**. Uma contribuição ao estudo do mandonismo local (Paraíba, 1930). João Pessoa: A União Ed., 1978; SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz de. **Dos velhos aos novos coronéis**. Recife: PIMES-UFPE, 1974; TELAROLI, Rodolpho. **Eleições e fraudes eleitorais na República Velha**. São Paulo: Brasiliense, Coleção *Tudo é História* (Vol. 56), 1982; VILAÇA, Marcos Vinicius *et al.* **Coronel, coronéis**. Rio de Janeiro; Ed. Tempo Brasileiro, 1965.

carta branca, a parentela, o círculo de agregados, a herança, os casamentos por conveniência...

O coronelismo em Goiás²⁰ corporalizou-se, grosso modo, em três segmentos: a hegemonia dos Bulhões (1890-1904), a liderada por José Xavier de Almeida (1904-1909) e os Caiados (1909-1930). Chefes de um sistema *fechado*, os detentores do mandonismo local só em circunstâncias excepcionalíssimas permitiam o acesso de adversários do Poder. Assim,

(...) durante o governo dos Bulhões, o norte goiano não teve representatividade alguma. Ausência essa que persistiu na composição oligárquica posterior – a gestão de José Xavier de Almeida. Com o “arranjo xaveirista”, de 1904 a 1909, constata-se que dos 16 membros que compunham a Comissão Executiva do partido, apenas 1 não provinha da capital (cidade de Goiás). A exclusão dos nortenses prevaleceu sob o domínio dos Caiados: Acredita-se que a sua (da oligarquia) base de sustentação política provinha do tripé: Goiás, Morrinhos e Porto Nacional.²¹

As transformações político-sociais advindas com a Revolução de 30 não implicaram acolhimento às pretensões nortenses. A causa separatista não sensibilizou o grupo que então ascendeu ao poder estadual sob a longeva liderança do interventor Pedro Ludovico.²² Ao contrário de fomentar a emancipação da parte setentrional, aquele prócer reforçou os seus vínculos com o resto do estado ao saber de cogitações para agregá-la ao Maranhão.

²⁰ Sobre o fenômeno especificamente em Goiás consultar CAMPOS, F. Itami. **Coronelismo em Goiás**. Goiânia: Ed. UFG, 1983; CHAUL, Nasr Fayad (Coord). **Coronelismo em Goiás: estudo de casos e famílias**. Goiânia: Mestrado em História/UFG, 1998 e MORAES, Maria Augusta Sant’anna. **História de uma oligarquia: os Bulhões**. Goiânia: Oriente, 1974.

²¹ CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. *Op. Cit.*, p 83. Porto Nacional, cidade do norte goiano, constituía-se um caso atípico. Ela ocupava uma posição de destaque sob o ponto de vista econômico com influência sobre toda a região, mantendo vínculos comerciais com a praça de Belém-PA. Sua posição de destaque no plano político, revelava-se no fato de dispor de constante representação na legislatura federal.

O desprestígio político regional estendia-se quanto ao Poder Executivo. Entre 1889 e 1930, Goiás teve 44 chefes de Governo estaduais, nenhum deles nortense. Cf. CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. *Op. Cit.*, pp 85

²² Pedro Ludovico (1891-1979) foi interventor federal de Goiás de 1930 a 1935, governador de 1935 a 1937 e novamente interventor de 1937 a 1945, elegendo-se senador para duas legislaturas seguidas (1955 a 1962 e 1962 a 1970, não concluindo o segundo mandato por haver sido cassado e ter seus direitos políticos suspensos por dez anos, em 1969, pela ditadura militar. A cidade de Goiânia, nova capital do Estado, foi inaugurada oficialmente em 1942, sob a sua gestão, tendo a sede do governo nela instalada cinco anos antes. Sobre sua trajetória política ver MACHADO, Maria Cristina Teixeira. **Pedro Ludovico: Um tempo, um carisma, uma história**, Goiânia: Cegraf/UFG, 1990

Como medidas dissuasórias, o Governo Pedro Ludovico instalou um Batalhão de Polícia na cidade nortense de Pedro Afonso e, com igual sentido, nela sediou, em 1935, o Departamento da Fazenda, *com as mesmas atribuições da Secretaria da Fazenda, fixada no centro-sul.*²³

Nos anos quarenta, o tema da emancipação regional preservou-se sob a tentativa de transformar a região em território federal, administrado diretamente pela União. O major-brigadeiro Lysias Augusto Rodrigues destacou-se entre os defensores dessa transformação. Ele percorreria a região desde o início da década dos trinta como fiscal do Governo brasileiro junto a empreendimento da Pan American Airway. Como ele próprio registrou,

Premida pela necessidade de diminuir o tempo gasto por suas aeronaves, entre Miami e Buenos Aires, e não dispondo de material aéreo mais veloz, (a empresa norte-americana) foi levada a procurar uma rota aérea que encurtasse o caminho. O irregular arco de círculo que descreve a costa brasileira, do Rio de Janeiro a Belém do Pará, talvez permitisse um percurso pela corda desse arco, com uma economia de 50% de tempo.²⁴

Com este propósito, o major, integrado à expedição da *Panair do Brasil*, realizou um grande périplo pelo norte de Goiás, locando futuros aeroportos, entre agosto e outubro de 1931. A viagem ensejou-lhe conhecer as riquezas regionais, levando-o a afirmações entusiásticas. Diante, por exemplo, de um pequizeiro com *seis metros e trinta de perímetro no tronco* existente na cidade de Peixe, exclamou: *É uma das provas cabais da feracidade desta região maravilhosa.* A admiração atingiu, por vezes, dimensões sublimes:

Ninguém avalia a beleza que é navegar no Tocantins em noite de lua gozando o silêncio majestoso do sertão! As árvores altas de vinte metros estão coifadas de angicos e taibocas que faceiramente se refletem na água calma! O rio, prateado pelo luar, parece uma bela estrada, que é uma nova via lacta, tão pontilhada de estrela está ela!²⁵

²³CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. *Op. Cit.*, p 91.

²⁴RODRIGUES, Lysias. *Roteiro do Tocantins*. 4ª ed., Palmas:Alexandre Acampora, 2001, p. 21. A implantação desses campos de pouso encurtariam, não só o referido trecho mas também uma rota maior, a Rio de Janeiro-New York.

²⁵IDEM, *ibidem*. pp 117 e 147. A elevada admiração repete-se em RODRIGUES, Lysias. *O Rio dos Tocantins*, 2ª ed., Palmas: Alexandre Acampora, 2001.

Em novembro de 1935, Lysias Augusto Rodrigues repetiu o roteiro, agora pilotando uma ronqueira aeronave militar *Waco CSO C-27*.

Inspirado na idéia do major-aviador, criou-se um Comitê Pró-Território que lançou um manifesto ao *Povo do Vale do Tocantins* publicado em *A Tarde* de Carolina-MA, edição 698, de 10 de dezembro de 1943. Segundo o documento, o Norte de Goiás

(...) marcha, morosamente até, na velha estrada da rotina, embargados, assim, os nossos passos, quebrantados, destarte, nossas atividades, enfim, sufocadas nossas mais caras aspirações de bem-estar e progresso. A magnitude e a configuração geográfica do Estado justificavam a divisão: O sentido longitudinal de Goyaz, contando quatrocentas léguas de Sul a Norte, constitui obstáculo quase insuperável aos seus governos, no setor administrativo, de vez que esse imenso território não se acha provido de vias de comunicação e transporte, indispensáveis à boa marcha dos negócios públicos. O desmembramento significaria a solução dos problemas, asseverava o manifesto: Criado o Território, é bem de ver que as populações norte-goianas usufruirão de vantagens enormes, no campo do progresso, tais como: assistência sanitária, difusão intensiva da instituição (sic) pública, fomento da produção, comunicações, transportes e justiça mais próximas e permanentes.²⁶

O entusiasmo de Lysias Rodrigues não era unanimemente compartilhado. A pretendida criação do Território foi rebatida com vigor. Contra ela pronunciou-se o procurador do Estado Duque Estrada, alegando, pela imprensa, que a criação dos territórios do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguaçu ocorrera por razões de defesa nacional, o que não se justificava quanto ao norte de Goiás, região central. Francisco Ayres da Silva, venerado político de Porto Nacional, embora favorável ao desmembramento havia muito, rejeitou a proposta em função de como ele era agora defendido, *i.e.*, na forma de um Território. O Doutor Chiquinho, apostado como era mais conhecido, lembrava que nos Territórios já existentes o alegado progresso não se cristalizara. Osvaldo Ayres da Silva, filho do Dr. Chiquinho e prefeito de Porto Nacional, repudiou também a idéia. Alegou, ademais, a falta de legitimidade dos seus defensores, uma minoria, afirmava, e, como tal, ilegítima para representar toda a região. Contestou, também, a questão da grande distância

²⁶ Cf ESTADO DO TOCANTINS – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA – *Tocantins – Conhecendo e Fazendo História*. Palmas. s.d., p.27.

entre cidades do norte do Estado e a capital de Goiás. A próspera Uberaba ficava a distância semelhante de Belo Horizonte e nem por isto deixava de ser próspera.²⁷

O movimento pela criação do Território do Tocantins arrefeceu por insuficiência de apoio. O tiro de misericórdia ocorreu em 1949 com a rejeição do pleito pela Assembléia Legislativa do Estado e, posteriormente, no plano federal, pela Comissão de Constituição e Justiça.

A causa separatista do norte goiano só seria conseqüente quando fatores conjunturais e estruturais modificassem as relações de poder, viabilizando a superação dos interesses a ela contrários. O momento favorável ocorreu com o Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961).²⁸ O novo Governo tinha como desiderato promover o desenvolvimento do País através do arrojado Plano Nacional de Desenvolvimento. O programa, também conhecido como *Plano de Metas*, adotou como slogan *Cinquenta anos em cinco*, o que evidencia a magnitude das suas pretensões em impulsionar o Brasil para o desenvolvimentismo. Assim, ele estimulou o crescimento e a diversificação da economia, investiu na indústria de base e na agricultura, promoveu a melhoria da educação, dos transportes, do fornecimento de energia, criou a nova capital federal – Brasília –, inserta em território goiano...²⁹

A euforia da administração juscelinista afetou as lideranças do norte de Goiás, que também tinham o desenvolvimento (regional) como leitmotiv das suas reivindicações separatistas. Sob tal motivação, a 13 de maio de 1956, Porto Nacional era cenário de ruidosas manifestações separatistas lideradas pelo Juiz de Direito da Comarca e corporificadas por atos próprios a acontecimentos desse gênero: comício monumental, palavras de ordem, discursos febris, passeata, protestos candentes contra o abandono da região. Segundo um inflamado orador, v.g., o desmembramento deveria ocorrer *Porque não temos escolas suficientes, nem hospitais nem estradas, enfim não temos nada!*³⁰ As

²⁷ Sobre as tentativas de transformação do norte de Goiás em território ver CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. *Op. Cit.*, pp 87- 99.

²⁸ *A conjuntura nacional desse momento parecia bastante oportuna e as razões inúmeras para que, uma vez mais, a partir de 1956, o norte de Goiás pudesse promover seu discurso separatista, considerando o desmembramento como a única saída para que a região se integrasse à marcha desenvolvimentista.* CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. *Op. Cit.*, p 103.

²⁹ Ver, entre outros, BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **O Governo Kubitschek: Desenvolvimento econômico e instabilidade econômica.** 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; TREVISAN, Maria José. **50 anos em 5...** A FIESP e o desenvolvimentismo. Petrópolis: Vozes, 1986.

³⁰ CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. *Op. Cit.*, p 104

manifestações foram seqüenciadas por uma série de outras iniciativas como a criação da bandeira *estadual* tocantinense e o lançamento do jornal *O Estado do Tocantins*, que pretendia ser um bastião da luta separatista. Os defensores da causa engendraram outros artificios para criar-se uma situação de fato consumado quanto ao *novo estado*. Assim, a Câmara de vereadores decide integrar Porto Nacional ao *Estado do Tocantins* e, simultaneamente, reconhece o desmembramento do município quanto ao território goiano.³¹

Reforçando a idéia, a deputada Almerinda Arantes apresentou à Assembléia Legislativa de Goiás uma emenda constitucional propondo o desmembramento.

Para dar suporte legal a tais pretensões e atividades separatistas, criou-se a CEFET (Comissão de Estruturação Jurídica do Estado do Tocantins).

A causa conquistou a simpatia do Movimento Estudantil através da União Estadual dos Estudantes goianos, então envolvida com o 8º Congresso dos Estudantes Secundários de Goiânia.

Esse entusiasmo, porém, não sensibilizou o Governador de Goiás, José Ludovico de Almeida, para quem os separatistas não passavam “de meia dúzia de aventureiros” desejosos de “arrasar o norte”.³²

As dissensões internas entre os simpatizantes da causa, por seu turno, persistiam, como se ilustra pela resistência então oferecida pelo deputado federal João de Abreu. Embora a favor da emancipação, o parlamentar julgava inoportuna que ela fosse empreendida no contexto em que se debatia uma causa maior, a mudança da capital federal para plagas goianas. Para outros, porém, a ideada transmigração da sede do Governo federal servia de estímulo pois entendiam que a futura capital do País deveria ser construída no território do novo estado, o Tocantins.

O entrelaçamento de idéias e interesses em torno da emancipação prosseguiu em 1957. Mesmo simpatizantes da causa separatista se posicionavam contra ela, a exemplo de João de Abreu, vice-governador de Goiás, em 1959. Embora reconhecesse o atraso regional e

³¹ O fervor pelo desmembramento nortense cristalizado pela *Proclamação de autonomia do Tocantins*, ocorrida a 20 de maio de 1956 não foi além de 5 anos. Transferido para a comarca de Anápolis, fora da região, o juiz Feliciano Machado Braga – *nosso bom e fervoroso líder* – ficou impedido de exercer a sua liderança, arrefecendo a causa separatista. Ver, neste sentido, nota referente ao quinto ano do evento de 20 de maio de 1956, publicada em *O Estado do Tocantins, de Porto Nacional* cf CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. *Op. Cit.*, p 113

³² Cf. CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. *Op. Cit.*, p 106.

desejasse o soerguimento nortista, ele defendia a unidade do Estado. Nota-se, desta forma, que a causa – contrariando os discursos inflamados de líderes regionais – não era uma pretensão unânime de todo *povo tocantinense*. com os costumeiros e contraditórios apoio e rejeições à causa separatista.

Em 1958, o movimento arrefeceu para recrudescer no ano seguinte, estimulado pela iminência da instalação de Brasília e pela idéia da criação do Estado do Mato Grosso do Sul. Vale ressaltar-se a disparidade do arrazoado quanto à emancipação das duas futuras unidades federadas. Enquanto os nortenses goianos apresentavam o abandono e a falta de representatividade política regional como razões para a emancipação, os sulistas do Mato Grosso indicavam a pujança da sua bancada como um forte argumento para a secessão (22 dos 30 deputados estaduais e todos os 7 federais eram da região).

As discussões sobreviveriam através da Casa do Estudante do Norte Goiano (CENOG), fundada em Goiânia a 15 de maio de 1960. Entidade de fundo assistencial, objetivava primordialmente dar apoio material a quem emigrasse da região para estudar. As pretensões, entretanto, transcendiam o caráter meramente auxiliador pois uma obrigação dos seus integrantes era o empenho irrestrito *pela redenção do norte goiano*. (Art. 5º do Estatuto).³³

A vinculação efetiva da CENOG ao separatismo ocorreu em novembro de 1963, numa reunião em que compareceram estudantes filiados, os deputados estaduais da região, um deputado federal (José Freire) e um senador (Armando Storni). Algumas propostas foram apresentadas por lideranças estudantis. Uma delas, de Manoel Martins Coelho, sugeriu uma campanha de esclarecimento público em todo o Estado a ser levada por estudantes, prefeitos e deputados para mostrar a propriedade do desmembramento. Uma outra proposta, de João Rocha, defendia congresso que reunisse estudantes, políticos e o povo em geral para a criação de comitês em todas as cidades a fim de manter a população informada. No mesmo ano, sob idêntica inspiração, ocorreu um novo encontro reunindo estudantes, parlamentares e outras autoridades.

³³ Alguns fundadores da entidade negam, porém, que ela tivesse originariamente preocupações com o separatismo nortense, fato superveniente. Sobre a instituição ver SANTOS, Josyléia Santana dos. **O sonho de uma geração (Casa do Estudante do Norte Goiano (CENOG) e o movimento separatista)**, Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996 e IDEM. *O sonho de uma Geração: CENOG – Movimento Estudantil Pró-Tocantins*. In **Revista do UNIPÊ**, Centro Universitário João Pessoa, 5(1), 2001, pp 80-87.

Em janeiro de 1964 a entidade deflagrou *oficialmente* a sua campanha separatista, animada por verbalizações plena de confiança: *o movimento inicia-se agora e só terminará com a secção do Estado de Goiás, provavelmente em 1966, e os naturais do norte de Goiás residentes nesta capital (Goiânia) e outras regiões, deverão movimentar-se pela concretização da idéia separatista.*³⁴

Sob tal espírito, foi distribuído, nas cidades envolvidas, material de propaganda do desmembramento do norte goiano acima do paralelo 13º. Nos boletins disseminados, uma altissonante profissão de fé: *Vamos criar o Estado do Tocantins – Dividir para Progredir.*³⁵

A campanha não atingiu, porém, o seu desiderato final. Ela gorou, a despeito dos esforços da CENOG aliados à simpatia de alguns quadros do primeiro escalão do Executivo goiano. A frustração teve dois fatores consideráveis: a rejeição da idéia pelo governador Mauro Ludovico Borges Teixeira (1961-1964) e pelo interventor general Emílio Rodrigues Ribas Junior, que ascendeu ao poder com o golpe de 31 de março de 1964. O separatismo foi empanado pelo plano de desenvolvimento anunciado pelo general Emílio Ribas. Segundo o discurso oficial, a nova proposta iria remir o atraso da região. O plano limitou-se, porém, praticamente ao Hospital Regional Marechal Ribas, implantado em convênio com o governo federal, em Araguaína, na região do Bico do Papagaio. Embora muito aquém do volume de obras prometido, o nosocômio, de 50 leitos, chegou a fascinar até mesmo lideranças favoráveis à emancipação nortense.

O definhado discurso separatista cedeu lugar à idéia de *desenvolvimento integrado*. Acreditava-se que, com ele, as disparidades regionais goianas seriam atenuadas e superadas. Essa mudança de perspectiva emerge nos pronunciamentos do Congresso da CENOG de julho de 1965, quando não se fez nenhuma referência ao desmembramento. A inflexão pode ser observada, também, na *Decisão Nortense*, carta publicada naquele ano, clamando soluções para velhos problemas regionais, subscrita por 16 líderes locais. A tendência é também notada no *Plano de Valorização para o norte de Goiás* (PLANORT), documento redigido, em novembro de 1965, por um grupo de políticos estaduais e encaminhado a Otávio Lage, governador recém-eleito. O documento reunia várias

³⁴ Palavras de Delcídio Tomaz de Souza, então presidente da CENOG cf CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. *Op. Cit.*, p 117.

³⁵ *Idem Ibidem*

demandas e lembrava a importância do eleitorado nortense (cerca de um terço do estadual), responsável em grande parte pela vitória do novo mandatário.

A mudança de enfoque quanto à solução dos problemas nortenses teria sido influenciada pelo golpe de 31 de março de 1964. O regime obscurantista dele advindo mergulhou o País numa ditadura que sobreviveria, com agravamentos e abrandamentos, por longos 21 anos.³⁶ Sob a odiosa Doutrina da Segurança Nacional, as práticas de delação e *caça as bruxas* instalaram-se em todo o Brasil. A suspeição tornou-se regra e por qualquer desconfiança – fundada ou infundada – tudo poderia ser considerado subversivo, gerando grandes desditas aos suspeitos. Neste contexto, a divisão do território goiano poderia ser visto com subversão.

Apesar dos receios, a idéia separatista ressurgiu, incorporando, agora, a causa da *Integração Nacional*, bem ao gosto dos militares.³⁷ A tese renasceu com certo vigor, embora efêmero. Na Assembléia Legislativa estadual, v.g., ela foi aceita tanto por integrantes da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) quanto por filiados ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), as duas agremiações políticas impostas pelo bipartidarismo impingido pela ditadura durante o governo Castelo Branco (1964-1967). Um deputado requereu que fosse enviado ao presidente da República e ao ministro da Justiça, um pedido de implementação de medidas necessárias à criação do Estado do Tocantins. O requerimento, entretanto, não chegou a ser votado, por falta de quorum, nem recebeu o beneplácito do Ministério do Interior.

³⁶ Período bastante estudado, ver sobre ele, entre outros títulos, ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984; ALVES, Márcio Moreira. **68 mudou o mundo**, 2ª ed., Nova Fronteira, 1993; ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil, Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985; BARROS, Edgard Luiz de. **Os governos militares**, 6ª ed., São Paulo: Contexto, 1998; COMBLIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional**; o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; DREIFUS, René Armand. **1964: A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1979; IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968; GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas; a esquerda brasileira; das ilusões perdidas à luta armada**. 3ª ed., São Paulo: Ática, 1997; SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988; VENTURA, Zuenir. **1968, o ano que não terminou (a aventura de uma geração)**, 25ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

³⁷ Em 1967, as pretensões separatistas foram alentadas pelas declarações do general João de Almeida Freitas sobre a pertinência da divisão territorial da Amazônia como medida importante à integração nacional. Em 1965, a despeito do clima adverso, o juiz Feliciano Machado Braga dirigira uma carta ao chefe do Executivo brasileiro, marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, solicitando-lhe, no ensejo da Assembléia Nacional Constituinte, apoio quanto à idéia da re-divisão territorial do país, incluindo-se nesta o caso do Tocantins. O magistrado, dava seqüência assim à sua antiga campanha separatista; em 1956, ele, então juiz de Direito de Porto Nacional, subscrevera um *Manifesto à Nação* de considerável eco na Assembléia Legislativa de Goiás.

O ânimo das pretensões nortistas não ficaria imune aos influxos do pujante e falaz *Milagre Brasileiro* (1968-1974). Os governos militares, determinados a transformar o País numa *potência emergente*, empreenderam uma série de medidas e obras de grande envergadura. Consolidava-se uma nova faceta da inserção do país no mercado internacional, ratificando-se a hegemonia do capital monopolista.³⁸ O ímpeto empreendedor dos governos militares era favorecido pela profusão do crédito externo. Mediante vultosos empréstimos internacionais, empreenderam grandes obras de infraestrutura como rodovias, ferrovias, telecomunicações, portos, usinas hidroelétricas e nucleares. Investiram, igualmente, na área industrial de base – a exemplo de mineração e siderurgia –, bem como de transformação, incrementando os setores de papel, cimento, alumínio, produtos químicos, fertilizantes. Igual incentivo ocorreu com o setor de equipamentos através de geradores, sistemas de telefonia, máquinas, motores, turbinas e com o setor produtivo de automóveis e eletrodomésticos. A agroindústria também foi incentivada, com pesados investimentos na produção, v.g., de grãos, carnes e laticínios.

Sobre os pés de barro do insidioso e avultado endividamento externo, a economia brasileira alcançou resultados invejáveis. Em 1973, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 14% e o setor industrial expandiu-se ainda mais, alcançando um incremento de 15,8%.

A euforia, manipulada ideologicamente pela ditadura, embalou o país nos primeiros anos da década dos 70 com slogans como *Brasil, ame-o ou deixe-o* e loas como as da canção *Eu te amo, meu Brasil*. Esse clima, fronteiro ao delírio coletivo, afetou o ânimo do multissecular movimento separatista do norte de Goiás. Com ele, preponderou a idéia de que a região poderia superar o atraso não necessariamente pelo seu desmembramento mas pela integração ao tão propalado surto de progresso que se disseminava pelo território nacional.

³⁸ Ver, *inter alia*, BRUM, Argemiro Jacob. **O Brasil no FMI**. Petrópolis: Vozes, 1984; IDEM. **Por que o Brasil foi ao Fundo**. 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 1984; FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974; IDEM. **Análise do “Modelo” Brasileiro**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972; IDEM. **O Brasil Pós-“Milagre”**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981; SANTOS, Theotônio dos. **Evolução histórica do Brasil – Da colônia à crise da “Nova República”**. Petrópolis: Vozes, 1995; SINGER, Paul. **“O Milagre Brasileiro”**: Causas e Conseqüências. São Paulo: CEBRAP, 1971; IDEM. **A Crise do “Milagre”**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Quanto à região Norte especificamente, ver FERRAZ, Siney. **O Movimento camponês no Bico do Papagaio – Sete Barracas em busca de um elo**. Imperatriz: Ética Editora, 1998, p. 43. Este trabalho indica as transformações regionais para o favorecimento da expansão capitalista, incluindo-se as medidas da administração federal (criação de agências de fomento, v.g.) para facilitar o processo.

1.3 – E o sol da liberdade em raios fúlgidos começou a raiar...

As reivindicações separatistas recrudesceram na segunda metade dos anos 70, concomitantes à falência do *milagre econômico*. A campanha vitoriosa para criação do Mato Grosso do Sul contribuiu de forma significativa, como efeito de demonstração, para reavivar o movimento nortense. Decidida em 1977, a emancipação do novo estado se efetivaria em 1979. Ao contrário de Goiás, no Mato Grosso a iniciativa segregacionista partira da porção privilegiada, a meridional. Acolhendo dois terços da região pantaneira, um dos ecossistemas mais importantes de todo o mundo, o sul mato-grossense constituía-se a porção mais desenvolvida e populosa, onde predominava uma agricultura mais intensiva, distribuída por um maior número de propriedades rurais. Embora detentor de recursos consideráveis, o isolado norte mato-grossense, onde prevalecia a pecuária extensiva e o latifúndio, não alcançava a magnificência da parte sul.

Incentivado por tais fatores, o deputado federal *nortense* José Wilson Siqueira Campos³⁹ voltou à defesa da tese do desmembramento, agora de forma ampliada. Ele apresentou uma proposta de redivisão territorial do país, que contemplaria o *desenvolvimento equilibrado* e a *segurança nacional*, duas bandeiras gratas ao governo *revolucionário*. Por essa proposição, seriam criadas doze novas circunscrições federadas, sendo três ao norte de Goiás (entre estas, obviamente, o Tocantins).

Uma Comissão Especial na Câmara dos Deputados, presidida por Siqueira Campos e composta por integrantes da ARENA e do MDB, foi instaurada para o estudo da proposta e redação de projetos de lei pertinentes a redivisões territoriais e a política demográfica.

Entre os projetos apresentados, um propunha um plebiscito em 52 municípios do norte goiano para posterior criação do Território do Tocantins. O projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados. Não logrou bom êxito no Senado, onde foi arquivado.

³⁹ Sobre a trajetória política e o empenho pela desmembramento do Tocantins do cearense (Crato) José Wilson Siqueira Campos ver Cf SILVA, Otávio Barros de. *Op. Cit.*, pp 170/172; PÓVOA, Liberato. *Iop. Cit.*, pp 95/98; ESTADO DO TOCANTINS – Secretaria da Educação. *Op.Cit.*, pp 32/33; JORNAL O ESTADO DO TOCANTINS. *Anuário do Tocantins - Ano 2000*, Ano I, nº 01, Palmas, p 34; MARTINS, Mário Ribeiro. *Dicionário Biobibliográfico de Goiás. Cit.* P 1038 e IDEM. *Dicionário Biobibliográfico do Tocantins. Cit.*, pp 658/660.

A proposta de transformar o norte de Goiás em *Território* (vinculado diretamente à União) ao invés de *Estado* seria uma estratégia imposta pelo momento histórico, pois o país encontrava-se jungido pelo Ato Adicional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.⁴⁰

A despeito do voluntarismo e da arrogância ditatoriais, a euforia do *Brasil grande!*, da *potência emergente*, foi sendo desbancada pela implacável marcha da História. O governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) passa a sentir os percalços supervenientes ao banquete do *milagre econômico*. O regime militar vê-se ameaçado pelas agruras advindas da alta dívida externa, da inflação, da elevação das taxas de juros, da vitória dos candidatos da oposição ao Senado e da crise internacional do petróleo, os dois últimos fatos precedentes aos demais.⁴¹ Busca, então, conquistar a simpatia popular e anuncia uma política de *distensão*, cristalizada numa *abertura lenta, gradual e segura* do regime.⁴²

Tais propósitos não impediram retrocessos e atos hediondos, promovidos nomeadamente pela chamada *linha dura*, grupo de militares radicais de extrema direita que se opunha à liberalização política.⁴³ O processo de abertura, entretanto, prosseguiu, reconquistando espaços com a revogação dos Atos Institucionais e da censura prévia a publicações e espetáculos (1978), a Lei de Anistia (1979), a restauração do pluripartidarismo, as crescentes vitórias eleitorais de integrantes do MDB, o fortalecimento dos sindicatos e entidades de classe, a campanha das *Diretas-Já* (1984) num contínuo de

⁴⁰ O famigerado AI-5, a maior aberração jurídica ditatorial, perduraria até 1979. Ele restabelecia a prerrogativa presidencial de cassar mandatos, suspender direitos políticos, demitir e aposentar funcionários, abolir as garantias do *habeas corpus*. Na prática, o Executivo se sobrepunha ao Legislativo e ao Judiciário. Em decorrência, a repressão foi consideravelmente reforçada.

⁴¹ *A ditadura brasileira foi sacudida de alto a baixo, em 1974, pela alta do petróleo e pela votação esmagadora nos candidatos da oposição ao Senado. O novo preço do petróleo minou a base econômica do "milagre brasileiro", encerrando uma fase de expansão espetacular do capitalismo, da qual o "milagre" era ao mesmo tempo uma consequência e uma de suas manifestações mais notáveis. E o protesto maciço pelo voto trincou a fachada do regime, acabando com suas tentativas de legitimação política. O sistema eleitoral, pelo qual o partido do governo deveria vencer sempre, acabara voltando-se contra seus próprios criadores, transformando-se num plebiscito contra o regime.* KUCINSKI, 1982, p. 14.

⁴² A liberalização política perduraria até o fim do ciclo militar, em 1985. João Batista de Oliveira Figueiredo, o último general a ocupar a presidência da República (1979 - 1985), em entrevista diante das câmeras de televisão, ainda como *candidato* bradou, num dos seus rompantes: *É pra abrir mesmo. Quem não quiser que abra, eu prendo e arrevento.*

⁴³ Entre outros retrocessos e fatos hediondos verificados no período da *abertura política* registram-se o assassinato do jornalista Wladimir Herzog (em outubro de 1975) e do operário Manuel Fiel Filho (janeiro de 1976) em órgão de repressão do 2º Exército, a decretação de recessão do Congresso, o famoso *pacote de abril* (que criou, em 1977, os senadores *biônicos*, eleitos indiretamente pelas Assembléias Estaduais), ampliação do mandato do presidente para seis anos, atos de terrorismo de direita (sequestros, cartas-bomba, depredações... destacando-se o caso do *Riocentro*, a 30 de abril de 1981)...

redemocratização que culminou com o fim do ciclo de governos militares e se completou com a promulgação da Carta Magna de 05 de outubro de 1988.

A tese do desmembramento do norte goiano renasceu nesse clima de distensão. Um passo importante ocorreu em 1981 ao ser criada a Comissão de Estudo dos Problemas do Norte Goiano (CONORTE), entidade sem fins lucrativos, com sede na Capital Federal e sub-comissões em Araguaína, Gurupi, Porto Nacional e Goiânia. Ela agregava militantes da antiga CENOG, que, mesmo extinta em razão da ditadura, preservou-se como ideal em muitos dos ex-filiados, agora profissionais em áreas diversas, nomeadamente em Brasília.

A CONORTE teve suas origens no final da década anterior, em reuniões semanais no Distrito Federal desde o fim da década anterior, quando *os ouvidos mais atentos já começavam a perceber a chegada dos ventos da liberdade*. Os fundadores da entidade começaram, então, *a se dar conta da possibilidade concreta de romper os grilhões que ainda mantinham a região submetida às autoridades goianas*.⁴⁴

Segundo os Estatutos, cabia a CONORTE:

I – Congregar a população do Norte Goiano em torno do ideal autonomista, a fim de conscientizá-lo da realidade atual;

II – pesquisar, estudar, debater e conhecer os problemas do norte goiano e traçar diretrizes de um plano de desenvolvimento integrado, a ser entregue às autoridades estaduais e federais, com o objetivo de embasar a reivindicação autonomista;

III – viabilizar o aumento da representatividade da região junto aos poderes constituídos, independentemente de vínculo partidário ou religioso, valorizando dessa forma os candidatos e as lideranças da própria região.

Estribados nas experiências vividas, os integrantes da CONORTE mudaram a estratégia empregada, concentrando seus esforços no plano *da inteligência e da capacidade de persuasão*.⁴⁵ A mudança de tática se corporificou, entre outras práticas, na disseminação de slogans como *Estou goiano, mas sou tocantinense; Estado do Tocantins – a criação de uma divisa que vai gerar divisas para o país; O Estado em que a gente nasce, Tocantins, é o que nasce no coração; Goiano de direito, tocantinense de coração*. O apelo objetivava a

⁴⁴ Cf. LEITÃO, José Carlos Moura. **Tocantins: Eu também criei**. Brasília: JCL/Brasil, 2000, p 88.

⁴⁵ *Id. Ibidem*, p 88

sensibilizar os nortenses para a mais ampla adesão à causa, bem como a convencer todo o país quanto aos benefícios que se adviriam com o desmembramento.

No período de 23 a 25 de abril de 1982, a entidade promoveu o *I Congresso de Estudos dos Problemas do Norte Goiano*. A 13 de maio, a Comissão divulgou, em Brasília, a *Carta do Tocantins*, no qual se ressaltava que a diminuta expressão político-econômica que era atribuída pelos governantes à região não correspondia à prodigalidade dos recursos naturais desta.

A 21 de abril de 1987, a CONORTE encaminhou ao Congresso Constituinte uma proposta de emenda criando o Estado do Tocantins, empenhando-se tenazmente por sua aprovação. Esse esforço se manifesta de forma variada como a abordagem de todos os 527 congressistas, o envio aos parlamentares de um abaixo-assinado com cem mil assinaturas de apoio ao desmembramento, a intensificação da campanha publicitária (produzida pelo Grupo Brasileiro de Propaganda – GBP), a utilização de artifícios da mídia para chamar a atenção sobre a causa (como a instalação da barraca da ainda inexistente unidade federada do Tocantins na Festa dos Estados de Brasília), a queima de pau-brasil para dissuadir o deputado Bernardo Cabral (AM) – relator da Comissão de Sistematização – de excluir do relatório final da Constituição o projeto de criação do Estado.

Outros esforços se aliaram aos da CONORTE, alcançando às vezes dimensões patéticas. Em 1984, por exemplo, Siqueira Campos, então suplente de deputado federal, assume a cadeira e apresenta projeto de Lei para a criação do novo Estado. O projeto é aprovado pelo Congresso Nacional, mas é vetado por José Sarney, então no exercício da Presidência da República como vice do valetudinário Tancredo Neves. O projeto foi reapresentado meses depois e novamente vetado sob as mesmas alegações, entre essas a míngua de recursos federais para dar suporte financeiro à nova unidade federativa, que, por sua vez, não disporia de recursos suficiente para se manter.⁴⁶ Em protesto contra o veto, Siqueira Campos e o deputado estadual Totó Cavalcante (também goiano) entraram em greve de fome. O gesto extremado dos dois parlamentares durou alguns dias e terminou

⁴⁶ Os vetos de José Sarney geraram algumas especulações. Segundo um entendimento, v.g., eles seriam decorrência de *indisfarçáveis razões históricas* ligadas a questões territoriais entre o Maranhão (terra natal do presidente) e Goiás, pendengas que remontavam aos tempos coloniais. (Cf PÓVOA, Liberato. *Op. cit.*, p 96/98). Por outro lado, o não apoio do então governador de Tocantins José Wilson Siqueira Campos à candidatura à Presidência da República, em 2002, da governadora do Maranhão, Roseana Sarney (filha do então senador José Sarney), embora do mesmo Partido da Frente Liberal (PFL), teria sido uma vingança tardia do mandatário tocantinense.

quando o presidente José Sarney prometeu formalmente instaurar uma *Comissão Interministerial para Estudos da Redivisão Territorial do País*, com destaque para o caso do Tocantins.

A soma desses atos resultou na materialização das pretensões nortenses. A emancipação regional viria, por fim, com a Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988. Segundo o art. 13 das Disposições Transitórias,

É criado o Estado do Tocantins, pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição prevista no § 3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989.

§ 1º O Estado do Tocantins integra a Região Norte e limita-se com o Estado de Goiás pelas divisas norte dos Municípios de São Miguel do Araguaia, Porangatu, Formoso, Minaçu, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Campos Belos, conservando a leste, norte e oeste as divisas atuais de Goiás com os Estados da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso.

Integrado à Amazônia Legal, o novo Estado compreendeu os 61 municípios acima do paralelo 13, perfazendo 278.420,7Km². Em maio do mesmo ano, foi dividido em 15 (depois 18) regiões administrativas e abrigou 18 novos municípios, que, posteriormente, chegaria ao total de 139.⁴⁷

A principal atividade econômica da recém-criada unidade federativa é a agricultura, seguida da pecuária e do extrativismo mineral, como nos tempos da colonização. O turismo ecológico insinuava-se como uma promissora fonte de exploração econômica. A ilha do Bananal, no sudoeste – um dos mais ricos ecossistemas do planeta e área de transição entre o Cerrado e a Floresta Amazônica – é a maior ilha fluvial do mundo. Ela abriga o Parque Nacional do Araguaia e a reserva indígena das nações Karajá e Javaé. Sua fauna é rica, variada. Sua flora constitui-se um pujante cabedal botânico. É o maior potencial ecoturístico do Estado, despertando considerável interesse no país e no exterior.

Rios (Araguaia, Tocantins, Paranã, Javaés, do Sono, Formoso, Santa Teresa, Manoel Alves Grande, do Côco), praias, cachoeiras, lagos, florestas e campos tocantinenses compõem um rico, atraente e multicultural universo para o ecoturismo.

⁴⁷ Cf GOVERNO DO TOCANTINS – SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE. **Atlas do Tocantins**: Subsídios ao planejamento da gestão territorial. Palmas: Seplan, 1999.

O Jalapão, região lendária por seus proverbiais contrastes, mistérios e belezas, configura-se como um sítio privilegiado e alvissareiro ao turismo ecológico por seus morros, serras e veredas verdejantes além de grandes dunas, resultantes do trabalho erosivo dos ventos e chuvas sobre o solo desnudado.

A consagração constitucional do novo Estado foi recebida com júbilo pelas elites locais, livres, agora, de um constrangimento coletivo, análogo ao complexo de inferioridade. A sensação de alívio e orgulho se manifesta meridianamente no desabafo de um militante nortense: *Não seremos mais pessoas desprezadas e consideradas sub-raças, pelo pessoal de Goiânia e Sul de Goiás. A gente, ali, era tratada como povo outro, “do Norte”. Agora, temos a nossa pátria, temos o nosso lugar, o nosso Estado do Tocantins.*⁴⁸

A euforia sensibilizou vivamente o autor da letra do hino do Estado, que não fugiu à regra quanto ao ribombar panegírico das composições patrióticas. O hino exalta, desbragado, o esplendor tocantinense:

O sonho secular já se realizou.
Mais um astro brilha dos céus aos confins.
Este povo forte
Do sofrido Norte
Teve melhor sorte:
Nasce o Tocantins!

O ardor se reafirma no derretido estribilho:

Levanta altaneiro, contempla o futuro,
Caminha seguro, persegue os teus fins!
Por tua beleza, por tuas riquezas,
És o Tocantins!

A candência se repete noutra estrofe, quando paladinos da maratona separatista são imortalizados:

⁴⁸ Declarações de José Carlos Leitão, presidente da CONORTE, referentes ao texto constitucional in SILVA, Otávio Barros. *Op. cit.*, p 173.

De Segurado a Siqueira o ideal seguiu
 Contra tudo e contra todos firme e forte,
 Contra a tirania
 Da oligarquia,
 O povo queria
 Libertar o Norte.

Segurado em mais lisonjas, o hino prossegue:

Do bravo Ouvidor a saga não parou
 Contra a oligarquia o povo se voltou,
 Somos brava gente,
 Simples, mas valente,
 Povo consciente,
 Sem medo e temor.

Não satisfeito ainda com a intensidade dos elogios, o cântico se encerra proclamando outros excelsos atributos dos tocantinenses, agora fazendo alusão a uma das nações indígenas que sobrevivem no Estado:

Pulsa no peito o orgulho da luta de Palmas
 Feita com a alma que a beleza irradia
 Vejo tua gente,
 Tua alma Xerente,
 Teu povo valente,
 Que venceu um dia!

Diante de tanta bravura, não causa espécie, portanto, o brado estrênuo e camicase do autor da prosopopéia musical:

Pela tua glória
 Morro se preciso.⁴⁹

⁴⁹ O Hino Oficial do Tocantins foi aprovado pela Lei Estadual 977/98. Letra de Liberato Póvoa e música (adaptação) de Abiezer Rocha.

A 05 de outubro de 1988, as margens plácidas do Tocantins ouviram, por fim, o brado retumbante de um povo heróico! E o sol da liberdade, em raios fúlgidos, brilhou no céu do Estado nesse instante!

Uma nova e brilhante estrela incorporava-se ao firmamento da bandeira nacional sob o signo de um intenso entusiasmo.

Uma nova História começava no antigo norte goiano, ao som dos rios e à luz do céu profundo. Ó Tocantins amado, idolatrado, salve! salve!

Uma lídima inversão de sentimentos verificou-se no ex-norte goiano após o segmento territorial tornar-se autônomo de fato. O antigo complexo de abandono e pobreza transformou-se em sentimento de pujança latente ou manifesta. O governo do Tocantins, utilizando-se maciçamente da mídia, passou a insinuar ser o Estado um vigoroso eldorado pleno de bem-aventurados. A oligarquia que se assenhoreou do Poder estadual soube explorar esse entusiasmo através de um incansável marketing veiculado em exaustivas campanhas publicitárias. Cotidiana e diuturna, a propaganda oficial intensifica-se nas datas comemorativas estaduais e municipais. Abrange do *Dia da Autonomia* às celebrações de 20 de maio, o aniversário da capital, Palmas, cidade onde *é possível: sonhar, ousar e realizar*, como proclamou um dos anúncios de página inteira publicada pela Imprensa local e veiculada pelas emissoras de rádio e televisão.⁵⁰

A exaltação às decantadas qualidades do Tocantins – *O Estado da livre iniciativa e da Justiça Social* – segundo o slogan do Palácio Araguaia, é paralela a um intenso culto à personalidade do chefe oligárquico. Citado e louvado à exaustão pelos aparelhos midiáticos, o governador José Wilson Siqueira Campos atua com desenvoltura imensurável, sem encontrar resistência na inexpressiva oposição nem críticas na bem-comportada Imprensa local.

A propalada bem-aventurança atribuída ao Tocantins pelo Governo como fruto da ação do Poder Público local é endossada e sentida por todos os coestaduanos? Essa insinuada satisfação quanto aos atos da poderosíssima oligarquia tocantinense é um fenômeno onipresente em todas as categorias profissionais?

Veremos...

⁵⁰ Ver, por exemplo, edições especiais de *Alô galera!* alusivo ao 13º aniversário de Palmas. (edição de 11 a 20 de maio de 2002, Ano IV, nº 34, p 8; distribuição gratuita) e *Jornal do Tocantins*, edição de 19 e 20 de maio de 2002, p. 8 B.

CAPÍTULO 2 - A ESTRUTURA DE PODER TOCANTINENSE

*O poder não é para quem quer.
É para quem pode.
As urnas dizem o que querem
aos que mandam fabricar as urnas.*

Millôr Fernandes

2.1 Nasce uma oligarquia

A Constituição de 1988 muito favoreceu para a formação e a consolidação da oligarquia que se instalou no Tocantins desde o alvorecer do novo Estado. Sob o pulso forte do primeiro governador, José Wilson Siqueira Campos, o grupo hegemônico por ele capitaneado firmou-se como um dos mais fortes na história republicana brasileira.

Segundo a Carta Magna, nos dez primeiros anos da nova unidade federada, cabia ao chefe do Executivo a prerrogativa de nomear três membros do Tribunal de Contas, entre brasileiros detentores de comprovada idoneidade e notório saber – critérios que ensejavam conveniências subjetivas. Assim, as contas da Administração Estadual seriam julgadas por quem o titular desta nomeasse. A criatura julgaria o criador. Tal excentricidade – a despeito das possíveis idoneidade e incorruptibilidade e do presumível notório saber dos julgadores – implicaria suspeição, comprometendo o julgamento. Embora rejeitado por princípios da ética jurídica, o disposto pela norma constitucional era de plena legalidade, demonstrando-se mais uma vez a velha constatação de que nem sempre o legal, o jurídico e o moral coincidem.

A mesma ressalva caberia à instalação do Tribunal de Justiça. A Constituição estabeleceu o número de sete componentes para a mais alta corte judiciária estadual. Independentemente da natureza cabalística que se atribuiu a este número, a bizarria da composição estava no fato de que todos os primeiros integrantes daquela Corte chegassem ao cargo por livre escolha do governador eleito. Cinco deveriam ser nomeados entre os magistrados com mais de trinta e cinco anos de idade e em exercício na área do novo Estado ou na de Goiás. Por boa prática jurídico-redacional, o texto não exigia destes os proverbiais *comprovada idoneidade e saber jurídico*. Se assim o fizesse, estaria insinuando

que entre os doutos e preclaros magistrados houvesse uma parcela que não dispunha de tais atributos. A exigência foi estabelecida, entretanto, quanto à categoria dos advogados, de onde deveria advir outro desembargador. Um causídico, com pelo menos um decênio de exercício profissional e detentor daqueles subidos requisitos, deveria vestir a insigne toga desembargatória. O sétimo e último componente da magistratura superior proviria dos quadros do Ministério Público, sob as mesmas condições estabelecidas para os magistrados.

Outro fator de reforço do Poder Executivo se configurou na instalação de outros órgãos da área ligados ao setor jurídico. Até a promulgação da Constituição Estadual, caberia ao governador, *v.g.*, nomear – entre advogados com trinta e cinco ou mais anos de idade e detentores de notório saber – os titulares da Procuradoria-Geral, Advocacia-Geral e Defensoria-Geral do Estado. A ascendência do chefe do Executivo sobre estes se avulta pelo fato de serem eles demissíveis *ad nutum*.⁵¹

Seria ingenuidade pensar a designação desses cargos como feita exclusivamente por critérios técnicos, imunes, como tal, a influências, conveniências e interesses inerentes ao fenômeno universal do Poder.

Político, veterano e hábil, *herói* da campanha pela emancipação do Estado e edificador da sua capital, José Wilson Siqueira Campos elegeu-se o primeiro governador tocantinense (1º de janeiro de 1989 a 15 de março de 1991), sendo sucedido por seu adversário político Moisés Nogueira Avelino (15 de março de 1991 a 1º de janeiro de 1995). Siqueira Campos voltou ao Palácio Araguaia no Governo imediato (1º de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 1999), após muito bem sucedida campanha que lhe garantiu a vitória no primeiro turno, com 58,73% dos votos. Retorna à chefia do Executivo em condições muito satisfatórias de governabilidade pois, no Legislativo, conseguiu eleger uma maioria de aliados: 16 dos 24 deputados estaduais, 6 dos 8 deputados federais e dois senadores. A 3 de abril de 1998 passou o cargo ao vice-governador Raimundo Nonato Pires dos Santos, mais conhecido como Raimundo Boi. Com a renúncia, desincompatibilizava-se, candidatando-se a um terceiro mandado no Palácio Araguaia. Conseguiu o intento de

⁵¹ Ver art. 235 da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988. A ascensão do oligarca sobre o Judiciário é reforçada, segundo a revista de maior circulação no país, *Veja*, em sua edição 1658, de 19 jul 2000 (reportagem *O caudilho do Tocantins*), pelo fato de Siqueira Campos haver nomeado quatro dos sete integrantes do Tribunal Regional Eleitoral.

forma ainda mais expressiva que a anterior, com 61,65% dos votos, como se pode ver no quadro abaixo.

**TOCANTINS - ELEIÇÕES 1998 - Governador
DECIDIDA NO PRIMEIRO TURNO**

Primeiro turno »

Candidato	Partido	Votação	Válidos
SIQUEIRA CAMPOS	PFL	245.434	61,65%
MOISES AVELINO	PMDB	132.060	33,17%
CELIO ALVES DE MOURA	PT	15.034	3,78%
RAIMUNDA GUIMARAES ARAUJO	PRONA	5.561	1,40%

- Votos apurados: 498.878 (79,90%)
- Votos brancos: 75.507 (15,14%)
- Votos nulos: 25.282 (5,07%)
- Abstenção: 125.466 (20,10%)
- Total de votos válidos: 398.089 (79,80%)

Fonte: Agência Estado

No fim deste mandato, contava com o apoio de 22 dos 24 deputados estaduais (segundo certa versão, as duas exceções confirmavam a regra exercendo uma resistência muito tênue; apenas *brincavam* de oposição.), oito deputados federais e dos três senadores (um deles, Eduardo Siqueira Campos, seu filho). No plano dos municípios, tinha o apoio de 90% dos prefeitos.⁵²

⁵² Os fenômenos aqui abordados sob a perspectiva particular da realidade tocantinense foram, em aspectos e cenários mais amplos, objeto de uma vasta bibliografia onde constam, ilustrativamente, BURSZTYN, 1990; CARVALHO, 1998; FAORO, 1977; JANOTTI, 1981; KINZO, 1993; LEMENHE, 1995; MARTINS, 1994; QUEIROZ, 1976; IDEM. 1978, Vol. 8 (Org. Boris Fausto); SOUZA 1976; FLEISCHER 1981.

2.2 - A mídia e o Poder

A missão da imprensa é espalhar espírito e, ao mesmo tempo, destruir a capacidade de absorvê-lo.

Karl Kraus

No mais novo Estado da federação, Siqueira Campos distribui terras e constrói a imagem de super-herói. – afirmou uma revista de ampla circulação no país. A formação dessa imagem se iniciaria desde tenra idade para grande parte dos tocantinenses através de uma cartilha em quadrinhos distribuída nas escolas públicas do Tocantins. Mais de um terço da publicação trás a estampa do governador, que *aparece como um herói popular.*⁵³

A construção do mito Siqueira Campos apóia-se expressivamente na mídia local. Os dois jornais de maior expressão da capital (**Jornal do Tocantins** e **Folha Popular**), por exemplo, embora insinuando a tão decantada e enganosa *neutralidade*, não poupam elogios ao Governo Estadual. Veiculam profusamente matérias sobre as realizações governamentais, mesmo as mais modestas. Por outro lado, parece não perceberem, em regra, as indefectíveis falhas da Administração. Uma forma mais sutil de propaganda é não indicar a parcela de responsabilidade do governo nos fatos incômodos noticiados, a exemplo do crescente índice de insegurança, demonstrado por arrombamentos, assaltos e, até, tentativas de seqüestro. As cercas eletrificadas sobre os altos muros das residências das *quadras* mais valorizadas de Palmas são apenas uma das evidências de que – ao contrário do que a reiterativa propaganda oficial insinua – a capital tocantinense não é um paraíso.

As publicações menores e de periodicidade irregular – todas pródigas em elogios ao Governo e em convenientes e contumazes omissões – cumprem também a função de *aparelhos ideológicos.*⁵⁴

⁵³ *O caudilho do Tocantins. Veja*, edição 1658, de 19 de julho de 2000.

⁵⁴ Os meios de comunicação são vistos como parte da infra-estrutura econômica da sociedade e como instrumentos de perpetuação da lógica capitalista do mercado e da classe dominante no poder, segundo Marx a classe dominante subordina a sociedade aos seus interesses, pelo que os meios de comunicação se limitam a dar uma visão do mundo segundo a ideologia dominante.

O fenômeno repete-se nos outros veículos de comunicação social, destacando-se os canais de televisão. Nesses, os feitos governamentais são apregoados *ad nauseam*, numa pujança que desafiaria a legislação reguladora da propaganda político-partidária.⁵⁵

A linguagem elogiosa de todo anúncio publicitário chega ao zênite e ao surreal ao tratar as façanhas do governo tocantinense ou – numa busca incessante de identificação para o Estado – os atributos locais. Segundo um anúncio sobre a região do Jalapão, veiculado em junho de 2002 pelas emissoras locais de televisão, *v.g.*, *O Estado que nasceu de um sonho é um sonho de Estado*.

O culto à personalidade do chefe do clã se avulta nesse esforço promocional. A reverência à figura Siqueira Campos é um dos esteios da sua mitificação. O processo é reforçado sobremaneira em datas cívicas ou vinculadas à biografia do mitificado. Por exemplo, o editorial de um dos principais jornais do Estado publicou:

Siqueira Campos, um irrequieto garoto de 74 anos de idade, que dá lição de vida, confiança no futuro e entusiasmo, será abraçado, hoje, por 1,5 milhão de tocantinenses, no dia do seu aniversário. Todos reconhecem nele o seu líder natural. Afinal, ele é o único brasileiro que conseguiu criar um Estado, fundar uma capital e fazer crescer uma região que vem dando esperança de uma vida melhor para um povo unido pelo propósito de trabalhar, crescer e prosperar.⁵⁶

O artigo de fundo prossegue:

A exemplo do que aconteceu em outros anos, Siqueira Campos festeja a data em Arraias, junto ao povo, recebendo cumprimentos dos amigos e, no entusiasmo de sempre, anunciando as metas que tem para 2003, 2004, 2005, 2006. O texto opina: Como governador do Estado, como político, como homem e como companheiro leal, que luta pelo Tocantins há mais de 40 anos, Siqueira Campos merece o abraço e as homenagens que o

⁵⁵ Segundo se comenta na capital e outras cidades do Estado, o clã dos Siqueira Campos tem participação, direta ou mediante prepostos, nas maiores empresas de comunicação social do Estado.

⁵⁶ *Siqueira e os seus 74 anos* (editorial). **Folha Popular**, 1º de agosto de 2002, p. A-2. A cidade de Arraias (sudeste do Tocantins, a 446 km da capital) comemorava o seu 262º de emancipação naquela data (1º de agosto de 2002) e servia de palco para a abertura oficial da campanha da *União do Tocantins*, coligação político-partidária capitaneada pelo governador tendo como candidato à sua própria sucessão o deputado estadual Marcelo Miranda (PFL).

povo tocantinense vai lhe prestar hoje, independentemente de cor, credo, situação social e partido político.⁵⁷

O editorial lembra mais uma façanha do governador, recém-chegado de mais um périplo internacional:

Para estar junto dos seus irmãos do Tocantins, Siqueira Campos fez mais uma das suas: saiu do Irã, reuniu-se com empresários na Alemanha, passou pela Itália e correu atrás de alternativa de vôos para chegar ontem à tarde ao Rio, em condições de estar, hoje, em Arraias. O artigo encerra-se com nuances apoteóticas: O governador chega ao Tocantins com o espírito de sempre – entusiasmo e confiança no futuro. E encontra no seu povo, o mesmo carinho e a mesma certeza de que ele, em qualquer situação, está trabalhando para melhores condições de vida da população.⁵⁸

O artigo de fundo de outra edição do jornal asseverou, em conclusão também apoteótica:

(...) a população tocantinense está satisfeita com o governador Siqueira Campos, que tem trazido para essas terras o progresso e apóia, incondicionalmente, os seus candidatos, para que esse desenvolvimento continue, sem interrupção (...) para que o Tocantins não pare e continue ocupando o lugar que lhe está reservado no cenário internacional.⁵⁹

O jornal publicou, no mesmo dia, em comum com o outro periódico de maior representatividade no Estado, matéria de folha inteira, alusiva ao natalício. Ilustrado por um sorridente e imenso retrato do homenageado, o texto, de responsabilidade da Associação dos Pioneiros de Palmas (APP), proclamava:

⁵⁷ IDEM Ibidem

⁵⁸ IDEM Ibidem

⁵⁹ *A festa da democracia. Folha Popular*, 29 de junho de 2002. A afinidade entre este periódico e a oligarquia tocantinense é revelada pelos vínculos do editor-chefe e Governo Estadual. A vereadora Warner Pires (PPB), autora do projeto que concedeu ao jornalista o título de Cidadão Palmense, ao falar sobre a concessão, informou: "Luiz de Carvalho é um grande merecedor dessa honraria. Ele está presente em nossa cidade desde a sua fundação, realizando trabalho da maior relevância para o povo e de suporte para os governantes, estando sempre quase que no anonimato", (...) Ela lembra que o jornalista, nos primeiros momentos do Estado, ainda em Miracema, atuou ao lado do Governador Siqueira Campos, como seu Secretário de Comunicação e Presidente da COMUNICATINS, transferindo-se, com o Governo para o sítio de Palmas, onde está até hoje, sempre atuando na comunicação e, de consequência, trabalhando na conscientização da população. *Folha Popular*, edição de 07 de maio de 2002, disponível no site <http://folhapopular.com/mostranoticias.asp?id=198>. Acesso em 2 ago 2002.

Parabéns, Siqueira!
 Um abraço do povo tocantinense!
 Sua vida é o nosso melhor presente! ⁶⁰

Um arroubo maior, de natureza transcendental, encontra-se na seção *Cultura* de um pequeno jornal de Palmas, sobre uma cerimônia religiosa de inspiração protestante. A matéria reproduz trechos do discurso proferido pelo homenageado, a 09 de dezembro de 2001, na Praça dos Girassóis, em comemoração ao Dia da Bíblia. Palavras de Sua Excelência:

Como governador do Estado do Tocantins, pela graça de DEUS, declaro que o povo tocantinense é um povo de princípios cristãos-bíblicos.(Sic)

Declaro que a Bíblia norteia nosso destino e que não abrimos mão dela para a construção de uma sociedade justa, fraterna, progressista e ordeira.

Declaro que o povo do Tocantins, em sua maioria esmagadora, crê em DEUS e temos na Bíblia, o meio de conhecê-lo melhor.

Declaro que é livre o ensino da Bíblia respeitando as liberdades individuais, em todos locais e situações.

Declaro que o meu Governo busca a prática dos princípios públicos em todas as ocasiões, ou seja, que a fé possa ser expressa livremente e que o bem comum seja buscado com determinação, e assim o amor a DEUS e ao próximo também são ações do meu governo e minhas como governador.

O Tocantins é do SENHOR JESUS!!!

O Governador e o Povo de DEUS declaram isso!!! (Grifos no original)

O panegírico do jornal ao governador – *Empreendedor do Rei Jesus* – não é menos excelso:

Magnífico estadista e internacionalmente renomado, Siqueira Campos é indubitável e indescritivelmente digno de todos os efusivos parabéns dos Guerreiros de JESUS do Tocantins, do Brasil e do planeta Terra na especialíssima data de 1º de agosto (aniversário do governador). E acima de tudo, o Povo de DEUS felicita esse Genial Humanizador do

⁶⁰Folha Popular, 1º de agosto de 2002, p. A-14 e Jornal do Tocantins, 1º de agosto de 2002, p. 14 (1º caderno)

Progresso, pela profetizada fundação e construção de Palmas: a cidade do Rei JESUS e Capital Evangélica do Brasil.⁶¹

Os encômios de um *video tape* profusamente veiculado pelas emissoras locais de TV – sobremaneira no *horário nobre* – na véspera e no dia do 74º aniversário do oligarca não foram menos entusiásticos. A matéria, de responsabilidade da Associação dos Pioneiros de Palmas (APP), exaltava as qualidades do homenageado, qualificando-o de forma diversa:

Brasileiro, nordestino, tocantinense.

Já foi José, Wilson, hoje é Siqueira Campos.

Profissão: realizador de sonhos.

Cabra corajoso mas que não tem vergonha de chorar.

O prócer *aprendeu com a vida* e passou a *ensinar com os seus exemplos* – informa o texto. Ressalta a fama de líder operoso, que, por não saber que há coisas impossíveis, acaba concretizando-as. Por isto é um *realizador de sonhos, dos seus e de muita gente*. E aduz: *Siqueira Campos: nome de herói, cabeça de estadista, jeito de matuto, coração de menino. 74 anos e uma imensa vontade de viver. A mesma vontade nossa de vê-lo vivo, trabalhando, sonhando, ensinando, renovando, construindo...*

Hipertrofiada no Tocantins, A utilização dos meios de comunicação de massa como instrumento de promoção do Poder instituído, configurou-se como um fenômeno abrangente, nacional.⁶² No Tocantins, porém, ela chegou ao paroxismo.

A oligarquia estadual não desfruta de igual tratamento nem igual prestígio nos órgãos da chamada *Grande Imprensa*. Embora nem sempre descomprometida com

⁶¹ *Guerreiro de Jesus. Exército de Cristo. O Jornal*, edição de 28 de julho a 03 de agosto de 2002, p. 14. Numa estranha coincidência, insinuando certa ironia, a matéria tem como rodapé uma *ordem do Senhor Deus aos Exércitos*, uma citação de um trecho do Antigo Testamento: *Não farei para vós ídolos, nem vos levantareis imagem de escultura, nem estátua, nem poreis pedra figurada na vossa terra, para inclinar-vos a ela; porque eu sou o Senhor vosso Deus. (Levítico, 26.1)*

⁶² *A história recente do Brasil permite antever que a participação da mídia no processo político, enquanto instrumento das forças conservadoras, tende a aumentar, na medida em que siga crescendo a população urbana, mantendo-se o atual ritmo da penetração dos meios de comunicação nos mais variados segmentos da sociedade civil e, sobretudo, que seja conservada a atual estrutura de concessões de estações e canais a um reduzido grupo de empresários representantes de interesses oligárquicos* BURSZTYN, Marcel. *O país das alianças: elites e continuísmo no Brasil. Op. Cit.*, p.124.

interesses particulares, os órgãos de alcance nacional, em regra, ao contrário da reverente e submissa mídia tocantinense, não fecham os olhos a práticas censuráveis da oligarquia e não lhe poupam críticas acerbas. Matérias veiculadas por tais órgãos trazem a lume, em tom de denúncia, vícios diversos, como favorecimentos espúrios, nepotismo, manipulações e artimanhas políticas. Na Grande Imprensa, até quem ressalta os atributos do governador tocantinense não deixa de reconhecer seus despropósitos. Entre avultados elogios a Siqueira Campos, um jornalista de renome nacional afirmou:

Nada se faz sem a sua interferência. Nenhuma conta de mais de R\$ 80 mil reais é paga sem a sua aprovação pessoal, ainda que conste do orçamento. Acrescenta em tom de reconhecimento e justificativa: Siqueira Campos é acusado de centralizador e autoritário. Centralizador é mesmo, confesso. Autoritário também deve ser, vindo da cultura autoritária do Nordeste e tendo sido, no passado, simpatizante do Partido Comunista, na sua fase mais stalinista.⁶³

As ressalvas desse cronista constituem-se simpáticas amenidades quando comparadas ao cáustico tratamento dado à oligarquia tocantinense pelos grandes órgãos de comunicação social sediados além-Tocantins. Estes não poupam o líder político tocantinense. Publicam fatos, contradições e bizarras jamais criticados pela dócil mídia local. Um desses órgãos, v.g., alude a acontecimentos remotos como a defesa feita por Siqueira Campos, em 1977, da candidatura do general Sílvio Frota – da obscurantista e radical *linha dura* – à sucessão do general Ernesto Geisel. A revista contrasta essa atitude reacionária com o fato de, anos depois, governador de Tocantins, Siqueira Campos erguer um memorial à Coluna Prestes *sob protesto da historiadora Anita Leocádia, filha do líder do movimento, o comunista Luís Carlos Prestes.*⁶⁴

⁶³ ALVES, Márcio Moreira. **Brava gente brasileira**, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001, pp 66 e 68. Os textos reunidos neste livro versam sobre matérias que subsidiaram a coluna diária do autor em jornal carioca: *Cruzo este país o tempo todo, com o mesmo propósito: descobrir exemplos esperançosos, que possam ser reproduzidos e, pela publicidade que lhes dou através da coluna que diariamente publico em O Globo, torná-los conhecidos.* IDEM, *Ibidem*, p. 09.

⁶⁴ *A bancada dos Siqueira. Veja*, edição 1736, de 30 jan de 2002.

O tom denunciativo persiste em outra informação sobre uma obra monumental e perdulária de Siqueira Campos – a construção, em Palmas, ao custo de R\$ 5.900.000,00, de uma estátua do Cristo Redentor, 10% mais alta do que a do Rio de Janeiro.⁶⁵

A grande mídia vai além da denúncia de ostentações monumentais, faraônicas. Nela, em regra, o grupo hegemônico é criticado por ações políticas que lembram práticas coronelísticas das primeiras décadas do século XX.

As denúncias de maior gravidade recaem sobre a *política do favor*, antigo vício nacional considerado *base e fundamento do Estado brasileiro*, com forte influência perniciososa na gestão das coisas públicas. Pródiga no Tocantins, a prática do favor como moeda política *não permite nem comporta a distinção entre o público e o privado*.⁶⁶

A 31 de outubro de 1991, o jornal “O Estado de São Paulo”, de grande circulação no país, deu publicidade a pedido do deputado federal Edmundo Galdino (PSDB-TO) contra ato do ex-governador Siqueira Campos. O documento, dirigido à Procuradoria Geral da República, solicitava a esta considerar inconstitucional legislação emitida por Siqueira Campos a 15 dias do término do seu primeiro mandato de governador do Estado. Segundo o denunciante, o dispositivo permitiu parlamentares, magistrados, funcionários públicos e conselheiros do Tribunal de Contas do Estado comprar terras públicas do Tocantins a preços irrisórios. “Muitos amigos de Siqueira Campos conseguiram comprar vastas extensões de terras pelo preço de uma garrafa de cerveja”, asseverou o deputado. O hectare estava sendo vendido a Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) para glebas de até 200 ha. De 201 a 500 ha, o preço ascendia a Cr\$ 50,00. De 501 a 1000 ha custava Cr\$ 100,00. Pelo preço de mercado, cada hectare valia Cr\$ 340.000,00 – ressaltava Edmundo Galdino, que ficou paraplégico após sofrer um atentado em 1985, depois de divulgar o nome de grileiros no Tocantins.

O fato volta à tona no mês seguinte, ratificado pelo mesmo jornal. Segundo o periódico, utilizando-se da Medida Provisória nº 3, editada em 1990, (antes da promulgação da Constituição estadual o governador podia se valer desse instrumento, exclusivo do presidente), Siqueira Campos promoveu a venda do hectare de terra pública, fora de Palmas, para alguns amigos e auxiliares a Cr\$ 1,00 (US\$ 0.0012). O valor real do

⁶⁵ *Id. Ibid.*

⁶⁶ MARTINS, José de Souza. *O Poder do Atraso – Ensaios de Sociologia da História Lenta. Op. Cit.*, p. 20. Ver *O público e o privado na tradição oligárquica. Id. Ibid.*, pp 21-28.

hectare era, em média, Cr\$ 340.000,00 (US\$ 414). Em Palmas, de acordo com a mesma fonte, o hectare foi vendido por cerca de Cr\$ 10.000,00, em lotes comprados por desembargadores, juízes, procuradores de Justiça e 14 dos 24 deputados estaduais. A despeito das proclamadas pretensões ecológicas governamentais, *compraram até a reserva ecológica da capital* (1.004 hectares), *que deveria proteger as nascentes dos rios*, sendo esta área *dividida em chácaras*.⁶⁷

Ainda segundo o jornal paulistano, foram beneficiados com essas transações, entre outros, um ex-presidente do Instituto de Terras do Tocantins (Itertins); sua mulher e os filhos; onze deputados estaduais, na época; o chefe da Casa Civil; o secretário de Segurança Pública; o secretário de Assuntos Políticos; o vice-governador; o comandante da Polícia Militar; um conselheiro do Tribunal de Contas e o presidente do Tribunal Regional Eleitoral.⁶⁸

O fato causou repulsa em alguns. O procurador-geral do Estado, Coriolano Santos Marinho, declarou que, em mais de dez anos de exercício profissional nunca vira “tantos absurdos em nome da implantação de uma cidade” (Palmas). Na tentativa de neutralizar o problema, ingressou na Justiça com ações de devolução das áreas rurais desapropriadas pelo ex-governador.

Problemas envolvendo o Governo Siqueira Campos com questões da terra voltariam ao noticiário. A produção granífera no município de Campos Limpos (nordeste do Estado, limite com o Maranhão, a 450 km de Palmas) iniciou-se nos meados da década de oitenta,

⁶⁷ *Siqueira Campos cedeu terra a Cr\$ 1,00 o hectare*. Fonte: **O Estado de São Paulo**. Disponível no site <http://www.estadao.com.br/ext/diariodopassado/20011031/000031338.htm>. Acesso em 26 de março de 2000. Sobre Edmundo Galdino da Silva, ver MARTINS, Mário Ribeiro. **Dicionário Biobibliográfico do Tocantins**, Rio de Janeiro: Máster Editora Ltda, 2001, pp 198-199.

⁶⁸ *STF cede liminar contra Lei que permitiu venda de terras a Cr\$ 1,00*. Fonte: Agência Estado. Matéria disponível no site <http://www.estadao.com.br/ext/diariodopassado/20020702/000204966.htm> (matéria referente ao dia 02 de julho de 1992, assinada por João Domingos) acesso em 12 de julho de 2002. A matéria informa, ainda: *Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu liminar à ação direta de inconstitucionalidade da Lei 147/90, do Estado de Tocantins, que permitiu ao ex-governador Siqueira Campos (PDC) vender 1 milhão de hectares de terras a Cr\$ 1,00 o hectare, para amigos, parentes, políticos e magistrados. A ação foi ajuizada pelo procurador-geral da República, Aristides Junqueira, a pedido do deputado Edmundo Galdino (PSDB-TO). A decisão do STF ainda não significa que a Lei 147 foi extinta. Apenas suspendeu a sua validade, até que cheguem mais informações à Corte e seja julgado o mérito da ação. A Lei 147 originou-se da Medida Provisória nº 13, baixada no dia 10 de abril e aprovada pela Assembléia Legislativa sete dias depois - a Medida Provisória é um instrumento exclusivo do presidente da República, mas o governador de Tocantins pôde utilizá-la porque em 1990 o Estado ainda não tinha Constituição.*

antes da emancipação do Estado. Criado este, durante o primeiro mandato de Siqueira Campos os agricultores pioneiros foram três vezes ao governador reivindicar, sem sucesso, investimentos em obras de infraestrutura para o lugar (estradas, redes de energia elétrica, armazéns e silos para estocagem dos grãos). Em 1995, no exercício do segundo mandato, o governador programou uma festa de comemoração à abertura da safra no município. A idéia foi refugada pelos ressentidos fazendeiros locais, que informaram ao oligarca que ele não seria bem recebido. A atitude dos agricultores geraria incisivas retaliações através da assinatura de um decreto de desapropriação das terras. Informa uma revista de alcance nacional que em fevereiro de 1998, num *processo relâmpago* na Justiça Estadual, Siqueira Campos obteve a retirada dos fazendeiros e fixou a respectiva indenização em R\$ 9,60 por hectare, isto é, em 5% do valor de mercado.⁶⁹

Siqueira Campos reforçaria, com este ato, seus laços de amizade com personagens de envergadura considerável, revigorando seu prestígio político além dos limites tocantinenses. Segundo a mesma fonte, o governador já tinha uma *lista de notáveis* para ocupar o Projeto Campos Lindos: o ex-presidente da Infraero Adyr da Silva (contemplado com 1.541 hectares), o senador Cacildo Maldaner, do PMDB catarinense (1.550 hectares), Tiago Bergonsi Turra, filho do ex-ministro da Agricultura Francisco Turra (1.188 hectares), o ex-ministro da Agricultura Dalpasquale e seu filho Luiz Otavio (3.400 hectares).

A presidente da Federação da Agricultura do Estado de Tocantins (FAET), deputada federal Kátia Abreu (ela própria titular de 1.263 hectares) tentou justificar o ato governamental argumentando que as terras foram distribuídas a *produtores rurais tradicionais e eficientes*. Em abono ao seu arrazoado, acrescentou que “A idéia foi retirar da área especuladores que nada produziam.”

A argumentação de Kátia Abreu mostra-se inconsistente diante de outros fatos revelados pela revista, que acrescem certas implicações comprometedoras. O militar carioca Adyr da Silva afirma ser um *agricultor tradicional*, justificando-se, assim, sua

⁶⁹ *Negócio entre amigos. O governador Siqueira Campos é acusado de favorecer aliados com a desapropriação ilegal.* In *Época*, edição 147, de 12 de março de 2001. Matéria disponível no site http://epoca.globo.com/edic/ed120301/boxsoci3_1a.htm acesso em 31 de março de 2002. *Siqueirão é generoso com seus amigos. Deu, por exemplo, 1.500 hectares de terra ao ex-presidente da Infraero Adyr da Silva, responsável pela liberação de grande parte dos recursos que permitiram construir o Aeroporto Internacional de Palmas.* In *A bancada dos Siqueira. O governador do Tocantins é do PFL, joga para o PSDB, tem filhos em outras legendas e sonha com a Siqueirada no Senado.* *Veja*, ed. 1736, ano 35, nº 4, 30 jan 2002. Matéria assinada por José Edward.

afinidade com a compra. Sua admissão no projeto, entretanto, ocorreu sob uma coincidência embaraçosa: em 1997, ele foi o signatário de um convênio com o governo do Estado para repasse de dinheiro da Infraero destinado à construção do novo aeroporto de Palmas, obra que orçava em cerca de R\$ 76.500.000,00. Quanto a outro agraciado, Francisco Turra, o caso mostra-se ainda mais estranho. Advogado e político, seu trato com a terra limitava-se a um sítio de 4,8 hectares no interior do Rio Grande do Sul. “A FAET ofereceu a terra ao meu filho, mas ele não tomou posse da área nem sabe o preço” – afirmou o ex-ministro da Agricultura. Ratificou o desinteresse do filho Tiago acrescentando que o mesmo pensava em desistir do empreendimento em Campos Lindos e investir suas economias na compra de “um apartamentinho”.

A distribuição de terras públicas *a preços simbólicos* foi abordada, também, por outra revista de circulação nacional. A reportagem informou que a área vendida nessas condições no interior e no entorno da capital alcançou a estimativa mínima de 20.000 hectares (área semelhante ao município de Recife-PE). A matéria ressaltou que, sob o argumento oficial de povoar o Estado e a nova capital, as vendas foram feitas, em grande parte, a pessoas do círculo de amigos do governador. Acrescentou que o próprio Siqueira Campos vendeu a si mesmo uma área que ultrapassava 80 hectares. Nessa área, plantou 20.000 coqueiros e construiu um *lago cinematográfico*. Informa ainda que, em 1997, ele promoveu a desapropriação de uma fazenda de 354 hectares, contígua à sua chácara. O motivo alegado para a medida desapropriatória era a criação de um cinturão verde ao redor de Palmas. A área, no entanto, também foi transformada em chácaras e, segundo a revista, *entregues a autoridades, como o procurador-geral do Estado e o diretor do Instituto de Terras do Tocantins.*⁷⁰

Além de questões de ordem fundiária, a Grande Imprensa veicula outros despautérios ocorridos nas plagas tocantinenses. Sob a ebulição da falaciosa *caça aos marajás* do inditoso Governo Fernando Collor, um jornal paulistano revelou uma incômoda contradição vigente no Estado. Segundo o periódico, o Tocantins, *o mais pobre Estado do Brasil, é o paraíso para os que têm poder*. Ilustrando a afirmação, a matéria informa que a procuradora-geral de Justiça, Marilena Mendes Oliveira, ganhava salário que ascendia a

⁷⁰ *O caudilho do Tocantins*. Cit. Pela venda de terras públicas nessas condições, Siqueira Campos foi alvo de uma ação popular.

cerca de Cr\$ 7.550.000,00, equivalente, à época (novembro de 1991), a US\$ 9.200,00. Os vencimentos dos desembargadores, por sua vez, alçavam-se a cerca de Cr\$ 4.500.000,00 (US\$ 5.480,00), para cada um. Para realçar o despropósito salarial, um confronto: um ministro do Supremo Tribunal Federal, com todas as vantagens, ganhava Cr\$ 2.700.000,00.

*Mas os altos salários não são os únicos privilégios das autoridades estaduais – salienta o jornal.*⁷¹

2.3 A parentela, o círculo de amigos e agregados.

Esses fatos evidenciam a diversidade de tratamento dado pela oligarquia aos parentes e amigos de um lado e aos adversários e desafetos de outro.

À semelhança do coronelismo nos seus áureos tempos, o ostracismo político constituía-se, em regra, a consequência inevitável para os dissidentes oligárquicos. Quem discrepasse da orientação do líder do grupo hegemônico era alijado da vida pública, ou nela permanecia sem alcançar sucesso.

As relações entre o governador Moisés Avelino e o seu antecessor não eram nada cordiais, mágoas recíprocas e reações comuns a adversário políticos. As rivalidades entre os dois, emergiram nas páginas dos jornais. Segundo notícia veiculada, o ex-governador propôs-se um auto-exílio em protesto contra o seu sucessor e a política de desenvolvimento que este implantara no estado. Iria morar, durante dois anos, na região do Jalapão, a mais carente do Estado. Revoltara-se pelo fato de, segundo alegava, a única obra realizada por Avelino até então haver sido o asfaltamento de uma estrada, entre a capital Palmas e a cidade de Paraíso, reduto eleitoral do então governador. A estrada era um autobenefício, pois em Paraíso estavam a fazenda e a casa de Moisés Avelino, acrescentava.⁷²

⁷¹ *Tocantins tem marajás de US\$ 9 mil.* Notícia datada de 16 de novembro de 1991. Disponível no site <http://www.estadao.com.br/ext/diariodopassado/20011116/000031271.htm>. acesso em 13 mar 2002. Matéria assinada por João Domingos.

⁷² *Ex-governador vai se exilar no interior do Tocantins.* Fonte: Agência Estado, 16 jan 1992. Matéria disponível no site <http://www.estadao.com.br/ext/diariodopassado/20020116/000118955.htm>. A matéria revela a penúria de uma região que, por seu potencial turístico, seria considerada, posteriormente, um privilégio do Estado: *Para protestar contra seu adversário político, Campos escolheu o município mais pobre do Tocantins, que fica na divisa com os estados do Piauí, Maranhão e Bahia. A renda per capita não ultrapassa os US\$ 2,00 (Cr\$ 2.404,00 ao câmbio comercial de hoje [15 de novembro de 1992]) anuais e o solo é tão árido que a população atual, com pouco mais de dois mil habitantes, mantém a mesma taxa de*

Finda a gestão Moisés Avelino, Siqueira Campos voltou fortalecido aos embates eleitorais, indo ocupar o Palácio Araguaia pela segunda vez. O bom êxito tinha um dos seus esteios principais no princípio de manter, em pontos cruciais, membros da parentela e amigos fiéis.

Próximo ao término do segundo mandato, após consulta ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Siqueira Campos deixa estrategicamente o governo, em abril de 1998. Com isso, torna elegíveis os filhos Eduardo e Thelma. O primeiro, que fora prefeito de Palmas e duas vezes deputado federal, pleiteou, então, a senatoria tendo a irmã como suplente. As candidaturas de pai e filho foram marcadas pelo sucesso já no lançamento: *eles deixaram os adversários a comer poeira desde que anunciaram suas candidaturas. (...) têm a vitória praticamente garantida.*⁷³

Aliados de primeira hora da reeleição de Fernando Henrique Cardoso, os Siqueira Campos conseguiam arrebanhar um expressivo montante de votos para o novo mandato do presidente da República. Às vésperas do pleito ao Palácio do Planalto, o candidato à reeleição contava com 54,9% das intenções de voto no Estado. Significativo é o fato de o Tocantins ser a unidade federada onde o candidato de oposição, Luiz Inácio Lula da Silva, ter o mais baixo índice nas pesquisas: 15,7%.⁷⁴

Além da reeleição do pai, o filho Eduardo foi eleito senador com 75% dos sufrágios válidos, *recorde nacional de voto proporcional entre os 27 senadores vitoriosos nas urnas de 4 de outubro* (de 1998). O sucesso alcançou também, como consequência necessária, a filha Telma – até então secretária do Trabalho e Ação Social do Estado –, eleita suplente do irmão.⁷⁵

A parentela distribuída em postos estratégicos era uma velha prática de preservação do poder oligárquico e não se restringia ao recente Estado do Tocantins. Em outubro de 2001, v.g., além de Eduardo Siqueira Campos e sua irmã Telma, havia outros casos idênticos no Senado. Jader Barbalho (PMDB-PA) tinha o próprio pai, Laércio Barbalho,

crescimento nos últimos 26 anos. A cidade de Jalapão (sic) já esteve relacionada pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) como ponto ideal para abrigar os rejeitos radioativos, originados pelo acidente com o célio-137, há quatro anos, em Goiânia.

⁷³ *Tudo em Família. Istoé*, ed. de 9 set 1998, seção *Eleições* 98. Disponível no Site <http://www.terra.com.br/istoe/politica/151031.htm>. Acesso 27 fev 2002.

⁷⁴ *Idem, ibidem*. Dados da pesquisa de intenção de voto ISTOÉ/Brasmarket/SBT.

⁷⁵ *Em nome do pai*. Revista *Época*, edição 21, de 12 de setembro de 1998 (seção *Almanaque*). Disponível no site <http://epoca.globo.com/edic/ed121098/almanab.htm>. Acesso em 01 mar 2002.

como suplente. Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), ao perder o mandato por força do envolvimento na violação do painel de votação, foi substituído pelo filho, Antonio Carlos Magalhães Junior. Íris Rezende (PMDB-GO), por sua vez, tinha como substituto o seu irmão Otoniel Machado. O mesmo acontecia com Alberto Silva (PMDB-PI) e seu filho Marcos Silva e Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) cuja suplência era ocupada por João Thomé Mestrinho. Às vezes, o posto era conseguido de forma indireta: a mulher de Íris Rezende – homônima do marido – ocupa a suplência de Maguito Vilela, do mesmo partido e Estado.

Essa prática incomodava uma parcela dos integrantes do Senado e sua anulação tornou-se o objeto de um projeto da senadora Marina Silva (PT-AC), que pretendia aprová-lo ainda naquele mês para que começasse a vigorar na eleição do próximo ano, ou seja, a de 6 de outubro de 2002. Pelo projeto da parlamentar acreana, ficaria impedido o registro, como suplente, de cônjuges e parentes, até segundo grau, de candidatos ao Senado. A iniciativa tinha caráter moralizador. A autora, inspirada em Norberto Bobbio, julgava ser o nepotismo uma modalidade de corrupção, pois o único atributo de um familiar indicado por um político é ser parente de autoridade.

A proposta obteve 38 dos 81 votos. Foi rejeitada pela falta de mais três sufrágios, que lhe garantiriam o mínimo necessário à aprovação. Caso o tivesse aprovado, o Senado teria contribuído para a consecução de uma forma de estimular a vida partidária fora das oligarquias – na opinião de Artur da Távora (PSDB-RJ), líder do governo, favorável à aprovação. O mandato de senador não é uma capitania hereditária – corroborou Sebastião Rocha (PDT-AP).⁷⁶

O fenômeno no Tocantins se insinuava como mais pujante do que nos demais Estados. O clã hegemônico, utilizando-se de mecanismos habituais, mostrava-se disposto a ocupar todos os espaços. A magnitude das pretensões chegou a afetar esferas transcendentais aos limites estaduais. Utilizando-se do recurso das migrações partidárias, a

⁷⁶ Cf. *Parente é suplente. Fim da farra*. *Jornal da Tarde*, ed. de 1 de outubro de 2001 disponível no site <http://www.jt.estadao.com.br/editoriais/2001/09/01/po1008.html>. Acesso em 13 mar 2002 em combinação com *Senado mantém parentes como suplente*. *O Estado de São Paulo*, ed. de 17 de outubro de 2001, disponível no site <http://www.estadao.com.br/agestado/noticias/2001/out/17/205.htm>. Acesso em 13 de março de 2002. Ao tempo, o Senado contava com 11 senadores suplentes, que assumiram o cargo sem haver recebido um único voto. O fato não era inédito: na legislatura anterior eles chegaram a 20 casos. A presença desta categoria de parlamentares dificulta a mudança das regras através de projetos como o do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que estabelecia eleição para a vaga de suplentes.

oligarquia soube se apossar dos pontos-chaves da estrutura político-partidária nacional, distribuindo a parentela entre várias agremiações. O pai (apelidado Siqueirão, por órgãos de imprensa) era filiado ao PFL, o filho José Eduardo (Siqueirinha) migrou para o PSDB, a filha Telma vinculou-se ao PTB e a filha Estela ao PPB.

Valendo-se da ironia, uma publicação afirmou que Siqueira Campos faz valer a frase que, por sua inspiração, está no brasão do Tocantins: “Esta terra é nossa”.⁷⁷

As matérias publicadas sobre o pujante mando pessoal e a desmedida política de favor praticados no Estado sensibilizaram leitores do Tocantins. Discrepando do grande silêncio crítico da opinião pública estadual, dois leitores de Miracema do Tocantins atreveram-se a louvar publicamente as críticas veiculadas sobre a oligarquia. Na primeira correspondência, a signatária afirma com sutil corrosão:

A reportagem “A bancada dos Siqueira” (30 de janeiro), a respeito do governador do Tocantins, o senhor Siqueira Campos, é muito pertinente. Dessa forma, tornam-se públicos para o país (pois para nós já não é novidade) o poder e a tirania que ele exerce em nosso Estado. Aqui, muitos já estão indignados com a administração de Siqueira, devido aos aspectos apresentados na reportagem e a outros que vemos no cotidiano. Ele é dono de todo este território: essa é a verdade. Mas não se pode negar que ele fez e faz muito em prol deste lugar. Afinal, ele tem de cuidar de suas terras. A segunda carta não é menos cáustica: Está de parabéns a revista VEJA por mostrar para o Tocantins e o Brasil o que é o clã dos Siqueira. O Tocantins, que foi criado para ser um Estado-modelo, transformou-se numa capitania hereditária.⁷⁸

⁷⁷ *A bancada dos Siqueira*. Op. cit. No texto consta a tradução da frase do brasão do Estado. No original, ela está em língua indígena: *Co yvy ore retama*. Beneficiado pelos laços filiais, José Eduardo Siqueira Campos constituiu um invejável currículo político. Deputado Federal aos 30 anos (1989 a 1991) pelo Tocantins, foi reeleito para a Legislatura 1991/1995, sendo o mais votado, renunciou ao segundo mandato legislativo para exercer o de primeiro prefeito eleito (com 9.707 dos 22.603 votos) de Palmas, capital do Estado (1993-1996). Elegeram-se senador com 291.624 votos (74% dos válidos) para a legislatura 1999-2007.

⁷⁸ *Veja*, Ed. 1737, de 06 de fevereiro de 2002, Seção *Cartas*. Correspondências assinadas por Cláudia Vieira e Josiram Bezerra, respectivamente. É admissível supor que esses comentários sobre o oligarca estejam ligados a indisposições ligadas ao fato de Miracema (a 80 km de Palmas) haver sido preterida como sede do Governo. José Wilson Siqueira Campos anulou a condição da cidade como primeira (provisória) capital do Estado e determinou a criação de Palmas. O fato gerou ressentimentos que perduraram por décadas.

A dimensão do domínio da família sobre o Estado é criticada na Grande Imprensa até de forma indireta e tangencial. Em dezembro de 2001, uma articulista de um jornal paulistano, ao analisar o problema da escassez de leitura por parte da maioria dos brasileiros, alude ao Tocantins e seu governo de forma especial.⁷⁹ O texto, mordaz, afirma que Estamos preparando uma Nação de imbecis, para substituir uma Nação de alienados. Acrescenta que Para nossa vergonha, o mundo todo está sabendo. Em arrimo à asserção, transcreve trecho de uma matéria publicada pela **Folha de São Paulo** sobre o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA). O programa aferiu, pela primeira vez, o desempenho de estudantes com 15 anos nas redes pública e particular de ensino de 32 países. O Brasil foi o último colocado nessa avaliação. A partir desta constatação vexatória, a articulista deduz ser o brasileiro desafeito à leitura e, daí, desinformado, desconhecendo o que acontece à sua volta. Por esta razão vive caindo em armadilha e não tem capacidade em escolher governos que prestem. Para ilustrar esse deplorável estado de ignorância e alienação, ela alude a um programa de televisão de grande sucesso e, nesse, ao Tocantins: O “Show do Milhão” já mostrou. Em um dos programas, os universitários de Tocantins, o mais novo Estado brasileiro que virou capitania hereditária para a família Siqueira Campos, não souberam responder (...) o que era quadriênio.⁸⁰

O nepotismo constituiu-se numa sobrevivência histórica no Tocantins, segundo se infere pelas notícias veiculadas. O empreguismo familiar restaurou práticas que vigoraram no resto do país décadas e décadas. Segundo matéria publicada, a primeira-dama do Estado, v.g., promotora pública, passou a exercer o cargo de assessora especial do procurador-geral de Justiça, encarregado, por definição, de investigar eventuais irregularidades do governo estadual. Este fato não abalou a autoridade, que, integrada ao *modus vivendi*, declarou não ter *nenhum constrangimento em empregar a mulher do governador em meu gabinete ou em ter recebido licença do governador para ocupar uma chácara*.⁸¹

⁷⁹ *E viva a ignorância* artigo de Maria Eloísa do Nascimento, jornalista e advogada. Disponível no site <http://www.estadao.com.br/artigodo leitor/htm/2001/dez/20/277.htm> acesso em 26 mar 2002. A articulista faz um interessante trocadilho: *Sobra LER no Brasil. Falta LER no Brasil*. O primeiro LER significava a Lesão por Exercício Repetitivo, seqüela dos que abusam do uso do teclado do computador ou não sabem usá-lo corretamente. O outro LER, o que falta, é, *o passar os olhos nas letras de um bom livro, assimilar o que está escrito e ao menos, ter a capacidade que (sic) repetir a essência do que contém a publicação. Sem babar*.

⁸⁰ *Id. Ibid.*

⁸¹ *O caudilho do Tocantins*. Cit.

O favorecimento familiar é ilustrado por outro exemplo veiculado. Sob o crisma do Tribunal de Contas do Estado, o governador entregou, sem processo licitatório, a ampliação do Palácio Araguaia à mesma empreiteira goiana que construíra o prédio, em 1989. As obras atingiam o montante de dezesseis milhões de reais. A empresa executora da reforma substituiu o carpete do paço governamental por granito comprado à Granitos Palmas, pertencente a José Wilson Siqueira Campos Filho.⁸²

Na edição seguinte à que reportou tais acontecimentos, a revista publicou uma significativa carta de um leitor do interior do Estado: Excelente e surpreendente a reportagem “O Caudilho do Tocantins” (19 de julho) por mostrar a realidade que todos os tocantinenses enfrentam e porque nenhum outro meio de comunicação jamais ousou divulgar a ditadura disfarçada do governador Siqueira Campos.⁸³

2.4 Palmas para a prefeita!

A oligarquia não mede esforços para ensejar a vitória de aliados e prepostos. O fato foi ilustrado por reportagem sob o emblemático título “Eu vendi meu voto” seguido por uma esclarecedora introdução: *Depoimentos mostram, com uma clareza raramente vista, que a eleição da prefeita de Palmas, ocorrida em 2000, foi um festival de irregularidades.⁸⁴*

A publicação lembra que o fato não era incomum no país, pois, *a distribuição de comida, chinelo e dentadura em eleição é uma prática recorrente na vida política brasileira. Comprar voto também não é uma novidade. O caso da prefeitura de Palmas, entretanto, destoou pelo desbragamento temerário. Em regra, tais negociações (...) são feitas na surdina, raramente se tem a chance de conhecer os mínimos e despidorados detalhes do crime. No Tocantins, o espetáculo veio integralmente à luz.⁸⁵*

⁸² O Tribunal de Contas do Estado aceitou a versão apresentada pelo Governo Siqueira Campos de que não se tratava de uma reforma mas da continuação da obra original. *O caudilho do Tocantins* está no site http://www2.uol.com.br/veja/190700/p_o82.html acessado em 21 de fevereiro de 2002.

⁸³ Carta enviada por Cícero Sales da Silva, da cidade de Gurupi. *Veja*, ed. de 26 de julho de 2000, constante no site <http://www2.uol.com.br/veja/260700/cartas.html> acesso em 21 fev 2002.

⁸⁴ “Eu vendi meu voto” in *Veja* edição 1674, de 8 nov 2000, disponível no http://www2.uol.com.br/veja/081100/p_052.html acesso em 21 fev 2002.

⁸⁵ IDEM *ibidem*

As confissões são de clareza meridiana. Algumas revelam o constrangimento dos subornados, atribuindo ao estado de pobreza causa eficiente do crime:

- Não acho correto ter vendido o voto. Até estou um pouco envergonhado, mas o dinheiro veio em boa hora. Minha luz estava cortada desde março. (João da Silva Brandão, 45 anos, residente em um casebre de um quarto, que divide com a mulher e seis filhos).
- Muita gente ganhou o dinheiro também. Não fui a única, não. Fui fazer isto logo na minha primeira eleição. (R.C.P., de 17 anos, mãe de um recém-nascido. Segundo declarou, vendeu o voto para comprar arroz, feijão e uma caixa de leite para o filho de quatro meses).
- Todo mundo pegou o dinheiro. Por que só eu não pegaria? (João Alves de Oliveira, 32 anos, motorista).⁸⁶

As denúncias do crime eleitoral (pena mínima de dois anos de prisão) foram catalisadas pelo descumprimento do trato por parte dos corruptores. Cada voto seria comprado por R\$ 100,00 (cem reais), pagos em duas parcelas iguais. Muitos “vendedores” receberam apenas a primeira, o que causou protestos:

- Político não tem palavra mesmo. (Benício de Oliveira, 55 anos, desempregado, um dos “lesados”)
- Da próxima vez, eu pego os 50 reais e voto no outro candidato. (R.C.P., a mãe adolescente).
- Peguei 50 reais e iria ganhar outros 50 depois da eleição. Fiz a minha parte, mas eles não pagaram a outra metade. Se tivessem feito certo, eu nem abria a boca. (Miguel Barros da Silva, 22 anos, estudante, ex-pedreiro, desempregado).⁸⁷

*A sucessão de denúncias chegou à Polícia Federal (PF) e ao Ministério Público, que colheram os depoimentos pertinentes. A publicação adianta, com ironia, que a partir dessas (...) confissões, a Polícia Federal flagrou o esquemão do governador do Tocantins, José Wilson Siqueira Campos, com a boca na botija – ou com a mão na carteira.*⁸⁸

⁸⁶ IDEM *ibidem*

⁸⁷ IDEM *ibidem*

⁸⁸ IDEM *ibidem*

Segundo a matéria publicada, o plano de conquista da Prefeitura de Palmas, através da eleição da candidata Nilmar Ruiz, foi realizado literalmente na base do custe-o-que-custar. Ela venceu o adversário (Raul Filho, do PPS) por uma diferença de 1.410 votos.

Fundada nos depoimentos colhidos pela PF, a mecânica do aliciamento era constituída de algumas etapas. 500 líderes, foram contratados por Cr\$ 250,00 per capita. Cada um deles, tinha a incumbência conseguir trinta eleitores ao custo de R\$ 100,00 por cada voto. No fim de setembro de 2000, cada líder recebeu R\$ 1.500 reais, nos quais repassaria R\$ 50,00 para cada eleitor. A outra metade seria entregue após a eleição. Um simples cálculo aritmético mostrava que 15 mil votos seriam comprados por R\$ 1.500.000,00. Desconfiados da honestidade dos corrompidos, os corruptores adotaram um controle quanto a possíveis traições: para receber os R\$ 50,00, cada eleitor deveria descrever a roupa que a candidata Nilmar Ruiz usava na foto da urna eletrônica.

O ardil não foi feito à revelia do primeiro escalão oligárquico, segundo suspeita a revista. Ao contrário, a publicação assegura a existência de indícios arrebatadores de que Siqueirão está por trás do esquema. Como fundamento da suspeita, a matéria argumenta que a PF dispõe de depoimentos de pessoas que participaram de reunião numa chácara, a 20 quilômetros de Palmas, de propriedade do governador. Uma dessas, João Francisco dos Santos, secretário do sindicato dos taxistas de Palmas, informou que o senador Eduardo Siqueira Campos, o Siqueirinha, participou da primeira reunião. Nessa, os líderes compradores de voto receberam R\$ 250,00 além de vales para táxi e ônibus.⁸⁹

O caso foi denunciado na Câmara Federal, com grande ênfase:

Após o PPS já ter se manifestado aqui nesta tribuna sobre o absurdo das eleições para prefeito em Palmas, constatamos que não só a capital, mas também todo o Estado do Tocantins está em perigo. O mais novo estado federativo do Brasil corre o risco de se tornar um lugar dominado por uma dinastia política, onde nem a imprensa nem a justiça estadual são independentes ou imparciais.⁹⁰

O denunciante historia os fatos e os mecanismos empregados pela oligarquia local:

⁸⁹ "Eu vendi meu voto". Cit.

⁹⁰ Discurso proferido pelo Deputado Rubens Bueno (PPS/PR), em sessão no dia 07/ 11/2000. Disponível no <http://www.rubensbueno.com.br/VerPeriodico.asp?pcod=2279>. Acesso em 02 ago 2002.

Toda sujeira que ocorreu nas eleições começou com um incêndio muito suspeito em que foram queimados 18 mil títulos eleitorais. Até o dia da eleição, foram entregues somente 8 mil das 18 mil segundas vias desses documentos. A União do Tocantins, liderada pelo governador Siqueira Campos, apresentou uma candidata que, já nas pesquisas feitas pelo Ibope e Serpes, não tinha a menor possibilidade de vencer a eleição. Inconformados, o governador e seu filho (o senador Eduardo Siqueira Campos) começaram a atacar o adversário Raul Filho com panfletos do mais baixo nível, além de acusar - entre outras coisas - o candidato que tinha maior aceitação nas pesquisas de ser contra a Universidade Federal do Tocantins, enquanto o que Raul defendia era que os servidores desta nova universidade não fossem contratados pelo regime da CLT.⁹¹

Tais expedientes, segundo o orador, vigoravam por força do grande poder de manipulação concentrado nas mãos do grupo hegemônico estadual:

A família Siqueira Campos tem domínio quase total dos meios de comunicação do Estado, pois um grupo econômico, dono de empreiteiras que prestam serviço para o Estado e à prefeitura de Palmas têm, só na capital, três emissoras de televisão e um jornal diário. Muitas pessoas com trânsito livre no Governo afirmam que esse complexo econômico é dos Siqueira. É absurda a ameaça de demissão que foi feita aos funcionários públicos municipais e estaduais às vésperas das eleições, obrigando os mesmos a trabalhar na campanha da candidata apoiada pela família Siqueira Campos. Os funcionários ainda foram obrigados a conseguir dez eleitores em troca de uma cesta básica de alimento e 50 reais que cada um ganhou. Sem falar, (...) na insinuação feita pelo Governador aos empresários da capital de retirar de Palmas todos os recursos estaduais. Dois dias antes da eleição, Siqueira Campos reuniu 4 mil funcionários públicos e lideranças comunitárias em sua chácara para afirmar que teria que vencer aquelas eleições. Para isso, nas regiões mais pobres da cidade, os presidentes das associações de moradores ganharam dinheiro para arrebanhar votos e a eles foi dito que, pelo número de seus títulos de eleitor, os defensores de Nilmar Ruiz saberiam em quem eles votaram. O que mais é preciso, senhor Presidente, para que as eleições para prefeito de Palmas sejam impugnadas? O poder do governador é tanto que foram transferidos da capital tocaninense os policiais federais lotados na Superintendência da PF em Palmas que autuaram e prenderam em flagrante vários militantes e um deputado da União do Tocantins por crime eleitoral - no início da tarde do dia da eleição via-se claramente a distribuição de dinheiro nas filas de votação.⁹²

⁹¹ IDEM *ibidem*

⁹² IDEM *ibidem*

O orador prossegue em seus protestos e denúncias:

É inadmissível que o mais novo estado brasileiro seja hoje uma terra sem lei, governada por pessoas que ameaçam seus habitantes e limitam o poder da imprensa e da justiça. Os meios de comunicação de Tocantins encontram-se em uma difícil situação, pois dependem em mais de 90% da mídia do Estado e da Prefeitura de Palmas. Um dia depois da eleição, um jornal de Palmas não circulou e nem mesmo sua edição não estava disponível na Internet. Para finalizar e finalmente não deixar mais dúvidas do papel suspeito que a Justiça desempenha no Estado, foi concedida liminar favorável ao pedido do governador de tirar do ar uma mensagem que o candidato Raul Filho gravou e pagou para ser veiculada na única emissora de televisão atuante em Palmas que não pertence ao grupo dos Siqueira. Enquanto isso, Siqueira e a prefeita eleita, Nilmar Ruiz, exerceram plenamente seu direito de expressão, tendo sua mensagem de agradecimento veiculada livremente pelas emissoras de rádio e televisão. O Ministério Público Estadual é o único poder que ainda tem possibilidade de se soltar dessas amarras. Alguns de seus representantes se revoltaram contra este desmando total no Estado e fizeram um abaixo assinado endossando o pedido que o Ministério Público Federal fizera ao Tribunal Regional Eleitoral para que fosse providenciada a intervenção de tropas federais nas eleições de Palmas e de outras importantes do Estado. O que está acontecendo em *Tocantins, Senhores Parlamentares, precisa ter um fim imediato. O que o atual Governador quer é que seu grupo político (ele e o filho) governe por vinte anos. Ora, o que é isso senão uma ditadura?*

Com o controle da mídia local, da justiça e da maioria do legislativo ele terá todos os pré-requisitos para conseguir o seu intento. Por isto, nós que estamos fora do estado, não podemos simplesmente nos indignar, mas sim colocar este caso à vista de todos os brasileiros a fim de que se possa impedir o desmando de um governador autoritário.⁹³

Malgrado a gravidade da compra de votos, temia-se que os envolvidos ficassem impunes em virtude da morosidade judiciária e dos vínculos da oligarquia com o aparelho da Justiça estadual. Apesar da dimensão do escândalo, (...) é possível que fique tudo por isto mesmo. – alertou uma publicação. Após concluídas as investigações da PF, o processo iria ao promotor eleitoral que deveria formular uma denúncia a ser julgada pelo juiz eleitoral de Palmas. Caso houvesse recurso, o processo chegaria ao TRE, *tribunal por cuja hierarquia Siqueirão circula com desembaraço*. Ironizando o lento tramitar processual, a

⁹³ Discurso proferido pelo Deputado Rubens Bueno. Cit

revista afirma: *Se o processo for adiante, deve chegar a Brasília daqui a uns dez anos, quando, talvez, um neto de Siqueirão estará ocupando a prefeitura da capital...*⁹⁴

A previsão parecia se confirmar. Cerca de 20 meses após o pleito a ação de impugnação do mandato eletivo da prefeita Nilmar Ruiz (que tramitava em segredo de justiça) ainda não entrara em julgamento pelo TER “Nossa projeção é de que a ação entre na pauta da sessão do próximo dia 25 ou 26, já para julgamento” – declarava o desembargador Liberato Costa Póvoa, presidente da Corte, em junho de 2002. A informação decorria de pressão da comunidade, representada por um grupo de dirigentes de entidades civis. Sensível à procrastinação do feito, os vereadores Eli Borges (PMDB) e Deusdete Nunes (PPS), de Palmas, protocolaram no TRE uma notícia crime contra o relator do processo, desembargador José Maria das Neves, acusando-o de estar retardando o processo. A protelação decorria também de artifícios processuais como pedidos de pareceres sobremaneira retardativos por parte do procurador da ré.

A tendência ao retardamento da sentença não se limitava à Justiça tocantinense, como se depreende de informação veiculada por um periódico local. *Ipsis litteris*:

A notícia crime movida por Raul Filho, que foi candidato a prefeito de Palmas nas eleições de 2000, através de seu advogado, Devarte Rocha, contra o corregedor do TRE, desembargador José Maria das Neves, está aguardando parecer do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, sem prazo para tramitação. Segundo a assessoria de imprensa da Procuradoria, este tipo de processo pode levar algum tempo para ser apreciado em função da quantidade de processos que aguardam parecer. Alguns deles, inclusive, com prazo de tramitação, como habeas corpus.⁹⁵

⁹⁴ “*Eu vendi meu voto*”. Cit

⁹⁵ *TRE deve julgar ação no dia 25 e Procuradoria eleitoral devolve ação ao TRE. Jornal do Tocantins*, edição de 12 de junho de 2002. O parecer do procurador federal eleitoral, Álvaro Lotufo Manzano, foi favorável à cassação de Nilmar Ruiz. Apesar da procrastinação, passados quase dois anos do início do processo, uma publicação partidária informava: *O ex-deputado estadual Raul Filho (PPS) poderá ocupar em um mês a cadeira de prefeito de Palmas, capital de Tocantins. A atual prefeita, Nilmar Ruiz (PFL), está sendo acusada de compra de votos na última eleição e, depois de muita protelação, deve ter o mandato cassado. Ontem o caso seria julgado pelo TRE, mas um dos integrantes do Pleno pediu vistas do processo, o que retardou o julgamento. Se outros três juizes fizerem o mesmo, a decisão final só sairá em quatro semanas. Vencido esse prazo, o TRE não terá mais como protelar a decisão. A cassação da prefeita tem o voto favorável do Ministério Público Federal. Nilmar venceu as eleições com uma vantagem inferior a mil votos sobre Raul. Segundo o MPPF, a vitória foi garantida com votos comprados a R\$ 100,00 um dia antes da eleição. Pauta 23* (Informativo da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados), Brasília, Ano I, nº 191, 27 jun 2002.

O processo encontra-se tramitando em Brasília, aguardando veredicto final.

2.5 A sede do Poder e o Estado da Livre Iniciativa

Sede:

I - Lugar onde se fixa um tribunal, um governo, uma administração, ou onde uma empresa comercial tem o seu principal estabelecimento.

II – (ê) Fig. Desejo veemente; cobiça, avidez

A política do favor, considerada base e fundamento do Estado brasileiro, impediriam a distinção entre o público e o privado sobremaneira no Tocantins.

O poderio de Siqueira Campos projeta-se além do perímetro político-partidário do Estado. Através de prepostos, ele interfere até na luta pelo poder em instituições privadas, *como a Ordem dos Advogados, o sindicato dos jornalistas, a federação de futebol, as associações de empresários e os diretórios de estudantes.*⁹⁶

Seu imperium se faz notar com maior domínio sobre os demais Poderes constituídos. A Veja, relembra que ele nomeou a maioria dos desembargadores e considerável parcela dos conselheiros do Tribunal de Contas. Essa peculiaridade enseja uma série de feitos e regalias, inviáveis em outras circunstâncias, como informa a revista. Segundo a reportagem, o desembargador Luiz Aparecido Gadotti, *atual (janeiro de 2002) presidente do Tribunal de Justiça, conseguiu furar a fila de nomeações dos magistrados. A pedido do governador, a Assembléia Legislativa mudou a lei, e o presidente anterior do tribunal, João Alves, cuidou para que o regimento do órgão também fosse alterado. Os laços de família contribuem para o reforço da sua ascendência sobre o Judiciário: Gadotti é sobrinho da ex-mulher de Siqueira.*⁹⁷

Por estas e outras razões, o governador conta com o apoio de sete dos doze desembargadores. As implicações deste fato são lembradas pelo periódico. Diferentemente do que ocorre em outros Estados, no Tocantins os desembargadores precisam submeter

⁹⁶ *A bancada dos Siqueira. Op. cit.*

⁹⁷ *Id.Ibid.*

suas decisões ao plenário do tribunal. Nessas circunstâncias, os magistrados dificilmente têm condições de aprovar uma medida contra Siqueira Campos.⁹⁸

A preocupação em legitimar-se formalmente vícios substantivos é uma marca da vida política brasileira:

A tradição do mando pessoal e da política do favor desde há muito depende do seu acobertamento pelas exterioridades e aparências do moderno, do contratual. A dominação política patrimonial, no Brasil, desde a proclamação da República, pelo menos, depende de um revestimento moderno que lhe dá uma fachada burocrático-racional legal. Vale dizer, a dominação patrimonial não se constitui, na tradição brasileira, em forma antagônica de poder político em relação racional-legal. Ao contrário, nutre-se dela e a contamina. As oligarquias políticas no Brasil colocaram a seu serviço as instituições da moderna dominação política, submetendo ao seu controle todo o aparelho de Estado. Em consequência, nenhum grupo ou partido político tem hoje condições de governar o Brasil senão através de alianças com esses grupos tradicionais. E, portanto, sem amplas concessões às necessidades do clientelismo político. Nem mesmo os militares (...) conseguiram nos vinte anos de sua recente ditadura destruir as bases do poder local das oligarquias.⁹⁹

A oligarquia tocaninense mostra-se muito hábil na arte da dissimulação das suas eivas. Para isso, emprega mecanismos de camuflagem às vezes sutis ou artificios que lhes emprestem uma aparência legal. O manejo sobre o Legislativo estadual é um exemplo. Até meados de 1997, o painel eletrônico de votação não havia sido instalado na Assembléia Legislativa. O controle da bancada governista (a grande maioria) nas votações secretas era feita de forma imaginosa. Segundo foi veiculado, cada *deputado aliado tinha seu símbolo – sol, lua, estrela, e assim por diante – e todos “assinavam” com sua marca as papeletas de votação.*¹⁰⁰

A habilidade em simular ou dissimular nem sempre consegue sucesso absoluto. O slogan oficial *O Estado da livre iniciativa e da Justiça Social*, por exemplo, estaria bem

⁹⁸ *Id.Ibid.*

⁹⁹ MARTINS, José de Souza. *O Poder do Atraso – Ensaio de Sociologia da História Lenta*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1994, p. 20

¹⁰⁰ *A bancada dos Siqueira. Cit.*

posto no Tocantins mais pelo primeiro do que pelo segundo atributo. Pode-se inferir esta asserção por fatos publicados pela Grande Imprensa, relativos ao enriquecimento de amigos próximos de Siqueira. É o caso, por exemplo, de um empresário goiano ex-chefe de gabinete do presidente da Caixa Econômica Federal em Brasília. Solícito, esse empresário procurava ajudar quem precisasse defender interesses na instituição. Nessas circunstância, ele conheceu José Eduardo Siqueira Campos, então prefeito de Palmas, passando a trabalhar com este desde meados dos anos 90. Segundo dados da Junta Comercial do Estado, em janeiro de 2002 o empresário goiano já dispunha de uma emissora de televisão, um jornal, uma gráfica, uma construtora, uma concessionária de veículos importados, uma empresa que aluga caminhões para o Estado, uma produtora de vídeo e uma indústria de asfalto. Ventura semelhante ocorreu com dois irmãos, ex-pilotos do governo estadual, que se tornaram proprietários de uma empresa de táxi aéreo, *justamente a que faz o serviço de transporte oficial no Tocantins, terceirizado por Siqueirão durante seu segundo mandato.*¹⁰¹

Os exemplos da feliz simbiose entre a iniciativa privada e o setor público incluem o caso da empresa de saneamento do Estado. O governador cedeu 51% da Saneatins a um grupo que assumiu o compromisso de investir financeiramente na companhia. A revista adianta que, passado pouco tempo, *o governo estadual fez um aporte de capital que reestatizou a empresa.* Com isto, objetivava que a Saneatins *pudesse pleitear recursos a fundo perdido do Projeto Alvorada, do Ministério da Saúde.* A artimanha foi percebida pelo Ministério. O órgão federal determinou, então, que os cerca de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) fossem entregues diretamente às 84 prefeituras beneficiadas. A medida preventiva do Ministério deu azo a mais uma demonstração da pronunciada esperteza e do exuberante domínio do Palácio Araguaia até os confins do Estado: os prefeitos remeteram a Brasília cartas onde informavam não disporem de condições técnicas para a realização das obras. Alguns detalhes denunciam a burla: as correspondências enviadas pelos prefeitos têm o mesmo texto e o timbre do governo do Tocantins. A partir deste artifício, a reportagem conclui: *A Saneatins, que está sendo reprivatizada com mais*

¹⁰¹ *Id.Ibid*

*um aporte de capital, agora do lado da empreiteira que a assumiu, acabará tocando a maior parte das obras no interior e ficando com o dinheiro.*¹⁰²

Essa afinidade entre o público e o privado nas plagas tocantinenses é ilustrada com outros exemplos divulgados pela mesma fonte. Um consórcio privado foi autorizado, sem licitação, para a venda de 20.000 lotes públicos no entorno do lago que se formou junto à capital com o represamento do rio Tocantins para a construção da Usina Hidroelétrica Luís Eduardo Magalhães, no município contíguo de Lajeado. Apenas 6% do montante das transações caberiam aos cofres públicos. Sem licitação, também, duas pousadas ecológicas foram entregues pelo governo tocantinense a uma empresa privada. A secretária de Turismo do Estado era uma das proprietárias da empresa compradora.¹⁰³

É compreensível, pois, que o Tocantins tenha se transformado num paraíso para as empreiteiras. O éden surtiu dividendos político-eleitorais. Segundo se divulgou, nas eleições de 1998 as construtoras com obras no Estado contribuíram com 99,8% do montante das doações financeiras destinadas às campanhas de Siqueira Campos e seus correligionários.¹⁰⁴

2.6 As Adesões e Alianças

A lealdade tem um papel capital entre os elementos que ocupam as esferas assimétricas das relações de poder. Seguidor desse princípio, Siqueira Campos demonstra grande fidelidade ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Emblematicamente, ofereceu o Tocantins como base para a candidatura daquele ao Senado.¹⁰⁵

¹⁰² *Id.Ibid*

¹⁰³ *Id.Ibid. Ver O público e o privado na tradição oligárquica* in MARTINS, José de Souza. *Op. Cit.*, pp 21-28.

¹⁰⁴ *O caudilho do Tocantins. Op. cit.*

¹⁰⁵ Fernando Henrique Cardoso não aceitou o convite para candidatar-se a Senador pelo Tocantins. Agradecido, alegou que pretendia exercer o mandato presidencial até o último dia e passou a proposta, reiteradamente, ao ministro da Educação, Paulo Renato, que, envolvido por outros interesses e preocupações, também não a aceitou.

Uma explicação meio fantasiosa poderia atribuir o não apoio à candidatura de Roseana Sarney por parte da oligarquia tocantinense a incidentes ligados à campanha pela emancipação estadual. O então presidente José Sarney, pai de Roseana, vetara o projeto de criação do novo Estado, levando o líder do movimento, José Wilson Siqueira Campos, então deputado federal por Goiás, ao recurso extremo da greve de fome.

A maior prova dessa fidelidade ocorreu no ensejo do lançamento da candidatura da governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PFL), à Presidência da República. Embora pertencente à agremiação partidária de Siqueira Campos, ela não recebeu o apoio deste. Ele foi o primeiro *pefelista* a negar tal apoio, dando-o ao ministro da Saúde, o senador José Serra (PSDB-SP), o preferido do presidente. No dia do lançamento do candidato *tucano* – 17 de janeiro de 2002 –, Siqueira Campos telefonou ao presidente nacional do PSDB, deputado José Aníbal (SP), informando a sua decisão. A adesão de Siqueira Campos poderia provocar melindres em face de o PFL ser aliado do governo e a notícia possibilitar estremecimentos. José Aníbal consultou Aécio Neves (PSDB-MG), presidente da Câmara Federal. A cautela do presidente nacional do partido governista decorria de interesses superiores em jogo. José Aníbal, objetivando manter o apoio de todos os partidos da base aliada, preocupava-se em evitar melindres e ressentimentos.

Eduardo Siqueira Campos procurou superar tais preocupações lembrando a José Aníbal a coerência da atitude do paterna: *Meu pai tem ligações profundas com o presidente Fernando Henrique Cardoso, e é natural que apóie o candidato que tenha a sua preferência.*¹⁰⁶

Lembrou que em 1994 o pai pertencia ao PPB e o partido lançara o senador Esperidião Amim (SC) como candidato à Presidência da República. Siqueira Campos, entretanto, contrariando a decisão partidária, apoiou Fernando Henrique Cardoso: *Daquela vez, todo mundo entendeu a atitude do meu pai.(...) Tenho certeza de que ele vai conversar com os dirigentes do PFL e eles concordarão que um governador do partido dê apoio ao candidato de outro.*¹⁰⁷

O clã tocantinense estava mais realista do que o próprio rei pois a candidatura de José Serra não era vista com grande entusiasmo por grande parte dos integrantes do seu próprio partido.¹⁰⁸

¹⁰⁶ Cf. *Siqueira Campos declara apoio a Serra*. **O Estado de São Paulo**, edição de 17 jan 2002, disponível no site <http://www.estadao.com.br/agestado/noticias/2002/jan/17/236.htm>, acesso a 14 mar 2002

¹⁰⁷. Idem ibidem

¹⁰⁸ *Enquanto tucanos resistem a Serra, pelo menos um governador pefelista não vê a hora de montar palanque para o ministro. É Siqueira Campos, de Tocantins. Ontem, o filho do governador, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB), reiterou ao pé de ouvido para Serra: "O velho está só esperando que marque a data da visita"* notícia sob o título "Mas, e como ele vai subir nas pesquisas?" publicada pelo **Jornal do Brasil** em 18 jan 2002, disponível no site <http://fbonline.terra.com.br/brasil/2002/01/18jorbra20020118002.html>, acesso em 03 jun 2002.

Apesar dos argumentos apresentados, o apoio de Siqueira Campos ao candidato oficial do presidente da República gerou dissensões internas no PFL e conjecturas quanto às razões daquela atitude.¹⁰⁹

As vicissitudes estaduais e nacionais não abalavam, entretanto, o prestígio de Siqueira Campos no Tocantins. Ao contrário, o poder aliciador da oligarquia mostrava-se crescente, atraindo elementos da pálida oposição, como se revelou na ensejo da escolha de candidatos ao Governo do Estado para o quadriênio iniciado em janeiro de 2003. Os trânsfugas advinham até do PMDB, a sigla de maior expressão oposicionista no Estado.

A força magnética da oligarquia foi ilustrada em março de 2002, na concorrida solenidade que representou oficialmente o marco inicial da corrida sucessória aos cargos do Executivo e do Legislativo no Estado. O evento tinha como objetivo principal a abertura do Livrão (livro de registros dos pretensos candidatos ao pleito) da União do Tocantins (UT), a coligação partidária de apoio ao governo estadual.

As justificativas das adesões ao Governo foram variadas e retratavam os interesses subjacentes. Lúcio Campelo, suplente de vereador em Palmas, por exemplo, afirmou estar insatisfeito com o PMDB, onde militava desde 1991. Sentia-se desvalorizado e saía da oposição *porque não posso ser cego e dizer que o governador Siqueira Campos não faz nada pelo Estado*.¹¹⁰

Elmar Borges, conhecido como Cenourão, suplente de deputado estadual, também deixava o partido. Sua adesão ao siqueirismo decorria da não *valorização dos companheiros dentro do PMDB*. Ao contrário da União do Tocantins, afirmava, a agremiação se constituía *um Partido sem uma bandeira que coloque suas lideranças em situação de trabalho*. Em outras palavras, a oposição não lhe permitia desenvolver a

¹⁰⁹ *Os dirigentes (do PFL) não engoliram ainda a cooptação do governador do Tocantins, Siqueira Campos, e de seu filho, o senador Eduardo Siqueira Campos. Eram ambos liberais. O filho migrou para as hostes tucanas e o pai, mesmo no PFL, promete montar palanque para Serra. O PFL atribui o apoio aos pesados investimentos federais que estão sendo feitos no Estado. In FH e Serra são companheiros de viagem”* matéria do **Jornal do Brasil** datada de 25 de janeiro de 2002, disponível no site <http://jbonline.terra.com.br/papel/brasil/2002/01/24/jorbra20020124012.html>, acesso 03 jun 2002. O quiproquó terminaria quando, cercada por denúncias de corrupção eleitoral em seu Estado divulgadas com grande alarde pela Imprensa nacional, a governadora maranhense retirou sua candidatura. Com isto, o PFL não concorreu à Presidência da República com candidato(a) próprio(a) às eleições de 2002.

¹¹⁰ *UT abre o “Livrão” e recebe novos filiados.* Notícia publicada pela **Folha Popular**, ed. de 01 mar 2002 disponível no site <http://www.folhapopular.com.br/principal/mostranoticias.asp?id=1093> acesso 01 mar 2002. O evento ocorreu no *Barracão da Vitória*, na quadra 110 Sul, em Palmas, na manhã daquele dia. Segundo se planejou, o *Livrão* ficaria aberto até às 17 h do dia 04 de abril. No dia da sua abertura verificam-se 160 inscrições de pretensos candidatos.

contento a política de prestação de favores junto aos seus eleitores. Filiava-se, agora, aos *tucanos – coligados à UT* – para *retribuir como liderança, a confiança* dos que nele haviam votado (quase 4.000 eleitores, i.e., 58% dos votantes da sua base eleitoral).

O adesismo demonstrava, também, a fragilidade ideológico partidária, característica política comum no país, onde predomina um desbragado fisiologismo. Salvo as raras exceções que justificam a regra, os candidatos podem se filiar a qualquer partido, independentemente do ideário da agremiação (na verdade, todas elas têm programas parecidos, proclamando os melhores propósitos e idéias).¹¹¹

2.7 - A manutenção do mito e as transigências

A própria efígie e textos encomiásticos em livros didáticos, incontáveis elogios em inflamados discursos, perenes beija-mãos, celebrações, citação no hino estadual, reiteradas referências laudatórias na mídia local, contribuem para o processo de mitificação de Siqueira Campos. Sua merecida fama de empreendedor deu azo a outras formas de propaganda pessoal, levando o culto à personalidade aos umbrais da idolatria.

A mesma matéria que lhe faz críticas acerbas, taxando-o de caudilho admite que até *os adversários reconhecem que Tocantins passou a figurar no mapa brasileiro por mérito dele*. A capital do Estado, por exemplo, *atualmente* (julho de 2000), *é a cidade que mais cresce no país* – reconhece a revista. A malha viária é apontada como outro indicador de desenvolvimento. Em dez anos, os 200 quilômetros de estradas estaduais pavimentados multiplicaram-se por cerca de vinte vezes, chegando a 4.000 quilômetros.¹¹²

A criação de Palmas tem semelhanças com a construção de Brasília. Guardadas as proporções, há, entre ambas, similitudes quanto a projetos urbanísticos e arquitetônicos, a fama de obras epopéicas erguidas em paragens inóspitas. Uma outra semelhança é sutilmente cultivada: a parecença entre os edificadores das duas cidades. Siqueira Campos é insinuado com um estadista da estirpe de Juscelino Kubitschek, este, não por acaso,

¹¹¹ Essa marca da política nacional afirmou-se mais uma vez, como se vê na adesão dos prefeitos Antônio de Souza Alves (de Palmeiras do Tocantins, anteriormente denominada Mosquito) e Ivanildo Gonçalves de Aguiar (de Filadélfia) à UT: *Eles deixam o PMDB para se filiarem ao PSDB ou ao PFL*. Idem

¹¹² *O caudilho do Tocantins. Op. cit.*

homenageado com o nome de uma das principais avenidas da capital tocantinense. A comparação foi estampada, no início de 2002, em grande outdoor de responsabilidade de alguém que se identificava como *Alfredo Pinto e amigos*. O cartaz, entre outros de igual natureza, foi espalhado em pontos de grande afluência de veículos.

As mensagens contidas nesses outdoors configuram apelos pungentes ao oligarca rogando-lhe que permanecesse à frente da política estadual. O fato devia-se à reiterada afirmação do governador de não pretender candidatar-se a cargo eletivo nas eleições de 06 de outubro de 2002. Ele afirmava que permaneceria no Palácio Araguaia até o dia 31 de dezembro e, assim, não se desincompatibilizaria para se candidatar ao Senado.¹¹³

Sessenta novos cartazes, de autoria variada (de pessoas físicas e jurídicas), foram afixados, em março de 2002, em locais estratégicos de Palmas e de algumas cidades do interior.

Os novos cartazes sugeriam claramente o nome de Siqueira Campos como candidato ao Senado, v.g.:

Siqueira no Senado. O povo quer, o Tocantins precisa

Siqueira no Senado, para defender nosso Estado

Entendida como propaganda eleitoral, a iniciativa afrontava a legislação específica. O art 36 (*caput*) da Lei nº 9.504/97 determinava o dia 06 de julho como termo inicial da propaganda, ou seja, estabelecia como período de propaganda os três meses anteriores às eleições. Sob tal entendimento, o Ministério Público Eleitoral, na pessoa do procurador regional Álvaro Lotufo Manzano, protocolou, na tarde de 26 de março, no Tribunal Regional Eleitoral, uma representação solicitando a retirada dos outdoors.

As justificativas dos responsáveis pelos outdoors são reveladoras da pujança dos mecanismos de convencimento empregados pela oligarquia. Segundo Armando de Castro, proprietário da Art & Vídeo Comunicação Visual, os cartazes objetivavam *sensibilizar o Governador a sair candidato para que o Estado não volte ao marasmo de antes*.

¹¹³ Cf. *UT abre o "Livrão" e recebe novos filiados. Op. cit.*

A louvaminha é repetida pelo presidente da Associação dos Pioneiros de Palmas (APP), Ricardo Abalém, também subscritor de um cartaz. Para ele, a intenção sua e da APP foi *pedir ao Governador para que ele não deixe o processo político porque ele realmente é uma peça importante.*

Outro signatário de um outdoor, ao declarar que o único propósito da sua iniciativa foi o desejo de ver o Tocantins na mesma trilha, afirmou que *o governador Siqueira Campos conduz muito bem o Estado e queremos que ele continue fazendo este trabalho excelente.*¹¹⁴

Por estes e outras fatores, o domínio do oligarca era praticamente incontestado e o Tocantins permaneceu *sob o comando absoluto do governador José Wilson Siqueira Campos.*¹¹⁵ Esse comando absoluto era preservado de forma rígida. Dependendo das circunstâncias e do estado do humor do patriarca, o controle atingia níveis de considerável agressividade. A aspereza do governador, segundo se comentava, não poupava nem mesmo correligionários, mandatários e auxiliares dos mais credenciados. Mesmo seus áulicos mais reverentes e zelosos eram tratados, às vezes, com profundos desprezo e descortesia. Sua irascibilidade é ilustrada por uma publicação com dois exemplos. No primeiro, ele mandou apreender e incinerar a edição do livro **O ditador do cerrado**, que o criticava. Além da destruição dos exemplares, mandou deter o autor, Rinaldo Campos, apesado por cinco dias.¹¹⁶ No outro exemplo, numa solenidade na cidade de Araguaína, em abril de 2000, arremessou o microfone contra um manifestante que teve o topete de proferir palavras de ordem contra ele. O contestador não só serviu de alvo ao inusitado petardo: foi detido pela Polícia Militar, por ordem de Sua Excelência, o Governador.¹¹⁷

¹¹⁴ *Ministério Público pede retirada de outdoors. Jornal do Tocantins*, ed. 27 mar 2002, disponível no site <http://www.jornaldotocantins.com.br/politica/2.asp> acesso 27 mar 2002. O processo 2.893/2002 foi prejudicado pelo fato de Siqueira Campos não haver se desincompatibilizado para candidatar-se nas eleições de 6 de outubro. Assim, seguindo o voto da relatora, juíza Adelina Maria Gurak, o TER, por unanimidade, a 23 de abril de 2002, aceitou o argumento da *prejudicialidade em razão da perda de seu (do agravo) objeto.*

¹¹⁵ *Quartelada em Palmas. Época*, edição 159, 04 jun 2001. disponível no site <http://epoca.globo.com/edic/20010604/brasil4a.htm> acesso 31 mar 2002.

¹¹⁶ O livro, publicado no Rio Grande do Sul, foi proibido pela Justiça Estadual Tocantinense e parte da edição apreendida, no dia do lançamento, em 15 de setembro de 1994. Mesmo sendo um livro raro em virtude da proibição, foi espalhado pelo Brasil e se faz (...) presente (...) em diversos textos de estudos políticos, encontrando-se na *Quarta Edição*. Cf. MARTINS, Mário Ribeiro. **Dicionário Bibliográfico do Tocantins**, cit, pp 626-627.

¹¹⁷ A detenção foi de apenas sete horas mas, mesmo assim, contrariava uma assertiva de uma publicação, seguido da regra, muito simpática ao Governo tocaninense: *Hoje (2000) a Polícia Militar é encarregada de prevenir e reprimir o crime e manter a ordem pública. Diferente do tempo de Norte goiano, quando o chefe*

A força e a dinâmica dos fatos viriam demonstrar, porém, que esse poder absoluto poderia ter limites. Debalde a sua extremada voluntariedade, o governador poderia ser compelido a aceder, recuar, como estratégia para superação de problemas. Um exemplo dessas acomodações ocorreu durante um protesto estudantil contra pagamento de taxas da Universidade do Tocantins. Diante do tumulto, o governo transigiu. Foi ultra petita, concedeu além das reivindicações: retirou todas as taxas, estabelecendo a gratuidade integral do ensino superior.

A acomodação maior ocorreu em maio de 2001, com a greve da Polícia Militar. Cerca de cinco mil policiais militares (90% da corporação) entraram em greve reivindicando 47% de reajuste salarial, pagamento de horas extras e um plano de promoção para soldados, cabos e sargentos.

Esses percalços não empanaram, entretanto, o prestígio de Siqueira Campos, como ficaria demonstrado reiteradas vezes. Os encomiásticos cartazes de apelo à sua permanência na vida pública, afixados no início do ano seguinte, ilustram o resguardo do seu domínio. Embora iniciativa de uma elite movida por interesses estamentais, os outdoors revelam uma preferência que se espalha pelas demais camadas da população. Beneficiado pelos mecanismos de propaganda política (sutis ou explícitos), Siqueira Campos passou ao imaginário popular como um mito, um benemérito, um salvador da Pátria.

A esse favorecimento de caráter ideológico, juntaram-se características idiossincráticas, próprias de uma liderança que poderia ser considerada, em termos weberianos, carismática. Sem desprezar as circunstâncias histórico-sociais – ou, talvez, em função dessas – Siqueira Campos reúne um conjunto de habilidades e utiliza-se de uma série de expedientes que resultam em sedução da grande maioria do eleitorado. No plano político, esse elemento empático se traduz na simpatia e na aprovação dos seus atos pela grande maioria dos governados.

político ou testa-de-ferro do Sul goiano a Polícia fazer e acontecer, hoje, no Estado do Tocantins, a Polícia cumpre as leis, só pode prender um criminoso em caso de flagrante ou cumprindo mandado do Juiz de Direito. Almanaque do Tocantins 2000, Ano I – nº 01 (Editor Otávio B. Silva), p 42. Sobre essas reações de Siqueira Campos ver O caudilho do Tocantins, Cit.

2.8 - Mudar é transformar?

Siqueira Campos cumpriu a promessa de não se candidatar ao Senado em 2002. Segundo declarações próprias, iria se dedicar a um projeto mais amplo, nacional, i.e. a criação de novos Estados federados. A idéia não era nova, fora por ele pugnada ainda nos anos setenta. A ênfase com que a defende foi demonstrada na conferência *Redivisão Territorial, Perspectivas e Desenvolvimento* que proferiu a 04 de maio de 2002, no VII Encontro Maçônico, realizado na Associação Comercial de Imperatriz (MA).

A criação do Estado do Maranhão do Sul constava de Projeto de Decreto Legislativo proposto à Câmara Federal pelo deputado Sebastião Madeira (PSDB-MA). Siqueira Campos reafirmou o seu apoio a essa pretensão. Para ele, o novo Estado representaria um benefício à região Norte e a todo o Brasil. O desmembramento ensejaria empregos, renda e melhores oportunidades de vida:

Eu vejo aqui uma situação muito melhor do que a que nós (tocantinenses) tínhamos. Eu vejo uma estratégia brilhante. E essa estratégia é que vai levar à boa causa da vitória(...) vocês estão bem organizados. Vocês têm um projeto, melhor do que aquelas idéias que nós discutíamos em 1976. *Numa mescla de vaidade e encorajamento afirmou em tom de blague:* Para nós (*do Tocantins*), como um Estado da Federação, a gente pode chegar ao Banco Mundial e dizer: eu sou o Governador do Tocantins. O meu secretário de Planejamento (Lívio Willian de Carvalho), que é um homem que fez mestrado nos EUA, e como o pai dele nasceu em Nova York (aqui no Maranhão), lá, ele é o grande Mr. Williams. Então ele chega e diz que é o Secretário de Planejamento e Meio Ambiente do Tocantins... antes era o Norte de Goiás, não tinha como...¹¹⁸

Embora feita em caráter chistoso, a referência ao exterior vinculava-se ao interesse pela preocupação com o retalhamento de áreas político-geográficas. Em meados de 2002, por exemplo, Siqueira Campos empreendeu mais uma viagem internacional, agora ao Oriente Médio. Acompanhado pela indefectível entourage, nessa missão administrativo-cultural à terra dos aiatolás, o distante Irã (então sob a Presidência do moderado

¹¹⁸ Siqueira apóia criação do Maranhão do Sul. **Folha Popular**, edição de 07 de maio de 2002 divulgado pelo site http://www.folhapopular.com/mostra_noticias.asp?id=173 acessado em 07 de maio de 2002.

Mohammad Khatami), ele trataria, entre outros temas, da questão da redivisão territorial, de grande interesse para os iraquianos.¹¹⁹

A não candidatura de Siqueira Campos ao Senado e a sua prometida dedicação a uma causa das re-divisões territoriais não significaram, entretanto, o seu apeamento do comando político-partidário tocantinense. Mesmo acometido por uma doença grave, ele permaneceu com toda firmeza no comando do grupo hegemônico do Estado. A preservação do seu poder é demonstrada, no processo de sucessão ao seu governo. Os pré-candidatos não só ao Executivo bem como aos cargos legislativos faziam um reconhecimento público da liderança do oligarca e uma cuidadosa profissão de fé quanto ao respeito e à fidelidade que lhe eram devidos. Líder supremo da UT (*União do Tocantins*), a ele cabia a última palavra no arranjo das peças, sobremaneira quanto a definição do futuro ocupante do Palácio Araguaia.

Mesmo após a assunção do mandato, o princípio da lealdade ao chefe excelso constituía-se uma injunção da prudência. Moisés Avelino, que, no exercício do mandato governamental, ousara agastar-se contra ele, caíra no limbo político após a gestão.

A corrida ao Palácio Araguaia por parte da situação concentrou-se em três nomes. O senador Leomar Quintanilha (PFL) apresentou-se como *governadoriável* (neologismo criado pela imprensa local), ou seja, pré-candidato ao Governo estadual. Fazia-o de forma costumeira, em incursões pelos municípios, visitando as bases em busca de apoio à sua pretensão. Esses contatos eram insuficientes para o sucesso de uma campanha. A chancela do líder político maior era um pré-requisito imprescindível ao bom êxito eleitoral: *O objetivo (das incursões interioranas) é informar, principalmente às lideranças políticas do Estado, que estou colocando o meu nome à disposição da população tocantinense, do PFL, da União do Tocantins e do governador Siqueira Campos para avaliação como candidato ao Governo.*¹²⁰

¹¹⁹ Governador falará sobre divisão no Irã – Um dos interesses que as autoridades do Irã têm em convidar o governador Siqueira Campos (PFL) e comitiva para visita àquele País é ouvir o que ele tem a dizer sobre a experiência na divisão do estado de Goiás e criação do Tocantins. De acordo com a secretária da Indústria, Comércio e Turismo, Nara Relá - que está à frente dos preparativos para a viagem internacional -, o Irã tem grande interesse pelas ações de divisão e redivisão territorial. *Jornal do Tocantins*, edição de 16 de julho de 2002.

¹²⁰ Quintanilha reafirma ser pré-candidato ao Governo. *Folha Popular*. Disponível no site http://www.folhapopular.com/mostra_noticias.asp?id=844 acesso em 13 de junho de 2002.

Quintanilha ainda não dispunha de um plano de Governo, fato que se insinuava como pouco relevante pois, vitorioso, pretendia, essencialmente, dar *continuidade ao trabalho que está sendo realizado pelo governador Siqueira Campos, por entender que a consolidação do Estado segue no rumo correto.*¹²¹

Entre os correligionários do senador, destacavam-se os Amigos do Leomar, grupo de empresários de vários segmentos, profissionais liberais, desportistas e líderes políticos. A regra da obediência irrestrita ao oligarca transparece na declaração de um desses amigos ao lembrar o cacife do pré-candidato: *O Leomar é um parlamentar de grande destaque em nível nacional. Já passou por várias eleições no Estado com grandes vitórias, é um profundo conhecedor do potencial do Tocantins e goza da confiança do governador Siqueira Campos.*¹²²

Raimundo Nonato Pires dos Santos, mais conhecido como Raimundo Boi, então vice-prefeito de Palmas, também se lançou como pré-candidato. Seu discurso assemelhava-se ao de Quintanilha: a estratégica humildade de pôr-se ao dispor da coligação partidária seguida de referências às próprias realizações políticas e de alusões reverenciais ao chefe político maior.¹²³

Em abono à sua candidatura, Raimundo Boi lembra o seu contributo à criação do Tocantins, trabalhando ao lado do Governador. Seu nome para candidato ao Governo, cotado tanto pelos populares como pela coligação, constituiria, segundo ele próprio, um fato que se agregaria a tantos outros da sua trajetória político-partidária. Grandiloquente, ele informa as razões da sua concorrência à sucessão de Siqueira Campos:

A minha disposição em ser governador é por também querer ver, como muitos tocaninenses anseiam, a realização de diversos sonhos, sendo um deles a consolidação e a projeção nacional desta terra. Acrescentou: Como tocaninense por nascimento, idealização, luta, representação e serviços prestados e primordiais conquistas que o desbravador Siqueira Campos realiza nesse Estado. Acredito nele e por isso sempre estive

¹²¹ *IDEM ibidem*

¹²² Declaração do geólogo Otton Pinheiro, integrante do *Amigos do Leomar*, em 26 de maio de 2002. *In Quintanilha reafirma ser pré-candidato ao Governo. Folha Popular. Cit.*

¹²³ *Coloco meu nome à apreciação dos colegas da coligação, do comando político UT e do governador Siqueira Campos, pois estou pronto a enfrentar mais essa batalha, se esse for o desejo dos demais in Raimundo Boi reafirma pré-candidatura. Folha Popular.* Disponível no site http://www.folhapopular.com/mostra_noticias.asp?id=934 acesso em 13 de junho de 2002.

ao seu lado ajudando-o a ser um instrumento do desenvolvimento de uma terra, que através de sua (do oligarca) coragem, é o Estado do Tocantins. Sou testemunha, como também, sou agente desse processo que queremos seqüenciar porque acreditamos que a União do Tocantins é a melhor preparada para conduzir o futuro desta gente.¹²⁴

Postulava o cargo estribado num passado (e presente) de realizações que o credenciavam à sucessão do seu ídolo, afirmava. Proclama, sem modéstia nem constrangimentos:

Meu nome, como opção para sucedê-lo, aqui representa uma alternativa que se vincula à minha trajetória como pessoa pública, como médico da Fundação Nacional de Saúde; Deputado Estadual por dois mandatos com a mais expressiva votação dos pleitos; 1º Presidente da Assembléia Constituinte, e promulgador da Constituição; 1º Presidente da Assembléia Legislativa; Vice-Governador e Governador deste Estado (pelo afastamento de Siqueira Campos para candidatar-se à segunda reeleição) e hoje Vice-Prefeito da nossa Capital me orgulho em engrossar as fileiras da União do Tocantins. **Asseverou ainda:**

A minha disposição em ser candidato é por também querer ver, como muitos tocantinenses anseiam, a realização de diversos sonhos, sendo um deles a CONSOLIDAÇÃO e a projeção nacional desta TERRA ONDE O SOL NASCE PARA TODOS (destaques no original) (...). **As considerações são concluídas com novas reverências ao seu mentor:** e como afirma o governador Siqueira Campos: “Após edificar as bases da morada nova, plantar e colher as sementes do futuro, não tenho dúvidas quanto o amanhecer radioso que nos premiará”. É essa luta que proponho continuar, assim como todos aqueles que fazem de Siqueira Campos a sua inspiração.¹²⁵

A intenção de chegar ao Palácio Araguaia através da UT animava igualmente o deputado estadual Marcelo de Carvalho Miranda, que, aos 40 anos de idade (nascido a 10 de outubro de 1961), exercia o décimo segundo ano de mandato e ocupava a Presidência da Assembléia Legislativa do Estado. Marcelo Miranda era beneficiado pelos laços de família. Seu pai, José Edmar Brito Miranda, político experiente, fora deputado estadual por quatro legislaturas pelo PMDB no Estado de Goiás. Em termos locais, o mais importante não era o

¹²⁴ *Da Europa, Raimundo Boi fala de sucessão. Folha Popular.* Disponível no site http://www.folhapopular.com/mostra_noticias.asp?id=750 acesso em 13 jun 2002.

¹²⁵ *Da Europa, Raimundo Boi fala de sucessão.* Cit.

currículo legislativo do pai mas a intensa vinculação deste a Siqueira Campos, cuja amizade remontava à fase anterior ao desmembramento do Estado. Brito Miranda desde a primeira hora do Tocantins pertencia ao primeiro escalão, integrando o Secretariado estadual.¹²⁶ Assim, a origem mais remota da sucessão de Siqueira Campos estivesse talvez em Alfenas (MG), no correr de 1981, no momento em que o aluno Marcelo Miranda, do 4º ano do Curso de Agronomia, resolveu seguir o exemplo do pai e dedicar-se à vida política.

O terceiro pretendente a Governadoria não discrepava dos demais quanto às reverências e fidelidade irrestrita ao líder da oligarquia, a quem chamou de *o mais novo Juscelino Kubitschek da nação*. Para o pré-candidato, qualquer um dos nomes apontados pelo ídolo teria vitória garantida. Por tal razão, *quem tem que indicar um candidato ao governo é Siqueira Campos, o líder dos trabalhos*. – afirmou.¹²⁷

A fidelidade do possível candidato foi ratificada em outro ensejo. Ao falar sobre projetos a desenvolver caso assumisse o Governo, asseverou que *o maior deles é o que o Governador Siqueira Campos tem feito e irá fazer muito mais ao lado de seu sucessor*.¹²⁸ Com esta afirmação, declarava a continuidade do mando do líder oligárquico mesmo que este se encontrasse despojado de mandato.

O nome de Marcelo Miranda se impôs, desestimulando os demais pretendentes. Para surpresa de muitos, Raimundo Boi abdicou da faina eleitoral e, simultaneamente, passou a apoiar o ex-concorrente. Anunciou a decisão através de nota divulgada pela assessoria da Vice-Prefeitura de Palmas. Após agradecer aos que lhe honraram com a preferência, conclama o apoio de todos a Marcelo Miranda, que, no seu entendimento, dispunha das melhores condições para preservar as instituições e a união de todos *os segmentos populares e empresariais do Estado na nova fase que o Tocantins passará a viver a partir de 1º de janeiro de 2003*. Não se retirava, entretanto, da vida pública.

¹²⁶ José Edmar Brito Miranda, entre outros cargos de relevância, foi secretário de Agricultura de Goiás, foi deputado estadual por dois mandatos atuando como representante do Norte Goiano, futuro Tocantins. Com a criação do novo Estado, Brito Miranda, nas palavras de um estudioso, passou a ser o *braço forte* de José Wilson Siqueira Campos, exercendo o cargo de secretário geral da Infra-Estrutura no terceiro mandato governador tocantinense. Na iminência do término deste mandato, houve rumores de que Brito Miranda seria o indicado como candidato a sucessor de Siqueira Campos. Sobre Brito Miranda ver Cf. MARTINS, Mário Ribeiro. *Dicionário Biobibliográfico do Tocantins*, cit, pp 398-399.

¹²⁷ *Deputado ressalta força da UT no processo eleitoral. Folha Popular*, 18 de maio 2002. Notícia disponível no site <http://folhapopular.com/mostranoticias.asp?id=552> acesso 2 ago 2002.

¹²⁸ *IDEM Ibidem*

Permanecia um soldado da UT e, como tal, continuava à disposição desta como possível candidato a vice-governador, deputado federal ou senador.¹²⁹

A indicação do nome do candidato a governador era mantida em fogo brando. Criou-se um suspense que se prolongaria até Siqueira Campos dar a palavra final, decisiva. A espera tensa e prolongada era justificada sobremaneira pela propalada necessidade de se fazerem consultas às lideranças em todo o estado quanto ao melhor nome a ser indicado. O mutismo foi também explicado por razões de ordem administrativa.¹³⁰

A consagração de Marcelo Miranda como candidato ao Governo do Estado teve início na manhã do dia 12 de junho, numa reunião, considerada histórica, da Comissão Executiva do Partido da Frente Liberal. Nesse encontro – onde o interessado não estava presente –, ele foi indicado como o candidato do PFL à convenção da UT em 30 de junho.¹³¹

O anúncio da escolha de Marcelo Miranda coube a Siqueira Campos, presidente de honra da UT. A comunicação foi feita em tom de grande emoção. Visivelmente emocionado, o orador afirmou que naquele momento encerrava-se *um ciclo que a História pode vir a consagrar como a Era Siqueira Campos*, acrescentando: *Estou emocionado, mas feliz por ter sido escolhido pelo meu partido para apresentar, à União de Tocantins e ao eleitorado, um homem extraordinariamente correto, fiel aos princípios que temos*

¹²⁹ *Boi desiste e apóia Marcelo Miranda. Folha Popular. Disponível no site <http://www.folhapopular.com/mostranoticias.asp?id=1186>, acesso 13 jun 2002.* Precavido, Raimundo Boi cuidou de informar, antecipadamente, a sua desistência a Eduardo Siqueira Campos, coordenador político da UT, e ao pai deste, recebendo a aprovação de ambos. Cf. *Raimundo Boi está à disposição da UT. Folha Popular. Disponível no site <http://www.folhapopular.com/mostranoticias.asp?id=1221>, acesso 13 jun 2002.*

¹³⁰ (...) *é de decisão da base (ou cúpula?) governista manter silêncio quanto à discussão para não tumultuar o processo administrativo do Governo Estadual.* Debalde essa alegada consulta às bases, o escolhido seria aquele que mais conviesse ao líder supremo do Estado. O fato se revela pelas informações prestadas por um dos áulicos do Palácio Araguaia: *oficialmente, o jornalista Sebastião Vieira de Melo, na qualidade de porta-voz da União do Tocantins, já estipulou o prazo (até 10 de junho) para que o nome seja divulgado. O candidato virá através do processo democrático realizado pela UT, quando os indicados (para a chapa da coligação aos cargos majoritários) pelos populares serão estrategicamente analisados pelas bases utistas.* O arauto da coligação faz, então, transparecer o caráter decisório da vontade do oligarca: *A convenção que acontece no dia 30 de junho deve confirmar a decisão apresentada pelo governador Siqueira Campos. Pré-candidatos esquentam a sucessão. Folha Popular. Disponível no site <http://www.folhapopular.com/mostranoticias.asp?id=782>, acesso 13 jun 2002.*

¹³¹ Na mesma ocasião, o partido delegou a Marcelo Miranda as atribuições para coordenar a indicação dos candidatos a vice-governador, às duas vagas de senador (com respectivos suplentes) e a deputados federais e estaduais.

*sustentado ao longo da nossa vida pública, jovem, mas experiente, e leal aos companheiros.*¹³²

A ênfase, as lágrimas e o tom memorialista do orador tocaram os presentes que o aplaudiram arduamente. As prefeitas Nilmar Ruiz e Valdevez Castelo Branco (Araguaína), a deputada federal Kátia Abreu e José Edmar Brito Miranda, entre outras pessoas, também choraram.

Para surpresa de ninguém, o nome de Marcelo Miranda foi sacramentado pela convenção da União do Tocantins de 30 de junho de 2002. Após as negociações interpartidárias e disposições decisivas de Siqueira Campos formou-se a chapa da coligação. Os arranjos permitiram acomodar os três antigos pré-candidatos:

União do Tocantins

Governador: Marcelo Miranda (PFL)

Vice-governador: Raimundo Nonato Pires dos Santos (PPB) (Raimundo Boi)

Senador: Leomar Quintanilha (PFL)

Senador: João Ribeiro (PFL)

Partidos: PFL, PPB, PSDB, PRONA, PAN, PRTB, PST, PT do B, PSD, PSDC, PRP, PV e PSL.

Após realizadas as demais convenções partidárias, foram indicadas as chapas concorrentes:

PMDB

Governador: Freire Júnior

Vice-governador: Joaquim Quinta

Senador: Moisés Avelino

Partido: PMDB

Frente Trabalhista

Governador: Lutero Fonseca (PPS)

Vice-governador: Airton Valdir Portilho (PDT)

¹³² *Siqueira anuncia Miranda à sucessão. Folha Popular*, 13 jun 2002 e *Marcelo Miranda é nome da UT ao Governo. Jornal do Tocantins*, 13 jun 2002. Notícias disponíveis nos sites <http://www.folhapopular.com/mostranoticias.asp?id=1285> e <http://jornaldotocantins.globo.com/politica/7.asp> respectivamente. Acessos em 13 de junho de 2002.

Senador: Raul Filho (PPS)

Senador: Carlos Patrocínio (PTB) (candidato à reeleição)

Partidos: PPS, PDT e PTB

Tocantins para todos

Governador: Valdenor Lisboa (PT)

Vice-governador: Neyçom Gomes (PT)

Senador: Divina Herly (PT)

Partidos: PT, PC do B e PMN

Fé no Tocantins

Governador: Domingos Fernandes (PSB)

Vice-governador: Maria das Graças Vogado (PSB)

Senador: Tenente Célio Carmo (PSB)

Partidos: PSB, PSC, PHS e PGT

A pujança da candidatura de Marcelo Miranda transpôs a seara da UT, conquistando apoio até em áreas supostamente hostis à coligação situacionista. A adesão de Júlio Resplande, deputado estadual do PMDB – partido adversário da UT, com candidato próprio ao Palácio Araguaia – é um bom exemplo. Declarou, em entrevista coletiva por ele mesmo convocada, seu apoio ao candidato da coligação adversária. Questionado sobre o compromisso partidário respondeu: *Se precisar deixar o PMDB, eu deixo para votar no Marcelo.* Na Assembléia Legislativa, apenas um dos seus 24 nomes, a deputada Josi Nunes (PMDB), não apóia Marcelo Miranda e mantém declaração de voto ao candidato oposicionista Freire Júnior (PMDB) ao Governo do Estado.¹³³

A corrida adesista se intensificou, animada por interesses diversos. Brito Miranda, coordenador da campanha da UT, afirmou que, no final de julho de 2002, apenas seis dos 139 prefeitos estavam nos quadros oposicionistas. Não satisfeito, proclamou seu intuito de trazer para as hostes da situação a meia dúzia de renitentes. *Estamos assistindo a um verdadeiro êxodo da oposição para o nosso quadro.* – asseverou.¹³⁴

¹³³ Resplande apoiará Marcelo. **Jornal do Tocantins**, 09 jul 2002.

¹³⁴ UT recebe novos apoios à candidatura de Marcelo. **Folha Popular**, 27 jul 2002. Disponível no site <http://folhapopular.com/mostranoticias.asp?id=2536>, acesso a 2 ago 2002.

Esse entusiasmo, entretanto, não garantiria per se o fim da *Era Siqueira Campos*, o término da liderança do governador. Um forte indicador da continuidade da oligarquia cujo líder supostamente se despedia estava nas palavras do candidato à sua sucessão. Marcelo Miranda declarava que seu governo teria dois mentores: José Wilson Siqueira Campos e Brito Miranda.

Malgrado a sua *despedida* formal e não obstante haver sido acometido por grave doença,¹³⁵ Siqueira Campos demonstrava considerável energia. Os fatores que trariam estremecimento a seu domínio proviriam das lentas transformações advindas por força de novos interesses, tecnologias, grupos, entidades.

Entre essas, instituições como a Universidade Federal do Tocantins que independem para a sua sobrevivência do beneplácito da oligarquia local. Por sua vinculação administrativa e suas conseqüentes verbas orçamentárias, formas de ingresso e garantias dos seus integrantes, tais instituições federais são, em regra, despojadas das mesmas peias que submetem a UNITINS e seus quadros aos desígnios e humores do Governo do Estado, *i.e.*, da estrutura de poder local.

¹³⁵ Exames de rotina realizados no Centro Integrado de Anatomia de Brasília no dia 06 de julho de 2002 detectaram a ocorrência de câncer de próstata em Siqueira Campos. A biópsia revelou a existência de seis focos tumorais em 12 amostras colhidas. Constatou-se, também, a inexistência de infiltração vascular, nem óssea, nem nervosa. O procedimento cirúrgico escolhido foi a retirada total da próstata, alternativa de sucesso em 80% dos pacientes com tal problema, segundo o urologista Miguel Srougi, que acompanhou o governador. Foi levantada, também, a possibilidade de tratamento quimioterápico e radioterápico. A notícia foi divulgada na manhã de 11 julho pelo senador Eduardo Siqueira Campos, em cerimônia coletiva no auditório do Palácio Araguaia. Cf. *Governador fará cirurgia em agosto. Jornal do Tocantins*, edição de 12 de julho de 2002.

CAPÍTULO 3. UNITINS – VIDA, PAIXÃO E MORTE DE UMA UNIVERSIDADE

O sonho é o alívio das misérias dos que as têm acordados.

Miguel de Cervantes *in Dom Quixote*

A despeito do propalado abandono que Goiás dispensava à sua porção setentrional, as três maiores cidades da região dispunham de escolas superiores no ensejo da criação do Estado do Tocantins, todas com atividades a partir de 1985. A aspiração por ensino superior já se disseminara por todo o país, embora sua clientela ainda não alcançasse níveis considerados ideais. O processo de difusão decorria de uma série de fatores que estimulava crescente demanda e respectiva oferta (embora, também, não plenamente satisfatória) de educação formal de primeiro e segundo graus. A demanda, reprimida, convertia-se em forte pressão junto aos poderes constituídos e, mais tarde, estímulo à iniciativa empresarial.¹³⁶

Assim, naquela região, a Faculdade de Filosofia do Norte Goiano (FAFING), de Porto Nacional, oferecia os cursos de licenciatura em Letras, História e Geografia e de *licenciatura curta* em Ciências. A Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Araguaína (FACILA), iniciou as suas atividades com os cursos de Letras, História e Geografia e *licenciatura curta* em Ciências e Estudos Sociais.

As duas faculdades constituíam-se autarquias vinculadas à Secretaria de Educação do Estado de Goiás. Com a criação do Tocantins, passaram a integrar o Sistema Estadual de Educação do Tocantins, vinculadas ao Departamento de Ensino Superior.¹³⁷

¹³⁶ Cfr RODRIGUES, Cláudio José Lopes. **Profissão: Professor secundário** (Estudo Histórico-sociológico de uma Categoria Profissional). João Pessoa: Editora da UFPB, 1980 e IDEM. **Universidade e Sociedade – Um estudo de caso**, João Pessoa: SEC-PB, 1986. Sobre o fenômeno em Goiás nos anos 80 do século XX, ver DOURADO, Luiz Fernandes. **A interiorização do ensino superior e a privatização do público**. Goiânia: Editora UFG, 2001

¹³⁷ Sobre os primeiros tempos da UNITINS, ver OLIVEIRA, José Manoel Miranda de. **Estudo das possibilidades de democratização do acesso ao ensino superior: o caso do Tocantins**, Dissertação de Mestrado apresentada ao Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996, em especial a *Introdução*, pp 12-18.

A terceira escola, a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi (FAFICH), oferecendo cursos de Direito e Pedagogia, configurou-se como uma instituição municipal, tendo como mantenedora a Fundação Educacional de Gurupi.

A Universidade do Tocantins – UNITINS – não surgiu pela agregação dessas escolas. A UNITINS foi criada pelo governador Siqueira Campos através do decreto n.º 252, de 21 de fevereiro de 1990. A Lei n.º 136/90, da mesma data, instituiu a *Fundação Universidade do Tocantins* cujo objetivo era organizar, instalar e manter a UNITINS.

A Universidade do Tocantins foi autorizada a funcionar pelo Decreto 2.021/90, de 27 de dezembro de 1990. O Estatuto da Fundação foi estabelecido pelo decreto n.º 250/90, de 14 de fevereiro de 1990, alterado pelo Decreto n.º 2.043, de 08 de janeiro de 1991.

A professora Maria do Rosário Cassimiro foi nomeada a primeira reitora e presidente da Fundação. À frente de uma equipe de professores da Universidade Federal de Goiás, ela empreendeu um estudo aprofundado sobre a situação educacional, social, cultural, econômica e financeira do Estado para a elaboração de um Projeto Político-Pedagógico para a recém-fundada instituição. O projeto, segundo seus idealizadores, pretendia superar vícios e imperfeições estruturais das instituições universitárias públicas brasileiras a exemplo da dependência ilimitada aos cofres públicos e a natureza elitizante dos concursos vestibulares. Pretendiam criar uma universidade que fosse moderna, aberta, democrática... Perseguiam um modelo novo, ideal, que, embora anunciado como inédito, já fora, algures e alhures, o desiderato de outros idealizadores. Pretendiam erigir a UNITINS como uma instância verdadeiramente crítica e formadora, proficiente no papel de suscitar corações e mentes capazes de compreender e transformar a realidade do Estado.¹³⁸

Não obstante as preocupações universalistas normalmente atribuídas às instituições dessa natureza, a universidade projetada para a nova unidade federativa deveria voltar-se para as plagas locais, imediatas. Nos termos da reitora, a UNITINS deveria ter *a cara do Tocantins*. A linguagem metafórica não significava que a universidade deveria apresentar uma aparência de desânimo talhada pela longa penúria e histórico abandono. Nem que apresentasse a candência feérica estimulada ladinamente pelo grupo que se encarapitava nos domínios do novo Estado. A própria reitora cuidou de esclarecer a pretensão dos idealizadores informando que a licença literária contida na analogia significava dever ser a

¹³⁸ Cf. CASSIMIRO, Maria do Rosário. *Uma Universidade para o Tocantins*, Goiânia, Kelps, 1996.

instituição *talhada, organizada e implantada para dar resposta, principalmente, às necessidades do novo Estado e da Região Norte do Brasil, e organizada num modelo multi-campi*.¹³⁹ Almejava-se, dessa forma, uma universidade voltada para o atendimento dos interesses e necessidade do Estado.

A *natureza comunitária* constituía-se uma inovação da UNITINS. Essa característica era substanciada pelo seu Conselho Comunitário, órgão consultivo composto por lideranças locais cabendo ao reitor o papel de secretário geral. O Conselho teria participação direta na estrutura superior da instituição, exercendo influência em deliberações importantes como a criação de cursos e a escolha do titular da Reitoria. Em face das relações de poder que se vislumbravam no Estado, uma das suas pretensões mostrava tons oníricos: era propósito do Conselho instalar uma Universidade despojada de influencias político-partidárias.

A UNITINS teve como sede e foro a incipiente capital provisória do Estado do Tocantins, a cidade de Miracema do Tocantins. Descentralizada e interiorizada, a universidade estendeu-se por três Centros de Extensão, nas cidades de Arraias (445 km da capital), Tocantinópolis (531 km) e Guaraí (200 km), com os cursos de Pedagogia. Objetivava preparar recursos humanos para a Educação. Pretendia, assim, entre outros escopos, aprimorar o ensino de 1º e 2º graus no Estado e, como isso,

(...) contribuir para a formação do cidadão que, além de ser um profissional competente, venha a ocupar um importante espaço na sociedade à qual pertence, como propulsor de idéias transformadoras, detentor de uma consciência crítica e inovadora, vindo a participar do processo de desenvolvimento regional, com plena autonomia para eleger os seus objetivos, a fim de garantir a manutenção de um projeto de vida mais humano, mais justo e mais saudável.¹⁴⁰

O projeto UNITINS preocupou-se com a preservação do meio-ambiente¹⁴¹, enfatizando sobremaneira as áreas de garimpo. Mui comuns no Estado, tais áreas, poderiam

¹³⁹ Idem, *ibidem*, p 15.

¹⁴⁰ Idem, *ibidem*, p.139

¹⁴¹ Consoava, dessa forma, com verbalizações do fundador da capital, insinuando preocupações ecológicas. Apesar das denúncias da Grande Imprensa quanto a alienações irregulares de terras chanceladas pelo Governo do Estado, com prejuízo da própria área de preservação ambiental de Palmas, um cronista registrou: *Quando*

causar consideráveis efeitos deletérios ao seu entorno se não tratadas cuidadosamente. Os dois majestosos rios Araguaia e Tocantins, pontos turísticos de grande potencialidade, sobressaiam-se também como objetos desses cuidados.

No mesmo sentido, preconizou-se a criação de um zoo-botânico em Palmas.

O projeto da universidade tocantinense ideou mudanças no sistema de ingresso no ensino superior. Propôs a adoção, por quatro anos, de um modelo experimental de exame vestibular vinculado ao esforço pela melhoria qualitativa do ensino. Dessas medidas, adviria uma forma de seleção *capaz de oferecer a todos os candidatos iguais oportunidades de ingresso*.¹⁴² A proposta tinha como esteio à avaliação do currículo escolar do aluno durante os sete anos do ensino básico. No segundo momento, seria restaurada uma idéia oriunda do final dos anos 60, o *Ciclo Básico* (que, segundo a proposta para a UNITINS, deveria ser concluído em dois anos, sob pena de jubilação do aluno).

Segundo acreditavam os mentores da proposta, tais inovações poderiam neutralizar as deficiências acumuladas nas fases anteriores da formação escolar. Promoveria, também, *pari passu*, um nivelamento entre os vestibulandos e universitários, pondo-se termo ao caráter elitista do concurso vestibular tradicional, que favorecia os alunos mais privilegiados, oriundos das escolas particulares.

O modelo experimental de vestibular foi implantado em 1991 nos Centros de Extensão de Arraias, Guaraí e Tocantinópolis, para os cursos de Pedagogia. As faculdades de Porto Nacional e Araguaína mantiveram o sistema convencional do concurso.

Apesar de incorporadas à UNITINS desde a promulgação da lei 136/90 (art. 5º), as unidades de Porto Nacional e Araguaína só seriam efetivamente integradas cerca de um ano depois, por força do Decreto n.º 2080, de 14 de fevereiro de 1991. Em Porto Nacional passaram a funcionar o Centro Universitário (com o curso de Ciência Biológica) e a Faculdade de Filosofia (cursos de Geografia, Letras, História). O Decreto n.º 5697, de 21

a primeira escavadeira entrou em ação, espantou um tatu, que foi aprisionado pelos peões depois de grande correria.

– *É o almoço de hoje comemoraram.*

– *É nada – disse Siqueira. – Soltem o bicho, que aqui será a capital ecológica do Brasil.*

Soltaram.

ALVES, Márcio Moreira. *Op. cit.*, p 64.

¹⁴² CASSIMIRO, Maria do Rosário. *Op. cit.* p 131

de maio de 1992, incorporou definitivamente a Faculdade de Filosofia ao Centro Universitário.¹⁴³

A propriedade dessas incorporações seria demonstrada pela desenvoltura apresentada pelas respectivas comunidades na área da educação.¹⁴⁴

O ingresso de professores na carreira da Universidade se deu através de concurso público, realizado em janeiro de 1991, autorizado pelo Decreto n.º 2044, de 08 dos mesmos mês e ano.

O plano de expansão da UNITINS, aprovado pelo parecer n.º 053/90 do Conselho Estadual de Educação, previa a implantação gradativa, entre 1991 e 1995, de cursos distribuídos pelos *Campi* de Palmas, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Arraias, Guaraí e Tocantinópolis.

Previu-se para funcionamento na capital do Estado os cursos de Administração Pública, Administração de Empresas, Educação Artística, Ciências Contábeis, Arquivologia, Pedagogia, Ciência da Computação, Engenharia Agrícola, Engenharia Florestal, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Ciências Biológicas, Enfermagem e Obstetrícia, Medicina Veterinária, Educação Física, Nutrição, Medicina, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Odontologia.

Em Araguaína funcionariam os cursos de Letras, Geografia, História, Ciências – Biologia e Química.

Em Gurupi, os cursos de Pedagogia, Letras, Geografia, História, Ciências – Biologia e Química.

Em Porto Nacional, os de Letras, Geografia, História, Ciências – Matemática e Física.

Em Arraias, Guaraí e Tocantinópolis, o curso de Pedagogia.

O plano de disseminação geográfica dos cursos *teve como ponto de partida a decisão de levar à população local os serviços educacionais, científicos e culturais, prestados pela Universidade com o propósito de atingir os pontos críticos da estrutura*

¹⁴³ Cf. *Idem, ibidem*

¹⁴⁴ *Idem, ibidem*

espacial do estado.¹⁴⁵ A distribuição fundou-se em levantamento das potencialidades do mercado de trabalho e a respectiva capacidade de absorção da mão-de-obra.

Essas idéias e pretensões conheceriam alguns percalços com a assunção de Moisés Avelino Nogueira ao Governo do Estado, em janeiro de 1991. O novo mandatário determinou uma ampla consulta à sociedade tendo a UNITINS como objeto. O secretário da Educação, Rui Rodrigues da Silva, instituiu, através da Portaria n.º 166/91, uma comissão especial de 24 membros, sob a presidência do professor Laurentino Fernandes Batista, com a incumbência de apresentar um dossiê técnico e administrativo sobre a instituição. Pretendia-se, com isso, reestruturar a universidade e integrá-la aos princípios do sistema educacional do Estado.

A elaboração do projeto de reestruturação teria como subsídios estudos e informações oriundos da Assessoria de Planejamento (ASPLAN) e de consultas a segmentos organizados da sociedade agrupados em três categorias:

I – deputados estaduais, secretário de Estado, chefes de Gabinete e representante da Associação de Indústria e Comércio;

II – representantes da Igreja, Consaúde, instituições filantrópicas, Sindicato de Saúde, Colégio Estadual de Porto Nacional, SUCAN, Delegacia Regional de Ensino, associações de Bairro, Associação Comercial, produtores rurais, Colégio Sagrado Coração de Jesus e Escola Batista.

III – professores e estudantes.

A comissão, em seu documento final, sugeriu uma série de princípios que deveriam orientar, com a reestruturação, as atividades institucionais:

(...) Interdisciplinaridade e integração dos processos de saber, pensar e fazer e das atividades de ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista o atendimento da pluralidade de interesses, necessidades e demandas sociais; integração das atividades de geração, transmissão e transferência de conhecimentos técnico-científicos, ou seja, integração da pesquisa, ensino e extensão, na busca da promoção e da apropriação econômico-social da ciência e tecnologia; aproximação e integração dos processos de concepção, planejamento e execução, da teoria e a prática, dando destaque à educação para o trabalho, suprimindo o

¹⁴⁵ AIRES, Maria Lourdes Fernandes Gonzales, **A formação de professores para o ensino fundamental e médio na Universidade do Tocantins** – Uma avaliação preliminar do período 1988-96. Goiânia, 1998, p. 82 Dissertação (Mestrado em Educação, Universidade Federal de Goiás).

distanciamento entre os aspectos intelectual e manual das realizações práticas; integração do sistema de educação em todos os níveis e das culturas científica e tecnológica, tendo como preocupação básica a promoção de oportunidades de preparo profissional ¹⁴⁶

A comissão propôs ainda que a UNITINS deveria ser uma entidade articuladora dos sistemas de Educação, Ciência e Tecnologia, com uma organização espacial e administrativa descentralizada, incorporando as estruturas acadêmicas já existentes. Sugeriu, ainda, para o período de 1991 a 1995, a implantação de cinco Centros Universitários e três Centros de Extensão destinados ao atendimento da vocação e das potencialidades econômico-culturais das respectivas regiões. Foram propostos os Centros de:

I – Palmas: sede da administração Geral do Sistema de Educação, Ciência e Tecnologia, com ênfase para as áreas de Engenharia;

II – Porto Nacional: destaque para as Ciências Humanas e a área de Saúde;

III – Gurupi; ênfase para a área de Ciências Agrárias e formação de professores;

III – Araguaína: um Centro para formação de professores, priorizando o setor agro-industrial;

IV – Miracema do Tocantins – cursos de pós-graduação em todas as áreas e formação de administradores;

V – Porto Nacional: os Centros Integrados continuariam na formação de professores, vinculados ao Centro Universitário da cidade.

O documento propunha também a criação de um hospital-escola e de um hotel-escola em Porto Nacional, a implantação de unidades de ensino-pesquisa-produção para processamento de carne e leite em Araguaína, a implantação de uma escola-fazenda em Gurupi e, por último, a criação de um Centro para a área de tecnologia mineral.

A reorganização estrutural enxugaria sobretudo e de maneira bastante significativa o quadro de pessoal, tanto de dirigentes, quanto de técnico administrativo da instituição.

Com a eliminação das Pró-Reitorias e dos Departamentos Administrativos, substituídos por Coordenações de Cursos e Projetos e Serviços, a Universidade do Tocantins teria uma estrutura bem simplificada. Sem a figura do Reitor, a função de

¹⁴⁶ Loc. Cit, p. 92

dirigente estaria a cargo de uma Comissão Diretora, esta exerceria sua função colegiadamente e desempenharia o papel de Conselho Universitário.

Em 14 de agosto de 1991 a UNITINS conhece, efetivamente, o primeiro meandro do seu percurso como entidade jurídico-administrativa. Ocorre, nessa data, a primeira reestruturação da universidade, após um procedimento que se inicia com a Medida Provisória n.º 105/91, revogada pela de n.º 106, de 28 de agosto de 1991, reeditada pela de n.º 113, de 23 de setembro do mesmo ano, que, aprovada, converteu-se na Lei 326/91.

Pela nova Lei, foi extinta a Fundação mantenedora e a Universidade transformada em Autarquia, uma pessoa jurídica de direito público, com sede em Palmas, e integrante do Sistema Estadual de Ensino. Por força do art 2º, os objetivos principais da instituição compunham o clássico tripé *ensino, pesquisa e extensão*. Seguindo o exemplo do enunciado por tantas outras congêneres, os elementos dessa tríade deveriam estar *integrados na formação técnico-profissional, na difusão da cultura e na criação filosófica, científica, artística e tecnológica*.¹⁴⁷

Prevaleceu o princípio da desconcentração administrativa através de Centros Universitários, estruturados em um Colegiado de Cursos e Projetos, como órgão de deliberação, e uma diretoria, como órgão de execução.

Embora tenha havido uma ampla discussão e uma conseqüente proposta, a reestruturação da UNITINS não ocorreu como foi sugerida.

No ano de 1992 foram criados os cursos de Administração em Miracema, Engenharia Ambiental em Palmas, Medicina Veterinária em Araguaína, Agronomia em Gurupi, Tecnólogo em Processamento de Dados em Paraíso do Tocantins e Ciência Biológica em Porto Nacional. Foi criado, ainda, o Centro de Educação Tecnológica (CET), ao qual foi vinculado o curso de Processamento de Dados.

Além desses Centros, foram criados os Núcleos de Tecnologia Industrial Básica (NUTIB) e o de Tecnologia de Alimentos (NUTAL) coordenados pelo Centro Universitário de Paraíso do Tocantins, o Núcleo de Estudos e Avaliação de Políticas Públicas (NEPP), coordenado pelo Centro Universitário de Miracema, e o Núcleo de

¹⁴⁷ TOCANTINS, LEI n.º 326, de 24 de outubro de 1991. Reestrutura a Universidade do Tocantins, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, n. 172, 23 out., 1992.

Estudos e Planejamento do Espaço (NEPE) sob a coordenação do Centro Universitário de Palmas em cooperação com o Centro Universitário de Porto Nacional.

A expansão da UNITINS prosseguiu de forma acanhada, segundo alguns. Em 1993 surgiram os cursos de Ciência Contábeis, Arquitetura e Urbanismo em Palmas e Direito em Colinas do Tocantins. No ano seguinte, criaram-se os de Matemática em Arraias e Miracema do Tocantins, Letras em Guaraí e Engenharia de Alimentos em Paraíso do Tocantins. Em 1997, os de Direito, Economia e Comunicação Social em Palmas.

As análises divergem quanto à natureza da expansão dos cursos. Como se deduz de documentos oficiais, duas intenções se insinuam no correr do processo de reestruturação da universidade. Por um lado, procurou-se contemplar propósitos políticos do Governo estadual; por outro, procurou-se atender a demandas sociais efetivas. A segunda alternativa foi subestimada no processo de reestruturação. Neste, predominou a instalação de cursos tradicionais, formadores, em regra, de profissionais fadados à burocracia. Segundo esse entendimento, a ampliação se deu, pois, em prejuízo do preparo de recursos humanos críticos, aptos para a melhor compreensão e transformação da realidade.¹⁴⁸

A não implantação de cursos de formação de professores em cada Centro Universitário (para atender a demanda estadual e promover a melhoria da qualidade do ensino de 1º e 2º graus) foi uma defecção muito lamentada.

O Relatório Executivo da Comissão Diretora da UNITINS, de 25 de março de 1993, apresentou ao Governo do Estado um rol de causas do fracasso do projeto. A universidade, como estava, limitava-se a de um *grande colégio*, vítima de uma concepção conservadora, avessa a mudanças. O estado de coisas decorria de uma série de fatores como redução do trabalho docente a atividades de sala de aula e tarefas administrativas, extensão da carga horária semanal, centralização administrativa, desinteresse dos professores quanto às três áreas das atividades profissional, precariedade da infraestrutura física, baixos salários, míngua dos recursos financeiros... Esse quadro coibia o desenvolvimento de um legítimo clima universitário e se constituía a síndrome do descompromisso com a realidade social.

¹⁴⁸ *op. cit.* Segundo esta autora, a Universidade concebida para o Tocantins (predominantemente tecnológica) não se afinava com as aspirações das elites políticas locais em face da tendência de a instituição formar *homens práticos* (e não o *doutor*, como a tradicional) e, por isso, propensos a modificar a realidade. Por essa propensão inconveniente aos segmentos hegemônicos locais, teria sido boicotada.

O relatório apresentou algumas propostas para atenuar essas dificuldades: capacitação dos professores através de cursos de pós graduação *stricto sensu*, participação de professores visitantes, regime de dedicação exclusiva (DE), Plano de Cargos e Salários para os servidores técnico-administrativo e uma política de investimento na infraestrutura institucional.

As propostas não foram acolhidas e o projeto frustrou-se.

3.1. Veredas da salvação

O governador Siqueira Campos ao assumir o segundo mandato de governador (1º de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 1998) designou uma nova Comissão Diretora para a UNITINS, tendo como Diretor Presidente (cargo semelhante a reitor) o professor Lívio William Reis de Carvalho, que permaneceu pouco tempo na presidência, sendo substituído pelo professor Zuhair Wawar. Na gestão deste não ocorreram mudanças que mereçam destaque. O fato de maior envergadura foi um natimorto projeto de reorganização universitária.

Em setembro de 1996, Siqueira Campos constituiu uma outra equipe, sob a presidência, novamente, do professor Lívio William Reis de Carvalho, destinada a proceder a uma nova modificação na universidade. O dignitário justificou sua iniciativa por julgar que o regime jurídico da UNITINS – uma autarquia subordinada à Secretaria de Educação – não era o melhor modelo para o seu pleno desenvolvimento. Segundo o governador, tal configuração

(...) tornou-a dependente das normas burocratizadas e centralizadas, característica da administração pública, mas inadequadas para uma instituição cujos Centros Universitários se espalham por todas as regiões do estado, além de inadequadas, também, para o exercício da autonomia universitária preconizada pela legislação brasileira. (p.01) ¹⁴⁹

¹⁴⁹ SIQUEIRA CAMPOS, José Wilson. *Apresentação*. **CADERNO UNITINS 1**, Palmas: V1, Nº 1, Jun 1997, p 1.

Indica alguns problemas da instituição, decorrentes da sua natureza autárquica. Ressalta, entre outros estorvos, a insegurança funcional e a falta de condições de profissionalização dos seus quadros (tanto docentes quanto administrativos); morosidade na gestão; desarticulação interna; ausência de planejamento estratégico eficaz, integrador das unidades e ordenador das decisões; falta de organicidade e dificuldade de procedimentos a partir de decisões externas. Aduziu que esses fatores contribuíram para a grave crise institucional e administrativa por que passava a UNITINS, fato que repercutia sobremaneira na qualidade das atividades universitárias. *As normas burocratizadas e centralizadas, características da administração pública, que regiam até então a entidade, eram inadequadas (...) para o exercício da autonomia universitária preconizada pela legislação brasileira.*¹⁵⁰

A superação dos embargos exigia uma mudança no perfil institucional, como adianta o mandatário tocantinense:

Para se alcançar tais objetivos, não seria suficiente retornar a uma Fundação “criada e mantida pelo Poder Público”, forma de organização que vem sendo denominada, hoje, de “Fundação Autárquica”. A figura de Fundação Autárquica no entanto, constitui uma figura híbrida e anômala, que pouco a diferencia da autarquia tradicional, configurando-lhe todas as incompatibilidades referidas.¹⁵¹

No entender do governador, o modelo autárquico era, pois, o responsável por todas as mazelas institucionais.

Siqueira Campos teorizava sobre as vantagens do retorno ao antigo modelo fundacional arrimado em consultas a instâncias universitárias e a segmentos da comunidade local. A partir de tais informações, chegou a um *diagnóstico* e percebeu soluções para os embaraços detectados. Concluiu que o regresso da UNITINS à categoria de Fundação, *se constituía no pressuposto de superar aqueles problemas, vencer a burocracia, viabilizar a descentralização, caminhar no rumo da autonomia desejada.*¹⁵²

Estribado em tal convicção, enviou à Assembléia Legislativa a Mensagem Executiva e a Medida Provisória que se transformaram nas Leis 872 de 13 de novembro de

¹⁵⁰ IDEM, *ibidem*, p. 1

¹⁵¹ IDEM, *ibidem*, p. 1

¹⁵² IDEM, *ibidem*, p. 1

1996 e 873 do dia 25 dos mesmos mês e ano. A Lei 872/96 determina o processo de extinção da autarquia. A 873/96 autoriza o Poder Executivo, na condição de co-instituidor, a promover a instituição de uma fundação de direito privado para a implantação da Universidade Autônoma do Tocantins.

A nova UNITINS adquiriu, assim, mais uma vez, um novo perfil jurídico. Com isso, ensejaria um aparente jogo de palavras por se constituir, agora, *uma instituição pública, mas não estatal, de direito privado, mas não particular*.

O governador considerava a reestruturação da UNITINS um feito engenhoso e louvável. Ratificando o habitual revérbero e a contumaz vaidade que animam os atos oficiais tocantinenses, ele insinuou constituir-se a mudança institucional um exemplo a ser seguido em todos os quadrantes nacionais. À volta da UNITINS a entidade fundacional expressava o desejo de ver surgir um novo modelo de Universidade no país, asseverava Siqueira Campos, acrescentando: *longe de proceder a qualquer tipo de privatização, optei por um autentico modelo de PUBLICIZAÇÃO, o de realizar com a sociedade civil a gestão de um serviço público essencial, sem abdicar do controle do Estado sobre a aplicação de recursos públicos.*¹⁵³

Convicto da excelência do modelo inovador criado por seu Governo, Siqueira Campos proclamou o feito ao presidente da República, no ensejo da passagem deste pelo Tocantins a 13 de dezembro de 1996. O governador frisou a Fernando Henrique Cardoso que transformara a Universidade do Tocantins

(...) numa Fundação modelar, efetivamente pública, co-instituída e co-administrada pelo Estado e pelos mais representativos segmentos da sociedade, na área empresarial, política e social, tornando concreto um novo modelo universitário, tão urgentemente buscado pelas forças responsáveis deste País.

Sem falsas modéstias, acrescentou que

(...) ao modelo de Ensino Superior vigente, estatizante e centralizado, que agoniza o País, estou propondo, como solução de justiça e de equidade no tratamento dos Estados da Federação, um modelo de Universidade efetivamente pública, sem ser

¹⁵³ id.

estatal, e de direito privado, sem ser particular. Estou propondo a parceria da sociedade, do Governo do Estado e do Governo Federal na nova Universidade do Tocantins.¹⁵⁴

O criador é pródigo em elogios à sua criatura, ressaltando os seus méritos em ocasiões variadas. Para o chefe do Poder Executivo estadual, com a *nova* UNITINS

(...) se tornou concreto no Estado do Tocantins, um novo modelo de Universidade, coerente com a legislação em vigor, com as políticas da União, e adequada a responder às aspirações da sociedade tocaninense, especialmente da comunidade universitária, a nova geração que precisa de condições adequadas para bem preparar-se a viver no século XXI.¹⁵⁵

Esse discurso arrebatado inspira e contagia o monobloco do Poder local. Seguindo a forma magnificente dos pronunciamentos oficiais tocaninenses, o *modelo* instituído foi apontado, em documento do âmbito do Legislativo, como uma contribuição impar que o Governo estadual dava à História da Educação Superior no Brasil:

Em meio às perplexidades brasileiras, especialmente as que recaem sobre a Universidade, como no mais, sobre a Educação em geral, a Assembléia Legislativa e o Estado do Tocantins sentem-se honrados em oferecer à sociedade brasileira uma alternativa moderna para a universidade, uma instituição capaz de responder aos desafios impostos pelo Século XXI.¹⁵⁶

Alguns cuidados foram tomados para que o portento ocorresse. O retorno da UNITINS à condição de entidade fundacional foi precedido por uma série de atos solenes. Estes, mais do que obediência a trâmites jurídicos, constituíam-se exercícios preventivos de legitimação. Um grupo de altos representantes de categoriais e segmentos sociais do Estado reuniu-se, a 19 de dezembro de 1996, com o governador, no Gabinete deste. O grupo subdividia-se em quatro categorias:

¹⁵⁴Discurso do governador José Wilson Siqueira Campos durante a visita do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, a Palmas-TO(13/12/96), in *Caderno Unitins* 2, Palmas, VI, p-1-53, set 1997, pp 14/15. O presidente da República viera ao Estado para a inauguração da Rodovia TO-040, conhecida como da Integração Nacional, por ligar Conceição do Araguaia-PA, no Centro-Norte, a Salvador-BA, no litoral nordestino.

¹⁵⁵SIQUEIRA CAMPOS, José Wilson. *Apresentação*. *CADERNO UNITINS* 1, *Cit.* P 2.

¹⁵⁶IDEM, *ibidem*.

I – Poder Público estadual:

- Governo do Tocantins
- Assembléia Legislativa
- Tribunal de Justiça

II – Poder Público municipal

- Prefeitura de Palmas
- Associação Tocantinense dos Municípios (ATM)

III – Organizações sociais

- Mitra Diocesana de Palmas
- Associação Tocantinense de Rádio e TV
- Grande Oriente do Brasil
- Campanha Nacional de Educandários da Comunidade

IV – Representantes da iniciativa privada

- Federação das Indústrias (FIETO)
- Federação da Agricultura (FAET)
- Federação do Comércio
- Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins (CELTINS)
- Organização Jaime Câmara
- Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa do Estado do Tocantins (SEBRAE/TO)

Apesar de tratar-se de uma Universidade não havia, nesse grupo, uma representação de alunos ou professores.

O objetivo da presença de todos à solenidade era a aprovação do Protocolo de Compromisso de Constituição da Fundação Universidade do Tocantins, em decorrência dos termos da legislação estadual em vigor (Leis 872 e 874, ambas de 1996, artigos 1º e 2º das duas). Para surpresa de ninguém, o Protocolo foi aprovado sem quaisquer restrições.¹⁵⁷

¹⁵⁷ O documento foi assinado por todas as autoridades presentes bem como pelo presidente da Comissão de Implantação da entidade (a ser criada), pelo secretário executivo para a reestruturação da UNITINS e pelo representante do Ministério Público e curador das Fundações. Caderno Unitins, op. cit.

A mesma unanimidade caracterizou a aprovação do Estatuto da UNITINS, documento que, afinado com outras peças normativas, proclama – como soe acontecer com os documentos desse jaez – os augustos fins da *nova* instituição.

Segundo os termos estatutários, a famosa tríade *ensino, pesquisa, e extensão*, indissociável *das atividades universitárias*, aliada à *promoção da cultura e à difusão da ciência e da tecnologia*, *constituem os instrumentos essenciais* na persecução do objetivo da *nova* UNITINS. O escopo institucional é sublime: *o desenvolvimento da pessoa humana em todas as suas dimensões* mais *o desenvolvimento do conhecimento e da qualidade de vida da população do Estado de Tocantins*, *com vistas à construção de uma sociedade justa e voltada à busca de padrões de contínua excelência*. (Art. 14 e seu parágrafo)

Em seguida, foi assinado o Decreto de constituição do patrimônio inicial da entidade e formado o Conselho Curador mediante a indicação dos instituidores. Composto por nove membros (mais três substitutos), o Conselho ficou integrado por cinco representantes do Governo do Estado, um representante da Área Empresarial, dois das Instituições Sociais (no caso, o bispo e um desembargador) e mais um do Ministério da Educação (MEC), indicado pelo próprio Ministério.

O Protocolo era uma peça estratégica para a preservação e o fortalecimento da entidade. Sua subscrição acarretava para os compromissários a assunção do papel de instituidor da Fundação Universidade do Tocantins. De acordo com a cláusula segunda do documento, os signatários obrigavam-se a *dar apoio permanente à criação das melhores condições de funcionamento e manutenção dos serviços da Fundação, inclusive na captação de recursos e, ainda, assessorando e colaborando no desempenho de suas atividades, avaliando seus resultados e garantindo a fidelidade aos seus objetivos*.

Além das prescrições gerais, o Protocolo estabeleceu as obrigações específicas para os diferentes tipos de compromissários. Assim, ilustrativamente, ao Poder Executivo Estadual, coube, entre outros deveres, prover recursos financeiros e empenhar-se junto ao Governo Federal no sentido de este tornar-se comantenedor da instituição.

A Prefeitura de Palmas passou a ter o dever de *articular-se com a UNITINS na promoção da qualidade de vida urbana da Capital e seu entorno, inclusive pela integração do Campus Universitário no contexto urbano e sua mais ampla utilização pela comunidade*. A ATM, por sua vez, obrigou-se a colaborar para a *integração dos Municípios Tocantinenses*

especialmente os que sediem os campi da Unitins, em programas conjuntos e atividades de cooperação mútua.

As instituições de caráter empresarial comprometeram-se a estimular as atividades que viessem a favorecer a UNITINS. Esse fomento seria cristalizado através de prestação de serviços, treinamento de pessoal, estágios, transferência de tecnologia, busca de recursos e apoio a projetos, entre outras atividades.

As instituições de caráter social prestariam sua contribuição intermediando projetos *que visem à promoção humana, à melhoria das condições de vida da população e à preservação e melhoria da qualidade ambiental.* O apoio poderia ser dado também em buscas de recursos para a manutenção da universidade.¹⁵⁸

A transferência de recursos financeiros da União seria de considerável importância para o desenvolvimento da entidade. O empenho do Executivo tocantinense no sentido de converter o Governo Federal em co-mantenedor da *nova* UNITINS era obrigação formalmente estabelecida.

A *intelligentsia* do governo estadual, procurou transformar o Tesouro Federal em fonte de recursos financeiros. A primeira preocupação do documento que dirigiu ao Ministério da Justiça foi afirmar ter a UNITINS natureza e objetivos de caráter público – por voltar-se para educação, a cultura e a ciência – embora fosse uma entidade de direito privado, em face do ordenamento jurídico que assim o determinava. Entretanto, não era uma instituição estatal, nem privada ou particular.¹⁵⁹ Ademais, ela estava apta a ser beneficiada por incentivos públicos ou privados por prestar serviços filantrópicos (através de distribuição de bolsa a alunos mais carentes) e por ter sido considerada uma instituição de utilidade pública estadual (Lei 896 de 28 de fevereiro de 1997), municipal (Lei 639 de 13 de maio de 1997) e federal (Decreto de 9 de julho de 1997).¹⁶⁰

Na verdade, os argumentos apresentados pelo Governo tocantinense ao buscar reforço financeiro junto ao Tesouro do país escondiam a real preocupação da administração estadual, ou seja, aliviar seus próprios encargos orçamentários. A dissimulação é percebida através dos termos do documento, após um discurso sutil. A exposição argumenta que o Estado do

¹⁵⁸ Cf. *Protocolo de Compromisso que entre si celebram os instituidores abaixo designados, com o propósito de viabilizar a criação da Fundação Universidade do Tocantins.* **CADERNO UNITINS 1**, *Cit.*, pp 11/15.

¹⁵⁹ Cf. Exposição de Motivos enviada ao Ministério da Justiça sobre a natureza da UNITINS. Compilação in **Caderno Unitins 2**, Palmas, V1, p-1-53, set 1997, pp 27/32, *cit.* Pp 27-29.

¹⁶⁰ Cf. **Caderno Unitins 2**, *cit.*, pp 33-35

Tocantins, antes criador e mantenedor da UNITINS autárquica, passara, sob a forma fundacional desta,

(...) à condição de seu (mero) co-instituidor e co-mantenedor, nos termos e com as obrigações estabelecidas nos seus atos constitutivos, em especial no **Acordo dos Instituidores**, em parceria com os outros co-instituidores – inclusive outros representantes dos poderes públicos, e representantes da iniciativa privada e de organizações sociais, cada um com funções e obrigações perfeitamente definidas, de acordo com a respectiva categoria ou natureza.¹⁶¹

Esse “açambarcamento” *não teria sentido ao Estado – na verdade seria um esbulho assenhorear-se de Instituição como se por ele fosse simplesmente criada e mantida.* – arrematou o documento.¹⁶²

O Governo tocantinense continua a sua argumentação partindo, ao seu modo, do salutar princípio da autonomia universitária:

A Lei autorizativa, e o Estatuto da nova Fundação, (...) atribuíram autonomia à Fundação na sua capacidade de gerar recursos destinados à realização de seus objetivos, através de seu patrimônio e de seus serviços, bem como, na gestão desses recursos. Este procedimento é da essência da Instituição Fundacional e não poderia ser diferente, sob pena de “autarquizar” a Fundação, torná-la estéril, **como são em geral estéreis, na natureza, as formas anômalas e de hermafroditismo. Não tem sentido, pois, atendendo-se a natureza das coisas, falar-se de “Fundação autarquizada”,** sob pena de obrigar duas identidades a viverem como se fossem uma.¹⁶³

O princípio da autonomia universitária volta a ser empregado de forma duvidosa, como cortina de fumaça para dissimular um escape progressivo do Poder Estadual aos gastos com educação:

Para que a auto-gestão se realize plenamente, e a Fundação UNITINS alcance a plenitude de sua autonomia, o projeto prevê que no período de 10 anos, a participação de recursos do Estado em sua manutenção, se reduza, dos 85% atuais para cerca de 30%, enquanto os

¹⁶¹ id.

¹⁶² Exposição de Motivos enviada ao Ministério da Justiça sobre a natureza da UNITINS. *Cit.*, p. 29. Destaque no original.

¹⁶³ IDEM, *Ibidem*, pp 29-30.

recursos de outras fontes e de seu próprio patrimônio e serviços venham a alcançar valores da ordem de 40% e 30%, respectivamente.¹⁶⁴

3.2. Sopram os ventos neoliberais

O Governo do Estado, fiado no tipo ideal *Fundação*, acreditava haver a UNITINS munido-se de todos os instrumentos e assumido todas as características desse modelo. Mercê dos supostos elementos da imaginada natureza da instituição, o Governo estadual supunha que a nova UNITINS detinha mecanismos de arrimo pecuniário como *a contribuição dos principais beneficiários de seus serviços, os alunos*. Segundo cálculos oficiais, os dispêndios dos alunos corresponderiam a 30% do custo efetivo. Os 70% restantes cabiam à UNITINS, ou seja, ao Poder Público (estadual), sendo, portanto, *gratuito para seus beneficiários principais*. Dessas premissas, a inferência lógica: a cota do Governo estadual tenderia a contínuo decréscimo simultaneamente à geração de recursos de outras fontes, *inclusive gerados pela própria Instituição*. O eufemismo usado para a expressão *ensino pago* revela-se na alegação de que a Fundação UNITINS estabeleceu um *sistema de financiamento através de bolsas de várias formas destinadas àqueles que tenham dificuldade em cobrir sua parte de contribuição na parceria estabelecida*.¹⁶⁵

Essas diretrizes eram enfatizadas pelo próprio governador que declarava conduzir os assuntos educacionais *em sintonia com as políticas propostas pelo Ministério da Educação e do Desporto – MEC*. Como tal, propunha a parceria entre o Governo do Estado, a sociedade e o Governo Federal quanto à *nova UNITINS* dentro do princípio de *redução de custos e eficiência de resultados, transformando a Universidade num processo associado a este novo projeto de alavancar o Brasil para o seu futuro*.¹⁶⁶

Tais afirmações demonstram a afinidade do Governo tocantinense com o ideário do neoliberalismo, ideologia que se firmava no país. Essa doutrina, implantada *oficialmente* no

¹⁶⁴ IDEM, *Ibidem*, p 30

¹⁶⁵ IDEM, *Ibidem*, pp 30-31. Mesmo considerando a característica da sua transitoriedade, deve-se atentar para o fato de a categoria *estudante* não foi representada nas reuniões para a instituição da *nova UNITINS* nem qualquer entidade assinou o Protocolo em nome da categoria. Assim, a expressão *parceria estabelecida* não lhe caberia.

¹⁶⁶ *Discurso do governador José Wilson Siqueira Campos durante a visita do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, a Palmas-TO (13/12/96)*, Cit. Pp 14-15

Brasil durante o infausto e efêmero Governo Fernando Collor de Mello (15 de março de 1990 a 29 de dezembro de 1992), se afirmaria sobremaneira no de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). As verbalizações do governador e os termos dos documentos oficiais decorriam de fenômenos sociopolíticos além-fronteiras nacionais, ocorridos primeiramente em plagas muito distantes de Palmas. A crise econômica e os novos parâmetros de produtividade e rentabilidade gerados pelos avanços tecnológicos questionaram os pressupostos do Estado do Bem-estar (*Welfare State*) e as políticas de benefício social nos Estados Unidos e na Inglaterra. Ronald Reagan e a primeira-ministra britânica Margaret Thatcher lideraram a implantação de uma nova política econômica estribada em conceitos liberais extremados como *Estado mínimo*, desregulamentação do trabalho, privatizações, funcionamento do mercado sem intervenção estatal, corte de benefícios sociais.

Aliado de primeira hora da política do Palácio do Planalto e seguidor irrestrito do presidente Fernando Henrique Cardoso, o governador Siqueira Campos aliou esses atributos às suas conveniências políticas, transformando os seus domínios em protótipo das novas idéias. Nos termos de um órgão de divulgação corporativo:

A partir do discurso neo-liberal de FHC, o Estado do Tocantins vem sendo utilizado como um eficiente “laboratório” onde FHC pensa hipoteticamente e o Governo do Tocantins experimenta. Se “der certo”, abre-se um grande precedente para o resto do País. O novo modelo capitalista que busca o fortalecimento empresarial, desobrigando o Estado de suas atribuições básicas como p. ex., educação e saúde, chega ao Tocantins sob a máscara de um novo paradigma para o desenvolvimento sócio-econômico, favorecendo ainda mais as classes sociais de maior poder aquisitivo.(...) Inicialmente, empresa como a CELTINS fora privatizada. Agora chegou a vez de se transformar a Universidade Pública e Gratuita do Tocantins em Fundação de Direito Privado onde a entrada e, principalmente, a permanência do aluno esta condicionada à sua situação financeira.¹⁶⁷

Diante dos fatos, a indagação:

(...) estaremos nós, tocaninenses, no Brasil, país em que a grande maioria de sua população vive abaixo da linha de miséria? Ou estaremos nós nos E.U. A, país de primeiro mundo

¹⁶⁷ *Fundação Autônoma do Tocantins ameaça o Sonho do Estudantes Tocantinense. ADUNITINS: CANAL ABERTO. Jornal da Associação dos Docentes da Universidade do Tocantins- Seção Sindical da ANDES-SN-Nº 2-ANO 1 – nov/dez/1996*

graças principalmente, ao grau de instrução do seu povo? Não seriam o ensino e a pesquisa as grandes molas mestras para o desenvolvimento de um Estado como o Tocantins, onde tudo está por ser feito?¹⁶⁸

A questão tinha um agravante no Tocantins por ser este o único Estado brasileiro destituído de uma Universidade Federal. Ou seja, afora a instituição estadual não havia nenhuma instituição pública de ensino superior gratuito.

Os princípios teóricos que deveriam reger a *nova* UNITINS foram expostos por seu primeiro (após essa configuração) reitor, Osvaldo Della Giustina, no ensejo da sua posse, a 05 de fevereiro de 1997. Seu discurso se constitui uma peça de grande significado histórico. A fala condensa o ideário governamental tocantinense sobre o conceito de Universidade, defende o modelo salvífico engendrado pelas instâncias oficiais do Tocantins, critica os erros do modelo anterior e aponta o caminho da salvação institucional (que, segundo a encontradiça euforia dos discursos do Poder local e seus satélites, poderia ser adotado em quaisquer paralelo e meridiano). A envergadura do pronunciamento é indicada pelo fato de haver ocorrido em ato formal, cerimonioso, com pompa e circunstância, em sessão solene do douto Conselho Curador, com a presença de Sua Excelência o governador Siqueira Campos.

O reitor considerou, em sua fala, a defasagem de matrículas como o *busilis maior* do ensino superior brasileiro. Utiliza como critério o número de alunos por mil habitantes. No início de 1997, o Brasil tinha onze *universitários* por mil habitantes enquanto o *mundo desenvolvido* ultrapassava a relação de cinquenta por mil. No Tocantins, considerando-se a UNITINS, o índice era de quatro matrículas por cada milhar. A desproporção preocupava e punha em sérias dúvidas a possibilidade de o país – e, por dedução, mais ainda o Tocantins – superar seus problemas infraestruturais caso o fosso permanecesse.

A preocupação com a gravidade do problema fora demonstrada pelos Estados Unidos. Um relatório elaborado por luminares daquele país, em 1982, alertara o governo ianque quanto à diferença dos USA em relação ao Japão (próximo à proporção de sessenta por mil) e aos integrantes da União Européia, estes em índices crescentes.¹⁶⁹ Diante do

¹⁶⁸ op. cit.

¹⁶⁹ DELLA GIUSTINA, Osvaldo. *A Nova UNITINS – desafio e perspectivas*. **CADERNO UNITINS 1**, Cit. p 31. Na verdade, este não fora o primeiro alerta. Um anterior aconteceu no final dos anos cinquenta por força do sucesso da então União Soviética nos lançamentos de satélites artificiais e sondas espaciais. Em 1957

fantasma que se insinuava, o presidente Ronald Reagan lançou, solenemente e com intensa divulgação pela mídia, *The Nation a Risk*, documento onde convocou a Nação para uma grande campanha de soerguimento dos Estados Unidos através de inovações educacionais.

170

A solução de todas as mazelas do Brasil (que se iniciavam pela angustiosa concentração de renda) estava na expansão irrestrita da oferta de ensino superior, pontificou Della Giustina. Não se pode dissociar a divisão iníqua da riqueza brasileira – uma minoria privilegiada num extremo e a imensa maioria excluída no outro – da perversa situação do país. Neste, uma elite usufrui seus privilégios sem prestar uma contrapartida, ficando imune a uma cota de responsabilidade social, completou.¹⁷¹

Essa contrapartida que a elite brasileira deveria assumir implicaria *responsabilidades educacionais* (ensino superior pago, por exemplo) e se afirmaria à medida em que o Estado começar a sacudir os entraves de toda ordem, que se põem à participação da sociedade nos processos ultrapassados o poder.¹⁷²

A cristalização dos prodígios que a nova UNITINS propiciaria à sociedade exigia uma mudança da configuração estatal – asseverava o reitor, com a mente e o coração na doutrina neoliberal que grassava Brasil afora. Para o país chegar *mais perto do mundo desenvolvido*, afirmou o magnífico, seria imprescindível satisfazerem-se dois pré-requisitos. O primeiro, as elites assumirem as suas *responsabilidades educacionais*. O segundo, uma profunda reformulação do aparelho estatal reduzindo-o à dimensão mínima, *neoliberal*, ou seja, era necessário a superação do *Estado burocrático, que imagina controlar tudo, pensar por todos, substituir a eficácia e a eficiência dos processos sociais*

ocorre o feito do Sputnik, o primeiro satélite artificial a orbitar o planeta. Ainda no mesmo ano, com o Sputnik 2, os soviéticos mandam ao espaço a cadela Laika, o primeiro ser vivo a passar por essa experiência. Eles têm igualmente a primazia de transporem o centro de gravidade da Terra com as sondas Lunik 1 (que sobrevoou a Lua a 3 de janeiro de 1961) e Venera (que atingiu Vênus a 12 de fevereiro de 1961). O maior de todos os feitos ocorreu, porém, a 12 de abril de 1961, quando Yuri Alexeievich Gagarin tornou o primeiro homem a ser mandado, permanecendo em órbita por 1h48min. Com isto, os soviéticos vencem a primeira fase da chamada *corrida espacial* e provocam uma considerável revisão na educação norte-americana.

¹⁷⁰ DELLA GIUSTINA, Osvaldo. *Cit.*, p. 31. O orador adianta o sucesso das providências: *A partir de então foram 10 anos de reformas das instituições e da prática da Educação Americana. Segundo relatórios que se seguiram àquela década, os Estados Unidos voltaram a competir, em igualdade de condições, com o Japão, na sua capacidade quantitativa e qualitativa de produzir e difundir os conhecimentos de nível superior – a pesquisa, a ciência e a tecnologia, distanciando-se novamente dos países da União Européia, para sempre. – vaticina. IDEM, ibidem.*

¹⁷¹ DELLA GIUSTINA, Osvaldo. *A Nova UNITINS – desafio e perspectivas. CADERNO UNITINS 1, Cit.*

p. 33.

¹⁷² IDEM *Ibidem*, p. 33.

*por sua presença em tudo, ou paternalista, ou totalitária, de toda forma, promotora dos privilégios das minorias.*¹⁷³

A satisfação dessas duas premissas levaria o denodado Estado do Tocantins a alcançar a excelsitude que a História lhe reservava – profetizava o discurso, lavrado no estilo megalômico costumeiro em tais pronunciamentos.

Della Giustina acreditava que a UNITINS poderia alcançar o escopo em dois lustros. Durante a sua gestão, foram elaborados um Plano Decenal de expansão e uma proposta de investimentos da Fundação Universidade do Tocantins (publicados a 24 de março de 1997) compreendendo o período 1997/2006.

O princípio fundamental da proposta era que a UNITINS tinha como preocupação superlativa dar suporte ao modelo de desenvolvimento estadual. Para alcançar tal desiderato, a instituição deveria empenhar-se na persecução de subidos objetivos como promover o homem tocantinense dentro de uma sociedade justa (a ser construída), promover a sustentabilidade ambiental e suscitar o desenvolvimento articulado entre as regiões do país. Os mecanismos para a concretização dessas excelsas pretensões seriam a formação de recursos humanos pertinentes aliada ao desenvolvimento e à difusão de tecnologias providenciais. Estas, ensejadas pelo progresso da pesquisa e da ciência estribado nos conhecimentos aprofundados sobre a realidade do Tocantins.

Para a concretização desses objetivos, a universidade deveria estruturar-se de forma descentralizada e articulada. A racionalização dos instrumentos, relações estruturais e gestão permitiria o desenvolvimento institucional contínuo e orgânico.

A descentralização articulada funcionaria mediante três unidades estrategicamente espalhadas no território estadual:

Norte: *campi* de Tocantinópolis, Araguaína e Colinas;

Centro: Palmas, Miracema, Guaraí e Porto Nacional;

Sul: Gurupi, Arraias e Natividade.

Cada Unidade de Articulação Regional deveria se organizar e se desenvolver a partir de um núcleo central de conhecimentos fundado nas vocações regionais e locais, sem desprezar, porém, os núcleos preexistentes. Assim, na região Norte, os cursos e atividades deveriam se expandir e se desenvolver tendo como fulcro a Medicina Veterinária e

¹⁷³ IDEM *Ibidem*, p 33.

ampliando-se para a Zootecnia, voltadas para as faunas amazônica, a dos cerrados e a do semi-árido e sua utilização sustentável. Na região Sul, deveriam ser incrementados os cursos e atividades predominantemente agrários, preocupados com a pecuária e zootecnia bem como a ocupação da terra e o desenvolvimento dos seus recursos naturais. Na região Central, a concentração deveria voltar-se para a engenharia de ponta, a saúde humana, a gestão de negócios públicos e privados além de setores vinculados às áreas culturais e propriamente educacionais.

Ao fim do interregno estabelecido no plano decenal, a estabilização da UNITINS estaria consumada, imaginava o autor do projeto. Durante o transcorrer do plano, o Estado do Tocantins manteria os seus compromissos de manutenção da entidade, mas iria reduzindo paulatinamente a sua participação de 88% para apenas 31%. Com os *campi* já concluídos, os recursos de investimento seriam, então, mínimos e a instituição teria triplicado a sua capacidade instalada além de, conseqüentemente, ampliado a oferta de serviços à sociedade, presumia-se.

Confirmada tal previsão, o Estado do Tocantins arcaria com apenas 31% das despesas, dividindo-se o restante entre recursos próprios da UNITINS (36,8%) e de outras fontes (31,6%). A parte referente a *outras fontes* adviria de recursos oriundos do MEC e do Orçamento da União – estas, através de rubrica própria ou de emendas apresentadas por parlamentares tocantinenses. Os 36,8% pertinentes aos *recursos próprios* teriam, também, duas origens: 20% adviriam das *mensalidades dos alunos* e 16,8% dos rendimentos de projetos desenvolvidos pela própria UNITINS.

Apesar das belas palavras e intenções governamentais e da anuência da quase totalidade (apenas um voto em contrário) da dócil Assembléia Legislativa ao projeto de Lei, a proposta urdida por Osvaldo Della Giustina não conseguiu ser implantada de fato. Reduziu-se a um ensaio de alguns meses, muito barulho e pouco (ou nenhum) resultado, como veremos. Segundo alguns observadores, a proposta, ao contrário do que almejava, implicou em estagnação da UNITINS quanto à expansão de cursos. Paralelamente, teria contribuído para o crescimento do ensino superior privado no Estado, a exemplo do Centro

Universitário Luterano de Palmas da Universidade Luterana do Brasil (CEULP/ULBRA), que chegou a Palmas em fevereiro de 1992.¹⁷⁴

Ignorando os indícios contrários aos seus prognósticos, o reitor projetava a consumação do sucesso para dentro dos previstos dez anos. A UNITINS deveria atingir, ao final do prazo, 12.000 matrículas, o que representava um pouco mais do que o dobro das registradas no início do decênio considerado. Mesmo assim, restaria um déficit de 6.000 inscrições para que o Tocantins alcançasse o humilde índice nacional de 1996.

Fiel ao receituário neoliberal, o magnífico adverte que a superação desse déficit educacional não deveria ser realizada pelo Poder Público. Tal lacuna *constitui o espaço para a iniciativa privada, ou para outras iniciativas de caráter social.*¹⁷⁵

O desiderato seria alcançado desde que se implantasse *uma corajosa e fundamentada proposta, de melhoria qualitativa e quantitativa do nosso ensino superior e das condições de acesso e permanência na Universidade dos nossos jovens, e de todos os que a ela demandam.*¹⁷⁶

O salto qualitativo e o empuxo quantitativo decorreriam de uma estratégia fundamentada *no desdobramento sucessivo de áreas básicas em cursos de suas áreas afins.* O crescimento a partir das áreas e dos cursos já existentes, desdobrando-os, ensejaria a criação de uma *massa crítica capaz de dar economicidade e qualidade ao ensino superior, à pesquisa e a extensão universitária.* A estratégia, ademais, responderia *não apenas às demandas do mercado, como se só o mercado importasse, mas ao direito das novas gerações de aspirar a uma formação que lhes permita viver adequadamente no século da globalização, do conhecimento crescente e do domínio envolvente da tecnologia.*¹⁷⁷

¹⁷⁴ A ULBRA – a terceira maior Universidade particular do Brasil, reconhecida pela Portaria Ministerial 681 de 07 de dezembro de 1989 – teve sua origem mais remota no dia 16 de agosto de 1972 com o início do curso de Administração nas instalações do Colégio Cristo Redentor, em Canoas, no Rio Grande do Sul. A partir desta cidade (onde se localiza a sede central), a instituição espalhou-se pelo território gaúcho implantando *campi* em Gravataí, Torres, Guaíba, São Jerônimo, Cachoeira do Sul, Carazinho e Santa Maria. Fora do Rio Grande do Sul, a ULBRA instalou Centros Universitários e Institutos de Ensino Superior Itumbiara(GO), Ji-Paraná(RO), Porto Velho(RO), Manaus(AM), Santarém(PA) e Palmas(TO). Sobre a ULBRA, ver BOGO, Fidêncio (ORG.). **ULBRA/PALMAS – Uma História de Amor à Educação**, Palmas, Edição da ULBRA, 2002.

¹⁷⁵ DELLA GIUSTINA, Osvaldo. *A Nova UNITINS – desafio e perspectivas*. **CADERNO UNITINS 1**, Cit. 34-36.

¹⁷⁶ IDEM *Ibidem*, p 34.

¹⁷⁷ Idem *ibidem*, p 34. Destaques no original.

Ao traçar os fundamentos norteadores da *nova* UNITINS quanto à formação humana, o reitor revela sua ojeriza à visão *pragmatista e excludente* do mercado de trabalho, oriunda da *teoria do "homo productor"* (...), *fruto do materialismo grosseiro*. Essa aversão não impede, entretanto, que a sua análise acolha a repudiada perspectiva do mercado de trabalho. Os objetivos e metas que o magnífico defende para a instituição arrimam-se numa lógica mercantil, empresarial. Em suas próprias palavras, esses objetivos e metas são salutares porque *permitirão introduzir na Universidade uma adequada relação custo-benefício, envolvendo o aproveitamento otimizado dos recursos humanos, dos equipamentos e das instalações disponíveis. Se isso não ocorrer, a massa crítica continuará sendo suprida a custos insuportáveis (...)*.¹⁷⁸

A excelência institucional adviria sobremaneira por duas vias. A primeira delas era a valorização dos cursos de graduação. A segunda, nada inédita, constituía-se um velho desejo, uma vetusta pretensão acadêmica: a integração efetiva entre o ensino, a pesquisa e a extensão. A harmonia entre os três pilares institucionais – observou o magnífico –, se constitui um pré-requisito para que a Universidade ofereça, efetivamente, *educação superior*, ou seja, não apenas a *repetição, mais ou menos cansativa dos conteúdos, das aulas e dos métodos de ensino do segundo ou do primeiro grau tradicionais*. A mudança deveria ocorrer porque a *Universidade não pode continuar sendo um simples Colegião para repetir conteúdos, métodos e rotinas de outros níveis de ensino*.¹⁷⁹ Era imprescindível, portanto, implantarem-se as reformas ora preconizadas para que a *velha* UNITINS deixasse de ser um simulacro de Escola Superior, e, *ao invés de apenas denominar-se*, se transformasse em *efetivamente Universidade*. – asseverou.¹⁸⁰

Previsões e elogios semelhantes foram feitos em relação à *velha* UNITINS, a autárquica, a que se passaria a imputar todos os entraves ao desenvolvimento institucional. Havia seis anos, o então reitor Antonio Luiz Maya afirmara que a UNITINS autárquica *teria a face do Estado que a criou, sendo a sua real função (...) formar recursos humanos que sejam sujeitos propulsores do desenvolvimento regional*. A *nova* configuração (a autárquica...) é que faz da Universidade do Tocantins *uma universidade realmente nova tanto na sua concepção e nos princípios que lhe dão sustentação, quanto na sua*

¹⁷⁸ Idem ibidem, pp 34-35. Destaques nossos.

¹⁷⁹ Idem ibidem, pp 36-37. Destaque no original.

¹⁸⁰ Idem ibidem, p 40. Destaque no original.

organização estrutural, bastante diferente das tradicionais Instituições de Ensino Superior do País. Ela foi criada para o Tocantins, totalmente compromissada com a ciência e a tecnologia. E arrematou:

(...) a nova universidade terá uma estrutura mais leve, que dispense, ao máximo, instâncias intermediárias entre as unidades que guardam a autonomia de criação e das iniciativas, e o centro (Reitoria) que as coordene, apóia e articula. Não existem nesta estrutura nem pró-reitoria, nem Departamento. Essa estrutura vai se criando progressivamente à medida que se implantam e que evoluem os projetos-cursos.¹⁸¹

Não menos enfático seria o reitor Ruy Rodrigues da Silva na defesa do modelo autárquico mantenedor do ensino público e gratuito:

(...) o Estado, Poder Público, tem a obrigação de manter a Universidade. O ensino tem que ser público. Nos países mais desenvolvidos do mundo, inclusive nos Estados Unidos, as despesas com o ensino superior são arcadas, em grande parte, pelo Poder Público. (Sempre) achei (...) que o maior capital que dispõe o povo não é seu solo, a sua terra, sua riqueza natural (mas) são os seus homens e que esse capital tem que ser valorizado. Investimento de educação não se chama investimento social e sim investimento econômico. Eram discursos que eu sempre fiz, coisas que eu acreditava saber.¹⁸²

Indiferente, entretanto, a tais ponderações, as louvaminhas à reestruturação se intensificavam no proverbial discurso megalomaniaco do Poder Público tocantinense. Assim, a rastejante e asquerosa lagarta (a *velha* UNITINS, autárquica) se transformaria na venturosa e fulgurante borboleta (a *nova* UNITINS). Para tal, era imprescindível haver *autonomia universitária* e irrestrito respeito a ela. Desejo e reivindicação antigos e comuns no meio acadêmico em todos os quadrantes, a autonomia universitária é enfatizada no discurso encomiástico do senhor reitor Osvaldo Della Giustina em defesa do retoque à entidade tocantinense. Ele afirma que a salutar metamorfose

¹⁸¹ MAYA, Antônio Luiz. *Uma universidade realmente nova*. *Jornal do Tocantins*, 13 a 19 ago 1991, Caderno 2, p. 3.

¹⁸² Entrevista concedida pelo professor Ruy Rodrigues da Silva a 26 de junho de 2000, especialmente para a elaboração desta Dissertação.

*(...) só poderá ser feita na medida em que Universidade for capaz de libertar-se dos controles e das burocracias externas, que não têm compromisso com a qualidade universitária ou, até, não têm qualquer idéia do que seja o conteúdo e o método da Universidade, para reduzi-la a um órgão burocrático, materializado em números e normas, ao invés da Universidade necessária, Centro fértil de desenvolvimento do espírito humano, e de transformação social, o que, realmente, ela é.*¹⁸³

Tal liberdade é indispensável à superação do velho arremedo de academia. É nessa liberdade que *se fundamenta a autonomia universitária, autonomia que a lei e a Constituição até hoje não tem sido praticada de forma eficaz, porque se continua amarrando a Universidade à condição de órgão do Estado, e portanto, da burocracia.* No pensamento neoliberal do magnífico, o papel de vilão é sempre atribuído ao hediondo Estado, responsável último pelas mazelas acadêmicas, entre as quais o desrespeito à autonomia universitária, sufocada pelas tenazes do leviatã. Há, entretanto, uma promissora exceção, o Tocantins, onde *essas amarras foram quebradas* com a criação da nova UNITINS.¹⁸⁴

Para afastar de vez da Universidade o tenebroso perigo da antiga forma jurídica, a Lei 872, de 13 de novembro de 1996 determinou o processo de extinção da autarquia pertinente a Universidade do Tocantins. O seu art. 1º determinou que, naquele dia se iniciava o processo extintivo, *que se consumará no prazo de noventa dias.* Em três meses seria extirpado – segundo os calorosos discursos dos tribunos oficiais e oficiosos locais – o grande mal que emperrava o desenvolvimento do ensino superior no Estado do Tocantins.

3.3. Nem todos acreditaram nas belas palavras...

A visão otimista e o verbo encomiástico do professor Osvaldo Della Giustina não se mostraram suficientemente convincentes país afora, em especial nas Universidades das demais unidades da federação. Nestas paragens, segundo os próprios termos do reitor, *o eco do que aqui estamos a fazer (...) tem chegado de forma às vezes distorcida por interesse*

¹⁸³ DELLA GIUSTINA, Osvaldo. *A Nova UNITINS – desafio e perspectivas.* **CADERNO UNITINS 1, Cit.**, p 39.

¹⁸⁴ *Idem ibidem*, p 39.

*menos legítimos. Aos mal-informados, ele esclarecia que não estamos criando modelos ideais para ninguém, mas simplesmente construindo, dentro das exigências da lei, uma Universidade que os tocantinenses, por seus poderes constituídos e suas forças representativas, decidiram que devia ser construída, porque é o melhor para o seu povo e para o seu futuro.*¹⁸⁵

A dissidência é proclamada pelo próprio governador Siqueira Campos que acusa a insatisfação de *algumas áreas comprometidas com o "status quo" e dele beneficiárias.* Desses segmentos, admite, *houve esporádicas manifestações contrárias ao projeto, atitude comum, sempre que se introduz a mudança.* A reação, entretanto, era de *somenos pois o apoio maciço da sociedade tocantinense, do Poder Legislativo majoritário, e da maioria absoluta da comunidade universitária, viabilizou a implantação imediata do novo modelo, e a UNITINS iniciou o ano letivo de 1997 como Fundação, a nova Universidade do Tocantins.* – completou o governador.¹⁸⁶

No entendimento dos descrentes das afirmações e promessas oficiais, a *nova* UNITINS não passava de um artifício do Governo estadual para se despojar de gastos com educação. Utilizando-se de sofismas, o Poder Público tocantinense tentava passar essa responsabilidade financeira para outras instâncias, como a difusa *comunidade*, os alunos ou suas famílias. A transferência implicaria, em última instância, na implantação do ensino pago de nível superior.

Debalde o esforço de o governo tocantinense tentar persuadir a população quanto à natureza pública da *nova* UNITINS, lideranças e organizações do mundo acadêmico – no Tocantins e alhures – não se deixavam convencer pelas acrobacias, arrazoados e jogos de palavras do governo estadual. Para os contestadores, o ato de Siqueira Campos fora uma deslavada tentativa de privatização. *Nota de repúdio* emitida pela Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás, v.g., divulgou o fato em tons de denúncia:

Pobre não tem direito a ensino superior no Tocantins

A Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás/ADUFG-Ssind vem de público repudiar a falta de compromisso do governador do Estado do Tocantins, José

¹⁸⁵ Idem ibidem, p 41.

¹⁸⁶ SIQUEIRA CAMPOS, José Wilson. *Apresentação, Cit.* p 2.

Wilson Siqueira Campos, para com a educação pública. Apesar de ter sido homenageado recentemente pela Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, com o título de cidadão goiano, Siqueira Campos, que transitou com desenvoltura durante anos nos bastidores da ditadura militar, agora governa o Tocantins como se fosse propriedade particular. Embora o Estado seja o único da Federação que não dispõe de uma universidade federal, o governador não pensou duas vezes: no dia 31 de outubro passado (1996), por meio de medida provisória, encaminhada em regime de urgência urgentíssima e aprovada poucos (treze) dias depois pela Assembléia, privatizou a universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), a única pública em todo o Estado. Aos estudantes que querem fazer um curso superior restam três opções: pagar caro por isso, desistir ou deixar a terra natal.

Em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade!

Goiânia, 05 de dezembro de 1996

A diretoria¹⁸⁷

Comentários e protestos semelhantes já haviam sido divulgados pela Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES). Nessa matéria, o governador do Tocantins era comparado a *Justo Veríssimo*, personagem criado pelo humorista Chico Anísio, encarnação de um político corrupto identificado sobremaneira pela sua ojeriza a pobre. O personagem fora elaborado para ridicularizar as oligarquias do Norte-Nordeste brasileiro. Justo Veríssimo, segundo a publicação da ANDES, trocara o palco do programa Chico City pelo Palácio Araguaia, na Praça dos Girassóis, em Palmas, capital do Tocantins e agora o novo Veríssimo atende pelo nome de José Wilson Siqueira Campos (...) que é filiado ao PPB (Partido Progressista Brasileiro) e governa o estado como se fosse propriedade particular.

Havia poucos dias, acrescenta a notícia, Siqueira Campos tivera *uma idéia digna de seu novo guru, o presidenciável Paulo Maluf* (presidente do PPB), ou seja, com a conivência da dócil Assembléia Legislativa, privatizara, em tempo célere, a Universidade Estadual de Tocantins, *a única pública em todo o estado.*¹⁸⁸

¹⁸⁷ Nota publicada em **O Popular**, Goiânia-GO, ed. de 06 de dezembro de 1996. Destaque original.

¹⁸⁸ *Pobre não tem direito a ensino superior em Tocantins*. Agência de Notícias ANDES. Brasília-DF, Nº 208, 27 nov 1996, p 1.

A notícia aduz a essas questões a prática de vícios políticos favorecidos pela *privatização* da UNITINS, como o favorecimento a amigos e parentes¹⁸⁹ e a manipulação dos Poderes Legislativo e Judiciário.¹⁹⁰

Apesar do desmedido poder da oligarquia nutrido pelo servilismo e pela pusilanimidade da grande maioria dos tocantinenses, um segmento reagiu, promovendo, entre outras iniciativas, manifestações de rua para sensibilizar a população. Docentes, estudantes e funcionários técnico-administrativos da UNITINS realizaram um abaixo-assinado contra a medida. Mais de trinta mil assinaturas foram colhidas em uma semana. Desenvolveu-se uma concomitante campanha de denúncia contra os deputados responsáveis pela aprovação da *nova* UNITINS.

O Governo insistia na história de a *nova* UNITINS ser *uma instituição pública mas não estatal, de direito privado mas não particular*. Alguns fatos, porém, apontavam para outra direção. O primeiro deles se configurou na implantação do ensino pago no equivalente a um terço dos custos, a partir do início de 1997 (para os alunos mais carentes, foram instituídos o crédito educativo – ressarcido após o término do curso – e bolsas de estudo). Comprovando a tendência do afastamento do Governo estadual quanto à educação superior, o curso de Medicina Veterinária que funcionava na cidade de Araguaína foi *transferido*, a 18 de janeiro de 2000, para o Instituto Tocantinense Presidente Antonio Carlos (ITPAC), uma instituição privada.

As insatisfações quanto às medidas do Governo estadual alusivas à educação superior foram se acumulando, sobremaneira entre os estudantes (*acadêmicos*, como são preferencialmente chamados no Estado). Um processo de acirramento se consolidou a partir do início de 1999. No dia 04 de janeiro desse ano – período de férias escolares, recesso

¹⁸⁹ Louvada em informações do deputado Raul Filho (PSDB), a notícia informa que Siqueira Campos antes de mudar a natureza jurídica da UNITINS cuidou de *saneá-la e incorporar ao patrimônio dela oito concessões de rádio e televisão e milhares de hectares de terra na Ilha de Bananal e em Palmas*. A notícia acrescenta: *Na capital do Estado, a população comenta que os grandes beneficiários com a privatização da universidade serão, entre outras pessoas do grupo do governador, a nora dele, Simone, casada com o prefeito de Palmas, Eduardo Siqueira Campos, e o secretário estadual de Planejamento, Lívio William Reis de Carvalho, que, "coincidentemente", é também o reitor da universidade*. IDEM, *ibidem*, p 1.

¹⁹⁰ Raul Filho deu entrada no Tribunal de Justiça do Estado mas *se mostra cético quanto a qualquer solução local*. *"Nós vamos recorrer a Brasília, porque se depender da Justiça de Tocantins nada vamos conseguir. Aqui os poderes constituídos são todos subservientes ao governo. Desde o Judiciário à própria Assembléia Legislativa, passando pelo Ministério Público. Aqui, nós temos um único poder: o Executivo. E o governo toma essas medidas irresponsáveis sem se preocupar com as conseqüências"*, diz o parlamentar. IDEM, *ibidem*, p 2.

acadêmico, ausência de alunos nos *campi*... estratégia ou mera eventualidade? –, Siqueira Campos baixou a Medida Provisória (MP) 330 que dispõe sobre *os processos de transformação da autarquia Universidade do Tocantins e de instituição e consolidação da Fundação Universidade do Tocantins*. A MP é analisada de imediato pela obediente Assembléia Legislativa transformando-se na Lei 1042, de 26 de janeiro do mesmo ano. A partir daí, *duas* UNITINS passariam a ser reconhecidas. Essa duplicidade foi reforçada com a promulgação da Lei 1126 de 1º de fevereiro de 2000 que *reestrutura a Fundação Universidade do Tocantins*. O artigo 1º lembra que a instituição é uma *pessoa jurídica de direito privado, mantida por entidades públicas e particulares, com apoio do Governo do Estado*. Isto é, trata-se da velha *nova* UNITINS surgida em 1996 como a grande solução para o ensino superior no Estado e exemplo para o Brasil (e quiçá para o mundo). Embora essa mesma Lei 1126 tivesse como objeto a *Universidade do Tocantins –UNITINS*, a partir do §2º do Art.2º ela passa a se referir a *UNIPALMAS*. O aparente contra-senso pode ser esclarecido pela Lei seguinte, a 1127, do mesmo dia 1º de fevereiro de 2000. A Lei 1127 dá *nova denominação à Universidade do Tocantins –UNITINS, autarquia estadual*. O artigo 1º, *caput*, esclarece e determina: *A Universidade do Tocantins – UNITINS, autarquia estadual reestruturada pela Lei 326, de 24 de outubro de 1991, passa a denominar-se Universidade Estadual de Palmas – UNIPALMAS*. (Destaques nossos). O §1º informa que a autarquia de que trata é uma pessoa de direito *público*, integrante do Sistema Estadual de Educação.

Dai a duplicidade. No Estado passam a coexistir duas entidades homônimas: a Fundação Universidade do Tocantins - UNITINS (a *nova* e salvadora UNITINS), uma *fundação*; e a Universidade Estadual do Tocantins – UNIPALMAS (a *velha* UNITINS, rebatizada em 2000), uma *autarquia*.

Os descontentamentos se precipitaram nesse contexto. As cismas de que o Governo tocantinense planejava privatizar integralmente a universidade estadual teriam se intensificado em decorrência de anúncios publicados em jornais da região. Fiel ao slogan de ser o Tocantins o Estado da Livre Iniciativa, o seu Governo convidava o capital a investir na universidade pública. Como se registrou:

Em anúncio publicado pelo Correio Brasiliense, em 18 de março deste ano (2000), o governador Siqueira Campos colocou à venda parte do patrimônio do estado, inclusive a

Unitins, Universidade Estadual do Tocantins. O anúncio era dirigido a empresários nacionais e estrangeiros.¹⁹¹

Diante desses fatos, os estudantes acionaram o *Movimento SOS Unitins*, iniciado por assembléias nos diversos *campi* para discussão dos diversos problemas institucionais. *Era um trabalho de base, para conscientizar as pessoas, despertar nelas o interesse pela Unitins* – testemunhou um líder estudantil da época.¹⁹²

Os protestos e reivindicações do Movimento foram divulgados, entre outros meios, por panfletos a exemplo dos dois a seguir. O primeiro, *Grito de Alerta*, tinha nomeadamente a intenção de historiar os fatos:

A comissão Multi-Cursos, da Unitins, formada por acadêmicos de todos os ministrados neste Estado, vem, através do presente expor e ao final indicar o que se segue:

1. A autarquia Universidade do Tocantins (órgão público) foi implantada de forma descentralizada com ensino público e gratuito dirigido a população tocaninense.
2. Os altos custos de manutenção de seu modelo descentralizado fez o Governo Estadual de forma arbitrária, criar a Fundação Universidade do Tocantins, recebendo da autarquia todo o seu patrimônio, com rateio de seus custos, por seus instituidores e comunidade acadêmica através de suas contribuições, o que é questionável do ponto de vista legal.
3. O governo Estadual diante do insucesso de se isentar da responsabilidade de custear a Unitins, através da participação do MEC e outros, entregou a administração pública municipal, mais uma vez contrariando a lei, de forma incompetente e irresponsável, a Unitins de Guaraí, Arraias e Colinas, municípios que se atropelam no ensino de primeiro grau, sem recursos para isso. Por isso duvidamos da qualidade do ensino em tais cursos, inviabilizando o seu reconhecimento.
4. A entrega da Unitins para os municípios, fechamento de cursos no interior e sua centralização em Palmas, busca tornar viável para a iniciativa privada a administração desta instituição, com a total isenção do Estado em manter a Unitins, o que fere de

¹⁹¹ CALAGE, Eloí. *No grotão dos marqueteiros*. *Insight Inteligência*, Ano III, Nº 11, out/nov/dez 2000, disponível no site <http://www.insightnet.com.br/inteligencia/m0711.htm>, acesso em 04 nov 2002. Ver também BIONDE, Antonio. *No centro das desatenções*. *Caros Amigos*, revista mensal da Editora Casa Amarela, disponível no site http://www.ecomm.com.br/carosamigos/do_site/quemsomos.asp, acesso em 04 nov 2000.

¹⁹² Palavras do então aluno Élsio Paranaguá, presidente do Diretório Central dos Estudantes da Unitins de 1998 a 2000. Cf. BIONDE, Antonio. *Op. cit.*

morte os princípios constitucionais. Se o Estado, que tem a obrigação de dar educação ao seu povo, não paga, quem pagará?

5. O governo usa como pano de fundo a criação da **UNIPALMAS** como forma de confundir a opinião pública se distanciando do real problema do ensino superior no estado, que é a necessidade da gratuidade do ensino ministrado na Unitins. Se temos a Unitins, como seu patrimônio público com professores pagos pelo estado, para que implantar a UNIPALMAS?

É por isso que lutamos.

- Fim das contribuições (mensalidades),
- Unitins pública e gratuita para todo o sofrido povo tocantinense.
- Concurso público e plano de cargos e salários para professores,
- Eleição direta para Reitor, Diretor e Coordenador de curso.¹⁹³

O segundo manifesto, sob o mesmo nome, ironizava o anúncio publicado no *Correio Brasiliense* concitando o empresariado a investir na UNITINS:

Vende-se

Procura-se uma empresa que vise lucro para tocar o ensino superior no Tocantins

A mercadoria já esta disponível

São os estudantes que estão e os que virão para a Unitins

Rs\$ 500,00 por cabeça, mensais

Lucro garantido

Unitins: a 1ª Universidade pública entregue à iniciativa privada no Brasil

Vamos dar um basta

Não ao despejo

Não seremos expulsos dos nossos campus

Não a privatização

Junte-se a nós por uma Universidade Pública Gratuita, que já existe.

Estudantes, professores e funcionários, uni-vos

¹⁹³ Panfleto disponível no site http://www.geocities.com/sostocantins_2000/dire.html. Transcrição *ipsis litteris, sic*.

Após a parte denunciativa, o apelo conclusivo e as palavras de ordem:

Caros Colegas

Basta de arbitrariedades. A cada dia que passa vemos as autoridades de nosso Estado agir com descaso, contra nossa Universidade. Ferindo a autonomia universitária e agredindo a dignidade de nossa comunidade acadêmica.

- Demitem professores
- Fecham campus universitários

Vamos Reagir

- Por uma Unintins autônoma, democrática
- Por eleições diretas para reitor
- Pela realização de concurso público, visando a garantir maior estabilidade de professores e funcionários
- Pelo Plano de Cargos e Salários
- Pelo ensino público e gratuito com qualidade.¹⁹⁴

Após uma grande concentração no Espaço Cultural, em Palmas, a 31 de março, os manifestantes reunidos no *campus* universitário decidiram entrar em greve, situação em que permaneceram por mais de um mês. A decisão ocorreu após uma intensa mobilização iniciada na Reitoria, de onde os manifestantes saíram em passeata pelas ruas da cidade. Dirigiram-se ao Ministério Público Federal, onde deixaram uma representação contra o Governo estadual questionando a legalidade da *transferência* do curso de Medicina Veterinária para o ITPAC, de Araguaína. Paralelamente, solicitaram parecer sobre as recentes leis. Seguiram, então, para o Espaço Cultural, onde, com pompa e circunstância, na presença de integrantes do Congresso Nacional especialmente convidados, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) iria assumir a Secretaria de Governo do seu pai. O solene auditório foi invadido pelos manifestantes que destoaram da celebração com um significativo protesto: *Num auditório de seiscentas pessoas, cerca de trezentos alunos*

¹⁹⁴ IDEM Ibidem. Transcrição *ipsis litteris, sic*.

entrara e cantaram o Hino Nacional, de costas para o palco. Foi um marco. – afirmou um dos líderes estudantis.¹⁹⁵

O movimento conquistou a simpatia de uma considerável parcela da população. O mesmo não aconteceu em relação à comprometida e dominada imprensa local. À semelhança de um boneco de ventríloquo, a mídia local reproduzia as acusações do Governo estadual, repetindo que o *SOS Unitins* não representava os interesses da categoria estudantil, era um movimento de natureza exclusivamente político-partidária, formado por um bando de baderneiros que não queriam negociar... Um clima de tensão e desconfiança se instalou, assemelhando-se aos tempos obscuros da ditadura militar, com iminência de confrontos com a Polícia (em Gurupi, por exemplo), infiltração de alcagüetes nas reuniões, suspeita de *grampo* nos telefones...

Um momento paroxístico do movimento ocorreu a 25 de abril, quando um grupo decidiu realizar uma greve de fome (apelo que já se mostrara útil na História do Tocantins...). O ato extremado mostraria mais uma vez a sua eficiência ao influenciar um acordo entre os grevistas e o Governo: a greve acabaria, a universidade voltaria a ser gratuita em noventa dias e todos (estudantes, governo e população em geral) iriam se empenhar pela criação da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

A resistência oferecida pelos estudantes – iniciativa banal no resto do País – causaria espécie no amedrontado Tocantins, onde qualquer afronta à prepotência do Governo se constituía um feito excepcional. É compreensível, pois, o tom epopéico com que o fato é lembrado. Segundo uma professora da UNITINS, *O movimento dos estudantes em 2000 é um marco na História de Tocantins e também na história da privatização.* A ênfase é ratificada por um aluno para quem *Uma verdadeira revolução tocaninense acabara de acontecer.*¹⁹⁶

O Governo estadual, porém, soube auferir dividendos político-partidários da sua suposta rendição naquele ano eleitoral. A 19 de junho é sancionada a Lei 1160 que, mais uma vez, entre outras providências, reestruturou a Fundação Universidade do Tocantins. O disposto no art. 21 significou o atendimento à mais imediata solicitação dos grevistas: *É*

¹⁹⁵ Testemunho de Orion Milhomem, estudante de Direito e integrante do DCE. Cf. BIONDE, Antonio. *Op. cit.*

¹⁹⁶ Afirmação da professora de História Ana Lucia Gomes Muniz. O aluno é o próprio articulista. Cf. BIONDE, Antonio. *Op. cit.*

gratuito, a partir do dia 26 de maio de 2000, o ensino de graduação ministrado nos cursos atuais da UNITINS.

Outro bônus político seria ganho pelo Governo em virtude do incidente paredista:

(...) para arrematar, com um cala-boca triunfante, o governador assinou o decreto 1.032/00, anistiando a extensa lista de estudantes inadimplentes da Unitins, perdendo até mesmo os devedores do crédito educativo. E isso com amplíssima divulgação paga com dinheiro público e um texto em tom cívico (“considerando que desde a criação do Estado do Tocantins, a população clama por uma universidade pública...”) ¹⁹⁷

Outro dispositivo acenava para outra pretensão. Pelo parágrafo único do artigo 18 da Lei 1160/00, *Os bens patrimoniais da Unitins poderão ser transferidos, no todo ou em parte, por doação ou cessão para a futura Universidade Federal do Tocantins.*

3.4. A metamorfose

A *premonição* se efetivou. A Fundação Universidade do Tocantins foi federalizada. Segundo o art. 1º da Lei 10.032 de 23 de outubro de 2000, *Fica instituída a Fundação Universidade Federal do Tocantins, vinculada ao Ministério da Educação, com sede na cidade de Palmas, Estado do Tocantins.* A transformação se efetivaria em pouco tempo, considerando-se a envergadura da transação. Para tal, ocorreu uma série de providências jurídicas e burocráticas, entre as quais um Acordo de Cooperação, celebrado a 17 de julho de 2002, entre a União, a Fundação Universidade Federal do Tocantins, o Estado do Tocantins e a Fundação Universidade do Tocantins. ¹⁹⁸

¹⁹⁷ CALAGE, Eloi. *No grotão dos Marqueteiros*. Cit.

¹⁹⁸ Veja-se, também, o Decreto 4.279 (federal), de 21 de junho de 2002, que dispõe sobre a organização administrativa da Fundação Universidade Federal do Tocantins, e determina outras providências. Os primeiros movimentos no sentido de se criar a Universidade Federal do Tocantins ocorreram no início dos anos noventa. Um projeto de federalização foi apresentado ao Congresso Nacional pelo então deputado Eduardo Siqueira Campos. Em companhia da professora Maria do Rosário Cassimiro, ele fez uma série de contatos em Brasília com aquele objetivo. Na oportunidade, contataram-se com o presidente do Conselho Federal de Educação, com o ministro da Educação e até com o presidente da República. Segundo a reitora, *a federação* (da Universidade do Tocantins) *tem grande probabilidade de acontecer, devido ao bom relacionamento do Governo Siqueira Campos com o presidente Fernando Collor de Melo*. Cf. *Jornal do Tocantins*. 08 a 14 maio 1991, p 7.

A primeira experiência de Universidade no Estado do Tocantins durou doze anos e alguns meses. A UNITINS, nascida Fundação a 21 de fevereiro de 1990 (Lei estadual 136), foi extinta a 23 de outubro de 2000 (Lei 10.032, que a federalizou).

A passagem da UNITINS para a égide federal ratificou uma antiga prática que vigorara no país havia décadas. Pressionados pelas crescentes demandas por ensino superior, os governos estaduais fundavam universidades nos seus domínios e, depois, premidos pelos gastos, empenhavam-se junto à União para que esta assumisse as instituições. O fato, embora de incontestável benefício à população local, desagradava a muitos analistas. Neste sentido é emblemático o editorial da **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, de jan/mar de 1961:

A criação indiscriminada de novas universidades e a incorporação ao sistema federal de ensino de outras instituições desse tipo, com pesados encargos de ordem financeira, não redundaram em qualquer vantagem de caráter pedagógico. Não pretendemos apresentar-nos como um país de numerosas universidades; esforcemo-nos, antes, por contar com verdadeiras universidades, com alunos e professores congregados nas tarefas de cultura, e integrados nas investigações científicas.¹⁹⁹

Essa opinião foi ratificada pelo renomado educador Anísio Teixeira, editorialista de um outro número (83, jul/set 1961) da mesma revista:

Sem dúvida, são os estados os grandes propugnadores da expansão do ensino superior. Todos eles querem ter a sua universidade. Não seria mal que a tivessem, mas na medida em que sua riqueza o permitisse. Tem-na, entretanto, absorvendo os recursos federais que deveriam destinar-se à educação primária, prática e técnica da população escolar.²⁰⁰

A assunção pela União das universidades criadas pelos governos estaduais era repudiada com veemência por uma parcela dos legisladores. Segundo a *denúncia* de um senador em seu pronunciamento parlamentar,

¹⁹⁹ Cf. RODRIGUES, Cláudio José Lopes. *Universidade e Sociedade*, Op. Cit., p. 101

²⁰⁰ *Id. Ibidem*, p 102

Nunca as federalizações foram mais por atacado do que agora. Desta vez são feitas às grosas. O Senado não sabe ao menos o que está votando. Tivemos prova disso na melancólica e triste sessão de anteontem (07 de julho de 1960), quando os relatores eram pegados de surpresa, pela aba do casaco, para ler, naquele momento, o projeto com as emendas e sobre elas emitir parecer, sem ao menos saber onde se situavam.²⁰¹

Passadas quatro décadas, a expansão do ensino superior brasileiro e a dinâmica dos valores sociais tornariam inadmissíveis tais comentários e argumentos. À exceção do Tocantins, todas as unidades federadas abrigavam uma universidade federal, o que se arvorara princípio constitucional.

Assim, a criação da Universidade Federal do Tocantins era uma questão de tempo. Independentemente das explorações e manipulação político-partidárias que fizessem do fato, ou das vaidades pessoais que sua paternidade (verdadeira ou falsa) viesse a ensejar, sua implantação era inexorável.

3.5 Os sonhos da administração e o pesadelo da realidade

A extinção da UNITINS e a criação da UNIPALMAS evidenciam uma série de fatos inusitados, frustrações e contradições.

Em primeiro lugar, a tão decantada (pelo governo estadual) Fundação de 1996 – a *nova* (e salvadora) UNITINS – não chegou a se estabelecer propriamente. A Lei 1042-99 determinou através do art. 2º: *Fica fixado o prazo de oito anos para a implantação da Fundação Universidade do Tocantins*. No ano seguinte, a instituição seria extinta, substituída pela Fundação Universidade Federal do Tocantins.

Por outro lado, a execrada (pelo governo estadual) Autarquia UNITINS desperta de uma longa hibernação. Ela fora condenada ao garrote vil por ser incompatível com os tempos neoliberais e com a era da globalização, segundo o ideólogo oficial Osvaldo Della Giustina, endossado pelo dignitário maior. Não obstante o art. 1º da Lei 872-96 determinar que o processo da sua extinção *se consumará no prazo de noventa dias, a velha UNITINS*

²⁰¹ *Id. Ibidem*, p. 102. Essa discussão ocorria no ensejo da federalização da Universidade da Paraíba, processo que, por sua vez, estimulou a federalização das Universidades de Goiás, Santa Catarina, Rio Grande do Norte e Juiz de Fora.

não foi extinta. Saiu do limbo a 1º de fevereiro de 2000, através da Lei 1.127. Reza o artigo 1º desta: *A Universidade do Tocantins – UNITINS, autarquia estadual reestruturada pela Lei 326, de 24 de outubro de 1991, passa a denominar-se Universidade Estadual de Palmas – UNIPALMAS* (destaques nossos). Para não haver dúvidas quanto à natureza jurídica da restabelecida, o §1º esclarece a *autarquia de que trata este artigo*, com sede e foro na cidade de Palmas, Capital do Estado do Tocantins, *é pessoa jurídica de direito público integrante do Sistema Estadual de Educação*.

A Lei 1.127/00 colide frontalmente com todo o enfático arrazoado do filósofo educacional Osvaldo Della Giustina (e, por consequência, com o endosso do governador do Estado) ao defender a taumaturga fórmula da *fundação pública mas não estatal, de direito privado mas não particular*. Segundo afirmações reiteradas e peremptórias, a forma autárquica não era afeita à *autonomia universitária*, atributo maior, imprescindível, de uma Universidade que merecesse verdadeiramente este nome. Mas, de acordo com o § 2º do artigo 1º da Lei 1.127-00, a UNIPALMAS (*autarquia estadual*) é uma *entidade dotada de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e gestão patrimonial e financeira*.

Este atributo concedido a UNIPALMAS pelo dispositivo legal seria uma incongruência gerada, talvez, por um conceito muito abrangente, ou particular, do que seja *autonomia universitária*. Sob outro aspecto, porém, a afirmação se harmoniza com um traço cultural muito explorado pelas instâncias oficiais tocantinenses. Por sutis razões políticas, estabeleceu-se a prática de se ver (e se propagar) grandiosidade e perfeição em todas as obras relacionadas ao grupo hegemônico que domina o Estado. O Poder instituído tocantinense parece desconsiderar as limitações da realidade. Daí, apresentar pretensões faraônicas. Algumas dessas, de tão presunçosas, ultrapassariam o saudável âmbito do sonho, chegando aos campos do delírio.

O mundo acadêmico não está imune a tais arrebatamentos. O descompasso entre a realidade concreta e as pretensões anunciadas, a assimetria entre o mundo das relações do cotidiano e as promessas contidas no onírico texto legal, são ilustrados, no plano universitário, pela questão da *autonomia* e pelas missões atribuídas a UNIPALMAS.

Assim, de acordo com os dispositivos legais, cumpre a UNIPALMAS desenvolver estudos sobre o Tocantins e propor soluções para os problemas detectados, *capacitando e*

aperfeiçoando seus quadros técnicos e científicos, de modo a satisfazer os anseios da população, especialmente à edificação de uma sociedade moderna, próspera, justa e influente. (Lei 1.127/00, art. 2º). Deve servir, portanto, como poderoso instrumento de transformação para a construção dessa nova sociedade, *mais livre, justa e progressiva*, fundada no solidarismo e na cooperação mútua. No cumprimento dessa edificante missão, a autarquia estatal deve ter em conta, literalmente, os seguintes atributos:

I – os seus alunos constituem significativa parcela das forças sociais de vanguarda para libertação das massas;

II – os seus professores, com apoio dos servidores, são os artífices dessa mudança transformadora para a prevalência dos princípios e valores éticos, morais, espirituais e cristãos do cooperativismo e de uma nova mentalidade, que conduza as massas à libertação da dependência e de todas as formas de injustiça e de seus efeitos cruéis, em especial a ignorância, a pobreza e a exclusão social;

III – o cooperativismo é sistema mais apropriado para desenvolver o potencial do indivíduo, habilitando-o a criar, produzir e relacionar-se;

IV – preparado sob o cooperativismo, o indivíduo estará apto a enfrentar um mundo em processo de veloz globalização, cada vez mais competitivo, em que o ganho por conquista, e não as dádivas, seja o meio para a consecução dos seus objetivos de ascensão social, política e econômica;

V – o fortalecimento dos sentimentos de fraterna convivência e saudável competição, lastreados na inquebrantável vontade libertária das forças sociais, farão o mercado, se bem utilizados suas próprias regras e comportamento, conduzir a humanidade à democracia econômica, social e política, independentemente da vontade, manipulação e monopolização das forças conservadoras. (Artigo 3º da Lei 1.127-2000)

Os princípios e propósitos prescritos no texto legal como norteadores dos integrantes da UNIPALMAS são de indiscutível excelência ética. Entretanto, sua efetiva aplicação no dia-a-dia exige, necessariamente, condições nem sempre existentes ou disponibilizadas. A assimetria entre o que se declara e o que se realiza é um traço encontrado na história da Universidade pública no Tocantins.

A questão da *autonomia universitária* é emblemática quanto às divergências entre a pretensão e a realidade. Esse atributo, tido como fundamental à vida acadêmica, é

desrespeitado rotineiramente no cotidiano institucional. O desprezo a ele de tão comum passa a ser despercebido e transforma-se até em norma escrita. Um lídimo exemplo dessa inversão é o Decreto 791, de 18 de junho de 1999. Nele, o Governo do Estado do Tocantins dispõe sobre o afastamento de servidores do Poder Executivo para participação em cursos, conferências, seminários, encontros, congressos e assemelhados. O artigo 1º veda o afastamento de qualquer desses servidores para participação em tais iniciativas *sem a previa autorização do Governador*. O caráter intimidativo vem a seguir, tanto para o servidor solicitante como para quem permitiu o seu afastamento ao arripio do Decreto. Quanto a este, *será responsabilizado pelo descumprimento do disposto (...), pecuniariamente pelo ressarcimento de todas as despesas incorridas ou que venha a ocorrer*. (§1º e §2º do art.1º).

Assim, até o magnífico reitor não pode usar de suas atribuições para liberar um professor que pretenda, v.g., fazer um curso de pós-graduação sem o beneplácito expresso e decisivo do governador.

Na verdade, o reitor da UNITINS, a despeito da aura que o acompanha, tem sua função marcada pela fragilidade decorrente do cargo *ad nutum* e sem o endosso da chamada *comunidade acadêmica*. Sua permanência no cargo depende exclusivamente dos humores e interesses do chefe do Executivo. O fenômeno da grande *rotatividade* dos titulares da Reitoria da UNITINS (onze nos 12 anos de existência) é um reflexo dessa peculiaridade.

A restrição quanto ao afastamento do pessoal evidencia o fato de ser a instituição, em última instância, limitada, ou despojada, do poder de decisão sobre os seus próprios assuntos.

Na tentativa de dissimular o desrespeito às prerrogativas da vida acadêmica, o Governo afirma que *reconhecerá e defenderá os direitos constitucionais de todos, principalmente de seus servidores*. Após a promessa, apresenta uma alternativa fantástica, inexequível: o professor poderá afastar-se *às suas expensas, desde que sem prejuízo total ou parcial do seu horário de trabalho e sem ônus de qualquer natureza para o erário público*. (art. 1º, § 3º,b)

Esses dispositivos ensejam práticas que foram sido objeto de censura ao longo da História política do país. Eles concedem ao governador o poder absoluto de decisão, deixando o destino do interessado ao sabor dos humores, simpatia ou conveniência do

dignitário. Por outro lado, transmudam direitos em obséquios ou concessões, nutrindo a conhecida prática do apadrinhamento, a velha política de favores.

Por outro lado, diante dessas restrições parece pouco crível, ou muito precária, a declarada intenção de a UNITINS ter entre suas preocupações o incentivo ao aperfeiçoamento do ensino, da pesquisa e da extensão. Segundo um *considerando* do Decreto 791/99, as restrições decorrem das *dificuldades financeiras enfrentadas pelo Estado, em função da crescente redução da receita, decorrente do fraco desempenho da economia brasileira de repasses constitucionais pela União*. Como sói acontecer, a quintessência do problema é a variável financeira. O Estado não tem a pujança que justifique a proverbial mania de grandeza apregoada pela propaganda oficial.

Assim, por essas e outras, as prescrições legais tocantinenses estariam mais próximas do devaneio do que da realidade...

3.6. O universo acadêmico sob o magnífico olhar

Os problemas e peculiaridades da UNITINS revelam-se nas verbalizações dos seus reitores, designados pelo governador do Estado, sem a mínima consulta à comunidade universitária. Nenhum deles adveio dos quadros institucionais.

A primeira pessoa a ocupar a Reitoria foi a professora doutora Maria do Rosário Cassimiro, oriunda da Universidade Federal de Goiás, onde fora Reitora (a primeira mulher a ocupar o cargo no País), entre 1982 a 1986, tendo assumido, também, a Pró-Reitoria de Extensão da mesma instituição. Um dos seus principais feitos na UFG foi o desenvolvimento do Programa de Interiorização da Universidade graças ao qual implantou *Campi* avançados nos municípios de Jataí, Firminópolis, Catalão e Porto Nacional, este no Norte do Estado, posteriormente Estado do Tocantins. Pretendia implantar um *campus* também em Araguaína, mas o plano não se concretizou.²⁰²

²⁰² *Nosso lema era nunca chegar numa cidade com um campus amarrado numa fitinha, como se fosse um presente, mas sim trabalhar junto com a comunidade* – revelou a ex-reitora em entrevista concedida para a elaboração desta Dissertação, em Goiânia, a 22 de junho de 2001. Informou que em Araguaína foi feita uma minuta de convênio com a Prefeitura e escolhido o local para o *campus* avançado. Era, porém, fim do mandato do prefeito. O sucessor não se interessou pelo projeto e loteou a área onde seria instalado o *campus*.

Salvo referência em contrário, as informações referentes à ex-reitora e à sua administração foram extraídas da entrevista acima referida.

Apesar do malogro do *campus* avançado, as idas a Araguaína teriam desdobramentos remotos. Numa delas, em 1980, teve um contato com José Wilson Siqueira Campos, futuro governador do Tocantins. Oito anos depois, ela receberia o convite do governador do recentíssimo Estado para assumir a Reitoria da recém-fundada UNITINS. O convite foi acompanhado da oferta de amplos poderes para administrar: *Você vai fazer na UNITINS tudo aquilo que quis fazer na UFG e não conseguiu por já ser uma Universidade consolidada com muitos anos de experiência. Então, é muito difícil mudar, mas começar uma coisa nova é menos difícil*²⁰³. – afirmou-lhe o mandatário.

A convidada aceitou o cargo, assumindo o posto imbuída de espírito inovador respaldado por Siqueira Campos, que lhe permitiu exercer o reitorado segundo os princípios mais indicados, *eu fizesse conforme mandavam os estudos, os levantamentos, enfim, com a indicação técnica e científica para a criação da Universidade*.

Com essa desenvoltura, a reitora dá uma contribuição pioneira à inclinação magnificente que marcaria as realizações do Estado, a despeito dos seus limites:

Por isto é que nós chegamos a estourar nos jornais do Brasil inteiro, principalmente de São Paulo e do Rio de Janeiro. De São Paulo, foi uma equipe de repórteres para conhecer a UNITINS. O Estado me deu um avião e eu andei com esses repórteres para todo o lado, para eles fazerem uma matéria sobre a UNITINS, tal foi a provocação que ela deu.²⁰⁴

Esse sucesso é atribuído, por um órgão da imprensa local (no proverbial estilo reverberante), ao fato de a UNITINS haver surgido

(...) com a determinação de inovar e se perpetuar no tempo e no espaço e perpassar todas vicissitudes porventura surgidas em meio ao seu campo de ação. Ela difere, em muito, das Universidades existentes no Brasil, e dentre suas inovações mais significativas estão: a moderna estrutura, a admissão aos seus cursos, o Ciclo Básico e a avaliação do desempenho acadêmico com maior constância, a racionalidade e acompanhamento pela universidade.²⁰⁵

²⁰³ CASSIMIRO, M. do R. Entrevista concedida pela ex-reitora da Universidade do Tocantins, Goiânia, 22 de junho de 2001.

²⁰⁴ *Jornal do Tocantins*, 19 a 25 mar 1991, p. 06

²⁰⁵ id

A reitora optou pela implantação de uma entidade *multicampi*, dando prosseguimento à idéia que desenvolvera na UFG havia oito anos.

O projeto UNITINS começou a ser elaborado em fevereiro de 1990 por um grupo de trabalho integrado por professores da UFG. Razões político-partidárias iriam servir de óbices aos planos. O prefeito de Gurupi, por exemplo, antes favorável à agregação da Faculdade Municipal à instituição que se instalava, ao passar para a oposição tornou-se contrário à idéia.²⁰⁶ Caso semelhante ocorreria com a Faculdade de Porto Nacional por ser o grupo hegemônico da cidade, de início, contrário a Siqueira Campos, tendo, depois, a ele aderido. Fatos comuns à lógica dos políticos, segundo a ex-reitora: *Políticos fazem coisas que nós não fazemos, porque a lógica é diferente. Eles podem prejudicar uma instituição por razões políticas e para eles está muito certo. Já para nós, não.*²⁰⁷

As intrigas e indisposições não se limitam aos políticos profissionais, partidários. Elas não universais, presentes em todas as categorias. Segundo a ex-reitora, a estrutura *multicampi* por ela defendida foi duramente combatida e constituiu-se um dos primeiros objetos de insídia. Em dois anos, a estrutura *multicampi* foi implantada na UNITINS, mas não se consolidou. Com o início do governo seguinte (Moisés Nogueira Avelino), o ex-padre Ruy Rodrigues da Silva assumiu a Secretaria de Educação e não poupou *críticas homéricas (na minha presença, frisa a ex-reitora) sobre a quantidade de Campi no interior*. Para ele, não deveria ser mais de um, no máximo dois, os de Porto Nacional e Araguaína. Dez anos passados, ela ainda magoada, desabafaria, indicando uma contradição: *Fez (ele, o padre Ruy Rodrigues da Silva) críticas e mais críticas a meu respeito, na minha frente, por causa desta atitude. No entanto, foi só eu virar as costas, que eles multiplicaram isso aí.*²⁰⁸

²⁰⁶ O prefeito de Gurupi, João Cruz, declarou que *estamos dispostos a contribuir com esse projeto, mas não queremos sofrer uma frustração posterior (...) a instituição ainda não existe de fato*. Tinha transferir os bens da Fundação para a nova instituição. Queria uma garantia por parte do Governo estadual como um convênio no sentido de amenizar as mensalidades dos alunos que estudam naquela instituição, o que seria uma forma de restabelecer a credibilidade entre o Governo e a comunidade estudantil de Gurupi. In *Prefeito quer contribuir. Jornal do Tocantins*, 29 mai a 6 jun 1991, p. 7. O receio, entretanto, não era apenas do prefeito. A professora Desdália dos Santos, daquela Escola, por exemplo, indagava *se a UNITINS não é apenas um sonho*. In *Faculdade debate sua incorporação. Jornal do Tocantins*. 27 ago a 02 set 1991.

²⁰⁷ CASSIMIRO, M. do R. Entrevista concedida pela ex-reitora da Universidade do Tocantins, Goiânia, 22 de junho de 2001.

²⁰⁸ Seguindo em seu desabafo, a ex-reitora adianta: *O que me admira muito é que o padre Ruy é um técnico. Tive uma grande decepção com ele. Ou ele mudou muito ou eu não o conhecia direito. Foi meu chefe*

As lamentações da reitora revelam a descontinuidade administrativa, fenômeno comum no serviço público brasileiro. Com a chegada do novo Governo, o exame vestibular (que levava em conta o desempenho dos candidatos ao longo dos 1º e 2º graus) foi mudado, restringindo-se a duas únicas experiências (1991 e 1992). Toda a estrutura, legislação e programas foram abolidos, originando-se um novo modelo que discrepava totalmente do ideado pela reitora. As atitudes do novo governador evidenciam a fragilidade da suposta *autonomia*, pois, segundo declara a própria ex-reitora, *o governo me tirou toda a autoridade e já estava prejudicando a Universidade, porque nem o salário dos professores eles pagavam ou pagavam com muito atraso*. A atitude extrema: *Quando o Governo Avelino tomou posse, uma das primeiras coisas que fizeram foi me tirar da folha*. A ex-reitora percebeu que, na essência, essas agressões se constituíam uma briga pela hegemonia política: *Um governo, um partido, tinha criado, mas o outro queria tomar. Todo mundo estava querendo ser o pai de uma criança chamada Tocantins.*²⁰⁹

O governo Moisés Avelino manipulou politicamente a UNITINS e a reitora – indicada por outra administração – se constituía uma pedra no caminho, que se avultava pelo fato de dispor de um *mandato* de oito anos. O professor Antonio Luiz Maia, auxiliar do primeiro escalão do governador, irônico, afirmava que isto se assemelhava mandato de senador... *O que é que eu estava pensando que era?*... – lembrou a reitora em rota de colisão com a equipe de governo. Ela estava cônica de que sua presença na Reitoria significava *fechar muitas portas para os cargos que os políticos queriam colocar lá dentro*. Para ela, *a origem da discórdia vem do domínio do reitor ter sido negociado por alguma adesão política feita de última hora.*²¹⁰

O constrangimento tornou-se insuportável para a reitora. A despeito da acuidade da sua análise e, talvez, por conta de recôndita vaidade, a ex-reitora incide numa ilusão. Ela julgava que o cargo era protegido pela *autonomia universitária*, peculiaridade que impedia

aqui (em Goiânia), fui assessora dele quando ele foi secretário de Educação aqui em Goiás, trabalhei muitos anos com ele. Mudar de opinião assim...

²⁰⁹ *Jornal do Tocantins*, 19 a 25 mar 1991, p. 06

²¹⁰ *id.*

o governo de a destituir. Justificando o seu afastamento do cargo, declarou: *Só sai porque renunciei.*²¹¹

A renunciante justificou o seu gesto à população em *carta aberta*, publicada a 18 de junho de 1991. Viera ao Tocantins implantar uma universidade *ousada, moderna, aberta*, baseada em estudos sobre as realidades social, econômica, sanitária e escolar. O projeto fora implantado, dera os primeiros passos mas fora prejudicado por uma série de obstáculos:

Nos últimos meses, (...) a Direção da UNITINS nada mais tem feito senão administrar crises, uma atrás da outra, oriundas, não da Universidade, mas de interesses de segmentos político-partidários do Estado. Aliás a experiência me mostrou que universidade e política partidária são coisas incompatíveis. Já o grande fundador da UNICAMP, professor Zeferino Vaz, dizia que quando a política partidária entra pelas portas da frente a competência sai-lhe pelas janelas dos fundos.²¹²

Uma dessas crises ocorreu quando as nomeações dos funcionários feitas entre 5 de julho de 1990 a 15 de março do ano seguinte foram anuladas pelo Governo (os funcionários continuaram a trabalhar mesmo nessa situação, o que evitou um colapso institucional). Outro impasse ocorreu por conta de atraso dos vencimentos por 48 dias. Ademais, a reitora

²¹¹ IDEM *ibidem*. Com a saída da reitora, assumiram sua função os professores Cicinato da Silva e Maria das Graças Monteiro. Foram mandatos tampões, curtos e poucos expressivos, enquanto se aguardava a reestruturação da instituição. A professora Maria das Graças Monteiro tomou posse no dia 4 de julho de 1991. Seu nome foi escolhido pelo governador numa lista tríplice enviada pelo Conselho Diretor da UNITINS, da qual constavam ainda os nomes dos professores Helder Victor Mulatinho (UCG) e Wadya de Carvalho (UNITINS).

A professora Maria das Graças Monteiro ocupou o cargo até a Assembléia Legislativa aprovar a nova estrutura da universidade (autarquia) e o novo presidente da Comissão de Reestruturação, professor Antônio Luiz Maya, tomar posse no mês de agosto. A assunção do cargo pela professora Maria das Graças Monteiro foi muito efêmera.

Entre a gestão da professora Maria das Graças Monteiro e a do professor Delby Medeiros não havia propriamente, na UNITINS, a clássica figura do reitor. A administração universitária era exercida por uma Comissão de Implantação da Reforma, composta por cinco membros e o seu presidente era identificado como *reitor*.

²¹² CASSIMIRO, Maria do Rosário. *Carta aberta ao povo Tocantinense*, 18/06/1991. Ver, também, **Jornal do Norte**, 16 a 30 ago 1991, p. 05. A missivista acresce: *percebo que não devo prosseguir no trabalho ao qual dediquei o meu afã e a ousadia de uma equipe de excelentes profissionais. Faço aqui a minha despedida.*

fora posta em completo ostracismo, não conseguindo ser recebida em audiência com o governador.²¹³

O contexto que levou à renúncia da reitora decorreu, em parcela considerável, da transformação da UNITINS de fundação para autarquia. Como observou um integrante do Conselho da Fundação, a mudança foi a maneira que Moisés Avelino encontrou para colocar pessoas da sua confiança na administração da universidade.

A gestão da primeira reitora foi peculiar por ser ela a precursora e padecer as agruras suscitadas por um novo governo com o qual não se afinava. Há, entretanto, situações comuns aos onze ocupantes do cargo, como decorrência, em princípio, de a universidade ser estadual, independentemente de a instituição se configurar como fundação ou autarquia. Essa característica é reforçada pelo perfil muito autoritário dos governantes. As dificuldades eram gerais, destacando-se as de ordem pecuniária. O reitor Antônio Luiz Maya (gestão de 18 de agosto de 1991 a 2 de fevereiro de 1993, durante a administração Moisés Avelino) apontou como seu problema principal *a manutenção financeira dos Campi sem o necessário respaldo orçamentário específico. A autarquia se mantinha com os recursos da Secretaria da Educação destinados ao Departamento do Ensino Superior.*²¹⁴ Essa dificuldade foi ratificada pelo reitor Delby Medeiros (o último do Governo Moisés Avelino). Entre os múltiplos problemas, os financeiros eram os de maior porte *porque tudo era do Estado*, o pagamento de todas as despesas era responsabilidade do erário tocantinense. O fato agravava-se pela estrutura *multicampi*, com distâncias consideráveis (às vezes vencidas de avião).²¹⁵ Estas constatações coincidem, em grande parte, com o pensamento do professor e general reformado Edison Nazareth Alves, último reitor da UNITINS, que assumiu o cargo em março de 2000. Para ele – um obcecado em aperfeiçoamento profissional, afirmou – a míngua financeira foi a causa maior dos insucessos da política de qualificação docente. Durante o ano de 2001 a universidade só liberou cinco professores para Doutorado fora do Estado, exemplificou. Para ele, uma

²¹³ O secretário da Educação Ruy Rodrigues da Silva não se abalou com a renúncia da reitora pois as divergências desta com o governo estadual eram públicas e notórias. Não aceitou, porém, os argumentos por elas apresentados afirmando que *o projeto de ensino de terceiro grau para o Tocantins (o que substituiu o pioneiro) não pode ser visto como contra ninguém pois ele é bom para o Estado. Cf Jornal do Tocantins. 23 jun a 1º jul 1991, p.7.*

²¹⁴ Cf entrevista concedida pelo professor Antonio Luiz Maya em junho de 2001, em Goiânia-GO, como subsídio para esta Dissertação.

²¹⁵ Cf entrevista concedida pelo professor Delby Medeiros, em 2001, em João Pessoa-PB, como subsídio para esta Dissertação.

universidade deveria ser pensada e montada tendo em conta a sua realidade. Ao ser criada, a UNITINS não levou em conta tal princípio. A estrutura *multi-campi* não é um mal em si mas não seria a melhor para a realidade financeira estadual. A existência de vários *campi* numa mesma instituição gerou uma série de múltiplas despesas: *eu não tenho uma universidade; eu tenho oito universidades*. Contrariando as esplendorosas palavras dos discursos oficiais, o reitor Edison Nazareth Alves referiu-se ao Tocantins como um *estado pobre* e, reconhecendo meridianamente a questão, afirmou que *o Estado não tem como manter, não tem capacidade de pagar, a folha de salário e fazer investimentos na UNITINS*. A escassez de recursos prejudicava a contratação de bons professores. Ilustrando o prejuízo informou que ao conseguir *alguns professores de boa qualidade, a ULBRA encosta aqui e diz para eles: "Eu pago o dobro." E os leva*. Daí, sua opinião muito favorável à federalização.²¹⁶

Todos os dirigentes da UNITINS depararam-se com problemas de ingerência política, alentada pela natureza estadual da instituição e personalismos dos seus governantes. O fenômeno da interferência se manifestou de forma variada. O professor Antonio Luiz Maya, por exemplo, revelou ter sido a influência política a causa da sua saída do cargo de reitor:

Deixei a Direção da UNITINS exclusivamente por vontade própria do Sr. Governador do Estado, que no ato procurava atender a um pedido político esporádico de um deputado da situação que exigia a substituição da diretora de um dos campi da Universidade, sem qualquer motivo. Eu exercia um cargo de confiança do Governo, o qual entreguei na hora, via ofício, antes que fosse exonerado.²¹⁷

A fragilidade da autonomia institucional era tamanha que a arbitrariedade do governador foi julgada pelo secretário da Educação, professor Ruy Rodrigues da Silva,

²¹⁶ Cf entrevista concedida pelo professor Edison Nazareth Alves em 11 de setembro de 2001, em Palmas-TO, como subsídio para esta Dissertação.

²¹⁷ Entrevista de Antônio Luiz Maya, cit. O *Jornal do Tocantins*, sob a manchete *Unitins exonera Presidente*, noticiou: *O presidente da Comissão Diretora da Unitins, professor Antonio Luiz Maya, pode ser exonerado hoje, dia dois, pelo governador Moisés Avelino. A informação foi passada ontem pelo secretário estadual da Educação Ruy Rodrigues da Silva. O secretário classificou como um "ato normal", acrescentando que a universidade está em fase de consolidação. "Nova etapa, nova equipe", justificou.*

um ato normal, procurando justificá-lo como *uma necessidade imposta por uma nova etapa de trabalho*.²¹⁸

O próprio professor Ruy Rodrigues da Silva, entretanto, não ficou imune ao problema. Segundo afirmou, houve liberdade na escolha da sua equipe quando ele próprio foi nomeado reitor. Algumas pessoas que já estavam na Reitoria continuaram lá e as demais foram de livre escolha sua entre as que já haviam trabalhado com ele. Há, entretanto, ressalvas: *Eu fui relativamente livre na primeira fase, na hora que cheguei, mas depois houve alguns problemas. Completou: as dificuldades de ordem assim de intervenção, “mudar fulano”, foram relativamente poucas*.²¹⁹

As afinidades com o governador não neutralizavam integralmente os problemas de ingerência. O reitor Delby Medeiros lembrou que, embora muito bem relacionado com Moisés Avelino (de quem poderia tudo conseguir desde que o convencesse), não contornou um pega com o secretário do Planejamento, que *queria tirar os direitos da universidade em um planejamento que fizeram lá*. O reitor telefonou-lhe protestando: *Doutor, eu não estou concordando com isso. Acho que o senhor foi mal assessorado para fazer isso...* Lembrou, então, que a UNITINS tinha Estatuto, Regimento, suas diretrizes e a Secretaria não podia *planejar fora disso, não*. O caso teria envolvido uma professora doutora que Delby Medeiros demitira e a Secretaria teria ficado com ela.

O professor Edison Nazareth Alves reconheceu, implicitamente, o problema da debilidade da autonomia. Para ele, a questão fora estimulada por vícios que se consolidaram no âmbito universitário aliados a procedimentos da sociedade em relação à academia. Muitas vezes as decisões do administrador eram tomadas sem o necessário respaldo legal. O deferimento do pedido tinha como base apenas a intenção de *agradar* o solicitante. Ilustrou a questão com o exemplo de um telefonema:

– Olha, eu vou me casar e quero saber quando posso transferir minha noiva, que mora em São Paulo, para a Universidade. Ela faz Direito. Se não (conseguir a transferência), não me caso...

²¹⁸ Cf *Correio Tocantinense*, 14 a 17 fev 1993. (Destaques nossos)

²¹⁹ Entrevista do professor Ruy Rodrigues da Silva, *cit.* O professor Ruy declarou sua ojeriza à ingerência política nos assuntos acadêmicos. Considerava *um horror* a prevalência do *critério político* como mecanismo utilizado, por exemplo, para admissão de professores. *É a mesma coisa que pôr um carroceiro para pilotar um avião*. – afirmou. Cf *Rodrigues diz que a educação é uma catástrofe*. *O progresso*, 18 a 24 out 1993.

Segundo o reitor, problemas dessa ordem se atenuaram principalmente a partir da administração do professor Ruy Rodrigues da Silva. Consideradas medidas *pouco simpáticas*, tais rejeições constituíram-se, porém, um grande avanço no processo de afastar essas intromissões, ponderou o último dirigente da UNITINS.

O tipo de intromissão maior, que faz tábula rasa da (imaginária?) autonomia universitária, preservava-se, porém, com muito vigor. Essa ingerência espraiava-se também sobre Secretarias de Estado. Segundo o professor/general, o fato ligava-se a idiossincrasias do governador: *O secretário sempre se submete a um processo de controle do governo. Ele (o governador) quer administrar as coisas diretamente, em todos os aspectos porque ele não quer ser surpreendido. Uma característica de governo, uma personalidade de quem governa.*²²⁰

A saída para tal problema estaria, segundo o reitor, em algumas atitudes por ele próprio adotadas e, assim, tendo mais sorte do que os dirigentes que o precederam e que foram embargados em suas ações pelo Conselho Curador. Ao contrário de seus antecessores, o reitor/general mantinha um excelente relacionamento – *maravilhosamente bem, pensando igual* – com o presidente do Conselho, o ex-reitor Lívio William Reis de Carvalho. A excelência do relacionamento devia-se a uma característica pessoal e de formação militar, *i.e.*, a de manter o superior bem informado dos acontecimentos:

(...) qualquer coisa que acontece, na Universidade ou quando vou a uma reunião do MEC ou o que negocio para a Universidade, qualquer coisa, passo imediatamente para o Governo do Estado e também para o Lívio. (...) É para que eles não fiquem dissociados do que se passa na Universidade. Eu procuro contornar com habilidade as características do Governo.

Pontificou, então:

Tudo na vida é você saber trabalhar dentro do universo certo que você habita. Então, se você trabalha num universo restritivo, você se amolda e joga sua liberdade em direção a esse universo.²²¹

²²⁰ Cf entrevista do reitor Edison Nazareth Alves, *cit.*

²²¹ *Id.*

Assim, a ausência da desejada *autonomia universitária* é reconhecida de forma indireta. Não se declara a sua inexistência de forma direta pois, idealmente, ela é um dos fundamentos da instituição, uma condição imprescindível à existência da Academia. Mitificada, ela consta nas Leis, Estatutos e Regulamento universitários. E a UNITINS não fugiu à regra, mesmo que a sua história tenha demonstrado que a autonomia não passou de coisa residual, de um artifício para ilustrar discursos oficiais utópicos ou para tentar imprimir maior legitimidade a pretensiosos textos legais de credibilidade e aplicações duvidosas.

À precariedade (ou ausência) de autonomia universitária estaria ligado o fenômeno da instabilidade dos administradores institucionais, fato que dificultou o desenvolvimento da UNITINS. Como sutilmente observou um ex-administrador quanto à alta *rotatividade* do cargo, *um reitor por ano não tem jeito...*

Se esses problemas se colocavam para os reitores, com maior razão os professores amargaram suas vicissitudes.

CAPITULO 4. AO MESTRE SEM CARINHO – OS PROFESSORES E O SINDICATO

4.1 – O novo sindicalismo

O entendimento da realidade dos professores da UNITINS e o seu esforço para se firmarem como categoria profissional através da sua entidade de classe exige, preliminarmente, uma retrospectiva histórica mais abrangente do que os limites do Estado do Tocantins.

Formada ao longo do século XX, a organização sindical nasce como um poder político de resistência às formas de controle e dominação estabelecidas pelo modelo fordista de produção, sendo reforçada, em vários países, no pós-guerra, pela presença de governos social-democratas.

No Brasil, o sindicalismo passou por muitas dificuldades, períodos de crises e recuos, foi instrumento de lutas diferenciadas, agrupou variados tipos de trabalhadores, organizou campanhas por conquistas democráticas e mudanças econômicas. O golpe militar de 1964 o reprimiu fortemente:

A ofensiva (...) desencadeada pelos militares levou a que o movimento sindical saísse de cena por uns dez anos, desde as últimas grandes e massivas manifestações de 1968. (...) A reiterada capacidade repressiva do Estado, a perda das principais lideranças oposicionistas e a euforia do milagre econômico vigente no país na primeira metade dos anos 70, dificultando sobremaneira a emergência de um movimento forte de natureza sindical.²²²

No contexto de aprofundamento da crise econômica e de grande desgaste político

¹ CLÍMACO, Arlene Carvalho de Assis. *Democracia e sindicalismo no Brasil in Universidade e Sociedade. Sindicato Nacional Docentes das Instituições de Ensino Superior*, Brasília, n.19 p. 80-83, maio/ago. 1999, p.85. Sobre o sindicalismo no Brasil, ver, entre outros trabalhos, ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**, 5ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1981 (Col. Primeiros Passos, V.3); CARONE, Edgard. **Movimento operário no Brasil**. São Paulo: Difel, 1981; DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**, São Paulo: Alfa-Omega, 1977; GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994; MASCARENHAS, Ângela Cristina Belém – **Desafiando o Leviatã – Sindicalismo no Setor Público**, Campinas: Alínea Editora, 2000; MATTOS, Marcelo Badaró – **Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955/1988)**, Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998; PINHO, Carlos Marques. **A macropolítica econômica e os sindicatos operários**. São Paulo: **Revista de História** (Coleção da Revista de História, LXII), 1975 e VIANA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

do regime militar, os trabalhadores voltam à cena e surge um movimento renovado, com novas perspectivas quanto a um sindicalismo livre e autônomo. O início da formação desse novo sindicalismo no Brasil ocorreu no período de 1978 a 1980, marcado pela eclosão de greves – particularmente a partir das paralisações dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo no primeiro ano.²²³

A consolidação do movimento influenciou o processo de redemocratização do país, sendo, por sua vez, dialeticamente influenciado pelos climas de *distensão* e *abertura* políticas advindos com o malogro do *milagre econômico* brasileiro.

O movimento se corporificou pela luta dos trabalhadores em defesa de melhores condições de vida e trabalho, a que se aliou o repúdio à exclusão social. Como já se ressaltou, ele contribuiu para a transição política do país e para a conseqüente ampliação das conquistas democráticas.

O sindicalismo dos anos 90 tinha direta relação com o modelo de ação sindical, hegemônico pelos sindicalistas metalúrgicos do ABC Paulista. Procurando romper com as amarras do passado, realizaram um trabalho político e organizativo nas bases, o chamado *sindicalismo combativo e autêntico*.

A expressão *novo sindicalismo* reúne uma série de atributos. Significa, antes de tudo, uma proposta de relações mais diretas entre as lideranças e as bases, privilegiando a organização pelo local de trabalho. A isto se soma a mobilização por categoria para decisão e encaminhamento dos pleitos sindicais bem como a restauração das greves como nova forma de luta. Por fim, o *novo sindicalismo* repudia a estrutura sindical corporativista, considerada o obstáculo principal às mobilizações da classe trabalhadora.

As mudanças no universo do trabalho no final do Século XX foram marcadas por transformações rápidas e radicais. O mundo construído em torno do paradigma de produção taylorista-fordista foi sendo drasticamente alterado. A acumulação flexível confronta a rigidez do fordismo, apoiando-se na flexibilidade dos processos produtivos, dos mercados

²²³ Este período (...) foi marcado pelo surgimento de uma nova classe trabalhadora no cenário político do país e trouxe para o espaço público a novidade, depois de muitos anos de regime autoritário, da participação dos trabalhadores nos enfrentamentos mais gerais contra o autoritarismo burocrático-militar no final dos anos 70 até meados da década de 80. Ao mesmo tempo, marcava a entrada em cena de uma camada de trabalhadores que defendia, em muitos aspectos, a ampliação dos direitos democráticos nos locais de trabalho. RODRIGUES, Iram Jácome. “O novo sindicalismo – vinte anos depois”. A trajetória do novo sindicalismo. Petrópolis, Vozes, 1999, p. 7.

de trabalho, dos produtos e padrões de consumo²²⁴. Ela se caracteriza pelo surgimento de novos setores de produção, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, inovações comerciais, tecnológicas e organizacionais, aumento da competição e da utilização de novas tecnologias, rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual entre setores e regiões geográficas e pela *compressão do tempo-espaço*. Pode-se afirmar, de forma geral, que essas transformações na esfera produtiva têm levado as grandes empresas ao enxugamento da respectiva produção, flexibilizando-a e segmentando-a.

A década de 1980, nos países de capitalismo avançado, foi marcada por transformações profundas no mundo do trabalho seja nas formas de inserção na estrutura produtiva ou nas formas de representação sindical e política. Essas transformações levaram o movimento sindical também a mudanças.

No final dos anos 70 e início dos anos 80, houve um rápido e significativo renascer do movimento sindicalista no Brasil acompanhado de transformações de considerável envergadura. Pode-se mesmo (...) *afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser.*²²⁵

Tal estado de coisas afeta, conseqüentemente, os organismos de representação da classe trabalhadora:

Os primeiros, os sindicatos, foram forçados a assumir uma ação cada vez mais defensiva, cada vez mais atada à imediatidade, à contingência, regredindo sua já limitada ação de defesa de classe no universo do capital. Gradativamente foram abandonando seus traços anticapitalistas, aturdidos que estavam, visando a preservar a jornada de trabalho regulamentada, os demais direitos sociais já conquistados e, quanto mais a “revolução técnica” do capital avançava, lutavam para manter o mais elementar e defensivo dos direitos da classe trabalhadora, sem os quais sua sobrevivência está ameaçada: o direito ao trabalho, ao emprego.²²⁶

²²⁴ Ver HARVEY, David. **Condição Pós-moderna** São Paulo: edições Loyola, 1992.

²²⁵ ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 7ª ed. rev. ampl., São Paulo: Cortez, Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000, p. 23

²²⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 150.

Entre as transformações que afetaram os países capitalistas desenvolvidos e os de terceiro mundo, destaca-se o grande avanço tecnológico representado pela automação, pela robótica e pela microeletrônica. Esses conjuntos de mudanças obrigaram os trabalhadores a viverem uma conjuntura extremamente desfavorável de redução de postos de trabalho, conseqüências da introdução de novas tecnologias e de novas formas de gestão de produção. O fordismo e o taylorismo²²⁷ perdem a exclusividade como processos produtivos do capital.

Consonante à lógica do sistema produtor de mercadorias, a busca da produtividade e da modernidade suscitou prejuízos aos direitos e conquistas adquiridos ao longo do tempo pelos trabalhadores. Estes foram, em grande parte, substituídos por artifícios tecnológicos e, assim, eliminados do mundo de produção. Frente a tais transformações, a classe trabalhadora sofreu um processo insidioso fragmentando-se, pluralizando-se e diversificando-se.

No universo do trabalho do capitalismo hodierno, por força do desemprego estrutural e da tendência à crescente rarefação das inserções no mundo das atividades profissionais, o mercado incrementou a sua heterogeneidade, o que se configurou como outro prejuízo para os trabalhadores.²²⁸

Entre as questões centrais do futuro do mercado de trabalho, destacam-se as dificuldades relativas à alocação da mão-de-obra e à dupla tarefa de distribuir a força de trabalho entre processos e atividades de produção e a de distribuir os frutos dessa produção entre os trabalhadores empregados e os desempregados. O mercado de trabalho já não é mais capaz de resolver, por si só, as demandas impostas pela sociedade, diferentemente do

²²⁷ Fordismo, caracteriza-se como o sistema de produção e gestão empregado por Henry Ford em sua fábrica, a Ford Motor Co., em Highland Park, Detroit, em 1913. Constitui um modelo/tipo de produção, baseado em inovações técnicas e organizacionais que se articulam tendo em vista a produção e o consumo em massa. O fordismo caracteriza-se-ia como prática de gestão na qual se observa a radical separação entre concepção e execução, baseando-se esta no trabalho fragmentado e simplificado, com ciclos operatórios muito curtos, requerendo pouco tempo para formação e treinamento dos trabalhadores. Taylorismo, sistema de organização do trabalho, especialmente industrial, baseado na separação das funções de concepção e planejamento das funções de execução, na fragmentação e na especialização das tarefas, no controle de tempos e movimentos e na remuneração por desempenho. CATTANI, Antonio David (org.). *Trabalho e tecnologia: Dicionário crítico*. 3ª ed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

²²⁸ Ver, ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo no Brasil*. 2ª ed. rev. e ampl., Campinas, SP: Pontes, 1995; e ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*, 7ª ed. rev. e ampl., Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

que ocorreu no pós-guerra através do *Estado-do-Bem-Estar*, uma vez que o capitalismo demonstrou ser impossível sobreviver com o pleno emprego. Uma das contradições mais significativa nesse contexto é o aparente crescimento econômico sem a contrapartida do incremento de postos de trabalho, causa eficiente das altas taxas de desemprego. Assim, a (...) *miserabilidade presente nas grandes capitais, as altíssimas taxas de desemprego, a desindustrialização de inúmeros complexos produtivos são algumas expressões mais visíveis da crise aguda que marca a sociedade capitalista.*²²⁹

Nos países de capitalismo avançado, observa-se uma *desproletarização* do trabalho industrial fabril, uma diminuição da classe operária industrial tradicional e uma expressiva expansão do trabalho assalariado, ampliado pelo setor de serviços. O setor terciário se amplia e, concomitantemente, o emprego estrutural se hipertrofia atingindo escala desmedida em todo o mundo. Ademais, verifica-se

(...) uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora²³⁰.

A presença feminina no âmbito trabalhista é uma das modificações sociais mais importantes do Século XX, configurando-se como um traço marcante nas transformações da classe trabalhadora. A crescente presença da mulher no mundo do trabalho é importante por possibilitar a emancipação do gênero além de tornar a classe trabalhadora mais diversificada, heterogênea e complexa.

O desemprego estrutural presente no mundo em escala global decorre, pois, das transformações que ensejaram à redução do proletariado fabril, industrial, manual.²³¹

A classe trabalhadora se expande pelo crescimento constante do setor de serviços – onde se insere o magistério em todos os seus níveis.

²²⁹ ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Op. Cit., p. 147.

²³⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 50.

²³¹ Há um outro fenômeno que se afirma *pari passu* a este: (...) *paralelamente a essa tendência, há uma outra também extremamente significativa, dada pela subproletarização do trabalho, presente nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, "terceirizado", vinculados à "economia informal", entre tantas modalidades existentes(...).* IDEM, *Ibidem*, p. 52.

4.2 - Os sindicatos brasileiros e o novo cenário

O processo de reestruturação produtiva nos anos 80 atingiu também os mais bem estruturados sindicatos como os do ABC paulista. O fenômeno trouxe conseqüências negativas a exemplo da redução dos coletivos dos trabalhadores, menor geração de postos de trabalho, desqualificação de segmentos de trabalhadores e intensificação de ritmo do trabalho. De positivo, apresentou, para outras áreas, um aumento dos trabalhadores qualificados, melhoria nas condições de trabalho e queda na sua rotatividade.²³²

As novas circunstâncias implicaram em novas estratégias sindicais como a organização pelo local de trabalho, o intercâmbio com outras comissões de fábrica e órgãos de apoio, a iniciação de subcomissões de produção, tecnologia e automação e a organização de curso sobre nova tecnologia.

Nos anos 80 predominou, nomeadamente nas áreas sindicais mais vigorosas, a estratégia do confronto.²³³

Diante do processo de reestruturação produtiva as estratégias de resistência operária são próprias da ação sindical. As resistências assumem formas implícitas, não declaradas, e resistências explícitas. As estratégias de natureza defensiva se constituem um tipo de resistência de nível superior – o que poderia mesmo se caracterizar como resistência positiva; as de natureza propositiva são, de certo modo, uma opção política alternativa.

Nos anos 90, surge um novo e precário mundo do trabalho e o desenvolvimento de um novo complexo de reestruturação produtiva, ocorrendo alterações das condições de acumulação do capital com a abertura comercial e de um novo padrão de concorrência

²³² *Nesse período, uma das grandes preocupações do sindicalismo metalúrgico era com o potencial irruptivo da automação microeletrônica sobre o coletivo de trabalho, levando-o ao desemprego estrutural.(...) O sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo reconheceu, desde cedo, a necessidade de elaborar um levantamento permanente de todos os dados relativos ao processo produtivo na fábrica, trazendo informações para o sindicato, conhecendo o processo produtivo como uma das condições primordiais para a constituição de resistências diante da reestruturação produtiva, analisando dados concretos para negociar com as empresas os processos de automação (e inovações organizacionais), procurando dessa maneira garantir emprego, condições de trabalho e salários. ALVES, Giovanni. O novo (e precário)mundo do trabalho – Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. 1ª ed., São Paulo: Boitempo editorial, 2000, pp 307/308.*

²³³ Cf. IDEM, *ibidem*, p. 308

capitalista. Diante da ofensiva do capital de produção acontecem importantes alterações na prática sindical.²³⁴

As mudanças decorrentes do mundo capitalista globalizado têm levado o movimento sindical brasileiro a transformações angustiantes que suscitaram a precariedade dos direitos e garantias no âmbito trabalhista, tendo na grande instabilidade no emprego um das suas facetas mais preocupantes. O processo de reestruturação produtiva advindo com a abertura comercial do início dos anos 90 acarretou para os sindicatos uma nova realidade própria da globalização da economia. O novo *status quo* fomentou a concorrência entre as empresas e exigiu uma crescente ampliação de qualidade e eficiência no processo produtivo. Como se observou, (...) *uma parte o desemprego atual deve-se à profunda remodelação operada nos sistemas produtivos, que exigem mais trabalhadores com qualificações superiores, ou seja, aptos a laborar com novas tecnologias.*²³⁵

A gradativa flexibilização nas relações de trabalho tem levado as entidades representativas dos trabalhadores a conviverem com a situação cada vez mais precária dos empregos. Como corolário, verifica-se o aumento do desemprego, acarretando incerteza e insegurança para os assalariados. O desemprego vem se tornando um problema mundial, um dos mais graves e importantes desde os anos 90 do Século XX.²³⁶ Ele tem se apresentado de três formas diversas: o *desemprego conjuntural*, causado pela gestão da política econômica; o *tecnológico*, fruto das tecnologias, de práticas organizacionais e de racionalização do processo produtivo; e o *de exclusão*, decorrente da desqualificação do para o trabalho.

²³⁴ (...) o sindicato tende a exigir dos capitalistas, cada vez mais, os direitos de informação e consulta prévia dos planos de inovação, formas de participação e negociação, capazes de influenciar, no sentido propositivo, as transformações técnico-organizacionais, voltando-se para a garantia de emprego, salário e condições de trabalho. IDEM, *ibidem*, p.312

²³⁵ BERNARDO, João. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores; Ainda há lugar para os sindicatos?** São Paulo: Boitempo editorial, 2000, p.76

²³⁶ Ver sobre o fenômeno, *inter alia*, DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social. Pobreza, emprego, Estado e o futuro do Capitalismo.** São Paulo: Paz e Terra, 1999; FORRESTIER, Viviane. **O horror econômico.** São Paulo: Ed. UNESP, 1997, OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins (Org). **Globalização, regionalização e nacionalismo.** São Paulo: Ed. UNESP, 1999 e PAIXÃO, Celina Aparecida. *Desemprego, novas tecnologias e a resposta do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC in Revista Estudos*, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, N. 1, (jun 1986). São Paulo: Humanitas/USP, 1986, pp. 251/262.

As novas condições sócio-históricas postas pela política neoliberal ressaltaram as debilidades político-ideológicas do sindicalismo brasileiro, que veio a conhecer uma verdadeira *crise*.²³⁷

O processo de reestruturação produtiva tem trazido efeitos deletérios sobre os trabalhadores, tanto em termos de redução dos postos de trabalho, como do crescimento da precarização das relações trabalhistas.

A crise causada pelas transformações no mundo do trabalho afetou drasticamente o movimento sindical. Seus efeitos podem ser sentidos na vida organizacional e na prática das entidades sindicais. O fenômeno reflete-se no descenso das taxas de filiação, na perda de poder daquelas entidades e na redução dos índices de mobilização. Vários elementos são decisivos nesse processo. O mais importante fator talvez seja o abismo social que se criou no interior da classe trabalhadora através do distanciamento entre os trabalhadores estáveis e os de trabalho debilitado pela instabilidade. Para o enfraquecimento da ação sindical, concorreriam também dificuldades ligadas à adesão das mulheres, dos empregados de escritório, dos que trabalham no setor de serviços mercantis, dos empregados de pequenas empresas e dos trabalhadores em tempo parcial. Outro fator importante gerado por essas transformações foi a diminuição e o enfraquecimento das greves pela fragmentação e pela heterogeneidade dos trabalhadores.²³⁸

Os estudos têm demonstrado uma crescente queda nas taxas de sindicalização. O processo de reorganização das atividades produtivas decorrente das mudanças atinge o sindicato na sua organização e muda a correlação de forças entre capital e trabalho.²³⁹

²³⁷ ... é o desenvolvimento de estratégias sindicais neocorporativas de cariz propositivo, que assinalam uma rendição ideológica (e política) à lógica do capital no campo da produção, e também, pelas dificuldades de desenvolvimento de estratégias sindicais de classe, de confronto com o capital, que caracterizou a CUT nos anos 80. Sob as novas condições sócio-históricas da mundialização do capital, as estratégias não conseguem ir além do espaço econômico-corporativo. Por outro lado, destaca que o sindicato classistas no Brasil, ...tem dificuldades crescentes em organizar a classe, fragmentada e debilitada – não apenas no plano objetivo-material, mas no subjetivo-ideológico. ALVES, Giovanni. *O novo (e precário)mundo do trabalho – Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. 1ª ed., São Paulo: Boitempo editorial, 2000, pp. 350.

²³⁸ Cf. ANTUNES, Ricardo, *Adeus ao trabalho?* Op.Cit. pp 67-71.

²³⁹ *As mudanças no perfil do mercado de trabalho, o aumento do desemprego e a desregulação das relações de trabalho são fatores que têm levado à diminuição da eficácia da ação sindical nos países centrais. Esta dinâmica também está presente nos países em desenvolvimento, em particular naqueles que adotam políticas de ajuste econômico, abertura de mercado etc. No tocante à aplicação de novas formas de gestão nas empresas, por exemplo, os sindicatos têm se defrontado com uma gama variada de novas estratégias gerenciais e de política de recursos humanos. Esta transformação na organização da produção, do trabalho e da gestão tem sido tema de amplo debate no interior do movimento sindical.* RODRIGUES, Iram Jácome, Op. Cit., p. 79.

Essas mudanças ocorrem, pois, no âmbito da economia, da política e no interior da sociedade, repercutindo nas relações de trabalho e na ação sindical. As transformações deram azo ao surgimento de uma classe trabalhadora qualificada em alguns setores e uma desqualifica em outros ramos:

Criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador “polivalente e multifuncional” da era informacional, capaz de operar máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade sua dimensão mais intelectual. E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de part-time, emprego temporário, parcial, ou então vivenciando o desemprego estrutural.²⁴⁰

Nessa crise, os sindicatos sobrevivem num contexto perfilado por algumas tendências como individualização das relações de trabalho; desregulamentação e flexibilização ao limite do mercado de trabalho; esgotamento do modelo de sindicalismo de participação; crescente tendência de burocratização das entidades sindicais e ampliação da ação isoladora, desestimulante dos movimentos de esquerda.²⁴¹

Esse quadro insinua os desafios do movimento sindicalista em escala global. Os sindicatos serão capazes de romper a barreira social que separa os trabalhadores estáveis e os de trabalho precário? De reverter às taxas decrescentes de sindicalização? De romper com o novo corporativismo? De neutralizar a tendência de se reduzir o sindicato ao âmbito exclusivamente fabril, o chamado *sindicalismo de empresa*? De organizar um sindicalismo *horizontalizado*? De sair da defensiva e implementar um projeto que vislumbre a emancipação dos trabalhadores? De romper com a tendência crescente da excessiva institucionalização e da burocratização? *Serão capazes de obstar a generalização dessa crise sindical que já os atinge, em maior ou menor intensidade?*²⁴²

Tais desafios espalham-se por muitos quadrantes alcançando não apenas os países industrializados, mas também os intermediários da América Latina.

²⁴⁰ ANTUNES, Ricardo, *Adeus ao trabalho?* Op. Cit, p. 170

²⁴¹ Cf. IDEM, *Ibidem*, Op. Cit.

²⁴² *O sindicalismo mais combativo presente em vários países, será capaz de participar e auxiliar na elaboração de um modelo econômico alternativo, com claros traços anticapitalistas que, ao mesmo tempo, se fundamente em um avanço tecnológico com bases reais, nacionais, verdadeiras, e que não seja regido por uma lógica de um sistema produtor de mercadorias, destrutivo e excludente, responsável pelas explosivas taxas de desemprego estrutural que hoje estão presentes em escala global?* IDEM, *Ibidem*, Op. Cit, pp. 77-78

As mudanças que afetam a sociedade contemporânea se refletem, necessariamente, nas formas de atuação dessas instituições. O Brasil não fugiu à regra:

Nosso sindicalismo, se andou no contrafluxo da crise dos anos oitenta, conseguindo apresentar altos índices de mobilização, não logrou manter o ímpeto na década seguinte. Com o país entrando firmemente na lógica global que impõe novos processos sócio-econômicos, com correlatas mudanças no mundo da organização da produção e do trabalho, o sindicalismo brasileiro já se sente impactado por tais transformações, vivendo também as suas agruras.²⁴³

Diante desse processo, alguns analistas mostram-se céticos quanto à desenvoltura do sindicalismo no porvir, sobremaneira no que se refere a novas alternativas e estratégias de enfrentamento e superação dos problemas. A classe trabalhadora já não demonstraria o vigor contestatório de antanho, rebelde e movido pelo ideal de transformar, de forma significativa, a ordem capitalista. Aturdidos pela nova realidade concreta, os sindicatos passaram a uma prática eminentemente defensiva e distanciada dos movimentos sociais anticapitalista. O sindicalismo de participação e de negociação tomou-se a regra. As instituições representativas das categorias ligadas ao trabalho

Abandonam as perspectivas que se inseriram em ações mais globais que visam a emancipação do trabalho, a luta pelo socialismo e pela emancipação do gênero humano, operando uma aceitação também acrítica da social-democratização, ou o que é ainda mais perverso, debatendo no universo da agenda e do ideário neoliberal. A luta defensiva dos sindicatos frente a onda privativista é expressão do que estamos nos referindo.²⁴⁴

Há duas importantes dimensões históricas para a *crise* do sindicalismo brasileiro: a dimensão sócio-institucional, caracterizada pelo declínio nos índices de sindicalização e a político-ideológica, caracterizada pela integração dos sindicatos à lógica mercantil.²⁴⁵

²⁴³ SANTANA, Marco Aurélio. "Sindicalismo em tempos de mudança: crise e perspectivas" *Universidade e Sociedade / Sindicato Nacional Docentes das Instituições de Ensino Superior*, Brasília, n.19 p. 80-83, maio/ago. 1999, p. 82.

²⁴⁴ ANTUNES, Ricardo, *Adeus ao trabalho?* Op. Cit., p. 43.

²⁴⁵ Cf. ALVES, Giovanni. *O novo (e precário)mundo do trabalho – Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. 1ª ed., São Paulo: Boitempo editorial, 2000

No contexto da nova exclusão social que se instaurou, para que o sindicalismo brasileiro seja preservado, supere a sua crise e recupere o papel de importante bastião na luta pelos direitos dos seus afiliados é necessário que ele se ajuste às novas condições e projete a sua análise para o futuro. Para tal, é necessário questionar-se boa parcela da sua cultura sindical.

O sindicalismo, para sobreviver, em meio a tantas ameaças reais ou virtuais, necessita não só ampliar seu espectro com outras demandas e preocupações, como também com formas diversas de luta e estruturação. Isto pode lhe oferecer condições de ser mais propositivo e antecipador de cenários, com as quais lutará para construir ou obstar.²⁴⁶

Talvez o maior desafio do sindicalismo brasileiro seja engendrar e implementar um projeto democrático que sensibilize a sociedade e que tenha a cidadania como fundamento. O movimento grevista de 1978 seria um bom exemplo.²⁴⁷ Em maio desse ano, os operários iniciaram as paralisações *que atingiram centenas e milhares de trabalhadores metalúrgicos, inicialmente no ABC e depois estendendo-se para todo o Estado de São Paulo.*²⁴⁸

Antunes considerou que essas greves representou uma *magnífica vitória para a classe operária*, e ressaltou cinco pontos:

Primeiro porque pegou os patrões de “caças curtas”, paralisando as atividades dentro das fábricas. Segundo porque, ao serem vitoriosos, iniciaram uma luta ditadural instaurada no pós-64. Terceiro porque fizeram “letra morta” a toda legislação sindical repressiva, rompendo na prática a Lei Antigreve e iniciando uma atuação que visava, no limite, romper com a estrutura sindical atrelada ao Estado. Quarto porque incorporava-se definitivamente como classe fundamental que é, na luta pela democratização da sociedade brasileira. Quinto porque preparava o terreno para futuras participações políticas, pois, de uma fase de resistência, iniciaram uma nova e vindoura fase de amplo movimento de massa (...)²⁴⁹

²⁴⁶ SANTANA, Marco Aurélio, Op.Cit., p. 83.

²⁴⁷ Seus participantes (...) *lutaram por melhores salários, democratização no interior da empresa, contratos de trabalho negociados coletivamente, participação nas discussões políticas, econômicas e sociais (políticas públicas), na luta pela democracia foram, principalmente, reivindicações por direitos de cidadania.* RODRIGUES, Iram Jácome, Op. Cit., p. 89.

²⁴⁸ ANTUNES, Ricardo. *O que é sindicalismo*. 19 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

²⁴⁹ Id.

No final da última década do Século XX, o novo sindicalismo buscou novas estratégias para manter seu poder de negociação. Abandonou a postura dos anos 70 e 80, diminuindo o seu caráter nomeadamente político-ideológico, voltando-se para questões mais ligadas à organização e à gestão do trabalho no interior das empresas.

Diante da nova configuração do mundo do trabalho, o grande desafio para os sindicatos foi saber lidar com a diminuição dos postos de trabalho, o incremento da produtividade e o processo de deterioração dos direitos dos trabalhadores. Restou-lhes elaborar estratégias para as relações capital-trabalho (e servidor público-Estado) que não venham a prejudicar seus princípios básicos. Tal escopo implicou num longo e tortuoso caminho trilhado pelos trabalhadores.

As vicissitudes sofridas pelo sindicalismo no setor privado repercutiram no âmbito do público, embora este apresente características diferenciadas.

As agruras se avultaram no caso da Associação (seção sindical) dos docentes da UNITINS. Além de se defrontarem com as dificuldades gerais, seus militantes e lideranças tiveram que enfrentar a desmobilização, o descrédito e um governo autoritário, centralizador, insensível e prepotente.

4.3 - Associação dos Docentes da Universidade do Tocantins

4.3.1 – As origens

A criação do Tocantins representou para os professores do ensino superior no novo Estado um vislumbre quanto à criação de uma Universidade. Alentados por essa possibilidade, promoveram, nas faculdades de Gurupi, Porto Nacional e Araguaína, três seminários sobre o Ensino Superior.

O tema do segundo seminário, de iniciativa da Faculdade de Filosofia de Porto Nacional, ocorrido nessa cidade entre 28 de setembro e 01 de outubro de 1989, é bem ilustrativo quanto à preocupação que deu origem a tais simpósios. Nesse de Porto Nacional foi discutido o tema *Viabilidade da Universidade do Tocantins e destino das faculdades já existentes*, exposto e debatido pelo então senador tocantinense Antônio Luiz Maya e pelo professor Ruy Rodrigues da Silva, futuros reitores da instituição cuja criação ora se discutia. *Universidade pública e autonomia universitária*, foi o tópico explorado pela professora Mindé B. Menezes, da UFG, e *Centralização e descentralização: vantagens e desvantagens* coube a Joel Pimentel Ulhôa e ao padre José Pereira de Maria, ex-reitores da UFG e UCG, respectivamente. O segundo tema era de especial interesse para os promotores do seminário. Caso prevalecesse a centralização de faculdades, as três cidades estariam alijadas do processo, comentava-se. Segundo se afirmava, a sede da instituição ficaria na capital.²⁵⁰

Aproveitando-se o evento, foi realizado o *II Encontro de professores do 3º Grau do Estado do Tocantins*, onde a professora Mindé B. Menezes, representando a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) e o professor Osmar Magalhães, representando o SINTEGO (Sindicato dos Trabalhadores do Estado de Goiás) discorreram sobre *Sindicato e Sindicalismo*. A discussão das propostas de Estatuto da pretendida associação dos professores das faculdades do Tocantins integrava também a pauta bem como a conseqüente aprovação de uma delas, a formação das chapas e a eleição da diretoria

²⁵⁰ Outros temas que também foram discutido: *Universidade, meio ambiente e desenvolvimento regional*, com o professor Laurentino F. Batista e *Universidade e poder instituído*, com Joel Pimentel Ulhôa.

da entidade. Julgou-se, porém, prematura a criação dessa associação e o tema foi remetido às bases para maior amadurecimento.

Os professores da Faculdade de Filosofia de Porto Nacional reuniram-se no dia 19 de abril de 1991 para apreciar o documento *Proposta de uma nova Política para o Ensino Superior*, do Governo Federal, tendo como debatedor o professor Nivaldo Antônio Nogueira David (da UFG) e Vice-Presidente Regional da ANDES. Participaram da reunião também professores da Faculdade de Ciências e Letras de Araguaia e da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi. A convocação foi feita pelo Coordenador do curso portuense de História, pois os professores não tinham uma entidade que os representasse. A vinda de um representante da ANDES teve também o intuito de criar uma Associação Docente e logo transformá-la em seção sindical da ANDES.

A reunião para a criação da Associação dos Docentes da Faculdade de Filosofia de Porto Nacional realizou-se no dia 20 de maio de 1991, nas dependências da Faculdade de Filosofia de Porto Nacional, com a presença dos 22 integrantes do corpo docente da instituição. Todos se filiaram à entidade.²⁵¹ Foi eleita uma diretoria provisória para coordenar os trabalhos da recém-criada associação e uma comissão para estudos e montagem de uma proposta de Estatuto. A 03 de outubro de 1991 aprovou-se o Regimento Geral. Com sede e foro na cidade de Porto Nacional, a entidade era “restrita” aos docentes da Faculdade de Filosofia da cidade. No dia 28 de junho, ocorreu outra reunião para se apreciar Regimento Geral, que foi aprovado na Assembléia Geral Extraordinária de três de outubro, com a presença de 19 dos 26 professores filiados. Assim nasceu a ADUPN, a Associação dos Docentes Universitários de Porto Nacional.

O primeiro ato político da ADUPN ocorreu em 18 de outubro de 1991, quando foi deliberado em uma reunião convocada para esse fim um manifesto de apoio à greve dos professores de 1º e 2º graus da rede estadual de ensino.

Quando o Centro Universitário de Porto Nacional, da UNITINS, foi criado e passou a funcionar na Faculdade de Filosofia, os docentes a ele vinculados manifestaram o desejo

²⁵¹ Os professores fundadores: José Arilon de Souza Rodrigues, Napoleão Araújo de Aquino, Tereza Maria Guimarães Maia, Elizeu Ribeiro Lira, Thânia Maria Fonseca Aires Dourado, Antônia Custódia Pedreira, Fidêncio Bogo, Gleci Barreira Lira Nunes, Rafael José de Oliveira, Kátia Maia Flores Barros, Paulo Rogério Rocha Mascarenhas, Maria Zoreide Britto Maia, Marlene Abadia Gonçalves Serafim, Ana Pereira Negry, Cenira Maria Berbert Aires da Silva, Francisco Moreira Sobrinho, Joseano Carvalho Dourado, Vera Lúcia Gomes da Silva, Ozenilde Alves Rocha Martins, Nícia Vieira Araújo, Vanda Lúcia Miculis Reigota e Sérgio Aires da Silva.

de se associarem à ADUPN, pois esta nascera como uma entidade reconhecidamente combativa. O interesse em se associar refletia o desejo por melhorias das precárias condições de trabalho (remuneração, estabilidade, carreira, aperfeiçoamento...). A Associação proporcionava valiosas oportunidades de discussão dos problemas e busca de soluções. Ademais, favorecia a aglutinação e o aprendizado dos professores neófitos na militância sindical e, dessa forma, ainda inexperientes.

Havia, entretanto, um impedimento legal quanto à filiação dos novos pretendentes. O empecilho foi neutralizado a 07 de fevereiro de 1992 em Assembléia Geral Extraordinária onde se procedeu a necessária alteração do Regimento Geral para o acolhimento daqueles postulantes.²⁵²

Além de um órgão de representação e de defesa dos direitos dos seus filiados, a ADUPN pretendia promover debates sobre questões ligadas à criação e à consolidação da Universidade do Tocantins. Apesar de instituição pequena, de poucos associados, ela era considerada aguerrida. Segundo um professor, v.g., a Associação configurava-se como

(...) um grupo forte, que lutava por seus direitos e ia atrás de quem pudesse nos ajudar. O movimento docente na época era forte. A ANDES representava o ensino superior e dava força para as Faculdades que queriam formar um sindicato, inclusive com consultoria. (...) os professores eram mais unidos, pois tinham os mesmos objetivos e lutavam para alcançá-los.²⁵³

Desde os seus primeiros momentos, a ADUPN conheceu o autoritarismo do governo estadual, sofrendo pressões diversas. Segundo alguns dos seus integrantes, a Associação não se calou diante das imposições e arbitrariedades cometidas na Universidade. De acordo com uma professora, o Estado dispunha de poder hipertrofiado,

²⁵² O art. 1º passou a ter a seguinte redação: A ADUPN-SSIND é doravante uma instância organizativa, deliberativa e executiva do SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR/ANDES-SN, possuindo Regimento próprio, aprovado em Assembléia Geral dos docentes a ela vinculados, respeitando o Estatuto da ANDES-SN, com sede e foro na cidade de Porto Nacional, Estado do Tocantins, à Rua Joaquim Pereira, 656, centro. § 1º - A ADUPN-SSIND tem sua base territorial "restrita" aos docentes da Faculdade de Filosofia de Porto Nacional e do Centro Universitário de Porto Nacional - UNITINS.

²⁵³ Declarações feitas por um dos professores entrevistados para obtenção de subsídios para esta Dissertação. Para maior liberdade e desenvoltura dos entrevistados foi-lhes garantido o anonimato. Salvo referência em contrário, as declarações e opiniões de professores registradas neste trabalho sem menção à respectiva fonte referem-se a tais entrevistados.

pois *tinhamos, e ainda temos* (2001), *um governador ditador, que impunha sua vontade. Muitas foram às bandeiras empunhadas e muitas foram às lutas (greves), e conquistas no caminho para a redemocratização.* Reconhece a professora, nas entrelinhas, que o tratamento governamental foi endurecendo: *naquela época, ele (o governador) pelo menos aceitava marcar entrevistas e ouvir o que os professores do curso superior tinham a falar.*²⁵⁴

O objetivo básico da ADUPN era organizar sindicalmente os seus associados, representar os interesses da categoria junto aos órgãos diretivos da Faculdade bem como junto a qualquer instância administrativa ou judicial, no âmbito de sua base territorial. A estes deveres, aliavam-se preocupações mais amplas como examinar a política educacional brasileira e sobre ela manifestar-se, sobremaneira quanto aos interesses do Ensino Universitário do Estado do Tocantins. Cabia-lhe, também lutar pelo ensino público, laico e gratuito no Brasil, inclusive postulando melhores condições de trabalho e o aperfeiçoamento das atividades de ensino superior.

As instancias deliberativas e executivas da ADUPN compreendiam a Assembléia Geral, o Conselho Fiscal e a Diretoria. Esta era composta por Presidente, Vice-presidente, Primeiro Secretario, Segundo Secretário, Primeiro Tesoureiro, Segundo Tesoureiro e Diretor de Comunicação Social.

A ADUPN como entidade de classe sindical foi inscrita na Secretaria da Receita Federal com o CGC 26.752.550/0001-50.

Sua primeira diretoria foi eleita em Assembléia Geral Extraordinária no dia 22 de outubro de 1991. O processo adotado nessa eleição foi a Assembléia em face da urgência das ações a serem encaminhadas pela entidade.²⁵⁵

O desejo de ampliar a sua legitimidade como órgão de representação classista e dar maior peso político à entidade, levou o presidente da ADUPN, em novembro de 1991, a convocar a diretoria para se discutir a vinda do Vice-Presidente Regional Centro-Oeste da ANDES. Essa vinda decorria do desejo de a ADUPN transformar-se em seção sindical da

²⁵⁴ Professor III

²⁵⁵ A diretoria ficou assim constituída: Presidente – Joseano Carvalho Dourado, Vice-presidente - Cenira Maria Berbert Aires da Silva, Primeira Secretária - Nícia Vieira Araújo, Segunda Secretária - Thânia Maria Fonseca Aires Dourado, Primeira Tesoureira - , Maria Zoreide Britto Maia, Segunda Tesoureira - Vera Lúcia Gomes da Silva, Diretor de Comunicação Social - José Arilon de Souza Rodrigues e Francisco Moreira Sobrinho, Conselho Fiscal - Rafael José de Oliveira e Paulo Rogério Rocha Mascarenhas.

associação nacional. A transformação ocorreu no ensejo do Congresso Nacional da ANDES realizado em Cuiabá-MT.

A 6 de dezembro de 1991 verificou-se uma Assembléia Geral Extraordinária para referendar a filiação da ADUPN-SSIND à ANDES-SN ²⁵⁶. A reunião contou com a presença do professor Nivaldo Antônio Nogueira David, vice-presidente regional da ANDES-SN, que, ao analisar a Carreira do Magistério Superior do Tocantins, apontou as distorções salariais, frisando que o Plano respectivo deveria incorporar um percentual que estimulasse o professor a mudar de nível. Ressaltou, também, a necessidade de definir princípios para a unificação da carreira docente, como o ingresso através de concurso público e a reserva de tempo para intervenção social e pesquisa.

A aprovação do primeiro documento reivindicatório da ADUPN ocorreu na Assembléia Geral Extraordinária do dia 04 de dezembro de 1991. O documento continha as seguintes reivindicações:

- A – Identidade salarial entre os profissionais do Ensino Superior no Tocantins: A1- Incorporação na tabela de plano e salários da UNITINS, todos os professores não enquadrados. A2- Respeito à titularidade e ao tempo de serviço na docência para ascensão na carreira;
- B- Reposição salarial: B1- Perda salarial acumulada de fevereiro a novembro, com base na Taxa Referencial (TR), já descontada a antecipação: - Em 01/09/91 de 40%, - Perda Salarial Acumulada (PSA) = 294,6%;
- C – Questões salariais e de carreira específica dos docentes: C1- Revisão da carreira (Plano de cargos e salários) da UNITINS; que seja respeitada de acordo com a tabela das I.F.E.S., C2- Mudança de nível dentro de uma mesma classe em 5%, C3- Mudança de classe 10%, adjunto par titular 25%, C4- Adicionais, por especialização, mestrado e doutorado em 12%, 25% e 50% não cumulativos, C5- Dedicção exclusiva;
- D – Questões trabalhistas e jurídicas: D1- Definição do período de férias normal dos docentes (julho – 30 dias, janeiro-fevereiro – 45 dias), D2- Abono constitucional de 30% sobre o total de vencimento no período de férias, D3 – Repasse imediato na data do pagamento da folha dos descontos da ADUPN – SSIND da ANDES – SN de acordo com o percentual de 1% sobre o salário base, estipulado em Assembléia Geral, D4- Transposição dos docentes que fizeram o concurso para professores de Ensino Superior na Faculdade de Filosofia de Porto Nacional para o Plano de Carreira da UNITINS ;

²⁵⁶ SSIND= Sessão Sindical. SN= Sindicato Nacional.

E – Condições de trabalho relativos à autonomia da UNITINS, dos Centros Universitários e Centros Integrados: E1- Que a indicação dos dirigentes seja precedida de consulta por eleição à comunidade de cada Centro Universitários e Centros Integrados, E2- Que a Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Desporto e o Conselho Diretor da UNITINS, assumam o compromisso de referendar o nome do primeiro colocado nas eleições, E3- Garantia de contratação por concurso público para provimentos de vagas para UNITINS, E4- Imediata realização de concurso público para resolver os problemas dos professores que já estão no exercício da docência e para suprimento das vagas, E5- Realização imediata de Curso de Especialização em Miracema, visando qualificar os docentes do Ensino Superior do Tocantins, E6- Que nas contratações dos professores para os Centros da UNITINS, conste a indicação “Professores Convidados ou Visitantes”, E7- Que seja montada uma Comissão com professores e dirigentes para fixar os critérios para convidar os professores visitantes, E8- Instituição imediata do Conselho Universitário com a participação de docentes, discentes e administrativos, E9- Construção imediata do prédio próprio do Centro Universitário de Porto Nacional, para um melhor desempenho do trabalho acadêmico, E10- Imediata elaboração do Estatuto e Regimento da UNITINS, com a participação de docentes, discentes e administrativos.

A ADUPN-SSIND da ANDES-SN, na condição de entidade representativa da categoria, foi convidada a sentar na mesa para negociar a pauta de reivindicação. No dia 8 de fevereiro de 1992, uma Assembléia Geral Extraordinária foi convocada para discutir a audiência com o professor Ruy Rodrigues da Silva, titular da Secretaria da Educação, à qual a Faculdade de Filosofia de Porto Nacional era vinculada.

Sentar à mesa para negociar com o secretário de Educação foi considerado como um grande avanço pelos membros do sindicato. Quando a Faculdade era vinculada à Secretária de Educação de Goiás, o máximo que se conseguiu foi falar com o Diretor do Ensino Superior. Para esta audiência foi necessário fretar-se um ônibus, lotá-lo (com a adesão de alunos) e ir a Goiânia (sendo recebidos sob pressão).

Fatos com esse alentaram os professores, chegando um deles a opinar que *o movimento docente na época era forte (...) os professores eram mais unidos, pois tinham os mesmos objetivos e lutavam para alcançá-los.*²⁵⁷

O contexto da UNITINS e do Estado em geral era tão singular que, embora em termos práticos os esforços pouco ou nada resultassem, mesmo assim, a representação

²⁵⁷ Entrevista professor III

docente ser recebida por uma autoridade estadual já representava um fato extraordinário, um avanço considerável, nomeadamente como afirmação de um movimento coletivo.

Os ganhos, mesmo diminutos, estimulavam as lideranças da categoria, que persistiam na programação das atividades corporativas.

No início de maio de 1992, a diretoria da Associação foi convocada para análise e encaminhamentos alusivos à negociação. Paralelamente, foi marcada para o dia 7 daquele mês uma Assembléia Geral Extraordinária para tomar-se posição quanto à questão salarial. Novas assembléias foram convocadas. A do dia 14, trataria da incorporação e aumento salarial. A do dia 22 teria como objeto traçar encaminhamentos a partir das proposições e atitudes do secretário da Educação. A de 12 de junho trataria da preparação do I Congresso dos Docentes.

4.3.2 – Nasce a ADUNITINS

Na Assembléia de 22 de junho de 1992, discutiu-se e deliberou-se a expansão da ADUPN-SSIND para o âmbito de todo o Tocantins, em face da nova realidade sindical dos docentes. A entidade restrita a Porto Nacional transformou-se, então, na **Associação dos Docentes da Universidade do Tocantins – Seção Sindical (ADUNITINS-SSIND)**, abrangendo todos os docentes da instituição.

A nova entidade passou a comporta uma outra estrutura integrada por Assembléia Geral, Conselho de Representantes e Diretoria, podendo os docentes dos Centros Universitários e Centros Integrados da UNITINS se organizarem em núcleos locais –AD's locais.²⁵⁸

A primeira diretoria da ADUNITINS foi eleita no mês de novembro de 1992, com chapa única denominada *Democracia Plena*.²⁵⁹

²⁵⁸ A existência dessas instâncias menores implicava que a Assembléia Geral começava nas AD's locais e terminava no Congresso. A Assembléia Geral seria o órgão deliberativo máximo, mas como a entidade estava espalhada por diferentes localidades, o Conselho de Representantes seria o fórum que, além de deliberativo, debateria os mais variados, deste os conjunturais aos da maior abrangência. Cabia-lhe ainda promover a discussão e a articulação das ocorrências no interior da universidade, já que o teor das suas reuniões era repassado às AD's Locais.

²⁵⁹ A primeira Diretoria foi composta pelos professores Joseano Carvalho Dourado - presidente, Marco Antônio Cardenas Villareal - vice-presidente, Luciano de Almeida - primeiro secretário, Luiz Pereira

A consagração da ADUNITINS como entidade representativa ocorreu no ensejo do *I Encontro de Docentes Universitários do Estado do Tocantins*, realizado em Porto Nacional, nos dias 13 e 14 de julho de 1992, com a presença do Vice-presidente Regional Planalto, professor Nivaldo Antônio Nogueira David, e do 3º Vice-presidente da ANDES-SN, professor Walter de Freitas.

Na Assembléia de 22 de junho discutiu-se, também, a reforma do Regimento, debate que se prolongaria até setembro.²⁶⁰

As negociações com a Comissão Diretora e com a Secretaria de Educação capengavam. Uma nova reunião foi marcada para 8 de outubro para se discutir os atrasos dos salários (muito freqüente no Governo Moisés Avelino). Outra reunião ocorreu a 10 de novembro para, mais uma vez, avaliar-se o movimento.

A ADUNITINS surgiu com algumas peculiaridades que interferiam na atividade sindical. Os professores estavam espalhados por nove Centros Universitários, com distancia entre um e outro que, às vezes, raiavam 1000 km. A diretoria, por problemas de caixa, ficava impossibilitada de realizar visitas freqüentes às AD's. Mesmo assim, a expansão da entidade – embora aquém da ideal – foi considerável mercê da campanha de filiação. Três professores percorreram o Estado apregoando a importância de a categoria se unir para enfrentar as políticas implementadas pelo governo estadual.

A ADUPN fora fundada com 22 professores. Ao mudar o Regimento para agregar os professores do Centro Universitário de Porto Nacional ampliou o número de filiados para 35. Com a sua transformação em ADUNITINS, a 22 de junho de 1992, o número ascendeu para 87. Em agosto, para 98. Em outubro, para 104. Em abril de 1993 passou para 127. Em julho, para 135. O número máximo de filiações chegou a 157 professores, num universo de mais de 300 indivíduos.

A despeito desse crescimento, havia uma grande dificuldade em arregimentar filiados para a seara sindical. Apenas cerca da metade aderiu efetivamente à idéia da filiação.

Rebouças - segundo secretário, Maria Zoreide Britto Maia - primeira tesoureira, Wallace Henrique de Oliveira - segundo tesoureiro, Wanner Boere Souza - diretor de Comunicação.

²⁶⁰ Houve, ainda, uma nova convocação para analisar e avaliar os rumos do movimento. Sob este título geral, seriam discutidos problemas ligados à aprovação do Estatuto e Regimento da UNITINS, à Resolução 025/92, Diário Oficial 154 e à situação salarial. Em face das arbitrariedades cometidas pela Comissão Diretora (da UNITINS) torna-se imprescindível a presença de todos. – ressaltou a convocação.

Um dos primeiros embates da ADUNITINS ocorreu quando o deputado estadual Condorcet Cavalcante, através do projeto de Lei n.º 439/92, conseguiu mudar o nome da *Universidade do Tocantins* para *Universidade Estadual Padre Luso de Barros Matos*. Era uma homenagem a um sacerdote muito estimado em Porto Nacional. A comunidade universitária, não consultada, desaprovou a mudança. Ademais, alguns Centros Universitários não conheciam o homenageado. A ADUNITINS realizou várias manifestações, que culminaram com um plebiscito, em 30 de setembro de 1992 em todos os Centros Universitários, envolvendo docentes, discentes e administrativos. Em Miracema dos 152 votantes, 145 voaram contra, 03 a favor, 01 em branco e 03 anularam o voto. Em Porto Nacional, 438 estavam aptos a votar; dos 233 votantes efetivos, 223 foram a favor e 10 contra. Em Gurupi, 34 votantes efetivos entre os 36 potenciais votaram contra. E Arraias, dos 66 votantes efetivos (entre os 88 aptos a votar), 62 votaram contra. Em Guaraí, 61 dos 63 votantes efetivos (80 aptos), votaram contra a mudança do nome (2 votos nulos).²⁶¹

Um ganho para ADUNITINS, pois a diretoria ao promover o plebiscito interno, permitiu a entidade à discussão sobre a organização dos docentes e seu poder de luta.

O sucesso acredita-se, decorreria da forma como a Associação conduziu o processo bem como da nota de repúdio expedida pelo seu Conselho de Representantes. Entre outras considerações, a nota afirma que a UDUNITINS

(...) analisando o processo de mudança de nome da “Universidade do Tocantins” para “Universidade Padre Luso de Barros Matos”, (...) vem por meio deste manifestar seu repúdio a este ato arbitrário antidemocrático, visto que a Comunidade Universitária e Tocantinense, não foi, em momento algum, consultada.

Além disto, nosso repúdio se fundamenta na clara intenção do referido Deputado de obter ganhos eleitoreiros, e de total ausência de passado de lutas por uma Universidade competente e democrática, enquanto professor da Faculdade de Filosofia de Porto Nacional e parlamentar, mesmo porque o problema maior da UNITINS não está vinculada ao seu nome, mas a garantia de condições de trabalho, tais como: estrutura funcional, bibliotecas, laboratórios, capacitação e remuneração digna aos docentes. Espaço de atuação que o deputado não se preocupou em ocupar.

²⁶¹ As Atas da Votação e Apuração do plebiscito foram devidamente registradas em cartório e protocoladas na Assembléia Legislativa do Estado em 18 de novembro de 1992.

O conselho de Representantes da ADUNITINS reafirma seu apreço e respeito pela pessoa do Padre Luso, mas a Universidade é, por seus princípios, laica e universal. Além disto, mesmo a Universidade sendo do povo, ela não é, somente, dos Tocantinenses católicos.

Diante da situação, o apelo ao bom senso foi ouvido pela Assembléia Legislativa, que, retroagindo, mantém o nome da UNITINS - Universidade do Tocantins.

As atividades da Associação, porém, voltavam-se sobremaneira para questões eminentemente corporativas.

A ADUNITINS em 22 de setembro de 1992, protocolou, na Reitoria, uma nova Pauta de Reivindicação. Foi encaminhado, na mesma data, um ofício ao presidente da Comissão Diretora da Universidade do Tocantins, professor Antonio Luiz Maya, solicitando uma audiência em caráter de urgência. A pauta compreendia os itens abaixo:

A — CONDIÇÕES DE TRABALHO

- A1. Imediata realização de concurso público para resolver os problemas dos professores que já estão no exercício da docência e para suprimento de vagas;
- A2. Equipar bibliotecas e laboratórios conforme necessidades dos cursos;
- A3. Garantia do espaço físico próprio adequado ao bom funcionamento de todos os Centros da UNITINS;

B — REPOSIÇÃO SALARIAL E QUESTÕES SALARIAIS

- B1. Perda salarial acumulada de junho/91 a setembro/92 com base no salário mínimas, já descontadas as antecipações:
 - Antecipação acumulada: 615,75%
 - Perda salarial acumulada: 215,38% (até 30/09/92);
- B2. Data-base para o dissídio coletivo em junho;
- B3. Data de pagamento até o 5 dia útil do mês subsequente, conforme previsto em lei;
- B4. Pagamento através de conta corrente.

C — QUESTÕES DE CARREIRA

- C1. Elaboração da carreira específica dos docentes;
- C2. Discussão ampla da Carreira do magistério da UNITINS e sua imediata implantação após ser submetida ao plebiscito na classe.

D — QUESTÕES ADMINISTRATIVAS

- D1. Autonomia administrativa, financeira e didático—pedagógica dos Centros da UNITINS;
- D2. Agilização e informação aos interesses dos encaminhamentos dos processos

protocolados na UNITINS;

D3. Estabelecer calendário acadêmico in loco, aos problemas inerentes aos Centros;

D4. Transformação dos atuais Centro Integrados em Centros Universitários.

E – QUESTÕES TRABALHISTAS E JURÍDICAS

E1. Regularização do recolhimento do F.G.T.S.;

E2. Repasse imediato na data de pagamento da folha de descontos a ADUNITINS-SSIND da ANDES de acordo com o percentual 15 sobre o salário base estipulado em assembléia geral.

A negociação sobre os itens da pauta foi prejudicada pela mudança de reitor. A eventualidade não esmoreceu, porém, o ânimo dos postulantes.

Em função do baixo salário, a Universidade do Tocantins encontrava dificuldades para contratar professores, principalmente mestres e doutores. A ADUNITINS pressionava por uma providência imediata. A solução veio através do Decreto nº 70 de 01 de março de 1993, que atribuía gratificações em função da titularidade (45% aos portadores do título de doutor, 25% aos portadores do título de mestre e 10% aos portadores de certificado de conclusão de curso de especialização de 360 horas ou mais).

Em Assembléia Geral Extraordinária no dia 03 de setembro de 1993, os docentes da AD de Porto Nacional, reuniram-se para discutir as negociações feitas com a Reitoria para a implantação do Plano de Cargos e Salários (PCS).

Após várias outras reuniões, com a presença de prepostos da administração universitária, o representante da Reitoria considerou muito altos os valores da tabela apresentada pela ADUNITINS e aqueles foram deixados em branco.

Quanto ao concurso público, o reitor não o admitiu sob a alegação de que nem todos os professores estavam preparados ou dispunham da titulação exigida.

Em relação à defasagem salarial, considerada muito grande, o sindicato reivindicava uma correção urgente, visto que a negociação para a implantação do PCS arrastava-se lentamente e sem previsão de término.

O Movimento ressentia-se da desarticulação entre os Centros quanto aos encaminhamentos. O Congresso que seria realizado em Palmas no final do mês se constituiria um fórum para debater essas questões e levantar o ânimo da categoria, acreditava-se.

A proposta levada pela AD de Porto Nacional para o Congresso foi paralisar todas as reivindicações e entrar na justiça quanto aos atrasos de salários e pelo pagamento até o 5º dia útil do mês subsequente. Além dessas proposituras, pedir apoio aos parlamentares, divulgar nos meios de comunicação o estado de coisas da universidade e levá-lo ao conhecimento do professor Laurentino Batista Fernandes e do professor Ruy Rodrigues da Silva, através de carta aberta.

Era importante também preparar a população para uma possível greve da categoria, fazendo campanha, criando um clima de mobilização.

Nos dias 18 e 19 de setembro de 1993, foi realizado em Palmas, o *II Encontro Estadual dos Docentes da UNITINS*, sob o tema “*ADUNTINS na atual conjuntura do ensino superior no Tocantins*”. Para iniciar uma grande mobilização em defesa da Universidade, foi elaborado um *Manifesto à comunidade docente*, objetivando fomentar uma luta conjunta pelas qualificação dos professores, melhoria da universidade e transformação da sociedade.

No manifesto foram ressaltadas as seguintes resoluções, *ipsis verbis*:

1. Definição do perfil da universidade, através da aprovação de uma proposta de Estatuto, discutido pela comunidade universitária garantindo sua autonomia político-financeiro-didático-pedagógica.
2. A partir da nossa proposta de Estatuto para a UNITINS e de normas elaboradas pela comissão diretora, encaminhamos para discussão nos Centros, a fim de que seja elaborada uma proposta de Estatuto discutida democraticamente com a Comunidade Universitária.
3. Plano de cargos e Salários da UNITINS – (PCS) – deve ser aprovado urgentemente, seguindo pontos abaixo:
 - a) Regime de Trabalho – de 20 horas/semanais ou dedicação exclusiva, não devendo ser tratado simplesmente como gratificação salarial a questão da dedicação exclusiva.
 - b) Vencimentos – Piso Salarial para a categoria (Auxiliar I) partindo do princípio de que a política nacional define para profissionais de nível superior um piso de 8,5 salários mínimos.
 - c) O pagamento do vencimento deve ser efetuado até o 5º dia útil de cada mês, segundo a Constituição Federal, o mesmo devendo ser depositado em conta corrente.
 - d) Carreira Docente – deve se respeitar as classes e níveis de acordo com a titularidade e o tempo de serviço.
4. Garantia de estabilidade através do Concurso Público.

5. Concentração de recursos disponíveis apenas nas estruturas atualmente existentes, ou seja, nos Centros e Cursos.

6. Encaminhamentos:

a) Dia de mobilização nos centros, no período de 23 a 29 de setembro para discutir os pontos acima aprovados no Encontro da ADUNITINS.

b) Reunião ampliada do Conselho de Representantes da ADUNITINS no dia 02 de outubro de 1993 a partir das 08:00hs no Centro Universitário de Paraíso, para unificar as propostas de discussão nos Centros do Dia de Mobilização.

c) Definição da participação da ADUNINTIS no Encontro Nacional dos Docentes das Instituições Estaduais de Ensino Superior em Brasília nos dias 15,16 e 17 de outubro próximo, com membros de todos os Centros da UNITINS.

Obs.: A hospedagem e alimentação dos participantes será coberta pela ANDES – Sindicato Nacional.²⁶²

Nesse ano (1993), ocorre o primeiro movimento grevista dos docentes, de ampla repercussão. Em novembro, os professores do Centro Universitário de Porto Nacional, em Assembléia, declararam-se em greve por tempo indeterminado. Quebram, assim, o clima de desânimo que vinha marcando a vida acadêmica. A paralisação no Centro foi total. O movimento não tinha o caráter apenas de simples reivindicação salarial. A luta era também por um projeto político e acadêmico para a Instituição.

O governo estadual desenvolvera um estilo autoritário e centralizador para o ensino universitário, ratificado na transformação da universidade em autarquia. Essa política, adversa aos objetivos do Movimento Docente, suscitava uma situação perene de conflitos político-ideológicos, mercê, principalmente, da indiferença do governo para negociar com o sindicato.

A desenvoltura do Centro de Porto Nacional decorria da tradição histórica de luta da cidade, da *conscientização* de considerável parcela da sua gente e do fato de aquele sediar o movimento. O comando de greve – assistido por um comitê de apoio formado por comissões de divulgação, redação, jurídica, finanças, etc. – coordenou atos públicos, passeatas, esclarecimentos à opinião pública sobre os motivos da greve. As manifestações de rua intentavam conquistar a simpatia da população e, num corolário, conseguir o seu apoio.

²⁶² Manifesto a comunidade, 19/07/93.

Foram promovidos *pedágios* na cidade para arrecadação de fundos. Tal atividade culminou com a realização do maior deles, em Palmas, com significativas adesão e colaboração dos cidadãos. O dinheiro arrecadado foi suficiente para manter o movimento paredista. A ADUNTINS, uma entidade pequena e com grandes despesas, não dispunha de fundo de greve.

O empenho dos professores favoreceu a cobertura da paralisação pela mídia, ainda que acanhada em decorrência do incomensurável domínio do aparato estadual tocantinense sobre os meios de comunicação social. Nas manifestações, os grevistas insistiam nos esclarecimentos das suas próprias razões. Tentavam, com isso, anular a contrapropaganda denigradora da imagem dos manifestantes empreendida pelo governador (Moisés Avelino) secundado pelo magnífico reitor (Laurentino Batista Fernandes).

Apesar dos esforços, a greve se encaminhava para um termino insatisfatório aos grevistas. O governo, insensível, ignorava o movimento e seguia autoritário... O chefe do Executivo estadual, informou, por ofício, que só receberia a representação sindical após ser essa atendida pelo secretário da Educação e pelo reitor.

O movimento entrou numa fase de desânimo. Os rebelados começavam a experimentar uma sensação de impotência diante da arrogância e da algidez do Poder instituído. Estavam conscientes de que as possibilidades de diálogo estavam se esgotando. A Reitoria, por sua vez, sem autonomia (nem disposição) para negociar, contribuía para a morosidade, pois as decisões cabiam exclusivamente ao governador.

A avaliação procedida na Assembléia Geral no dia 2 de dezembro concluiu que os professores estavam convictos de que não se deveria suspender o movimento sem ao menos um resultado concreto. Algo deveria marcar ao menos uma conquista, (mesmo de ordem político-moral), como a unidade da categoria, o novo posicionamento adquirido pelos docentes diante dos problemas. Como afirmou um deles, *retornar sem ganhos garantidos é retrocesso. O movimento foi muito forte. É preciso antes de retornar assegurar a audiência, as datas e a data do pagamento. É necessário assegurar as normas. Se o secretário e o reitor têm sua vontade é preciso que esta seja demonstrada.*²⁶³

Era preciso apresentar algum sucesso e daí recuar e dar continuidade ao movimento, sob outra configuração, após a greve. Era preciso repensar as estratégias, para continuar a

²⁶³ Ata da Assembléia Geral da AD local de Porto Nacional, no dia 02 de dezembro de 1993.

se contrapor às políticas de desmonte da universidade, implementadas pelo governo estadual, e continuar na defesa de uma universidade pública, gratuita, autônoma, democrática e de qualidade. A saída da greve era mais importante do que a entrada, deduziu-se. Era preciso saber sobrestar o movimento. Não se deveria, *v.g.*, *paralisar por questões salariais, pois isso enfraqueceria o movimento*. E as questões salariais pareciam estar sobrepondo-se às demais. Entrar na Justiça requerendo perdas não pareceu viável.²⁶⁴

Depois de várias tentativas, o que de fato se conseguiu – afora os ganhos de ordem *moral* – foi atrelar o pagamento da folha da Universidade à do ensino de 1º e 2º graus.

A garantia do pagamento no 5º dia útil, o repasse do PCS e as Normas de Funcionamento da Universidade, ficaram apenas acordadas oficialmente nos anais da Assembléia Legislativa do dia 1º de dezembro de 1993, quando o comando de greve esteve reunido com os deputados.

O comando de greve percebeu a impossibilidade de manter a paralisação no final de ano e férias escolares sem contar com a adesão dos outros Centros. Isso não significava uma derrota do movimento, pois a paralisação ensinou aos professores uma melhor compreensão sobre a necessidade de união em torno dos seus objetivos –racionalizou. Assim, a greve terminou no dia 07 de janeiro de 1994.

Essa tentativa frustrada de se realizar uma greve geral na Universidade do Tocantins foi a primeira manifestação de caráter mais amplo de se discutir as questões pertinentes à categoria. O movimento, entretanto, ainda não teve forças suficientes para sustentar uma mobilização mais ampla e prolongada.

Ao término da greve, os docentes evitaram as punições, uma vez que os dias paralisados foram repostos, adotando-se um novo calendário. O encerramento do ano letivo de 1993 ocorreu, por isso, a 28 de fevereiro de 1994.

Apesar das agruras, o movimento saiu fortalecido, segundo alguns. Através dele, a categoria teria mostrado a sua força, sua capacidade de incomodar, e, sobremaneira, seu poder de mobilização. O sindicato fez-se reconhecer como uma força política dentro da universidade e perante o Estado. Segundo opiniões de alguns participantes das manifestações de Porto Nacional,

²⁶⁴ A Comissão Jurídica ao contatar um advogado no intuito de entrar com uma ação coletiva foi desaconselhada de tentar essa alternativa. O processo muito demorado e os ganhos não cobririam nem os custos processuais

Os ganhos foram no sentido de entender o jogo político das Secretarias administrativas do Estado – Secretaria do Planejamento, Casa Civil, Secretaria da Educação. As frustrações foram no sentido da perda da discussão da importância do Plano de Cargos e Salários por parte da comunidade acadêmica e a não aprovação do mesmo pelas instâncias competentes.²⁶⁵

Poucas vezes ganhamos, mais perdemos do que outra coisa. Mas éramos respeitados pela comunidade que sabia que nossa luta iria beneficiar a todos.²⁶⁶

A ADUNITINS acreditava que seus afiliados tinham potencial para ajudar a definir um projeto de Universidade. Sua participação, porém, sempre lhe foi negada nesse processo de construção. O professor, por exemplo, nunca chegou a integrar o Conselho Universitário (na verdade, seria impossível tal participação, pois o Conselho nunca saiu do papel...). Regimentos e Estatutos eram elaborados e modificados sem o contributo da comunidade universitária.

A Associação enfrentou uma conjuntura de grandes mudanças, plena de embates e enfrentamentos com a Reitoria. Como alguns ressaltaram, a entidade buscava satisfazer necessidades que se tornavam cada vez mais imperiosas: o aprofundamento da democracia, a aproximação do sindicato com os filiados e a definição de um Projeto Estratégico. Essas pretensões não se concretizaram. Segundo um dos líderes da entidade, *a falta de compreensão e discussão das teorias políticas conduz um presidente de uma associação a dirigi-la mais pela emoção do que com a razão. Talvez por isso eu tenha me motivado a acreditar tanto na organização daquele movimento, naquele momento.*²⁶⁷

Os malogros, entretanto, não neutralizaram o élan da corporação. No dia 03 de março de 1994, foi protocolada junto à Comissão Diretora da UNITINS uma pauta de reivindicações da ADUNITINS, fruto da reunião do Conselho de Representantes. O rol de solicitações tinha como pontos principais a aprovação imediata do PCS, o pagamento dos salários até o 5º dia útil, a reposição de perdas salariais de 400%, a determinação da data-base para dissídio da categoria, condições e recursos materiais para um bom desempenho

²⁶⁵ Professor V

²⁶⁶ Professor III

²⁶⁷ Professor V

das atividades acadêmicas, cumprimento da Lei que determinava o repassa orçamentário destinado à UNITINS, realização de concurso público para provimento de cargos, aprovação da proposta do Plano Emergencial de Correção Salarial elaborada pelo grupo nomeado pela Comissão Diretora, regularização da situação funcional dos docentes quanto a cargos e níveis diferenciados.

Foram também protocoladas, na mesma oportunidade, uma *Nota de Repúdio* e uma *Nota de Preocupação*. A primeira foi vazada nos seguinte termos:

A Associação dos docentes da Universidade do Tocantins – ADUNITINS, vem a público repudiar os atos autoritários dos dirigentes da UNITINS e do GOVERNO do ESTADO, com relação as demissões e outros atos arbitrários ocorridos nos Centros Universitários de Gurupi e Paraíso do Tocantins, por considerar: 1 – Numa Universidade que se diz “Palco do Exercício da Democracia” é inadmissível, a não liberdade de expressão do seu corpo docente e discente; 2 – A autonomia didático-pedagógica é uma das condições básicas dentro do processo democrático; 3 – A ingerência política é um retrocesso à ditadura e um reflexo do abuso do poder. Exigimos a imediata apuração dos fatos.

A Nota de Preocupação:

Os professores representantes dos Centros Universitários da UNITINS, em reunião do Conselho da ADUNITINS, realizado em palmas – TO, no dia 26 de fevereiro de 1994, após informes, esclarecimentos e debates sobre os diversos fatos que vem acontecendo na UNITINS, resolve encaminhar: 1 – Que nos próximos Concursos Vestibulares da UNITINS não se repitam os mandos e desmandos ocorridos no Vestibular de 1994; 2 – Solicitar melhores condições científicas, didático-pedagógicas para que se possa mudar o estado de precariedade em que se encontra os vários Centros Universitários da UNITINS.

Na reunião de 3 de março de 1994 ficou deliberado que os associados promovessem uma intensa discussão entre os três segmentos da universidade sobre as recém-aprovadas *Normas Gerais de Funcionamento*. Aprovadas em janeiro, elas estabeleceram e regulamentavam as eleições para Reitor, Vice-reitor, Diretor de Centro Universitário e Coordenadores de cursos. A inovação foi considerada um grande avanço político, capitalizado pela ADUNITINS. A recomendação desta aos seus associados era

promoverem-se discussões sobre as Normas tentando a realização de um processo eleitoral nelas fundamentados e, assim, escoimado de vícios.

O novo procedimento se iniciaria em março de 1994, com eleições para diretores e coordenadores. Entretanto, o procedimento jamais se concretizou em decorrência de artifícios empregados pela Comissão Diretora da Universidade. O fato denunciado em nota emitida pela ADUNITINS, a 27 de outubro daquele ano, sob o título de **ELEIÇÕES SIM, OPORTUNISMO NÃO:**

Em janeiro de 1994, a comunidade universitária da UNITINS conquistou suas "Normas Gerais de Funcionamento". Sendo assim, garantimos eleições para reitor e vice-reitor, tendo como pré-requisito para candidatura pertencer, no mínimo há dois anos, ao quadro docente da instituição. Recentemente, fomos surpreendidos por manobras casuística por parte da COMISSÃO DIRETORA DA UNITINS, inclusive no sentido de alterar as NORMAS GERAIS, para favorecer a candidatura de pessoas que não fazem parte do quadro docente da universidade. E, apesar da mobilização da comunidade universitária em defesa das NORMAS, a COMISSÃO DIRETORA levou adiante seu intento, através de medidas arbitrárias. No dia 10 de outubro, os membros da COMISSÃO DIRETORA Delby Fernandes de Medeiros, Lynaldo Cavalcante de Albuquerque, Derblay Galvão, Kátia Maia Flores Barros, Hiroaki Ikemoto, com a conivência dos diretores dos centros de GURUPI, MIRACEMA, COLINAS e PARAISO, modificaram casuisticamente as regras eleitorais, violando as NORMAS GERAIS. Entretanto, de acordo com essas mesmas NORMAS, somente o CONSELHO UNIVERSITÁRIO, constituído por diretores de centro e representantes dos professores, funcionários e alunos tem poder para alterá-las. Assim, mais uma vez exigimos que as NORMAS GERAIS DE FUNCIONAMENTO DA UNITINS sejam cumpridas, pois entendemos que a universidade, em sua condição crítica e pluralista, não pode ser um mero instrumento para atender a conveniências políticas e pessoais.

PELO CUMPRIMENTO DAS NORMAS GERAIS!

PELA ELEIÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO!

POR UM PROCESSO ELEITORAL LÍCITO E TRANSPARENTE!

O Conselho de Representantes da ADUNITINS reuniu-se novamente em novembro de 1994 e enviou ao reitor um novo ofício solicitando a implantação do Conselho

Universitário, repudiando as modificações das Normas Gerais de Funcionamento e protestando contra as manobras da Comissão Diretora na tentativa de favorecer a candidatura de pessoas alheias ao quadro docente da Universidade.

Apesar de todo empenho da ADUNITINS pela consolidação, democratização e autonomia da universidade, um assessor especial da Comissão Diretora no dia 09 de dezembro esteve no Centro Universitário de Porto Nacional, e fez uma declaração que soou, para muitos, como um verdadeiro desacato. No pátio, diante de professores, alunos e funcionários, enquanto se discutia a eleição sobre o Conselho Universitário, ele afirmou que *os segmentos da universidade nada fizeram pelo projeto de autonomia*. A ADUNITINS através de uma nota veio a público repudiar o despropósito, proclamando que a Comissão Diretora não tinha o direito de desconhecer a luta histórica do movimento docente, discente e técnico-administrativo em favor de uma Universidade democrática e autônoma.

Ainda em 1994, o mesmo assessor, conhecido como Sr. Lino, foi personagem de outro fato polêmico, ao assumir o cargo de Diretor do Centro Universitário de Araguaína, em substituição ao professor Willame Gomes de Abreu exonerado pelo Presidente da Comissão Diretora. A exoneração desconsiderou o fato de o destituído haver sido eleito pela comunidade universitária.

A destituição foi considerada mais uma evidência do desprezo da Comissão Diretora quanto ao acatamento dos princípios democráticos. Ao colocar um interventor, ademais estranho ao quadro docente da instituição, desrespeitava as maltratadas Normas Gerais de Funcionamento e punha em risco o processo de consolidação que se estava tentando estabelecer na Universidade.

Após deliberação em assembléia geral da seção local da ADUNITINS, os professores de Porto Nacional, expressando o seu repúdio, exigiram da Comissão Diretora esclarecimentos quanto aos motivos da intervenção. A exigência, porém, não teve eco junto àquela instância.

Malgrado os contratemplos e a tenuidade dos sucessos alcançados, o movimento docente prosseguia em busca do seu espaço e da sua utopia. Nos dias 30 de abril e 1º de maio de 1996 a ADUNITINS participou do *Encontro Estadual de Professores de Ensino*

Superior de Tocantins, realizado em Gurupi, com apoio da ANDES.²⁶⁸ A finalidade principal do Encontro foi a discussão sobre o problema da qualidade do ensino superior estadual e a o estímulo à integração dos seus docentes como um mecanismo de favorecimento para a consecução dos objetivos dos professores como categoria profissional organizada.

Além das considerações de ordem teórico-analítica desenvolvidas sobremaneira pelas palestrantes convidadas,²⁶⁹ os debates do Encontro geraram uma série de propostas e estratégias de ações corporativas. As propostas (recorrentes, em grande parte, por força das solicitações não atendidas pelo Governo Estadual) foram: realização imediata de concurso público, PCS, programa de capacitação docente, definição do percentual do orçamento para o Ensino Superior... Como estratégias, as três associações participantes deveriam se organizar em suas bases, de acordo com a realidade de cada uma.

Quanto a UNITINS especificamente, deliberou-se:

- *Concurso Público*. Criação, em cada Centro, de grupos de trabalho para promover discussões sobre o problema. Salientou-se a necessidade do envolvimento da Sociedade Civil para a viabilização do Concurso;
- *PCS*. Solicitação, à Pró-Reitoria Acadêmica, de cópia dos dois documentos de PCS existentes (um elaborado anteriormente à atual Reitoria e o elaborado pela Secretaria da Administração) para estudo das propostas por uma comissão paritária objetivando a feitura de um documento final a ser enviado à Assembléia Legislativa. Mobilização dos estudantes a participar da campanha pela aprovação do Plano junto à Câmara Municipal das cidades onde residem;
- *Programa de Capacitação Docente*. Solicitação à Pró-Reitoria Acadêmica da cópia do Programa para conhecimento e análise nos Centros.
- *Mobilização*. Discussões, em todos os Centros, com os segmentos acadêmico e administrativo, sobre a instituição. Os debates deveriam ser seguidos de propostas de

²⁶⁸ 92 professores participaram do Encontro, sendo 58 filiados à ADUNITINS e os demais associados à APUG-SSIND (Associação dos Professores Universitários de Gurupi-Seção Sindical) e à FECIPAR

²⁶⁹ O tema "Movimento Docente e Conjuntura Nacional", foi desenvolvido pela professora Maria Valéria B. Veríssimo, coordenadora do setor das Estaduais da ANDES e a professora Maria das Graça N. Pollmann, coordenadora do Grupo de Trabalho Política Educacional da ANDES, abordou o tema "Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação/LDB".

solução dos problemas detectados e do estabelecimento de estratégias para concretização das propostas.²⁷⁰

Acontecimentos ocorridos em 1996 fizeram deste ano um marco na história da ADUNITINS, tanto por fatos que demonstraram a potencialidade da instituição sindical quanto por ocorrências que lhe seriam muito adversas, quase *letais*.

A UDUNITINS não ouviu o canto da sereia da criação da *nova* UNITINS, a fundação que, segundo as alegações do governo estadual, iria resolver todos os problemas do ensino superior no Tocantins. Na interpretação da entidade sindical, o Governo do Estado, sob belas palavras e falsos argumentos, pretendia livrar-se da Universidade – uma carga financeira muito incômoda para o erário tocaninense – privatizando-a sob o mal disfarçado artifício da metamorfose em uma fundação *sui generis*.²⁷¹ O repúdio da ADUNITINS a essa medida do governo foi manifestado de forma diversa. Um artigo de fundo do jornal da entidade sobre a questão, por exemplo, não lhe poupou críticas acerbas. O editorial aproveitou o ensejo para dar estocadas na direção universitária, afirmando, entre outras denúncias: *O problema da UNITINS é de gestão, todas as administrações (até agora – 1996 – 8 reitores) foram péssimas, não eleitas pela comunidade universitária. Os administradores-alienistas não pertencem aos quadros da UNITINS.*²⁷²

A Associação integrou com empuxo considerável a parcela da população que consubstanciou uma campanha contra a *privatização da Universidade*, assim chamada a metamorfose da UNITINS em fundação pelos que não aceitavam a mudança.

O segmento estudantil destacou-se nessa contestação. O protesto dos estudantes a essa iniciativa governamental assumiu várias configurações. Um panfleto datado de 06 de novembro de 1996, da autoria de *Alunos da UNITINS*, expõe as razões do entrevero:

²⁷⁰ No encontro foram aprovadas duas Moções de Apoio. A primeira, para dos professores de Ensino Superior do Estado do Tocantins, ADUNITINS, APUG e FECIPAR ao movimento do SINTET, que reivindica a recuperação das conquistas da categoria, abolidas pelo Governo do Estado. A segunda, aos alunos dos Centros Universitários de Porto Nacional e de Palmas, em função de suas reivindicações.

²⁷¹ O Governo Estadual não aceitou a versão de que a mudança da UNITINS de autarquia para fundação significasse privatização da Universidade, chegando, nesse sentido, a emitir Nota Oficial subscrita pelo próprio governador. Da mesma natureza são os escritos do reitor Osvaldo Della Giustina *Fundação Universidade Autônoma do Tocantins – O Desafio da Nova Universidade* (publicado no *Jornal do Tocantins*, edição de 10 a 12 nov 1996), e *Superando equívocos* além da Carta Circular ao professores da UNITINS datada de 21 de novembro de 1996 ressaltando as qualidades do *novo quadro* decorrente da implantação da nova pessoa jurídica da UNITINS.

²⁷² Editorial. ADUNITINS: CANAL ABERTO, Nº2, Ano 1, nov/dez/96, p. 1.

MANIFESTO À SOCIEDADE TOCANTINENSE

Os universitários tocantinenses estão vivendo um momento crucial. Abalados pela insensibilidade do atual governador, Sr. Siqueira Campos, que tudo quer, tudo pode, vêm esclarecer a opinião pública do descaso que o governo dá à educação no Estado. Ele, que nos seus discursos demagógicos sempre se manifestou a favor de uma boa educação, com a valorização do professor etc. O que vemos na verdade é o total abandono do ensino público.

Imperando o seu autoritarismo que lhe é peculiar (*sic*), pretende privatizar a UNITINS, acabando assim com o sonho de milhares de jovens que um dia pretendiam cursar uma universidade, uma vez que fica difícil pagar curso superior neste país, principalmente neste Estado, onde o salário dos que ainda possuem trabalho não é suficiente para sustentar a si próprio dignamente.

A SOCIEDADE precisa tomar conhecimento dessa atitude autoritária do Sr. Governador e manifestar seu repúdio junto aos parlamentares, cobrar uma posição contrária ao abuso desse governante, pois a luta não é dos estudantes de hoje, mas pelos estudantes de amanhã que certamente seus pais não terão condição de custear uma faculdade particular.

Por isso cidadãos tocantinenses, precisamos nos mobilizar conjuntamente e cobrarmos dos deputados a não aprovação dessa medida provisória, uma vez que eles são nossos representantes e quando seus filhos estiverem fazendo um curso superior não serão eles que irão pagar essa despesa. Precisamos lutar para defendermos nossos direitos, pois a universidade é de todos nós, e o governador quer transferir de graça o patrimônio público para iniciativa privada.

Se você acha que é dever do Estado manter o ensino público, junte-se a nós!

UNIVERSIDADE PÚBLICA SIM, PRIVADA NÃO!²⁷³

O protesto dos estudantes foi endossado pela ADUNITINS, que dois dias depois do panfleto lançou uma Nota Oficial conjunta, firmada pelo vice-presidente da Associação Docente, professor Joseano Carvalho Dourado, e por Marison de Araújo Rocha, do Diretório Central dos Estudantes (DCE/UNITINS), vazada nos seguintes termos (destaques no original):

OS PROFESSORES E ALUNOS DA UNITINS MANIFESTAM SEU REPÚDIO às Medidas Provisórias nº 227/96 e 228/96 de 30/10/96 que extinguíram a **UNIVERSIDADE DO TOCANTINS/UNITINS** convertendo-a em **FUNDAÇÃO DE DIREITO PRIVADO**

²⁷³ Destaques no original. A transcrição foi feita *ipsis verbis*, respeitando as falhas do texto.

o que significa principalmente **EXCLUIR A MAIOR PARTE DOS JOVENS TOCANTINENSES** ao ingresso no ensino superior gratuito e de qualidade.

A **UNITINS** é a única universidade pública do Estado que propicia gratuitamente a formação profissional da maioria dos jovens tocantinenses cuja situação sócio-econômica não poderia arcar com as despesas de uma universidade particular, segundo mostram os indicadores apontados pelo IBGE, 1991.

Com estas medidas, o Estado **DOA** para a **FUNDAÇÃO PRIVADA O ENORME PATRIMÔNIO PÚBLICO NA UNITINS**, (constituído entre outros de fazenda, terrenos, prédios, equipamentos, laboratórios e bibliotecas), que permite desenvolver as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Este patrimônio foi conquistado pela comunidade universitária e sociedade tocantinense, com muita luta e trabalho.

UNIVERSIDADE AUTÔNOMA não significa ser **PRIVADA** podendo ser **AUTÁRQUICA DE REGIME ESPECIAL** ou **FUNDAÇÃO DE DIREITO PÚBLICO** como ocorre com sucesso, entre outras, na Universidade de São Paulo/USP, na UNICAMP, na UENF/RJ.

A SOCIEDADE TOCANTINENSE NÃO PODE ABRIR MÃO DA ÚNICA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO ESTADO QUE FORMA FUTUROS PROFISSIONAIS E PESQUISADORES QUE IRÃO CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO.

A essa nota conjunta, juntou-se um panfleto de responsabilidade da UDUNITINS, DCE/UNITINS e ANDES-SN (destaques no original):

UNITINS PÚBLICA E GRATUITA, SIM!!! PAGA, NÃO!!!

-Você concorda com o **ensino pago na UNITINS?**

-Você e seus filhos podem **pagar altas mensalidades para cursar uma universidade?**

É exatamente isso que o Governo do Estado quer impor ao povo do Tocantins. Para isso, Siqueira Campos quer dar a **UNITINS e seu patrimônio de presente para empresários e ainda continuar destinando verbas pública para mantê-la.**

Já pensou? O Tocantins sem uma só universidade pública?

Diga não ao ensino pago!

Em defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade.

ESTA LUTA TAMBÉM É SUA! JUNTE-SE A NÓS!

A esse tipo de reivindicação juntaram outros apelos contra a transformação da Universidade oriundos de outras fontes, algumas delas de fora do âmbito acadêmico. Os apelos não sensibilizaram a maioria dos deputados que, presa pelos liames oligárquicos, aprovaram, a 13 de novembro de 1996 – com 15 votos de parlamentares da União do Tocantins –, as Medidas Provisórias 227 e 228 criando, assim, a *nova* UNITINS. O fato gerou protestos dentro e fora do Estado. As reações tiveram uma vertente irônica através de paródias, encenações mordazes e textos insolentes. Alguns exemplo a seguir. Um panfleto indicava e solicitava:

OS TRAIDORES DO POVO TOCANTINENSE

SIQUEIRA CAMPOS – PPB
 CACILDO VASCONCELOS – PPB
 MARCELO MIRANDA – PPB
 LAUREZ MOREIRA – PPB
 FABION GOMES – PPB
 RAIMUNDO MOREIRA – PPB
 HÉLCIO SANTANA – PPB
 GERALDO VAZ – PPB
 OSVALDO MOTA – PPB
 CARLOS BRAGA – PPB
 MANUEL LIMA – PPB
 GISMAR GOMES – PPB
 DEUSDET BARROS – PPB
 LUIZ TOLENTINO – PPB
 ALOISIO BOLWERK – PPB
 NILO VIEIRA – PPB

ELES SÃO CONTRA A UNIVERSIDADE GRATUITA E A FAVOU DO ENSINO PAGO.

ELEITORES, ESQUEÇAM ESSES NOMES NAS PRÓXIMAS ELEIÇÕES!!!²⁷⁴

²⁷⁴ Folheto distribuído pelo *Movimento S.O.S UNITINS* após a aprovação das Medidas Provisórias

Um *cartaz* com o título **PROCURADOS – TRAIADORES DO POVO** estampava as fotos dos quinze deputados que aprovaram as Medidas Provisórias com a indicação do município-base eleitoral de cada um. O texto recomendava e informava:

Reproduza e espalhe nas escolas, lojas, bares, em todos os locais públicos. Eleitores não esqueçam esses nomes, eles ainda vão pedir o seu voto! Eles são contra a universidade gratuita e a favor do ensino pago!

A mando do SIQUEIRA CAMPOS, estes deputados estaduais votaram a favor da privatização da UNITINS!

Eles votaram contra o povo!

Eles estão entregando o patrimônio aos interesses particulares!

MORTE DO DEPUTADO IMUNDO, paródia a uma composição de Chico Buarque de Holanda, criada e distribuída em Araguaína, afirmava:

Essa cova em que estás com palmos medidos

É o que mereces receber em visa (bis)

É de bom tamanho, nem largo nem fundo

É a parte que te cabe Deputado Imundo (bis)

Marcelo Miranda tu te enterrou

Quando o ensino público privatizou (bis)

É a parte que te cabe Deputado Imundo (bis)

E essa traição te levará pro fundo (bis)

Não é cova grande é cova medida

É a parte que te cabe Deputado Imundo (bis)

Este ensino que querias ver privatizado

Só terá privilégio filho de deputado (bis)

É de bom tamanho, nem largo nem fundo

É a parte que te cabe Deputado Imundo (bis)

É uma cova grande pra tua carne, porco
Mas o ensino pago não é para todos (bis)

É de bom tamanho, nem largo nem fundo
É a parte que te cabe Deputado Imundo (bis)

Na mesma cidade foi divulgada uma

CARTA ABERTA AO POVO TOCANTINENSE

No dia 13 de novembro de 1996, foram aprovadas as Medidas Provisórias nº 227 e 228 de autoria do Governo do Estado do Tocantins, baseadas no perfil autoritarista do **Ditador do Cerrado**, Sr. José Wilson Siqueira Campos, onde se consumou a extinção da UNITINS e conseqüente criação de uma Fundação Privada, ou seja, uma instituição de ENSINO PAGO.

A conseqüência imediata desta irresponsabilidade, apoiada pela maioria dos deputados que se dizem defensores da, “União do Tocantins” será o pagamento de mensalidades por parte dos alunos admitidos a partir de 1997.

Vale ressaltar que os bens da UNITINS, patrimônio do povo, estão sendo “doados”, sem qualquer pagamento, aos novos proprietários que certamente são amigos ou “paus mandados” do Sr. Governador.

Repudiamos, inconformados, o apoio incondicional e a conivência dos deputados da “União do Tocantins” (PPB, PFL), que aprovaram as Medidas Provisórias. Mostrando mais uma vez a sua total obediência ao **Ditador do Cerrado**.

Ressaltamos também a falta de caráter e compromisso com o povo demonstrado pelo **MARCELO MIRANDA**, eleito com os votos da população de Araguaína, que mostrou suas “garras” no momento em que não atendeu a vontade de seus eleitores, votando a favor das duas medidas provisórias.

O povo tocantinense está convocado para responder a este ato agressivo e irresponsável dos políticos da “União do Tocantins”, comandados pelo **Pequeno Hitler**.

MANIFESTAÇÕES:

VELÓRIO DO DEPUTADO MARCELO MIRANDA

Sexta-feira, 22/11/96, às 14:00 horas – em frente à Câmara Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL

Sexta-feira, 22/11/96, às 14:30 horas

MANIFESTO POPULAR EM DEFESA DO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO

Sexta-feira, 22/11/96, às 18:00 horas – Praça das Bandeiras

“O povo dará a sua resposta aos deputados traidores nas eleições de 1998”

Araguaína, 22 de novembro de 1996

ADUNITINS, CA's e DCE

Universidade do Tocantins.²⁷⁵

4.3.3 - Os Davis sem funda se auto-analisam

A celeuma pouco valeu. O resultado positivo ocorreria apenas para a categoria estudantil. Como já foi referido no capítulo anterior, a conjunção do movimento discente *S.O.S UNITINS* com a perspectiva da criação da Universidade Federal do Tocantins levou o Governo do Estado a *recuar* estrategicamente e abolir o ensino pago.

O saldo quanto aos professores pode ser considerado nulo. O Governo Siqueira Campos ignorou soberbamente os brados da ADUNITINS e não atendeu a nenhuma das suas reivindicações. Permaneceu, em regra, com a velha política de acolher as solicitações pela via esconsa do favoritismo pessoal, excepcional, e não através da Lei.

A dependência absoluta da UNITINS aos humores do governo estadual tornou a instituição uma entidade singular em vários sentidos, nomeadamente no plano do Poder. Seus reitores, destituíveis *ad nutum*, deviam ter habilidade suficiente para não desagradar o Chefe do Executivo.

O exercício do reitorado exigia um comportamento transcendente à mera diligência profissional. Daí, a ocorrência de humilhações, prevenções e ressentimentos de alguns ao deixarem o cargo. Veja-se o caso da primeira reitora, que, boicotada, teve que renunciar durante o Governo de Moisés Nogueira Avelino. Delby Fernandes de Medeiros, precavido, retirou-se com a volta de Siqueira Campos. Nos termos do próprio ex-reitor: *as notícias que a gente tinha era de que ele iria modificar, desmanchar tudo que havia sido feito por*

²⁷⁵ A profecia das lideranças docente e discente não se cumpriria. Marcelo Miranda não só seria reeleito para a legislatura seguinte (1998-2002), como assumiria, nesta, a Presidência da Câmara Estadual e seria eleito, em primeiro turno, para o Governo do Estado pela *União do Tocantins*.

*Avelino, na universidade. Eu disse pra mim mesmo(...): “Não vou ficar aqui nesse fogo cruzado. Não quero isso, não!” Nunca fui político partidário. Isso me apressou (deixar a Reitoria).*²⁷⁶

O caso mais significativo da fragilidade do cargo foi à saída do reitor Zuhair Wawar, de rápida e – segundo alguns depoimentos e evidências – inábil passagem pela instituição. Ele foi demitido por Siqueira Campos em praça pública, de cima de um palanque, quando o governador inaugurava o trecho Porto Nacional-Natividade da rodovia que liga Palmas a Arraias. Um grupo de professores militantes insatisfeitos com o tratamento grosseiro à categoria por parte do reitor e alguns assessores, solicitou a um senador que levasse a queixa a Siqueira Campos. Apesar da relutância, o parlamentar tocantinense deu o recado. Ciente do caso, o governador anunciou uma *boa notícia* aos professores universitários: Zuhair Wawar (que, no momento encontrava-se em Brasília) estava destituído do cargo.

Problemas dessa ordem eram os que poderiam perturbar algum reitor. A penúria financeira e as deficiências estruturais se constituíam também agruras administrativas, ossos do ofício da Reitoria. A ADUNITINS, porém, apesar do alvoroço insinuado pelos panfletos e protestos, não chegou a ser considerada como geradora de atritos, conflitos e preocupações. Delby Fernandes de Medeiros, v.g., apontou problemas com docentes por força de irresponsabilidades e fraudes praticadas por alguns. Referindo-se a um deles, afirmou: *Era um safado e como ele foram muitos.(...) O número de professor vigarista que chegava à instituição era impressionante!*²⁷⁷

Mesmo assim, a ADUNITINS não escapou de retaliações governamentais e acabou atingida fatalmente. Suas frustradas investidas contra o todo-poderoso governo estadual faziam-na uma espécie de incrível exército Brancaleone.²⁷⁸ Para dizimar a ADUNITINS, a

²⁷⁶ MEDEIROS, Delby. **Entrevista concedida pelo ex-reitor da Universidade do Tocantins**. Paraíba, 2001.

²⁷⁷ Citou alguns exemplos como o de um professor vindo de Brasília que afirmou ser formado em Informática e foi demitido por não sê-lo. Citou também o caso de um diretor do *campus* de Araguaína que cometeu desmandos e foi também demitido: *Tive que botar pra fora esse sujeito. Foi destituído judicialmente da universidade.* – asseverou. Quanto ao relacionamento com a Associação Docente, ele considerou como bom.

Segundo outra fonte, em Arraias ocorreu o fato de uma falsa professora doutora que, pressionada, nunca apresentou o diploma e fugiu da cidade numa madrugada.

²⁷⁸ Filme italiano, dirigido por Mário Monicelli, em 1965, com Vitério Gassman, Catherine Spaak, Gian Maria Volonté, Enrico Maria Salerno. Narra as trapalhadas de um cavaleiro destrambelhado que sai pela Europa medieval com seu pequeno grupo, objetivando retomar o título de um feudo. Sátira ao herói medieval, o filme se inspira em *Dom Quixote* e tem como título original *L'Armata Brancaleone*.

administração estadual não precisou utilizar-se do aparato repressor em sua maior dimensão de truculência. Para coibir a atuação da entidade, o governo Siqueira Campos lançou mão de uma medida tão sutil quanto simples: proibiu o recolhimento em folha da contribuição sindical.

A medida configurou-se como o início do processo do extermínio da entidade. Nos termos de um ex-dirigente, *não se faz nada sem dinheiro.(...) Quando a contribuição sindical foi impedida de ser realizada, eles nos colocaram de joelhos*. A dificuldade se avultava pelo fato de a UNITINS ser *multicampi*, dificultando ainda mais a comunicação e arrecadação.²⁷⁹

A partir dessa proibição, estabelecida em 1996, a Associação, asfixiada financeiramente, passou a sofrer um processo de lenta consumição. Não havia mais recursos financeiros para manter campanhas e nem mesmo para realizar as despesas básicas de manutenção do sindicato. O telefone, comprado com grande sacrifício, foi perdido por falta de condições de pagar as contas.

No ensejo da federalização da universidade estadual, a ADUNITINS estava completamente destroçada. Desativada, sem lideranças nem militância, a situação da entidade era simbolicamente representada pelo estado da sua pequena e humilde sede em Palmas (no mesmo prédio onde funcionava a administração superior da UNITINS): plena de lixo, poeira e móveis quebrados. Os arquivos flagelados. O computador dizimado.

O término da entidade, porém, não se deveu apenas a esse fator. Na verdade, a suspensão do recolhimento da contribuição sindical em folha foi apenas o catalisador de um processo. A suspensão da forma de cobrança só teve tal repercussão por força de certos pré-requisitos estruturais, como os abordados no início deste capítulo.

A prática política e os esforços doutrinários do movimento docente no Tocantins não foram (nem poderiam ser) bastantes para criar um estado de espírito suficientemente forte que permitisse os professores superarem as barreiras impostas pelo governo estadual bem como as condições culturais e sócio-econômicas locais. Salvo as exceções que confirmam a regra, a categoria foi alquebrada por um complexo de fatores como a precariedade dos contratos de trabalho, o baixo nível salarial, a instabilidade profissional, a

²⁷⁹ Professor I

falta de garantias trabalhistas, a indiferença e a prepotência do Poder local e os constantes insucessos das reivindicações corporativas.

A pobreza do mercado de trabalho e a pujança do governo autoritário e centralizador se conjugaram para ensejar o medo do desemprego. A essas razões soma-se a tibiez da consciência política dos próprios professores que desencorajava a luta pelo bem coletivo.

O enfraquecimento das lideranças através da cooptação contribuiu, também, de forma não desprezível, para o desânimo geral. Alguns professores foram aliciados por ofertas da Reitoria e abandonaram a causa defendida quando militante do movimento docente. A inapetência classista atingiu um grau tão considerável que nem a falta de reajuste salarial por mais de sete anos nem o declínio de proventos em relação aos professores de níveis inferiores, reavivaram a disposição reivindicatória dos docentes (em 2002, professores universitários tocantinenses ganhavam menos que professores da Secretaria de Educação, do ensino fundamental e médio).

Essas razões são percebidas por ex-lideranças e outros ex-militantes em suas análises sobre o fenecimento das atividades e pretensões corporativas. Não raras vezes, os comentários assumem o tom de mágoa contra pruridos e preconceitos:

O professor que não luta por seus direitos é um bobo, um alienado. Infelizmente a maioria é assim. Infelizmente no caso da UNITINS, (...) a luta salarial não influenciou em muita coisa, pois a Universidade conseguiu matar o Sindicato. Aliás, existem discussões para a sua volta? A questão salarial piorou muito. Como não temos voz ativa, a Universidade faz o que quer com a gente. Ganhamos proporcionalmente muito menos hoje do que há tempos atrás.²⁸⁰

Eu nunca tive vergonha de lutar por questão salarial. Algumas pessoas podem considerar o salário um pouco alto, em relação à maioria dos assalariados brasileiros, mas eu analiso da seguinte forma: Para você dar aulas de qualidade é necessário investimento (livros importados, internet, viagens de estudo e tudo mais). Tem uma coisa que eu nunca esqueço e que poucos lembram, foi do primeiro e único aumento salarial que nós tivemos. Foi naquele ano de re-inauguração do Centro quando os professores fizeram um protesto no discurso do João Cruz e pediram 125% já, ou seja, que os professores da UNITINS

²⁸⁰ Professor I

recebessem o equivalente da Educação. Se não fosse por aquele movimento, hoje estaríamos ganhando 125 % a menos!

Eu penso que essa foi uma vitória significativa para o Sindicato. A questão salarial é importante pelo que eu já falei e pela valorização do corpo docente. É uma lastima a ausência do sindicato e esse vazio que ficou. A falta de representatividade e a falta de um interlocutor além de desqualificar o poder de barganha da categoria mostram ainda uma falta de espaço de diálogo e negociação. Aqui o que se faz é complementação salarial, dando aulas em outras universidades, arrumando *bico* na Reitoria ou dando aula em escola pública. Então, a perda salarial é menos sentida pela compensação em outra atividade.²⁸¹

Os professores mais conscientes não tinham vergonha de lutar por salário e carreira; pelo contrário, entravam na luta com garra e faziam manifestações que mexiam com a população. ... As perdas vêm se acumulando desde 1994, quando Fernando Henrique assumiu a Presidência. Não tivemos nenhuma reposição salarial. Os professores não têm, hoje, o mesmo compromisso que tinham quando o sindicato era forte, quando havia reuniões para debater a questão do professor e da própria instituição.²⁸²

Infelizmente a maioria dos professores desta instituição, por não estarem devidamente qualificados, sempre tiveram o receio de perder o emprego. Acho que a questão não é a vergonha de lutar por salário, mas o medo de que essa luta possa levá-los a perder o emprego e dessa maneira até mesmo o salário, por pior que ele seja. Nós tivemos uma luta salarial, embora que não tão participativa, mas que nos fez termos o salário que temos hoje. Isso foi uma conquista do sindicato através do então presidente, Joseano Carvalho Dourado, que praticamente sozinho encaminhou documentos ao Governo do Estado, pois esse não queria nos enquadrar como servidores públicos. Não fosse o esforço do Joseano, nosso salário seria consideravelmente muito pior do que é hoje. Logo que ingressei na UNITINS, a luta salarial foi contemplada em uma ou duas greves, mas nunca fomos vitoriosos no sentido de ter nossas reivindicações totalmente atendidas. Mesmo assim, antes da volta do governador Siqueira Campos ao poder, o nosso sindicato, mesmo com dificuldades, conseguiu levar à frente um certo movimento docente na UNITINS.²⁸³

As peculiaridades políticas estaduais durante a existência da UNITINS geraram um clima que raiava a paranóia. A onipotência e a prepotência dos governos locais, conjuminadas à fragilidade profissional do docente tocantinense, nutriram o receio

²⁸¹ Professor II

²⁸² Professor III

²⁸³ Professor IV

persecutório que inibia as ações de resistência da categoria Contribuindo, assim, para o malogro do movimento docente. No testemunho de participantes dos acontecimentos,

(...) havia muito medo e muito pânico entre as pessoas. A imobilidade era também por isso e o medo ultrapassava a questão da demissão! Havia um medo inexplicável a repressão e tortura! Uma vez ouvi que se fosse no tempo do Siqueira, isso na época do Avelino, que os professores iriam apanhar! Às vezes penso que a época do Avelino era muito mais ameaçadora pelo terrorismo que hoje! Isso também se explica porque existia um sindicato. Talvez hoje (2001) o medo seja até maior que nem sindicato existe mais. A reitoria era transitória e nada me parecia ser levado muito a sério naquela época. Instável demais e tudo muito confuso. É como eu disse aqui: era uma luta mais da ANDES contra o Governo e a UNITINS. (...)

A eleição do Siqueira desmobilizou a categoria pelo medo da repressão e falta de uma política salarial clara e pela situação precária dos docentes. Enquanto você tem um contrato temporário ou especial, seja lá como chama, isso por si só dá entendimento que os direitos são praticamente nulos, como foi afirmado até por juristas. E claro que quando você tem um governante que determina tirar conquistas salariais de uma categoria (no caso do ensino público) e não há uma resposta contundente a esse fato, isso desmobiliza e repercute negativamente em todas as instâncias.²⁸⁴

O medo foi reforçado por acontecimento que envolveu o presidente da ADUNITINS. O fato contribuiu significativamente para o enfraquecimento da mobilização dos professores:

(...) o fato marcante foi à condenação do Joseano por ocasião da sua prisão em Palmas, quando o mesmo estava participando de uma atividade dos estudantes (*pichamento de muros durante greve discente*). Esse fato (*prisão*) aliado ao medo já presente nos professores em relação à perda de emprego fez com que os professores se afastassem da luta. Com certeza, dentro da ADUNITINS a AD de Porto Nacional era a mais ativa, mas infelizmente essa também sucumbiu, embora tenham sido feitas várias tentativas por parte de professores do Campus de Porto Nacional.²⁸⁵

²⁸⁴ Professor II.

²⁸⁵ Professor IV

A falta de autonomia universitária fomentava a fragilidade do movimento docente. Sujeita ao império do governo estadual, a Reitoria não era considerada um arrimo dos professores. Ao contrário, no entender das lideranças docentes, ela se constituía uma aliada, incondicional e subserviente, do Palácio Araguaia:

A Reitoria tentava matar a gente e nós fomos resistindo, resistindo. Teve dias que saí de Gurupi para Palmas e era aniversário dos meus gêmeos. Quando a Universidade conseguiu cortar até a contribuição sindical pelo *holerit* de pagamento eu fiquei muito bravo e *chutei o balde*. A negociação era difícil, a intransigência e a radicalização por parte da Reitoria sempre foram grandes.²⁸⁶

Não eram relações fáceis, principalmente porque o reitor foi sempre um cargo de confiança do governador. As negociações com o governador eram difíceis. Mesmo quando a ANDES se reunia com o governador, os resultados positivos eram muito poucos, pois não havia uma continuidade ou pressão por partes dos professores.²⁸⁷

O governo nos recebia de vez em quando, apesar de não atender a maioria das reivindicações. A Reitoria também, mas como ela dependia do governo para atender às reivindicações, não tínhamos nada.²⁸⁸

Havia dois comportamentos básicos dos docentes quanto ao movimento sindical. Uma parcela significativa aderiu à filiação. A outra apresentava uma conduta anti-sindical, relutava em aceitar a vinculação a atividades ligadas a partidos de esquerda e centrais sindicais. Esse segmento recalcitrante não participava das reuniões e assembléias ou, no máximo, comparecia de modo episódico e superficial. Alguns docentes realizavam trabalho quase de forma autônoma dentro da universidade, com apoio da reitoria. Outros docentes, militantes, ao assumirem cargos comissionados mudavam de conduta, omitindo-se da militância ou mostrando-se simpáticos às razões do governo.

Tais atitudes suscitavam dificuldades que contribuíam para uma baixa adesão à luta sindical. O fenômeno decorria, em parte, do despreparo político de um considerável

²⁸⁶ Professor I

²⁸⁷ Professor IV

²⁸⁸ Professor III

segmento dos professores, que nem sempre entendia as necessidades sindicais, como afirmou um ex-dirigente da entidade:

(...) recorde-me que a nossa luta era fazer com que o conjunto de professores compreendesse a importância do desconto em folha da contribuição sindical, enquanto base de sustentação da estrutura econômica da seção sindical. A nossa luta era levar os professores a compreender que a presidência e a diretoria do sindicato não era seus empregados e sim colegas de trabalho.²⁸⁹

Para a baixa adesão concorria ainda o fato de uma parcela dos professores procurarem resolver suas pendências de forma individualizada. Como lembrou um entrevistado, esses docentes resolviam *as questões políticas pela via das suas influencias individuais com os parlamentares locais. O que prejudica a organização de um movimento sindical.*²⁹⁰ Esta prática, além de enfraquecer a atividade da associação classista, fortalecia vícios políticos como a política de favores e o nepotismo.

As análises são feitas, por vezes, em tom de revolta e, por conta disso, discrepando do que se poderia chamar *estilo acadêmico*. As desilusões profissionais são percebidas (e ilustradas), por exemplo, nas declarações de um ex-membro da Diretoria da ADUNITINS ao fazer um confronto entre a sua chegada à universidade (em 1991) e as agruras por ele sofridas um decênio depois. Ele estava terminando o Mestrado em Lavras, Minas Gerais, quando

uns caras passaram por lá comentando sobre uma tal de UNITINS, prometendo mundos e fundos. Eu já estava casado, com um casal de gêmeos, minha bolsa terminando e não pensei duas vezes.

Mesmo estranhando a falta de estrutura, a precariedade de opções culturais além de outras carências, ele permaneceu no Estado pois *a gente se adapta, ou se acomoda, o que é muito pior...* Para a sua permanência, contribuiu o fato de considerar *a vida de um professor*

²⁸⁹ Professor V

²⁹⁰ Professor V. Outro entrevistado ratificou o problema referindo-se aos *interesses individuais neoliberais que se sobrepõem aos interesses de grupo ou coletivos*. (...) *A ADUNITINS não pode existir porque, na sua essência, anda na contramão dos interesses dos professores que aqui estão.* – Professor IV

universitário nos primeiros anos da instituição muito interessante. Depois, veio a desilusão proclamada em termos nada acadêmicos:

(...) eu achei que iria crescer junto com a Universidade. A Universidade cresceu bastante, mas eu fiquei estagnado. Estou aqui há 10 anos e ainda não fiz meu doutorado. Nos primeiros dias havia um certo romantismo e otimismo. Aquele contato muito íntimo com os alunos, coisa que não ocorre nos grandes centros, mas as muitas cagadas da instituição acabam torrando o saco da gente.

Os entrevistados afirmaram estar em pior situação socioeconômica em relação ao início da carreira. Uma saída para atenuar o problema é ter um segundo emprego, sair *correndo atrás de 2 ou mais salários em instituições diferentes. ... o professor tem procurado outros meios para ganhar a vida. A maioria trabalha em duas instituições*²⁹¹

A angústia prendia-se, também, à instabilidade profissional. Ao contrário do que os reitorados prometeram e alardearam ao longo da história da instituição, na UNITINS só ocorreu um concurso público (em 1991). As contratações não asseguravam a estabilidade aos professores, deixando-os completamente vulneráveis aos humores do Poder. Essa prática da administração tocantinense feria a legislação, atropelava a autonomia universitária e prejudicava a qualificação docente. Os poucos professores que se pós-graduavam transferiam-se, em grande parte, para outras instituições de horizontes mais amplos e promissores.

A inexistência de concurso público, além de fomentar a insegurança e a instabilidade, gerou a diversidade de tipos professores. Em setembro de 2002, por exemplo, a UNITINS dispunha de 330 docentes a que se somavam 118 vinculados à recém-criada UNIPALMAS, num total 448 profissionais. Os 330 professores pertencentes à UNITINS se subdividiam em 153 com vínculos pela CLT, 140 na categoria *Prestação de Serviços* e 37 do Quadro Suplementar da Secretaria de Educação e Cultura. O Quadro Suplementar, por sua vez, era composto pelos remanescentes de Goiás (todos concursados por este estado) e os *concurados* tocantinenses (uma minoria – inferior a 10% do total – oriunda do primeiro e único concurso de toda a história da UNITINS). Embora houvesse uma base comum de problemas, essa variedade de tipos profissionais implicava necessariamente diversidade de

²⁹¹ Professor III

interesses, o que não contribuía para a coesão do movimento docente. Esse fator foi lembrado por um ex-dirigente sindical ao se referir às causas do malogro sindical na instituição. Para ele, entre outras razões, o fracasso ocorreu *devido às múltiplas diferenças nos contratos de trabalhos desse quadro docente*.²⁹²

De fracasso em fracasso, de desânimo em desânimo, o movimento docente da UNITINS expirou, trazendo o total desalento para os ex-militantes e ex-lideranças além de completa desmobilização. *Penso que não conseguimos fazer absolutamente nada contra as ações do Siqueira Campos.* – enfatizou um deles.²⁹³ A intransigência do governador foi vista como um desmedido embargo às pretensões da ADUNITINS:

(...) Siqueira Campos impõe suas vontades e não ouve ninguém. O tipo de governo que ele mantém não permite a participação dos sindicatos pois ele é fechado a qualquer negociação e pune aqueles que contestam suas ações.

Entretanto, Siqueira Campos não está sozinho na demolição das veleidades corporativas:

Mas no Tocantins, o governo que conseguiu desarticular o movimento sindical foi Avelino, ao chamar as lideranças do sindicato de 1º e 2º graus para ocupar altos cargos nos vários órgãos estaduais. Quanto ao sindicalismo do ensino superior, ele acabou a partir do momento que o presidente do sindicato, em 1997, foi pego participando de pichação juntamente com os alunos durante uma manifestação e ele teve que assumir uma postura mais reservada. Pena que os demais professores, que participavam do movimento não assumiram uma posição mais radical e se acomodaram em relação ao fato.²⁹⁴

O fenecimento da ADUNITINS teve o concurso dos próprios professores, incluindo-se as suas lideranças, que em parte considerável se deixaram aliciar por certas vantagens profissionais, os *cala-bocas* na linguagem popular. Apesar da megalomania da publicidade oficial, o Tocantins não é um estado rico, de mercado de trabalho pujante. Seu grande empregador é o próprio governo estadual e quem com ele se incompatibilizar cairá, em princípio, em desgraça.

²⁹² Professor I

²⁹³ Professor IV

²⁹⁴ Professor III

O fenecimento da ADUNITINS, entretanto, não se resume às idiossincrasias dos governos locais, provincianos. Ele espelha uma realidade muito mais ampla e, ao mesmo tempo, dela decorre de forma mediata. A Associação surgiu quando o empuxo do sindicalismo no Brasil já não apresentava o vigor do início dos anos oitenta. Esse esmorecimento sindical foi ainda mais acentuado com a consolidação do neoliberalismo aliada ao avanço do processo de globalização, que, entre outros fenômenos, intensificaram o desemprego. Um ex-dirigente da ADUNITINS lembrou, numa síntese, que

(...) a partir de 1996, temos um governo com forte vocação para o totalitarismo, partidos políticos inexistentes e uma sociedade civil que alimentava a prática do coronelismo, do apadrinhamento e do clientelismo.

O MD no Tocantins padece de problemas semelhantes ao que ocorre a nível nacional, aqui com agravantes, pois a instabilidade das relações de trabalho, a gestão da universidade acontecendo sem os padrões mínimos já consensuais para a vida acadêmica construídos ao longo da história das universidades brasileiras. Somados às características do mandonismo político, formam um quadro de paralisia do MD. Parece, aparentemente, que o opositor do MD é tão forte que foi se construindo a idéia de que “não adianta lutar, pois se perde todas as lutas”.²⁹⁵

Outro ex-militante considerou, sob um outro ângulo:

A política adotada por FHC e demais governantes de fechar as portas às organizações sindicais e o mecanismo de cooptação. O discurso de FHC era de que a população deveria contribuir para o crescimento do país e a redução da inflação. Esse discurso acabou calando a boca dos sindicalistas durante um tempo e, quando eles foram tentar abri-la, as portas já estavam fechadas.²⁹⁶

Estas considerações são ampliadas pela observação de que *isso não é um fato isolado. Deve-se julgar a conjuntura internacional e (considerar-se) uma certa descrença e desmobilização geral de todas as categorias. (...) também tem a ver com o enfraquecimento dos ideais socialistas (...).*²⁹⁷

²⁹⁵ Professor VI.

²⁹⁶ Professor III

²⁹⁷ Professor II. *O grande trunfo dos defensores do neoliberalismo (...) é a alegada inexistência de alternativas. As sociedades comunistas, socialdemocracias e mesmo estados de bem-estar modestos, como os*

A conjugação desses fatores calou fundo no ânimo dos *adunitinsianos*, levando-os ao completo ceticismo sindical. Não admitiam mais a possibilidade de renascimento da associação docente em sua Universidade. O descrédito quanto à possibilidade de ressurgimento da ADUNITINS aflora nas palavras das suas ex-lideranças:

Certamente existe possibilidade, mas é necessário saber que ADUNITINS estamos falando. Não acredito que dá para reviver o passado, embora acho que apesar de tudo valeu! Muito mais pelas pessoas que estiveram por aqui. Acho que foi um momento único. Como disse Lenon, “O Sonho Acabou”! Aquele sonho acabou junto com todas as pessoas que se foram.... Agora o que virá eu não sei, mas certamente será algo muito diferente. E não sei se vou fazer parte disso....²⁹⁸

Acho que o sindicato só voltará a existir na UFT e não na UNITINS.²⁹⁹

A menção à nascente Universidade Federal do Tocantins anuncia um novo contexto onde o poder da oligarquia tocaninense seria minimizado ou neutralizado. Embora passível de outros vícios, a UFT, consolidada, não dependeria dos humores do chefe oligárquico, do centralismo exacerbado, da política de favores, do nepotismo, do compadrio, do clientelismo.

Tais vícios poderiam ressuscitar na UNIPALMAS, fruto oligárquico e reserva do mandonismo local no ensino superior tocaninense. Mesmo considerando a dinâmica que preside a vida social, é pertinente admitir-se uma situação que justifique a afirmação de um ex-dirigente da falecida ADUNITINS: *temos todas as razões e motivos para retomar e reorganizar o movimento.*³⁰⁰

Premonição?

EUA, falharam, proclamam os neoliberais, razão pela qual os seus cidadãos aceitaram o neoliberalismo como o único caminho viável. Pode ser imperfeito, mas é o único sistema econômico possível. CHOMSKY, Noan. **O lucro ou as pessoas: neoliberalismo e ordem global.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, pp 8-9.

²⁹⁸ Professor II

²⁹⁹ Professor I

³⁰⁰ Professor VI

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No meu intento de fazer uma breve reconstrução e análise, em termos históricos, dos processos de reconstrução e pelos quais passou a UNITINS desvelando, assim, uma dimensão importante da educação pública superior no Estado do Tocantins.

Tomando como ponto de partida o sonho de liberdade do norte de Goiás no séc. XVII analisei o movimento separatista, os embates e lutas até a criação do Estado pela Constituição de 1988 Procuramos mostrar o que foi o projeto UNITINS, pensado e talhado para que a Universidade tivesse a cara do Tocantins, que culminou com a sua implantação em março de 1990. Essa concepção de Universidade, com sua estrutura jurídica, administrativa e acadêmica só durou até o segundo Governador tomar posse em 1991. Ele determinou uma ampla consulta à sociedade e criou uma comissão especial para elaborar um projeto de reestruturação para a Universidade. Precedem, assim a, várias outras reestruturações, inclusive a que transforma a UNITINS numa instituição pública, mas não estatal, de direito privado, mas não particular, e culminando com sua federalização.

Em resumo, estes são os aspectos caracterizadores das várias reestruturações pelas quais passou a UNITINS, incluindo o seu projeto de criação:

1. Decreto 252/90: ... O projeto de criação partiu de um profundo estudo da situação educacional, social, cultural, econômica e financeira do Estado na elaboração do Projeto Político-Pedagógico para a UNITINS... Esse projeto procurou eliminar os vícios e imperfeições estruturais das Instituições Universitárias Públicas Brasileiras como, por exemplo, a dependência de dinheiro dos cofres públicos e a forma elitizante dos concursos vestibulares, criando uma universidade que fosse moderna, aberta, democrática, enfim diferenciada das demais, formando recursos humanos críticos com capacidade de compreender e transformar a realidade do Estado;
2. Lei 326/91: ... Extingue a Fundação Universidade do Tocantins, mantenedora da Universidade do Tocantins, transformada em Autarquia, pessoa jurídica de direito público ... Os objetivos principais dessa Universidade eram o ensino, a pesquisa e a extensão em nível superior, integrados à formação técnico-profissional, à difusão da cultura e à criação filosófica, científica, artística e tecnológica ... Adotou o princípio da desconcentração administrativa através de seus Centros Universitários ... Ser uma

unidade agregadora dos sistemas de educação ciência e tecnologia e deveria apresentar uma organização espacial e administrativa descentralizada ... o projeto sugeria que fossem criadas unidades para atender à vocação das regiões onde seriam implantadas, aproveitando suas potencialidades econômico-culturais, com ênfase na ciência e tecnologia, promovendo, assim, o desenvolvimento harmônico do Estado;

3. Lei 874/96: ...Criou um modelo de Universidade efetivamente pública, sem ser estatal, e de direito privado, sem ser particular. Propôs a parceria da sociedade e do Governo do Estado e do Governo Federal na nova Universidade do Tocantins;
4. Lei 1.126/00: ... Extingue a obrigação do Estado de co-manter a UNITINS, podendo, entretanto, apoiá-la financeiramente;
5. Lei n.º 1.127/00: ... A Universidade do Tocantins – UNITINS, autarquia estadual reestruturada pela Lei 326/91, transforma-se na Universidade de Palmas – UNIPALMAS ... Pessoa jurídica de direito público integrante do Sistema Estadual de Educação, com sede e foro na cidade de Palmas.
6. Lei 1.160/00: ... Torna gratuito, a partir do dia 26 de maio de 2000, o ensino de graduação ministrado nos cursos atual da UNITINS ... Os bens patrimoniais da UNITINS poderão ser transferidos, no todo ou em parte, por doação ou cessão para a futura Universidade Federal do Tocantins.
7. Lei 10.03/00: Institui a Fundação Universidade Federal do Tocantins.
8. Decreto n. 4.279/02: Dispõe sobre a organização administrativa da Fundação Universidade Federal do Tocantins, e determina outras providências.

Comparando a natureza de cada uma das propostas de reestruturação da UNITINS, aqui consideradas, chegamos as seguintes conclusões:

As duas primeiras se aproximam nos seguintes pontos: além dos aspectos filosóficos mais gerais, há um detalhamento objetivo tanto da estrutura quanto dos procedimentos da Universidade no contexto do Estado, ou seja, as propostas, de certa forma, definem o que fazer e indicam a maneira de execução.

As demais reestruturações, conforme evidenciamos acima, tratam da natureza jurídica da Universidade. No nosso entendimento, elas, ao contrário das anteriores, cuidam dos aspectos mais gerais da universidade, sem a preocupação com os encaminhamentos que definiriam as

formas de existência objetiva da universidade. Isto é, nestas os aspectos políticos e filosóficos suplantam os aspectos práticos.

Cumpra observar, ainda, que os princípios e as metas estabelecidos no âmbito das reestruturações da UNITINS, de maneira geral, não foram cumpridos. Esse quadro é resultante do nosso processo histórico: as mudanças ocorridas se revestiram sempre de manobras, como é o caso do processo de federalização às vésperas da eleição para prefeitos no Estado, o que nos faz formular entendimentos e explicações sobre as alternativas e os destinos da educação pública superior no Tocantins.

Essa política não foi isolada, está inserida na política nacional para as Universidades públicas, que é resultante da reforma do Estado para se ajustar às políticas neoliberais. A proposta de redução de Estado encontrou, na crise econômica e financeira que atinge o Brasil e o Tocantins, um ambiente propício para a sua efetivação. Após a sua primeira reestruturação, a UNITINS tem sido objeto seguido de ajustes, especialmente com a redução de despesas. Do ponto de vista econômico, a privatização da Universidade possibilita a abertura econômica que permite a entrada de capitais externos. O governo usou a argumentação ideológica da indisponibilidade de recursos para investir no setor universitário e que somente com a privatização e o desvencilhamento do Estado ele poderá crescer.

A reforma da Universidade do Tocantins, caracterizada pela transformação da atividade da esfera pública para a esfera privada, acarretou a desestruturação do movimento docente. A série de mudanças implantadas provocou a fragmentação, quebra da solidariedade da categoria docente e a precarização das relações de trabalho e impôs limites à organização sindical, ocasionando a crise do MD.

Ao mergulhar no passado e fazer esse movimento de resgate e reconstrução das experiências e práticas vivenciadas pela Associação dos Docentes da Universidade do Tocantins, com o objetivo de descrevê-las, datá-las, a partir de suas características, determinações estruturais, contradições, embates, procurou-se sempre que possível, identificar as disputas político-ideológicas, significados e representações que orientaram os principais agentes e protagonistas dessa história.

Procurou-se, também buscar as condições históricas concretas que engendraram cada um dos momentos vivenciados pela Associação Docente. Tomando como ponto de partida

a ADUPN, ainda na Faculdade de Filosofia de Porto Nacional, analisou-se o processo de criação, lutas e embates. Em seguida, deteve-se na transformação da ADUPN na ADUNITINS, fruto do interesse dos professores da universidade em construção em sindicalizar-se.

Daí o esforço de completar o movimento de reconstrução da trajetória do passado, estabelecendo um vínculo com o contexto nacional, buscando entender como a política nacional balizou o processo de privatização da UNITINS e, conseqüentemente, o esfriamento do movimento docente na universidade.

Não foram poucas as dificuldades enfrentadas para dar conta de forma satisfatória, desta faceta da história da ADUNITINS. As principais dificuldades encontradas foram a escassez de estudos e pesquisa sobre o tema, o acesso a fontes documentais em si, quer escritas ou orais sobre a universidade e o sindicato. Como se sabe, tradição oral entre os trabalhadores constitui uma das principais fontes de dados. Devido à grande rotatividade de docentes na UNITINS essa fonte não foi possível, pois muitos que fizeram história já foram embora, outros que ficaram não se mostraram predispostos a colaborar. A dispersão e dificuldade de acesso a muito desses militantes, mais antigos, fez que os contatos e entrevistas realizadas fossem restas ao círculo que foi possível construir. Os ex-Reitores voltaram para seus Estados de origem, assim sendo, a mesma dificuldade em rastrear informações pertinentes à nossa temática de investigação persistiu quando ao manuseio de fontes escritas, periódicos, textos e documentos.

Na sede da ADUNITINS, como foi descrito anteriormente, estava tudo empilhado e de difícil acesso e manuseio. Algumas fontes da universidade foram perdidas.

E nesse contexto, sucintamente descrito, que se dá a emergência, o desenvolvimento e a crise do movimento dos docentes da universidade do TO. Os processos de reestruturação e as crises envolvendo a própria universidade criaram condições favoráveis à construção e a crise no interior do sindicato. Essas condições favoráveis à crise poderiam ser assim, sintetizadas:

A – contratos precários de trabalho;

B – o arrocho salarial implantado pelas diversas políticas econômicas com perda significativa do poder aquisitivo dos docentes;

C – ausências de concurso público;

- D – mudanças constantes de reitores;
- E – políticas diversas, às vezes antagônicas para a universidade;
- F – inexistência de concurso público.

E as condições que levaram à crise do sindicato foram:

- A – corte da contribuição sindical pelo Estado na folha de pagamento, gerou dificuldades de arrecadação corpo a corpo entre os filiados, a falta de recursos inviabilizou suas ações numa universidade multi-campi;
- B – os contratos precários, renovados constantemente, levaram os docentes à insegurança de participar do movimento e não ter seu contrato renovado;
- C – aliciamento aos docentes militantes, através de cargos comissionados na universidade;
- D – a estrutura de poder tocantinense;
- E – a própria crise vivenciada pelo movimento sindical.

A história do MD nos mostrou que, nos confrontos com a política governamental, as vitórias que se consagraram como movimento político, não foram suficientes para contrapor-se com a privatização da UNITINS, marco decisivo para o enfraquecimento da ADUNITINS, uma vez que as políticas neoliberais empenharam-se em derrotar os trabalhadores organizados, suprimindo seus direitos..

As vicissitudes sofridas pela Universidade do Tocantins – uma entidade estadual – e seus professores decorrem, entre outros fatores, das peculiaridades do governo tocantinense. O grupo que dominou o Estado desde a sua fundação mostrou-se insensível às necessidades e reivindicações da categoria docente e manteve a Universidade em estado precário durante toda a sua existência. A precariedade projetou-se de forma significativa no quadro docente, marcado pela instabilidade e conseqüente medo do desemprego num mercado muito restrito. Durante toda a história da UNITINS, ocorreu apenas um concurso público (em 1991), o que beneficiou menos de um décimo de seus professores.

O grupo hegemônico local procurava justificar seus atos através de discursos afetados, o que se constituía mais uma técnica de auto-preservação no poder.

Atribuir o malogro da categoria docente apenas à política governamental seria uma simplificação grosseira. As agruras advinham de uma série de fatores conjunturais e estruturais. Embora um fato compreensível em face das grandes limitações a eles impingidas, os próprios professores tiveram uma parcela de culpa no malogro de suas

pretensões profissionais e trabalhistas. Premidos pelas circunstâncias, eles não desenvolveram uma estratégia eficiente para se contrapor à prepotência do governo, todopoderoso ao menos nos limites estaduais. Algumas lideranças dos professores, ademais, deixaram-se cooptar pelo governo

A UNITINS se constituía peso incômodo ao erário tocantinense e a Administração estadual buscava alijá-la de uma forma honrosa e, além disso, que lhe trouxesse dividendos político-eleitorais. Essa preocupação gerou a metamorfose da instituição: da estrutura autárquica passou para a fundacional (uma fundação inusitada que foi considerada como uma forma, disfarçada, de privatização).

A saída para o problema foi a instalação da Universidade Federal de Tocantins (UFT). A instituição, custeada pelos recursos da União, era um acontecimento inexorável, já esperado por todos: o Tocantins era a única unidade federada que não dispunha de uma universidade sob tal dependência administrativa.

A implantação da UFT vem marcar uma nova etapa no ensino superior em solo tocantinense: ela não depende dos humores do governo local. Seu quadro docente, composto via concurso público e assim dotado de estabilidade, poderá se constituir em um bastião de crítica e resistência ao governo estadual. Caso tal possibilidade se confirme, será um contributo à modernização política do Estado, dominado pelo poder oligárquico que, de tão intenso, transforma o Tocantins num segmento anacrônico em relação ao resto do país. Para essa inovação concorreria também a ascensão do novo Governo federal, que, ao contrário do anterior, não se afina com a oligarquia local. O Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pertence ao Partido dos Trabalhadores e velho defensor da classe.

Na defesa da educação pública, nos educadores, temos a responsabilidade de sermos interlocutores sobre a necessidade de construir uma Universidade pública, de qualidade e encontrar os meios necessários de chegar a ela. É portanto necessário uma vontade coletiva para enfrentar o projeto neoliberal.

A criação da UNIPALMAS, por sua vez, garantiria a reserva que o grupo oligárquico estadual teria para manter, na área do ensino superior, a política de favores e seus vícios indefectíveis. Esta questão, entretanto, aqui, é mera hipótese.

O tempo a confirmará ou não ...

BIBLIOGRÁFIA E OUTRAS FONTES

I. BIBLIOGRAFIA CITADA

- AIRES, Maria Lourdes Fernandes Gonzáles, **A formação de professores para o ensino fundamental e médio na Universidade do Tocantins – Uma avaliação preliminar do período 1988-96**. Goiânia, 1998, p. 82 Dissertação (Mestrado em Educação, Universidade Federal de Goiás).
- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho – Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. 1ª ed., São Paulo: Boitempo editorial, 2000.
- ALVES, Márcio Moreira. **Brava gente brasileira**, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001, pp 66 e 68.
- ANTÓNINIO SÉRGIO. **Breve interpretação da História de Portugal**. 8ª ed., Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978, p 110.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 7º ed. Ver. Ampl., São Paulo: Cortez, Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000, p. 23
- _____. **O novo sindicalismo no Brasil**. 2ª ed. rev. e ampl., Campinas, SP: Pontes, 1995.
- BERNARDO, João. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores; Ainda há lugar para os sindicatos?** São Paulo: Boitempo editorial, 2000, p.76.
- BURSZTYN, Marcel. **O País das alianças. Elites e continuísmo no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.
- CASSIMIRO, Maria do Rosário. **Uma Universidade para o Tocantins**, Goiânia, Kelps, 1996.
- CATTANI, Antonio David (org.). **Trabalho e tecnologia: Dicionário crítico**. 3ª ed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **Tocantins : O Movimento Separatista do Norte de Goiás, 1821-1988**. São Paulo: Anita Garibaldi, Editora UCG, 1999.
- CHOMSKY, Noan. **O lucro ou as pessoas: neoliberalismo e ordem global**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, pp 8-9.

- CLÍMACO, Arlene Carvalho de Assis. Democracia e sindicalismo no Brasil in **Universidade e Sociedade**. Sindicato Nacional Docentes das Instituições de Ensino Superior, Brasília, n.19 p. 80-83, maio/ago. 1999, p.85.
- LAPA, José Roberto do Amaral. **O Antigo Sistema Colonial**, São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 24.
- LEITÃO, José Carlos Moura. **Tocantins: Eu também criei**. Brasília: JCL/Brasil, 2000, p 88.
- MARTINS, Mário Ribeiro. **Dicionário Biobibliográfico do Tocantins**. Rio de Janeiro: Máster, 2001, pp 371/376.
- MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso – Ensaio de Sociologia da História Lenta**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1994.
- MOREYRA, Sergio Paulo. **O processo de independência em Goiás**.
- MOTA, Carlos Guilherme (ORG) **1822: Dimensões**. São Paulo: Perspectiva, s/d, pp. 270/271
- PÓVOA, Liberato. **História Didática do Tocantins**. Goiânia: Editora Kelps, 1999.
- RODRIGUES, Cláudio José Lopes. **Profissão: Professor secundário** (Estudo Histórico-sociológico de uma Categoria Profissional). João Pessoa: Editora da UFPB, 1980.
- _____. **Universidade e Sociedade** – Um estudo de caso, João Pessoa: SEC-PB, 1986.
- RODRIGUES, Iram Jácome (org). **O novo sindicalismo – vinte anos depois**. Petrópolis:Vozes, 1999.
- RODRIGUES, Lysias. **Roteiro do Tocantins**. 4ª ed., Palmas:Alexandre Acampora, 2001, p. 21.
- RODRIGUES, Lysias. **O Rio dos Tocantins**, 2ª ed., Palmas: Alexandre Acampora, 2001.
- SERRANO, Joel (Org.). **Dicionário de História de Portugal**, Lisboa: Iniciativas Editoriais, s.d.
- SILVA, Otávio Barros da. **Breve História do Tocantins e de sua gente** –Uma luta secular. 2ª ed., Araguaína/Brasília: Federação das Indústrias do Estado do Tocantins/Solo Editores, 1997, p 28.
- SILVA, Otávio B. **Almanaque do Tocantins 2000**, Ano I – nº 01, p 42.

II. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ALVES, Márcio Moreira. **68 mudou o mundo**, 2ª ed., Nova Fronteira, 1993.
- ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**, 5ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1981 (Col. Primeiros Passos, V.3).
- APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Escravidão negra no Tocantins colonial: vivências escravistas em Arraias (1739-1800)**, Goiânia: Kelps, 2000.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil, Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BARROS, Edgard Luiz de. **Os governos militares**, 6ª ed., São Paulo: Contexto, 1998.
- _____. **O Poder dos Donos. Planejamento e clientelismo no Nordeste**, 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1985.
- BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **A reforma do estado, a reforma da universidade e movimento docente: resistência e embate de projetos**. Recife, 2000. Tese (Doutorado em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco).
- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **O Governo Kubitschek: Desenvolvimento econômico e instabilidade econômica**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- BOGO, Fidêncio (ORG.). **ULBRA/PALMAS – Uma História de Amor à Educação**, Palmas, Edição da ULBRA, 2002.
- BERNARDO, João. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores – Ainda há lugar para os sindicatos?**. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2000.
- BIANCHETTI, Roberto. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 1999.
- BIOTO JR, Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil – uma análise crítica da estrutura sindical**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, sd.
- BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zarar Ed., 1998.
- BRUM, Argemiro Jacob. **O Brasil no FMI**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____. **Por que o Brasil foi ao Fundo**. 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 1984.
- CHAUL, Nasr Fayad (Coord). **Coronelismo em Goiás: estudo de casos e famílias**. Goiânia: Mestrado em História/UFG, 1998.

- CAMPOS, F. Itami. **Coronelismo em Goiás**. Goiânia: Ed. UFG, 1983.
- CARONE, Edgard. **Movimento operário no Brasil**. São Paulo: Difel, 1981.
- CARONE, Edgard. **A República Velha. Evolução política**, 2ª ed., São Paulo: Difel, 1974.
- CHAVES, Vera Lúcia Jacob. **Poder do Estado e poder dos Docentes** – Um olhar sobre o movimento docente na UFPA. Belém-PA: SPEP/GRAPHITTE, 1997, 194p.
- COMBLIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional; o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. **Transição democrática brasileira e padrão publicitário midiático da política**. Campinas: Pontes Editores/ Fortaleza:EUFC, 1998.
- COSTA, Célio. **O Estado do Tocantins – Uma geopolítica de desenvolvimento**. Goiânia, GO: Gráfica Líder, 1985.
- DANTAS, Ibarê. **Coronelismo e dominação**. Aracajú: Universidade Federal de Sergipe, Proex-Cedac, 1987.
- DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**, São Paulo:Alfa-Omega, 1977.
- DREIFUS, René Armand. **1964: A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis:Vozes, 1979.
- DOURADO, Luiz Fernandes. **A interiorização do ensino superior e a privatização do público**. Goiânia: Editora UFG, 2001
- DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes (orgs). **Universidade pública – políticas e identidade institucional**. Campinas, SP: Editora Autores Associados; Goiânia, GO: Editora da UFG, 1999.
- DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização: (dês)fordizando a fábrica** – Um estudo do complexo petroquímico. Bahia/São Paulo: EDUFBA/Boitempo Editorial, 1999.
- DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social. Pobreza, emprego, Estado e o futuro do Capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- ESTADO DO TOCANTINS – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA – **Tocantins – Conhecendo e Fazendo História**. Palmas. s.d., p.27.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. 2ª ed., Porto Alegre:Ed. Globo, 1977
- FANTINATTI, Márcia Maria Corsi Moreira. **O movimento docente na universidade pública**. Campina, SP: Editora Alínea, 2001. 200p.

- FERREIRA, Ivanize Magalhães. **Avanços e recuos da luta dos trabalhadores em educação em defesa da escola pública**. Fortaleza. Dissertação (Mestrado em Educação, Universidade Federal do Ceará).
- FLEISCHER, David (org). **Os Partidos Políticos no Brasil**. Brasília: Ed.UNB, 1981
- FREYRE, Gilberto **Casa Grande e Senzala**, Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- _____. **Sobrados e Mocambos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.
- FERRAZ, Siney. **O Movimento camponês no Bico do Papagaio – Sete Barracas em busca de um elo**. Imperatriz: Ética Editora, 1998, p. 43.
- FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. **Análise do “Modelo” Brasileiro**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- _____. **O Brasil Pós-“Milagre”**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FORRESTIER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Ed. UNESP; 1997.
- GARCIA, Nelson Martins Garcia (org). **ADUEM - MEMÓRIAL**, Maringá, PR: Ideal Indústrias Gráficas Ltda, 1997.
- GERMANO, Willington José. **Estado militar e educação no Brasil**. 3º ed., São Paulo: Cortez, 2000.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas; a esquerda brasileira; das ilusões perdidas à luta armada**. 3ª ed., São Paulo: Ática, 1997.
- GOVERNO DO TOCANTINS – SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE. **Atlas do Tocantins: Subsídios ao planejamento da gestão territorial**. Palmas: Seplan, 1999.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HOORNAERT, Eduardo. **A Igreja no Brasil Colônia (1550-1800)**. Brasiliense: São Paulo, 1982, Coleção Tudo é História, V. 45.
- IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

- JANOTTI, Maria de Lourdes. **O coronelismo numa política de compromisso**. São Paulo: Brasiliense, Coleção Tudo é História (vol.13), 1981.
- KINZO, Maria D'alva Gil. **Radiografia do quadro partidário brasileiro**. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftisnj, 1993.
- KUCINSKI, Bernardo. **Abertura, a história de uma crise**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1982, p 14.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto (O município e o regime representativo no Brasil)**, São Paulo: IEB, 1969.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, tradição e poder: o caso dos coronéis**. São Paulo: Ed. Anna Blume/Fortaleza: UEFC, 1995.
- MACHADO, Maria Cristina Teixeira. **Pedro Ludovico: Um tempo, um carisma, uma história**, Goiânia: Cegraf/UFG, 1990.
- MASCARENHAS, Ângela Cristina Belém, **Desafiando o Leviatã: sindicalismo no setor público**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2000. 135p.
- MARTINS, Mário Ribeiro. **Dicionário Biobibliográfico de Goiás**. Rio de Janeiro: Máster, 1999.
- MEMÓRIA: 1978-1999/**ADUFPB-JP/Sind**. João pessoa, Ed. Adufpb-jp, 2 ed., 1999.
- RODRIGUES, Maria Edleuda Ferreira. **A greve é nossa arma!.- (Os anos oitenta e o Movimento Docente da Rede pública de Crateús-Ceará)**. Recife, 2000. Dissertação (Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco).
- MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. **História de uma oligarquia: os Bulhões**. Goiânia: Oriente, 1974.
- MATTOS, Marcelo Badaró –**Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955/1988)**, Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998; PINHO.
- NAVARRO, Ignez Pinto. **Intelectuais e sindicalismo no Brasil: História e Memória – Um resgate da trajetória da ANDES-SN, com ênfase na política educacional (1981-1994)**. Campinas, 1999, Tese (Doutorado em Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas).
- OLIVEIRA, José Manoel Miranda de. **Estudo das possibilidades de democratização do acesso ao ensino superior: o caso do Tocantins**, Dissertação de Mestrado apresentada ao

Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996, em especial a Introdução, pp 12-18.

OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins (Org). **Globalização, regionalização e nacionalismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de (org). **Política educacional: impasses e alternativas**. São Paulo: Cortez, 1995.

PAIXÃO, Celina Aparecida. Desemprego, novas tecnologias e a resposta do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC in **Revista Estudos**, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, N. 1, (jun 1986). São Paulo: Humanitas/USP, 1986, pp. 251/262.

PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins**. Goiânia: Editora UFG, 1999.

PINHO, Carlos Marques. **A macropolítica econômica e os sindicatos operários**. São Paulo: **Revista de História** (Coleção da Revista de História, LXII), 1975.

PRADO JR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaios**. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1976.

_____. O coronelismo numa interpretação sociológica in **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1978, Vol. 8 (Org. Boris Fausto).

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Mandonismo local na vida política brasileira**. São Paulo: IEB/USP, 1969.

_____. O coronelismo numa interpretação sociológica in **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1978, vol. 8 (Org. Boris Fausto)

RIFKIN, jeremy. **O fim dos empregos: no declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho**. Tradução Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: Makron Books, 1995.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A revolta de Princesa**. Uma contribuição ao estudo do mandonismo local (Paraíba, 1930). João Pessoa: A União Ed., 1978.

SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz de. **Dos velhos aos novos coronéis**. Recife: PIMES-UFPE, 1974.

SANTOS, Josyléia Santana dos. **O sonho de uma geração (Casa do Estudante do Norte Goiano (CENOG) e o movimento separatista)**, Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996.

SANTOS, Theotônio dos. **Evolução histórica do Brasil – Da colônia à crise da “Nova República”**, Petrópolis: Vozes, 1995.

SERRÃO, Joel. **Dicionário de História de Portugal**, Iniciativas Editoriais, sd, Vol. II, p. 673.

SILVA, Francisco Ayres da. **Caminhos de Outrora**. Gráfica do Livro Goiano Ltda, 1972.

SINGER, Paul. **“O Milagre Brasileiro”**: Causas e Conseqüências. São Paulo: CEBRAP, 1971.

_____. **A Crise do “Milagre”**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)** São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1976

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988

TELAROLI, Rodolpho. **Eleições e fraudes eleitorais na República Velha**. São Paulo: Brasiliense, Coleção Tudo é História (Vol. 56), 1982.

TREVISAN, Maria José. **50 anos em 5...** A FIESP e o desenvolvimentismo. Petrópolis: Vozes, 1986.

VENTURA, Zuenir. **1968, o ano que não terminou (a aventura de uma geração)**, 25ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIANA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VILAÇA, Marcos Vinicius et al. **Coronel, coronéis**. Rio de Janeiro; Ed. Tempo Brasileiro, 1965.

III - PERIÓDICOS:

A Festa da democracia. **Folha Popular**, 29 de junho de 2002

- AL protela votação de MPs sobre a Unitins. **Jornal do Tocantins**, 13 a 14 de novembro de 1996, pp. 04.
- ALÔ GALERA! Edição de 11 a 20 de maio de 2002, Ano IV, nº 34, p 8.
- ALUNOS protestam na Assembléia legislativa. **JORNAL DO TOCANTINS**, edição de 10 e 12 de maio de 1996.
- Anuário do Tocantins - Ano 2000**, Ano I, nº 01, Palmas, p 34
- BEZERRA, J., **Veja**, Ed. 1737, de 06 de fevereiro de 2002, Seção Cartas.
- BIONDE, Antonio. No centro das desatenções. **Caros Amigos**, revista mensal da Editora Casa Amarela, disponível no site http://www.ecomm.com.br/carosamigos/do_site/quemsomos.asp, acesso em 04 nov 2000.
- BOI desiste e apóia Marcelo Miranda. **Folha Popular**. Disponível no site <http://www.folhapopular.com/mostranoticias.asp?id=1186>, acesso 13 jun 2002. .
- BUENO, R., **Assembléia Legislativa**, Tocantins, sessão no dia 07/ 11/2000. Disponível no <http://www.rubensbueno.com.br/VerPeriodico.asp?pcod=2279> . Acesso em 02 ago 2002.
- CADERNO UNITINS, v. 1 a 3, **Fundação Universidade do Tocantins**, Palmas, Nº 1, Jun 1997.
- CALAGE, Eloí. No grotão dos marqueteiros. **Insight Inteligência**, Ano III, Nº 11, out/nov/dez 2000, disponível no site <http://www.insightnet.com.br/inteligencia/m0711.htm>, acesso em 04 nov 2002.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS, **Pauta 23** (Informativo da Liderança do PPS na), Brasília, Ano I, nº 191, 27 jun 2002.
- CAMPOS, José Wilson Siqueira. Nota oficial. **Governo do Estado do Tocantins**. Palmas, 21 de novembro de 1996.
- CASSIMIRO, Maria do Rosário. Carta aberta ao povo Tocantinense, **Jornal do Norte**, 16 a 30 ago 1991, p. 05.
- CONORTE, **Estado do Tocantins**, 1989, p. 4.
- CORREIO TOCANTINENSE**, 14 a 17 fev 1993.
- DA EUROPA, Raimundo Boi fala de sucessão. **Folha Popular**. Disponível no site http://www.folhapopular.com/mostra_noticias.asp?id=750 acesso em 13 jun 2002.

DEPUTADO ressalta força da UT no processo eleitoral, **Folha Popular**, 18 maio 2002. Notícia disponível no site <http://folhapopular.com/mostranoticias.asp?id=552> acesso 2 ago 2002.

DEBATE sobre Medida Provisória exalta os ânimos em sessão da AL. **Jornal do Tocantins**. Palmas, 10 a 12 de novembro de 1996, pp. 03.

DOMINGOS, J. Tocantins tem marajás de US\$ 9 mil. **O Estado de São Paulo**, 16 de novembro de 1991. Disponível no site <http://www.estadao.com.br/ext/diariodopassado/20011116/000031271.htm>, acesso em 13 mar 2002.

EM nome do pai. Revista **Época**, edição 21, de 12 de setembro de 1998 (seção Almanaque). Disponível no site <http://epoca.globo.com/edic/ed121098/almanab.htm>. Acesso em 01 mar 2002.

ESTADO DO TOCANTINS – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA – **Tocantins – Conhecendo e Fazendo História**. Palmas. s.d., p.27.

EDWARD, J. A bancada dos Siqueira. **Veja**, ed. 1736, ano 35, nº 4, 30 jan 2002.

EDWARD, J. O caudilho do Tocantins. **Veja**, edição 1658, de 19 de julho de 2000.

ESTUDANTES X Governo. **Jornal**. Palmas, ano VIII, edição 191, 10 a 16 de novembro de 1996.

EX-GOVERNADOR vai se exilar no interior do Tocantins. Fonte: Agência Estado, 16 jan 1992. Matéria disponível no site <http://www.estadao.com.br/ext/diariodopassado/20020116/000118955.htm>

FACULDADE debate sua incorporação. **Jornal do Tocantins**. 27 ago a 02 set 1991

FH e Serra são companheiros de viagem” matéria do **Jornal do Brasil** datada de 25 de janeiro de 2002, disponível no site <http://jbonline.terra.com.br/papel/brasil/2002/01/24/jorbra20020124012.html>, acesso 03 jun 2002

FOLHA DO NORTE, edição nº 16, 15 de junho de 1892.

FOLHA DO NORTE, edição nº 30, de 30 de setembro de 1892.

FOLHA POPULAR, edição de 07 de maio de 2002, disponível no site <http://folhapopular.com/mostranoticias.asp?id=198>. Acesso em 2 ago 2002.

FOLHA POPULAR, 1º de agosto de 2002, p. A-14.

- GOVERNADOR falará sobre divisão no Irã, **Jornal do Tocantins**, edição de 16 de julho de 2002.
- GOVERNADOR fará cirurgia em agosto. **Jornal do Tocantins**, edição de 12 de julho de 2002.
- BUENO, Deputado Rubens. (PPS/PR), em sessão no dia 07/ 11/2000. Disponível no <http://www.rubensbueno.com.br/VerPeriodico.asp?pcod=2279> . Acesso em 02 ago 2002.
- Unitins. **Folha da Assembléia**. Palmas, 13 a 19 de novembro de 1996.
- GOVERNO DO TOCANTINS – SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE. **Atlas do Tocantins: Subsídios ao planejamento da gestão territorial**. Palmas: Seplan, 1999.
- GUERREIRO de Jesus. Exército de Cristo. **O Jornal**, edição de 28 de julho a 03 de agosto de 2002, p. 14.
- GIUSTINA, Osvaldo Della Fundação Universidade Autônoma do Tocantins – O Desafio da Nova Universidade, **Jornal do Tocantins**, edição de 10 a 12 nov 1996.
- GIUSTINA, Osvaldo Della, Fundação Universidade do Tocantins, **Superando Equívocos**, 1996.
- GIUSTINA, Osvaldo Della Carta Circular ao professores da UNITINS datada de 21 de novembro de 1996
- GOVERNO nega privatização da Unitins. **Jornal do Tocantins**, 13 a 14 de novembro de 1996, pp. 01.
- GOVERNO esclarece dúvidas sobre a Unitins. **Jornal do Tocantins**, 13 a 14 de novembro de 1996, pp. 06.
- Intelectuais Militantes: 20 anos do Movimento Docente. **Universidade e sociedade**, Brasília, ano X, n. 23, fevereiro de 2001.
- JORNAL DO TOCANTINS**. 08 a 14 maio 1991, p 7.
- JORNAL DO TOCANTINS**, 19 a 25 mar 1991, p. 06
- JORNAL DO TOCANTINS**. 23 jun a 1º jul 1991, p.7.
- JORNAL DO TOCANTINS**, edição de 19 e 20 de maio de 2002, p. 8 B.
- JORNAL DO TOCANTINS**, edição de 16 de julho de 2002.
- LEGISLAÇÃO aprecia mudanças na Unitins. **JORNAL DO TOCANTINS**, edição de 10 e 12 de novembro de 1996, p. 8 B.

- MAYA, Antonio Luiz. Uma universidade realmente nova. **Jornal do Tocantins**, 13 a 19 ago 1991, Caderno 2, p. 3.
- MARCELO Miranda é nome da UT ao Governo. **Jornal do Tocantins**, 13 jun 2002. Notícias disponíveis nos sites <http://www.folhapopular.com/mostranoticias.asp?id=1285> e <http://jornaldotocantins.globo.com/politica/7.asp> respectivamente. Acessos em 13 de junho de 2002.
- MARCELO Miranda pensa em uma vaga na Câmara Federal. **Folha Popular**, edição de 23 de maio de 2002, disponível no site <http://folhapopular.com/mostranoticias.asp?id=713> acesso 2 ago 2002.
- “MAS, e como ele vai subir nas pesquisas?” publicada pelo **Jornal do Brasil** em 18 jan 2002, disponível no site <http://jbonline.terra.com.br/brasil/2002/01/18jorbra20020118002.html>, acesso em 03 jun 2002.
- MARAJÁ de Palmas. **Agência de Notícias ANDES**. Brasília-DF, Nº 208, 27 nov 1996.
- MINISTÉRIO Público pede retirada de outdoors. **Jornal do Tocantins**, ed. 27 mar 2002, disponível no site <http://www.jornaldotocantins.com.br/politica/2.asp> acesso 27 mar 2002.
- NASCIMENTO, Maria. Eloísa. E viva a ignorância, **O Estado de São Paulo** Disponível no site <http://www.estadao.com.br/artigodo leitor/htm/2001/dez/20/277.htm> acesso em 26 mar 2002 provocam forte reação popular.
- LEGISLAÇÃO aprecia mudanças na Unitins. **JORNAL DO TOCANTINS**, edição de 10 e 12 de novembro de 1996.
- MUDANÇAS **Jornal**. Ano VIII, edição 192, 20 a 25 de novembro de 1996. pp. 04.
- MP da Unitins gera movimentação na UT. **Jornal do Tocantins**, 10 a 12 de novembro de 1996, pp. 03.
- NEGÓCIO entre amigos. O governador Siqueira Campos é acusado de favorecer aliados com a desapropriação ilegal. In **Época**, edição 147, de 12 de março de 2001. Matéria disponível no site http://epoca.globo.com/edic/ed120301/boxsoci3_1.htm acesso em 31 de março de 2002.
- O ENJEITADO. **Folha do Norte**. edição nº 30, de 30 de setembro 1892.
- O ESTADO DO TOCANTIS. **Anuário do Tocantins – Ano 2000**, Ano I, nº 01, Palmas, p 34.

O Popular, Goiânia-GO, ed. de 06 de dezembro de 1996.

OPOSIÇÃO ataca medidas provisórias. **Jornal do Tocantins**, 13 a 14 de novembro de 1996.

OLTRAMARI, Alexandre. Eu vendi meu voto in **Veja** edição 1674, de 8 nov 2000, disponível no http://www2.uol.com.br/veja/081100/p_052.html acesso em 21 fev 2002.

OS porquês dos contrários. **Jornal**. Ano VIII, edição 192, 20 a 25 de novembro de 1996. pp. 05.

PARENTE é suplente. Fim da farra. **Jornal da Tarde**, ed. De 1 de outubro de 2001 disponível no site <http://www.jt.estadao.com.br/editoriais/2001/09/01/po1008.html>. Acesso em 13 mar 2002.

POBRE não tem direito a ensino superior em Tocantins. **Agência de Notícias ANDES**. Brasília-DF, Nº 208, 27 nov 1996, p 1.

PREFEITO quer contribuir. **Jornal do Tocantins**, 29 mai a 6 jun 1991, p. 7

QUARTELADA em Palmas. **Época**, edição 159, 04 jun 2001. disponível no site <http://epoca.globo.com/edic/20010604/brasil4a.htm> acesso 31 mar 2002.

QUINTANILHA reafirma ser pré-candidato ao Governo. **Folha Popular**. Disponível no site http://www.folhapopular.com/mostra_noticias.asp?id=844 acesso em 13 de junho de 2002.

RAIMUNDO Boi está à disposição da UT. **Folha Popular**. Disponível no site <http://www.folhapopular.com/mostranoticias.asp?id=1221> acesso 13 jun 2002.

RESPLANDE apoiará Marcelo. **Jornal do Tocantins**, 09 jul 2002.

RODRIGUES diz que a educação é uma catástrofe. **O progresso**, 18 a 24 out 1993.

SANTOS, Josyléia Santana dos. O sonho de uma Geração: CENOG –Movimento Estudantil Pró-Tocantins. In **Revista do UNIPÊ**, Centro Universitário João Pessoa, 5(1), 2001, pp 80-87.

SENADO mantém parentes como suplente. **O Estado de São Paulo**, ed. De 17 de outubro de 2001, disponível no site <http://www.estadao.com.br/agestado/noticias/2001/out/17/205.htm>. Acesso em 13 de março de 2002.

SILVA, C. S. da, **Veja**, ed. De 26 de julho de 2000, constante no site <http://www2.uol.com.br/veja/260700/cartas.html> acesso em 21 fev 2002.

SIQUEIRA Campos faz reforma agrária entre amigos. **Agência de Notícias ANDES**.

Brasília-DF, Nº 208, 27 nov 1996.

SIQUEIRA anuncia Miranda à sucessão. **Folha Popular**, 13 jun 2002.

SIQUEIRA apóia criação do Maranhão do Sul. **Folha Popular**, edição de 07 de maio de 2002 divulgado pelo site http://www.folhapopular.com/mostra_noticias.asp?id=173 acessado em 07 de maio de 2002.

SIQUEIRA Campos cedeu terra a Cr\$ 1,00 o hectare. Fonte: **O Estado de São Paulo**. Disponível no site <http://www.estadao.com.br/ext/diariodopassado/20011031/000031338.htm>. Acesso em 26 de março de 2000.

SIQUEIRA Campos declara apoio a Serra. **O Estado de São Paulo**, edição de 17 jan 2002, disponível no site <http://www.estadao.com.br/agestado/noticias/2002/jan/17/236.htm>, acesso a 14 mar 2002.

STF cede liminar contra Lei que permitiu venda de terras a Cr\$ 1,00. Fonte: **Agência Estado**. Matéria disponível no site <http://www.estadao.com.br/ext/diariodopassado/20020702/000204966.htm> (matéria referente ao dia 02 de julho de 1992, assinada por João Domingos) acesso em 12 de julho de 2002

SOCIEDADE faz manifestação contra governador do Estado. **Jornal progresso**. Palmas, 11 de novembro de 1996.

TER deve julgar ação no dia 25 e Procuradoria eleitoral devolve ação ao TER. **Jornal do Tocantins**, edição de 12 de junho de 2002.

UT abre o "Livrão" e recebe novos filiados. Notícia publicada pela **Folha Popular**, ed. De 01 mar 2002 disponível no site <http://www.folhapopular.com./principal/mostranoticias.asp?id=1093> acesso 01 mar 2002.

UT recebe novos apoios à candidatura de Marcelo. **Folha Popular**, 27 jul 2002. Disponível no site <http://folhapopular.com/mostranoticias.asp?id=2536>, acesso a 2 ago 2002.

TUDO em Família: Os Siqueira Campos devem ganhar governo e Senado. **Istoé**, ed. De 9 set 1998, seção Eleições 98. Disponível no Site <http://www.terra.com.o/olít/olítica/151031.htm>. Acesso 27 fev 2002.

VIEIRA, C., **Veja**, Ed. 1737, de 06 de fevereiro de 2002, Seção Cartas.

IV – LEGISLAÇÃO E OUTRAS FONTES IMPRESSAS

BRASIL. LEI n.º 4.024, de 20 de dez de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional – LDB.

_____ LEI n.º 5.540, de 28 de nov de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média e dá outras providências.

_____ Decreto n.º 91.365/85, de 21 de jun de 1985. Autoriza o funcionamento dos cursos da Faculdade de Filosofia do Norte Goiano. DOU n.º 295 – CFE, Seção I – P. 8. 793, de 24 de jun de 1985.

_____ CONSTITUIÇÃO: República Federativa do Brasil – Brasília: senado federal, centro gráfico, 1988.

_____ LEI n.º 9.394, de 20 de dez de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDB.

_____ PROJETO DE LEI n.º 3.126, de 2000. Autoriza o poder executivo a instituir a Fundação Universidade federal do Tocantins. **Câmara dos Deputados**. Mensagem n.º 754/00.

_____ Decreto n.º 4.279, de 21 de jun de 2002. Dispõe sobre a organização administrativa da Fundação Universidade Federal do Tocantins e determina outras providências. **Diário Oficial da União**, n.º 119, de 24 de jun de 2002.

_____ LEI n.º 10.032, de out de 2000. Institui a Fundação Universidade do Federal do Tocantins

TOCANTINS. LEI n.º 136, de 21 de fev de 1990. Cria a Fundação Universidade do Tocantins. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, 1990.

_____ DECRETO n.º 252, de 21 de fev de 1990. Cria a Universidade do Tocantins. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, 1990.

_____ LEI n.º 136, de 21 de fev de 1990. Institui a Fundação Universidade do Tocantins, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, 1990.

_____ DECRETO n.º 202, de 27 de dez de 1990. Autoriza o funcionamento da Universidade do Tocantins-UNITINS. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, n. 54, ano II, 31 de dez 1990.

_____ DECRETO n.º 2.080, de 14 de fev 1991. Incorpora faculdades à Fundação Universidade do Tocantins e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, n. 55 p.14, 16 de jan 1991.

_____ DECRETO n.º 2.697, de 21 de mai 1992. Incorpora ao Centro Universitário de Porto Nacional a Faculdade de Filosofia, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, ano IV, n. 138, 22 de mai 1992.

_____ LEI n.º 326, de 24 de out de 1991. Reestrutura a Universidade do Tocantins, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, n. 172, 23 out., 1992.

_____ LEI n.º 872, de 13 de nov de 1996. Determina o processo de extinção da autarquia em que se constitui a Universidade do Tocantins. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, n. 562, p.5358, 13 nov. 1996. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, 1996.

_____ MENSAGEM EXECUTIVA n.º 78, de 25 de nov de 1996, Governo do Tocantins, Palácio Araguaia, 1996.

_____ LEI n.º 873, de 25 de nov de 1996. Autoriza o Poder Executivo, na condição de co-instituidor, a promover a instituição de uma fundação de direito privado, para a implantação da Universidade Autônoma do Tocantins. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, n. 564, Palmas, 26 nov. 1996.

_____ LEI n.º 874, de 06 de dez de 1996. Altera a Lei n.º 873, e Autoriza o Poder Executivo, na condição de co-instituidor, a promover a instituição da Fundação Universidade do Tocantins. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, n. 567, 06 dez. 1996.

_____ Decreto 408, de 14 de mar de 1997. Institui o Quadro Suplementar de Secretaria de Educação e Cultura que especifica. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, n. 588, 18 mar. 1997.

_____ Decreto 469, de 1º de ago de 1997. Doa e sub-roga, para a Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS, os bens e direitos que especifica, e dá outra providências. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, n. 626, 02 set. 1997.

_____ Decreto 791, de 18 de jun de 1999. Dispõe sobre o afastamento de servidores do Poder Executivo para participação em cursos, conferências, seminários, encontros, congressos e assemelhados. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, 1999.

_____ LEI n.º 1.126, de 01 de fev de 2000. Reestrutura a Fundação Universidade do Tocantins, e adota outras providências. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, n. 885, p. 18583, 02 fev. 2000.

_____ LEI n.º 1.127, de 10º de fevereiro de 2000. Dá nova denominação à Universidade do Tocantins – UNITINS, autarquia estadual, e adota outras providências. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, n. 885, p. 18585, 02 fev. 2000.

_____ LEI n.º 1.160, de 19 de jun de 2000. Reestrutura a Fundação Universidade do Tocantins, e adota outras providências. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, n. 937, p. 20181, 21 jun. 2000.

_____ Decreto 4.279, de 21 de jun de 2002, que dispõe sobre a organização administrativa da Fundação Universidade Federal do Tocantins, e determina outras providências

_____ Hino Oficial do Tocantins foi aprovado pela Lei Estadual 977/98
GOIÁS. Lei nº 4.505, de 12 de ago de 1963. Cria a Faculdade de Filosofia do Norte Goiano.

_____ Lei nº 9.449/84, de 30 de mai de 1984. Transforma em autarquia a Faculdade de Filosofia do Norte Goiano. . Goiânia, **Diário Oficial**, ano 145, nº14.521, 25 de jun de 1984.

_____ Decreto 2.428/84, de 2 de dez de 1984. Dispõe sobre a estruturação e as atribuições da Faculdade de Filosofia do Norte Goiano

ADUNITINS: CANAL ABERTO. **Jornal da Associação dos Docentes da Universidade do Tocantins- Seção Sindical da ANDES-SN-Nº 2-ANO 1 – nov/dez/1996**

ATAS da Votação e Apuração do plebiscito foram devidamente registradas em cartório e protocoladas na Assembléia Legislativa do Estado em 18 de novembro de 1992.

CARTA Abeta à Comunidade. **ADUNITINS – AD Porto Nacional**, 13 de maio de 1996

CARTA Aberta aos cidadãos tocaninenses. **ADUNITINS – AD Porto Nacional**, 06 de novembro de 1996

CARTA Aberta ao povo tocaninense. **ADUNITINS , CA's, DA's, DCE**, 22 de novembro de 1996.

CARTA ABERTA. **Centro Educacional Ângulos**, Porto Nacional, 06 de novembro de 1996.

_____ **Associação Comercial e Industrial de Porto Nacional**. Porto Nacional, 06 de novembro de 1996.

_____ **Campus Avançado de Porto nacional**. Porto Nacional, 06 de novembro de 1996.

_____ **Lions Club de Porto Nacional**. Porto Nacional, 06 de novembro de 1996.

_____ **Aliança Portuense nº 05**. Porto Nacional, 06 de novembro de 1996.

CARTA de Palmas. **ADUNITINS**, Palmas, 09 de dezembro de 1996.

DOCUMENTO reivindicatório. **ADUPN**. Porto nacional, 04 de dezembro de 1991

ELEIÇÕES SIM, OPORTUNISMO NÃO. **ADUNITINS**, 27 de outubro 199

ENCONTRO de Docentes Universitários do Estado do Tocantins

II ENCONTRO de professores do 3º Grau do Estado do Tocantins

II ENCONTRO Estadual dos Docentes da UNITINS

EDITORIAL. **ADUNITINS: CANAL ABERTO**, Nº1, Ano 1, mai/jun/96.

EDITORIAL. **ADUNITINS: CANAL ABERTO**, Nº2, Ano 1, nov/dez/96.

GOVERNO quer privatizar Unitins. **InforAndes**. Brasília, 08 de novembro de 1996.

MANIFESTO à sociedade tocaninense. **Alunos da Unitins**. Palmas, 06 de novembro de 1996.

MOÇÃO de repúdio à privatização da universidade do Tocantins. **CUT**. Brasília, 01 de dezembro de 1996.

NOTA DE REPUDIO. **Adufg-SN**. Goiânia, 05 de dezembro de 1996.

NOTA Oficial. **ADUNITINS/DCE**. Palmas, 08 de novembro de 1996.

NOTA OFICIAL. **Ordem dos advogados do Brasil, Conselho Seccional do Tocantins**. Palmas, 08 de novembro de 1996.

NOTA OFICIAL. **Instituto dos Arquitetos do Brasil, IAB-TO**. Palmas, 09 de novembro de 1996.

O PT é contra a privatização da Unitins. **Diretório Estadual do PT-Tocantins**. Palmas, 1996.

OFÍCIO nº 002/96 – **ADUNITINS – AD Porto Nacional**, 20 de maio de 1996.

PAUTA de esclarecimentos e reivindicações -- **ADUNITINS – AD Porto Nacional**, 13 de maio de 1996.

PAUTA de Reivindicação. **ADUNITINS**. Palmas, 22 de setembro de 1992.

PANFLETOS: Os traidores do povo tocantinense; Morte do deputado imundo; Movimento S.O.S Unitins; Procurados e traidores do povo; Unitins pública e gratuita, sim !!! Paga não;

REGIMENTO Geral da ADUPN-SN

REGIMENTO Geral da ADUNITINS-SSIND

V -ENTREVISTAS

ALVES, E. N. **Entrevista concedida pelo reitor da Universidade do Tocantins**, Palmas, 11 de setembro de 2001.

CASSIMIRO, M. do R. **Entrevista concedida pela ex-reitora da Universidade do Tocantins**, Goiânia, 22 de junho de 2001.

MAYA, Antônio Luiz. **Entrevista concedida pelo ex-reitor da Universidade do Tocantins**, Goiânia, julho de 2001.

MEDEIROS, Delby. **Entrevista concedida pelo ex-reitor da Universidade do Tocantins**. Paraíba, 2001

SILVA, Rui Rodrigues. **Entrevista concedida pelo ex-reitor da Universidade do Tocantins**, Goiânia, 20 de junho de 2001.

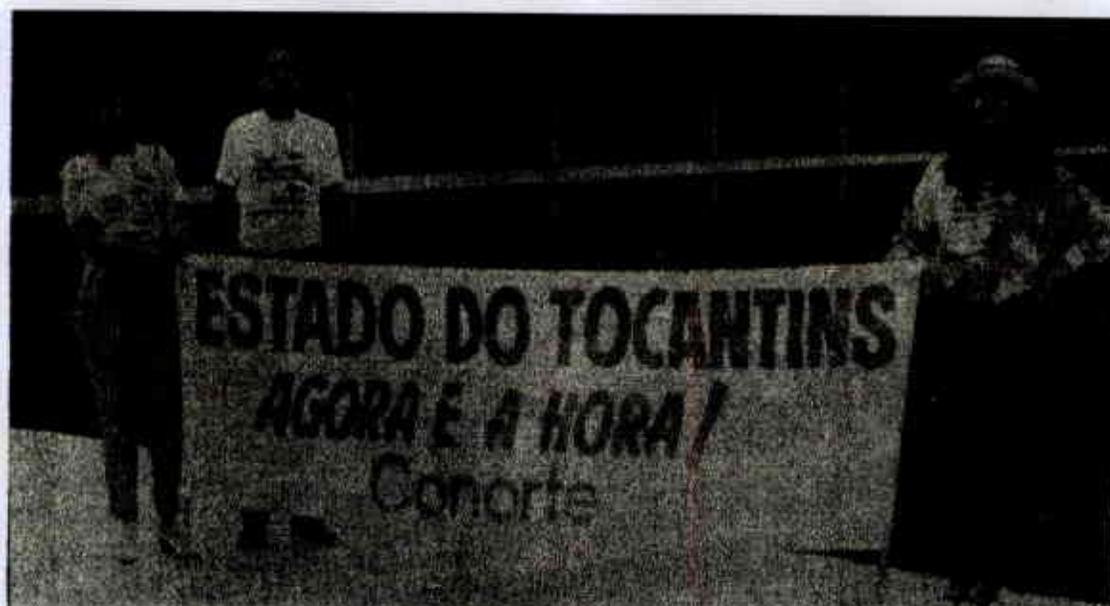
Professores que militaram no movimento docente - **ADUNITINS**.

MEMÓRIA ICONOGRÁFICA

1. CONORTE: Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano



¹ O 1º Congresso de estudos dos problemas do Norte Goiano, realizado nos dias 23, 24 e 25 de abril de 1982, foi um decisivo passo na caminhada pela criação do estado do Tocantins. O evento foi promovido pela CONORTE, contou com a participação de representantes de órgãos de Governo de Goiás e do Governo Federal, reunindo em Brasília, líderes comunitários, políticos, jornalistas e diversos convidados.



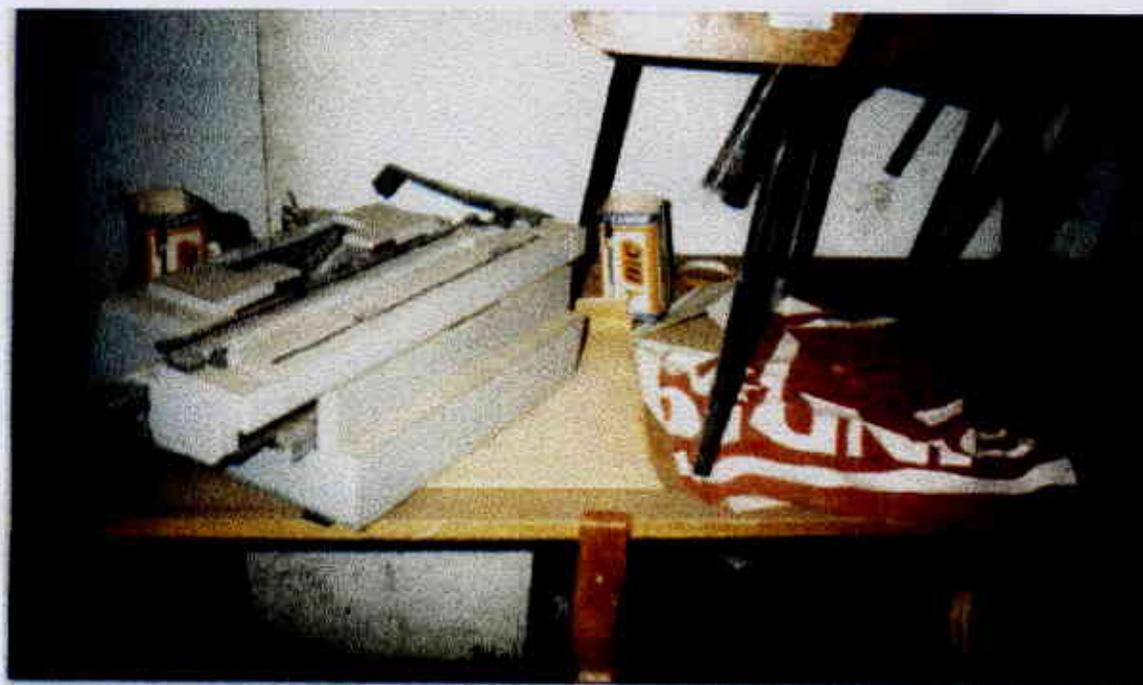
2



² CONORTE, momentos de luta pela criação do Estado do Tocantins

2. SEDE DA ADUNITINS

3



³ Encontra-se desativada no prédio da reitoria em Palmas, as fotos foram tiradas em outubro de 2002.



⁴ Computador do sindicato, empilhado sobre caixas, CPU infestado de cupim.



⁵ Velhas bandeiras (faixas) de lutas esquecidas pelo tempo.



⁶ Fax , após cinco anos a sede da ADUNITINS está fechada, encontrava-se ainda conectado a linha cortada do telefone.



⁷ Frigobar, encontrava-se ligado e funcionando, apesar da sede da ADUNITINS está fechada a cinco anos

3. IV CONGRESSO DA ADUNITINS

8



⁸ IV CONGRESSO da ADUNITINS, realizado em Miracema do Tocantins.



9



10

⁹ Participantes do IV CONGRESSO da ADUNITINS

¹⁰ Membros da diretoria da ADUNITINS na mesa de trabalhos do IV CONGRESSO promovido pelo sindicato.

4. XXXIV CONAD



11

¹¹ Os docentes das Instituições de Ensino Superior do Brasil, através de seu Sindicato Nacional ANDES-SN, reunidos No XXXIV CONAD - CONSELHO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL, em Palmas-To.



12



13

¹² Plenária do XXXIV CONAD - CONSELHO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL, em Palmas-To.

¹³ Manifestação nas ruas de Palmas, repudiando a privatização da UNITINS, pelos participantes do XXXIV CONAD



14

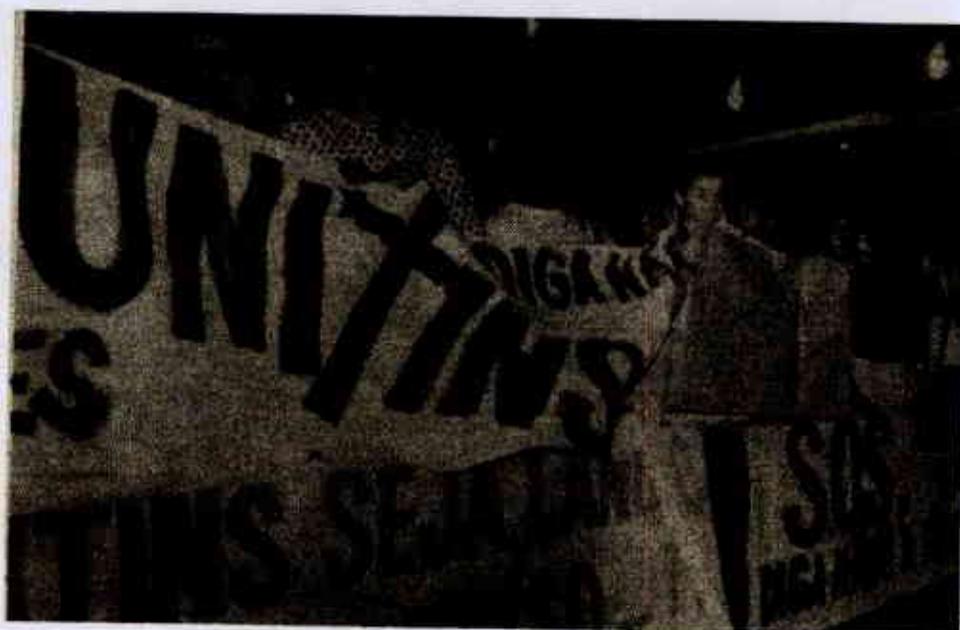
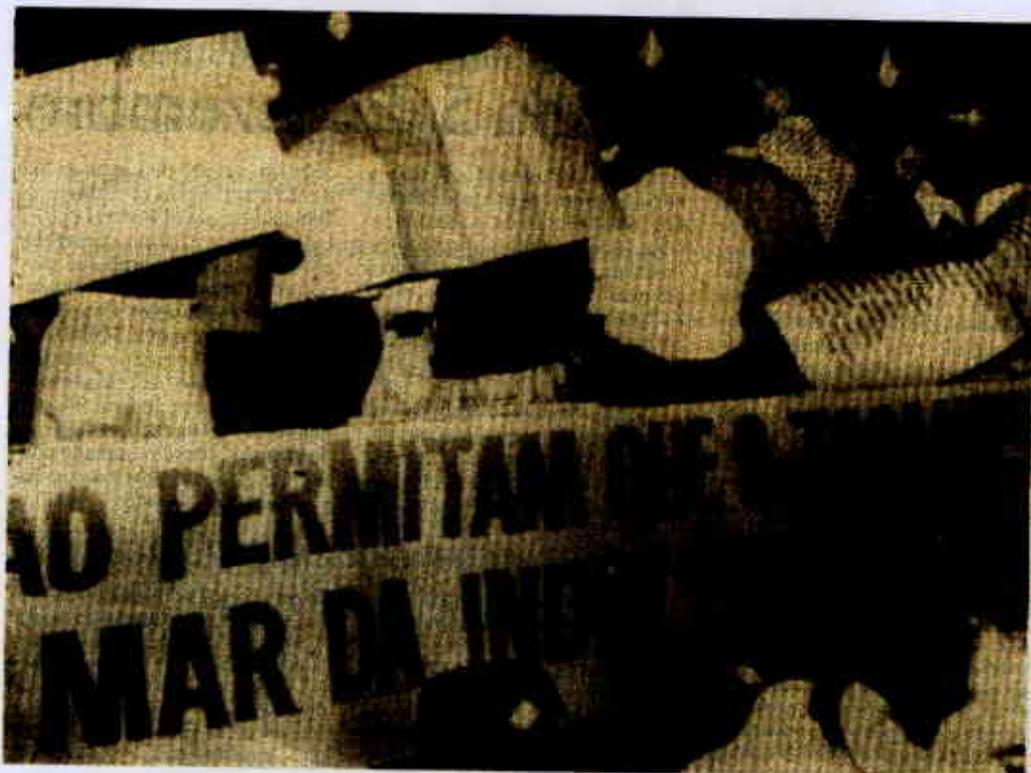


¹⁴ id. Professores se manifestando nas ruas da capital do Estado do Tocantins, em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade.



¹⁶ Op. cit.

5. COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA PROTESTA NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO TOCANTINS



¹⁵ Impedidos de se manifestar oralmente, em protesto contra o discurso do deputado Gisomar Gomes os estudantes viraram as costas para o plenário

¹⁶ Comunidade universitária da UNITINS protesta na Assembléia Legislativa do Estado, contra sua privatização.



¹⁹ Manifestantes dão as costas aos deputados que defendem as MPs.

²⁰ Extinção da Unitins enquanto autarquia e a instituição de uma fundação de direito privado, para implantação da Universidade autônoma do Tocantins, provocam forte reação popular, trazendo estudantes de todo o Estado, professores da Unitins e populares para ocuparem a Assembléia Legislativa



²¹ Movimento contra a transformação da Unitins de autarquia para fundação de direito privado, em frente a Assembléia Legislativa, que começou na tarde de quinta feira do dia 13 de novembro de 1996 só terminando na manhã do dia seguinte.

APÊNDICE A
DOCUMENTOS DIVERSOS

SÍNTESE DO RELATÓRIO DO XXXIV CONAD

Os docentes das Instituições de Ensino Superior do Brasil, através de seu Sindicato Nacional ANDES-SN, realizaram o XXXIV CONAD - CONSELHO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL, em Palmas-To, no período de 4 a 6 de julho de 1997, como forma de mostrar a luta desse sindicato em defesa da universidade pública, gratuita, e democrática e expressar seu repúdio contra a privatização da UNITINS.

Estavam presentes as ADs, representadas por um delegado: SINDEFOA, ADUNESP, APUB, ADUFMAT, ADUFERPE, ASDUERJ, ADUNB, APES-JF, ADUFU, ADUCSAL, APROFURG, SINDOCEFET-PR, ADUFEPE, ADURN, ADUFP, AADUFOP, ADUEL, ADCAJ, APUFPR, ADESA-GO, ASPESAL, ADUNITINS, ADUFC, ADUFPEL, ADUFPEL, ADUNIRIO, ADUFF, SEDUFMS, ADUFG, ADUPE, APUBH, ADCAC, ADUFSCAR, APUFSC, APUNI, ADUNICAMP, ADUSP, ADCEFET-MG, ADUFRGS, ADUR-RJ, ADUFPI, ADUNIMEP, ADUFRJ, ADUFS, ADCEFET-RJ, APRUMA e mais 65 observadores de diversas seções sindicais da ANDES-SN.

A Plenária de Abertura teve início às dez (10:00) horas, do dia quatro de julho de um mil novecentos e noventa e sete, na Assembléia Legislativa – Auditório Sebastião Borba. A Mesa foi composta por Maria Cristina de Moraes (Presidente do ANDES-SN), Márcio Antônio de Oliveira (Secretário Geral do ANDES-SN), Solange Bretas (1ª Tesoureira do ANDES-SN), Miriam Bianca Amaral (1º Vice-Presidente Regional Planalto), Antônia Albeniza Gomes (Presidente da Diretoria Provisória da ADUNITINS-SSind.), Vera Lúcia Reis (Diretora do Centro de Palmas), representando o Reitor da Universidade do Tocantins, prof. Osvaldo Della Giustina, Natel Ribeiro Maciel (Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins – FETAET); Getúlio de Souza Araújo, (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde de Tocantins – SINTRAS).

A representante da ADUNITINS, Antônia Albeniza, deu boas vindas e proferindo um breve discurso, no qual demonstrava a satisfação da ADUNITINS-Seção Sindical sediar o XXXIV CONAD.

Representando o Reitor da Universidade do Tocantins e justificando sua ausência, a

professora Vera Lúcia Reis, fez a leitura da mensagem do reitor: “Em meu nome pessoal e desta Reitoria, expresso meus votos de êxito ao XXXIV CONAD, que se realiza nesta cidade de Palmas, reafirmando meu propósito já expresso em várias oportunidades aos dirigentes da ADUNITINS, no sentido de unir esforços para o contínuo aperfeiçoamento da Universidade brasileira e desta Universidade, de modo especial.”

Dentre as falas, destacou-se a do presidente da FETAET, que fez referência à privatização da UNITINS, criticando a falta de oportunidade que esta privatização traz aos mais carentes, de acesso à Universidade Pública, e a de Miriam Bianca referindo-se que não iriam aceitar a privatização, nem da UNITINS, nem mesmo de qualquer outra Universidade. Fez um histórico do que significou a separação do Estado de Tocantins de Goiás, quais os grandes empresários que lucraram com isto e, quais as implicações desta separação na privatização da UNITINS.

A Presidente do ANDES-SN, conclamou as autoridades que estavam compondo a mesa e os companheiros e companheiras presentes, a fazerem uma reflexão sobre a centralidade da luta do Sindicato Nacional, nos 16 anos de sua existência. Centralidade esta em consonância com a principal bandeira de luta, traduzida no princípio da defesa da UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA, DEMOCRÁTICA, AUTÔNOMA, DE QUALIDADE E LAICA. Para tanto, destacou que haveriam de trabalhar duas questões:

A primeira: Universidade Pública e Gratuita: palmas para ela. E por que palmas para ela?

Porque é ela que pode garantir concretude a um outro princípio muito caro do nosso Sindicato Nacional, qual seja: educação, direito de todos e dever do Estado, desde que, evidentemente, o Estado assuma e cumpra este preceito constitucional. Aliás, este é um dos objetivos da nossa luta para viabilizar a implementação da Proposta do ANDES-Sindicato Nacional para a Universidade Brasileira (Caderno Andes nº 2).

(...)

Assim, se batemos palmas para a Universidade pública e gratuita que está aí, com todas as suas deficiências, falhas e mazelas, é porque sua manutenção é essencial para implementação do objeto de nossas palmas maiores: A PROPOSTA DO ANDES-SINDICATO NACIONAL PARA A UNIVERSIDADE BRASILEIRA (Caderno Andes nº 2). Nossa proposta, ao contrário do projeto governamental, foi construída democraticamente durante 15 anos de discussão na base e nas nossas instâncias maiores de deliberação e não tem como referencial padrões internacionais. A referência, sim, é o papel que a universidade deve desempenhar para a promoção do desenvolvimento econômico, social, cultural e

artístico do nosso país. Não precisamos buscar referencial lá fora – na globalização – porque construímos o nosso referencial.

Portanto, companheiros e companheiras, por termos feito nossa opção, não por uma universidade que sirva de instrumento para responder às demandas do neoliberalismo, é que devemos, neste momento, radicalizar a luta na defesa da Universidade pública e gratuita, expressando na prática, as palmas para a mesma. Lutar pela defesa da Universidade Pública e Gratuita, neste momento, não pode ser entendida como uma questão específica. Temos que combater e lutar, também, contra a Reforma Administrativa, a Reforma Previdenciária e esse conjunto de Leis, Medidas Provisórias, Decretos que investem contra a Universidade Pública.

A Segunda questão: Por que esta cidade: Palmas - foi escolhida para sediar o XXXIV CONAD? Isto também é motivo de reflexão, para entendermos a essência da nossa luta.

Porque o que ocorreu com a UNITINS sintetiza a centralidade da luta do nosso Sindicato Nacional nos seus 16 anos de existência. Só que com resultado inverso. Ao invés de conseguirmos avançar na UNITINS pública, gratuita e com qualidade, esta foi privatizada. Ao mesmo tempo, representa a primeira tentativa concreta do governo FHC, com o apoio do governo local, para implementar o seu projeto. Digo tentativa, porque nós não aceitamos a privatização da UNITINS como irreversível. Porque, também, não aceitamos que o neoliberalismo é irreversível e, por isso, estamos aqui para avançar na nossa luta. Todas as ações, com destaque para a Coluna Tocantins, cuja implementação só foi possível com a adesão das nossas seções sindicais junto com a Diretoria Nacional para a viabilizar, bem demonstram isso. Aliás, a Coluna tocantins já provocou desdobramentos positivos no encaminhamento da luta pelos companheiros da ADUNITINS Seção Sindical.

A Coluna Tocantins foi uma demonstração de que a privatização da UNITINS não é uma questão específica da ADUNITINS, mas questão maior do nosso sindicato, que é a luta em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. Outra ação fundamental é a realização, aqui em Palmas, do XXXIV CONAD.

É também fundamental bater, também, palmas para a ADUNITINS Seção Sindical, e para os companheiros e companheiras desta Seção Sindical, que, no período de novembro do ano passado até hoje, estão enfrentando o temor da repressão, tentando estimular os professores que estão temerosos em assumir a luta contra a privatização da UNITINS e que fizeram dar continuidade a utopia da existência da UNITINS, enquanto uma instituição pública e gratuita. E também não assumiram a privatização da UNITINS como uma questão irreversível. Ontem, na nossa reunião com os companheiros da ex-diretoria e da atual ficou muito evidente a demonstração de continuar a luta para resgatar a UNITINS pública e gratuita de um Estado tão carente, única unidade da federação brasileira a não ter uma única vaga gratuita no ensino superior. Isto é inconcebível e, não vamos aceitar.

Por último, que o XXXIV CONAD seja um grande sucesso e, que saíamos daqui mais

estimulados para a luta, que não para e vai continuar.¹

Hoje destacamos em sua fala que o processo de privatização da UNITINS, realmente não foi um processo irreversível, assistimos o recuo do governo em relação ao pagamento das mensalidades e sua posterior federalização.

Foram discutidos e deliberados em plenárias alguns eixos de luta com referência a privatização da Unitins, em destaque:

3 - DELIBERAÇÕES SOBRE A ARTICULAÇÃO EXTERNA COM OUTRAS ENTIDADES E/OU MOVIMENTOS ORGANIZADOS.

3.6 - Que a Diretoria do ANDES-SN e Seções Sindicais definam e implementem táticas e/ou estratégias de enfrentamento ao processo de privatização da Universidade Pública, tendo como referência o caso da UNITINS, bem como o crescente processo de privatização que já vem ocorrendo nas IES públicas. Esse plano deve contemplar entre outras as seguintes ações:

- Informações sobre cobranças de taxas, mensalidades, convênios, prestação de serviços, contratos e outros;
- Articulação com entidades representativas da comunidade universitária, conselhos, dirigentes, e demais segmentos da sociedade civil organizada;

4 - DELIBERAÇÕES SOBRE A REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS E/OU AÇÕES ESPECÍFICAS.

4.2 - Massificar a Campanha contra a privatização e pela Autonomia da Universidade Pública, ampliando-a para o conjunto dos trabalhadores e movimentos sociais organizados, com a campanha de mídia encaminhada.

4.4 - Que a Campanha em Defesa da Universidade Pública contemple a abordagem dos seguintes aspectos:

- terceirização do professor universitário;
- precarização do trabalho docente;
- defesa de concurso público;
- provão;

¹ Relatório final do XXXIV CONAD - CONSELHO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL, Palmas, julho de 1997.

- mais recursos para a Universidade, ampliação de vagas para os corpos docente, técnico-administrativos e discente.²

Algumas moções foram tiradas enviadas, destaque para:

9 – Carta aos Parlamentares - Denunciando o modelo de privatização “testado” na UNITINS

Os docentes das Instituições de Ensino Superior reunidos no XXXIV CONAD – Conselho do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Palmas –TO, no período de 4 a 6 de julho de 1997, sentem-se no dever de prestar alguns esclarecimentos sobre pronunciamento da Deputada Dolores Nunes (PPB-TO) sobre a UNITINS, publicado no “Jornal Hoje na Câmara”, de 16/6/97.

É preciso deixar bem claro que o modelo de instituição de nível superior, na forma de instituição compartilhada e autônoma, mantida pelos poderes públicos estadual e municipal, além de organizações sociais e da iniciativa privada, não pode ser considerado como o mais adequado ao País, como procurou fazer crer a Deputada Dolores Nunes ao se dirigir aos seus colegas parlamentares na Câmara Federal em Brasília.

É inadmissível que, no “novo modelo”, a administração da UNITINS possa contratar sem concurso, e ainda promover demissões a seu bel prazer.

Até o momento não se conhece o tipo de vínculo empregatício, junto à instituição, da maioria dos docentes e técnico-administrativos. Não obstante a Fundação ter se constituído enquanto entidade de direito privado, os salários da totalidade dos corpos docente e técnico-administrativo são pagos pelo governo estadual.

A privatização da UNITINS, inclusive a forma autoritária e antidemocrática utilizada pelo governo do Estado de Tocantins, precisa ser denunciada, divulgada amplamente e revertida pelos poderes constituídos.

Ao: Presidente da Câmara Federal e aos Srs. Deputados e aos Líderes Partidários
(c/c para a Deputada Dolores Nunes)³

² Loc. Cit.

³ Id.

Durante o evento, uma comissão esteve em audiência com o governador do Estado do Tocantins e o Reitor da UNITINS, além de uma passeata pelas principais ruas de Palmas.

Na Plenária de Encerramento, foi tirada a Carta de Palmas:

CARTA DE PALMAS

O XXXIV Conselho do ANDES-Sindicato Nacional, com a participação de docentes de Instituições de Ensino Superior de todo o Brasil, discutiu e atualizou sua plataforma de lutas, tendo como pano de fundo - e por isso a escolha do local - a emblemática situação da UNITINS. Sua privatização, fazendo com que o Estado do Tocantins não tenha, hoje, nenhuma vaga gratuita no ensino superior, é a expressão nítida das ações que o governo FHC e governos estaduais, com ele identificados, vêm desenvolvendo no sentido da implementação do neoliberalismo em nosso país.

Assim, os professores das Instituições de Ensino Superior deliberaram e se comprometeram a atuar no sentido do fortalecimento de sua organização sindical, que tem como elemento nuclear sua articulação com as demais categorias de trabalhadores. Nesse sentido, impõe-se a construção da Greve Geral, não como um fim em si, mas como ápice de uma jornada de luta articulada no espaço da Central Única dos Trabalhadores. O IV trimestre deste ano será indicado para o VI Congresso Nacional da CUT como horizonte temporal para a sua deflagração.

Reafirmaram, ainda, sua disposição de luta contra as reformas propostas pelo governo, o que, no momento atual significa uma atuação incisiva buscando manter sobre o Congresso Nacional, também durante a convocação extraordinária, as indispensáveis pressões para possibilitar o estabelecimento, pelo movimento social organizado, de balizamentos para a sua atuação. Denunciaram a postura imperial do presidente da República que busca subordinar os demais poderes ao executivo exigindo a instalação da CPI da compra de votos com vistas à punição dos corruptores e dos corruptos.

Além disso, tendo como principal suporte a Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira, os docentes travarão combate ao projeto de educação que o governo tenta implementar e intervirão na construção, em conjunto com as demais entidades sindicais, científicas, estudantis e populares, do Plano Nacional de Educação. O vigoroso engajamento nessa construção coletiva, desde os Fóruns Municipais em Defesa da Escola Pública até a consolidação final do Plano no II CONED, que se constituirá como consistente referência e

instrumental de luta, é momento privilegiado para enfrentar a crescente coação que vem ocorrendo no processo de regulamentação da LDB, desencadeado pelo governo e já em curso.

Neste contexto, defender a Universidade Pública significa lutar contra o projeto de autonomia pretendido pelo governo que condiciona a produção do conhecimento à lógica do mercado e submete a função docente ao utilitarismo imediatista. Desse modo, ficou reiterada a compreensão de que a consolidação da Universidade Pública e da Autonomia Universitária está intimamente vinculada à luta pelo emprego, por uma política salarial e por condições dignas do exercício profissional, que superem o aviltante quadro vigente e garantam a qualidade social do ensino superior.

Por essas razões, neste ponto de confluência de três de nossos mais importantes ecossistemas - o cerrado, a hiléia e semi-árido - e coração geográfico do Brasil, reafirmaram sua histórica bandeira de luta, exortando a sociedade a, em uníssono com eles, conclamar os docente:

UNIVERSIDADE PÚBLICA E GRATUITA:

PALMAS PARA ELA!

Palmas, Tocantins, Brasil,

06 de julho de 1997.⁴

Apesar da repercussão nacional, a Universidade do Tocantins seguiu privatizada e o governo do Estado sem sensibilizar-se com os apelos em função da universidade pública e gratuita para os tocaninenses.

⁴ Id.

**ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DO TOCANTINS
ADUNITINS - PORTO NACIONAL**

Porto Nacional, 20 de maio de 1996.
Ofício N^o. 002-96/ADPN

Prezado Sr. Ulisses

A Associação dos Docentes da Universidade do Tocantins - Porto Nacional vem solicitar de Vossa Senhoria mais respeito ao referir-se à categoria.

Gostaríamos de ressaltar que: 1) somos todos suficientemente instruídos para entender e atender as solicitações desta Pró-Reitoria e estamos sempre prontos a contribuir para organização desta Instituição, assim, não há necessidade de ameaças de cortes e retalhações como expressas por Vossa Senhoria em ofício enviado a este Centro (Of. UNITINS/CIRC/SRH/PPG/NO. 006/96), por exemplo; 2) estamos cientes da precariedade de nossa situação funcional, que acreditamos ser muito semelhante a de Vossa Senhoria, no entanto, não podemos deixar de concluir os trabalhos já começados, principalmente junto aos alunos desta Instituição, devido à ingerências administrativas ; 3) exigimos respeito para que haja reciprocidade.

Sendo o que temos para o momento, subscrevemos.

Saudações Universitárias

ADUNITINS- Porto Nacional

Ilmo. Sr.
Ulisses de Oliveira Martins Filho
DD Pró-Reitor de Gestão e Planejamento
Universidade do Tocantins

cc. Governador do Estado do Tocantins
cc. Comissão Diretora da Universidade do Tocantins

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DO TOCANTINS
ADUNITINS - SEÇÃO SINDICAL DA ANDES/SN
AD DE PORTO NACIONAL

CARTA ABERTA À COMUNIDADE

- Você, **portuense**, sabe o que significa **UNITINS**?
- Qual sua importância para a Comunidade?
- Sabe que a Educação de seus filhos depende de uma boa formação de seus professores, preparados por nós - **UNITINS**?
- Sabe também que a melhoria da qualidade de vida neste estado está integrada ao ensino e pesquisa de profissionais com capacitação e dedicação?

Para ajudá-lo a responder, nós, professores da **UNITINS**, declaramos que nossas condições de trabalho e funcional são das mais precárias das instituições de ensino superior brasileiras.

Só para você ter uma idéia, na **UNITINS** falta desde papel sulfite até papel higiênico.

Inicialmente (1991) fomos submetidos a um contrato especial **CLT**, depois (1995) passamos a ser considerados prestadores de serviço e decaímos (1996) para a situação de “termo de compromisso de serviço público de caráter temporário”, que retira a estabilidade funcional mínima anterior, incluindo férias e décimo terceiro. Você acredita que isto seja incentivo à qualidade de ensino? Certamente que não!, Mas, é o que você escuta no rádio e vê na televisão. Preste atenção!

Diante desta situação, reivindicamos **concurso público** de admissão e finalização da “institucionalização administrativa” da **UNITINS**, para garantir sua **autonomia**.

Nós que constituímos a **UNITINS**, com os alunos e funcionários, repudiamos a falta de apoio do Governo Estadual ao ensino.

Porto Nacional, 13 de maio de 1996.
ADUNITINS - Porto Nacional
Centro Universitário de Porto Nacional

**ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DO TOCANTINS
ADUNITINS - SEÇÃO SINDICAL DA ANDES/SN - AD DE PORTO NACIONAL**

Porto Nacional, 13 de maio de 1996.

Os professores do Centro Universitário de Porto Nacional (CIIPN), na condição de profissionais e cidadãos, decidiram encaminhar-lhe este documento, em razão da situação insustentável em que se encontra a Universidade do Tocantins.

1 - Pauta de esclarecimentos:

- 1 - Desde 1991, quando da reestruturação da Universidade do Tocantins, nenhum concurso público abrangendo docentes e técnico-administrativos de todos os Centros foi realizado. As justificativas apresentadas ao longo desses anos têm sido baseadas no caráter de excepcionalidade decorrente da criação de um “Estado novo” e o período de implantação no qual a Instituição se encontra desde então.
- 2 - Os contratos assinados desde 1991, designados “especiais”, foram prorrogados por diversas vezes através de leis e medidas provisórias, e.g. Lei 65 5/94 de 29/03/94, Medida Provisória 161 de 02/07/94, e tratados como CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).
- 3 - Em agosto de 1995 tais contratos foram anulados por decisão unilateral do contratante e foram impostos novos contratos precários de prestação de serviço, retroativos a janeiro de 1995 (renováveis por no máximo um ano)» condicionando-se sua assinatura (com obrigatoriedade de anexar cópia dos diários de classe) à manutenção do nome do professor na folha de pagamento da Universidade do Tocantins. Nos novos contratos de prestação de serviço não há referências a pagamento de décimo terceiro salário nem férias.
- 4- Apesar do ofício circular/UNITLNS/CORHU/DIREX/N^o.014/95, assinado pelo Diretor Executivo da UNITINS em 18 de agosto de 1995, esclarecer que as férias e décimo terceiro salário serão mantidos, os professores e funcionários estão tendo seus pedidos de férias negados, incluindo a remuneração adicional de férias.
- 5- Em 1996 os contratos renovados passaram de “contratos de prestação de serviço” para “termo de compromisso de serviço público de caráter temporário”, com validade até 31 de dezembro de 1996, onde novamente não há garantia de pagamento de décimo terceiro salário e nem férias.
- 6 - Os regimes de trabalho indicados nos contratos mostram aos professores duas opções: 20 horas ou 40 horas RDE (regime de dedicação exclusiva). Não são mencionadas no contrato as gratificações garantidas por lei para o regime de RDE, porém proíbe o contratado de exercer outras funções no período de vigência do contrato (cláusula

sétima).

- 7 - Segundo o novo contrato o professor deve ministrar o mínimo de oito horas de ensino, sob regime de 20 horas, porém, o documento não especifica o que a reitoria entende por atividade de ensino.
8. A reitoria considera que todos os contratos e nomeações não caracterizavam vínculo empregatício.
- 9 - O FGTS deixou de ser recolhido desde julho de 1995 e, até o momento não sabemos se/ou quando poderemos recebê-lo.
- 10 - Na substituição dos contratos (mudança de vínculo empregatício) não foi assegurado aos trabalhadores o acerto de contas, ficando os profissionais à deriva do interesse do contratante sem nenhum direito a remunerações outras senão o saldo salarial.
- 11 - A reitoria publica em junho de 1995 que os concursos para regularização do quadro funcional da UNITINS teriam início no máximo até setembro de 1995 (medida provisória 201, art. 25, parágrafo primeiro), e até hoje estes não foram realizados e nenhuma medida tomada neste sentido.
- 12 - Em 1996 os professores foram obrigados a assumir disciplinas fora de suas áreas de especialização, sob pena de ter seu "termo de compromisso" cancelado ou seu regime de trabalho reduzido para 20 horas, comprometendo a qualidade do ensino e o desempenho de suas atividades de pesquisa e extensão. Um exemplo disto ocorreu no Curso de Ciências Biológicas onde disciplinas foram impostas pela reitoria a professores que não têm habilitação para as mesmas. Ressalta-se que além das atividades acima citadas os professores têm o compromisso de orientar alunos em estágios curriculares e extracurriculares como na elaboração e desenvolvimento de trabalhos de monografia para conclusão de cursos.
- 13 - A Instituição não oferece condições mínimas para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão tais como: ambiente físico de trabalho, biblioteca adequada, material didático, transporte, equipamentos, etc..
- 14 - Apesar da existência de um Regimento e um Estatuto da Universidade aprovado pelo Conselho Estadual de Ensino (resolução 025 de 3/07/92) este não é respeitado, sendo utilizado e modificado de acordo com os interesses da Administração da "Universidade" como por exemplo a alteração do cargo de coordenador de Curso para chefe de curso.
- 15 - Não há o mínimo de respeito por parte dos dirigentes desta Instituição para com seus profissionais sendo que, até o pedido de documentos pessoais é acompanhado de ameaças de cortes da folha de pagamento (Of. UNITINS/CIRC/SRHJPPG/006/96). As decisões, de maneira geral, são tomadas sem prévia consulta às bases e as informações são repassadas (quando o são) quase sempre verbalmente e sem tempo hábil para que seja socializada e discutida no prazo estipulado.

16 - Em um ano de mandato o Presidente da Comissão Diretora da Universidade do Tocantins nunca compareceu ao Centro universitário para uma reunião com a comunidade, apesar de ter sido solicitada.

II - Reivindicações:

- 1- Os professores do Centro Universitário de Porto Nacional reivindicam a normalização imediata de sua situação contratual através de concurso público, de provas e títulos, imediato, para todos os níveis (especialistas, mestres e doutores), bem como para os técnicos administrativos.
- 2 - Os professores questionam a incoerência da adoção de RDE para todos os docentes, sem contrapartida da Universidade para a viabilização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, e sem previsão de pagamento adicional relativo ao RDE, um direito já adquirido em outras Instituições de ensino superior.
- 3 - Os professores reivindicam que deva ser considerada a especialidade de cada profissional e a especificidade de cada curso, tendo em vista a necessidade de se manter a qualidade de ensino e a própria estrutura da Universidade do Tocantins, com poucos cursos e laboratórios precários, que exigem a divisão de turmas, ampliando a carga docente.
- 4 - Os professores questionam a posição da reitoria diante da declaração de nulidade dos contratos especiais em regime de CLT e a conseqüente anulação da anotação em carteira de trabalho, tendo em vista que desde sua contratação vêm trabalhando normalmente e que a anulação em carteira implicaria também no não reconhecimento por parte do MEC das disciplinas registradas nas cadernetas escolares, como também invalidaria os diplomas dos alunos que colaram grau neste período.
5. - Os professores solicitam esclarecimentos por escrito quanto ao resgate do FGTS recolhido, direito a férias e pagamento do décimo terceiro salário.
- 6 - Os professores solicitam o comparecimento de V. Sa. ao Centro Universitário de Porto Nacional para reunião com todos os professores, em horário de trabalho, para esclarecimentos e negociações, uma vez que a utilização de intermediários tem se mostrado geradora de mal entendidos.
- 7 - Os professores questionam como estão sendo aplicados os investimentos das Instituições Públicas na Universidade do Tocantins e qual a contrapartida desses investimentos, diante do quadro apresentado. O programa PIBIC/CNPq, por exemplo, oferece uma série de bolsas para a Universidade do Tocantins e supõem o acompanhamento do bolsista por um professor-orientador durante pelo menos um ano e a Universidade tem interrompido este processo em muitos casos.
- 8 - Autonomia dos colegiados no sentido de poder deliberar sobre questões relacionadas aos docentes, a atividades acadêmicas e científicas, tais como: liberação para participação em congressos e encontros científicos; decisões a respeito de disciplinas,

cargas horárias e contratação de professores.

- 9- Os professores reivindicam a autonomia das instâncias dos Centros Universitários tais como: Conselho Diretor dos Centros. Que as decisões tomadas pelo Conselho Diretor sejam respeitadas e acatadas pela administração da “Universidade”.
- 10 - Eleições diretas para todos os níveis.
- 11 - Os professores reivindicam que a reitoria responda por escrito a todos os documentos enviados pela ADUNITINS
- 12 - Os professores exigem que a reitoria trate os professores com o devido respeito e dignidade que estes merecem como profissionais da educação.
- 13 - Os professores reivindicam autonomia da “Universidade” em relação ao Governo do Estado.
- 14 - Os professores reivindicam: 1) espaço físico para instalação de bibliotecas, laboratórios, salas de aula, quadra esportiva, ambientes para professores, etc.; 2) melhoria do acervo da biblioteca contemplando os cursos aqui existentes; 3) ampliação do acervo audiovisual e modernização dos equipamentos; 4) equipagem dos laboratórios; 5) recursos para manutenção da estrutura do Centro Universitário e compra de materiais básicos de consumo, pois na situação atual faltam desde papel ofício até papel higiênico.
- 15 - Os professores reivindicam uma sala de computadores equipada para que alunos e professores possam agilizar seus trabalhos e instalação imediata da internet.

ADUNITINS - Porto Nacional

MOVIMENTO

S.O.S LUNITINS

OS TRAIDORES DO POVO TOCANTINENSE

- SIQUEIRA CAMPOS-PPB
- CACILDO VASCONCELOS - PPE
- MARCELO MIRANDA-PPE
- LAUREZ MOREIRA-PPE
- FABION GOMES-PPE
- RAIMUNDO MOREIRA-PPE
- HELCIO SANTANA-PPE
- GERALDO VAZ-PPE
- OSVALDO MOLA-PPE
- CARLOS BRAGA-PPE
- MANUEL LIMA-PPE
- GISMAR GOMES-PPE
- DEUDET BARROS-PPE
- LUIZ TOLENTINO-PPE
- ALOISIO BOLWERK-PPE
- NILO VEIRA-PPB

**ELES SÃO CONTRA A UNIVERSIDADE GRATUITA E
A FAVOR DO ENSINO PAGO.
ELEITORES, ESQUEÇAM ESSES NOMES NAS
PRÓXIMAS ELEIÇÕES!!!**

CARTA DE PALMAS

O V CONGRESSO DA ADUNITINS - SEÇÃO SINDICAL DA ANDES - SINDICATO NACIONAL, realizado em Palmas-TO, no período de 29 de novembro a 1º de dezembro/96, avaliou o processo de privatização da Universidade do Tocantins - UNITINS no contexto da política neoliberal que vem sendo implementada no Brasil pelo governo FHC e, com nefastas conseqüências para o serviço público.

A reestruturação da UNITINS transformando-a em uma universidade privada, a partir de um processo autoritário que alijou a comunidade universitária e, em geral, a população de qualquer discussão, representa uma perda e uma afronta para o Estado do Tocantins.

As declarações do Governo do Estado são acinte à consciência da população, ao distorcer o significado de fundação de direito privado e tentar passar a idéia que a UNITINS viabilizará a sua maior conquista, a autonomia. As fundações existentes nas universidades federais brasileiras constituem-se em instrumentos de privatização do Sistema Federal de Ensino Superior. Quanto à autonomia universitária, esta só se concretiza vinculada à democracia interna da Instituição universidade e o compromisso do Estado com o seu financiamento público.

Nenhum estado em que seus dirigentes tenham compromisso com a promoção do desenvolvimento econômico, social, científico, cultural e artístico, pode negar, ignorar ou desrespeitar o preceito constitucional de que a *Educação é Direito de todos e Dever do Estado*, prescindindo por tanto da universidade pública gratuita, democrática e de qualidade.

A privatização da UNITINS além de se constituir uma agressão à democracia, transforma o Ensino Superior no Estado do Tocantins em monopólio do setor privado e, portanto, em unia mercadoria a ser consumida por quem pode pagar mensalidade.

Assim o V Congresso da ADUNITINS - Seção Sindical da ANDES - Sindicato Nacional manifesta seu mais veemente repúdio à privatização da LJNITINS ao mesmo tempo que conclama a comunidade universitária e a população a se engajar na luta em defesa da UNITINS, enquanto Instituição com caráter público e gratuito e comprometida com as grandes e graves demandas sociais do Estado do Tocantins.

“TODOS À LUTA”

- **Contra a privatização da UNITINS;**
- **em defesa do Ensino Público e Gratuito**
- **em defesa da Autonomia Universitária**

Palmas, 09 de dezembro de 1996

Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais – CNESF

ANDEF – ANDES-SN – ASSIBGE – CNDSEF – FASUBRA – Sindical – FENAFISP*
FENAJUFE – FENASPS – SINASEFE – SINDILEGIS – UNAFISCO Sindical*

* Entidades não filiadas à CUT

CUT

MOCÃO DE REPÚDIO À PRIVATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO TOCANTINS

A Plenária dos Servidores Públicos Federais, realizada em Brasília, no dia 01/12/96, tomando conhecimento das ações do governo do Estado do Tocantins contra a Universidade do Tocantins:

1.- manifesta seu mais veemente repúdio à privatização da universidade, através da criação de uma Fundação de Direito Privado, à qual será entregue o patrimônio público da UNITINS.

2 - refuta, categoricamente, os métodos do governo do Estado do Tocantins, que enviou sob a forma de Medida Provisória esta modificação perversa da natureza da UNITINS, no dia 30/10/96, e em menos de 15 dias, obteve a sua conversão em Lei, pela Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins. Este procedimento que copia a forma truculenta do governo Federal nas questões de interesse público, desconheceu a história e as propostas de construção da UNITINS, oriundas da Comunidade Universitária e da comunidade do Estado. Na pressa e açodamento para destruir a coisa pública, este procedimento subverte a democracia, corrompe o Estado, colocado a serviço de grupos de interesses venais. Destruir uma Universidade Pública e gratuita, num país onde a demanda pela educação é um clamor nacional é atacar a democracia de acesso; é cercear a própria cidadania.

3 - recusa, fortemente o processo de privatização e desmonte dos serviços públicos, perpetrado pelo governo federal, associado aos Estados da União. No caso da UNITINS, o governo estadual está realizando, na prática, o projeto de organizações sociais. Mais uma vez, o governo se desobriga em relação às questões públicas. A sua face real é o mercado e, em decorrência temos a pobreza, a concentração de rendas, o autoritarismo e o controle de uma minoria sobre a grande massa dos excluídos.

Os Servidores Públicos Federais, manifestam sua disposição de luta para enfrentar a destruição, realizada pelos governos estaduais e federal, dos serviços públicos. Concitam também.. a luta para a reversão da privatização da UNITINS e a realização de fato de uma Educação Pública e gratuita de Qualidade Social a serviço da Cidadania da democracia e do povo brasileiro.

Brasília.. 01 de dezembro de 1996.

O PT É CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA UNITINS!

Comprovando a inexistência de uma política educacional para o Tocantins, Siqueira Campos decretou as medidas provisórias no 227 e 228, que determinam que a UNITINS deixa de ser Universidade Estadual e passa a ser fundação de direito privado, isto é, passa a ser paga.

Com a desculpa que a UNITINS não consegue ser mais que *“um colégio de nível superior, porque se limita a ministrar coisas cuja qualidade não prima pelos níveis que destaquem no contexto das universidades oficiais”*, o Governador não apresenta uma solução que a qualifique e a transforme numa instituição de qualidade, quer privatiza-la.

O Sr. Siqueira Campos diz também que o Tocantins não necessita de *“uma fábrica de diplomas marcada pelo corporativismo que a domina e faz esquecer as demandas da sociedade”*.

Nosso Governador só se esqueceu de dizer que isso ocorre porque na UNITINS sempre prevaleceu a falta de democracia, a ingerência do Governo Estadual, que sempre indicou reitores e professores que na sua maioria são conservadores e subservientes, sempre prevaleceu o mandonismo e a centralização das decisões. Sr. Governador se esqueceu de dizer porque nunca houve eleições diretas para Reitor, nem concurso para professores.

A UNITINS realmente tem que ser repensada. Não dá para admitir que os trabalhadores, professores e estudantes que fazem a Universidade nos seus 11 campi não sejam ouvidos. Uma universidade em que seus campi são obrigados a se deslocar a centenas de quilômetros para buscar até papel higiênico no almoxarifado central de Palmas, realmente não pode funcionar direito.

Um Governo Estadual que nunca investiu no melhoramento das bibliotecas de sua Universidade, nunca criou condições materiais para o desenvolvimento de pesquisas, que nunca criou condições físicas de funcionamento dos Campi universitários não tem moral para afirmar que sua Universidade não tem qualidade e que é preciso privatizá-la.

No Brasil, há muitas experiências de Universidades Estaduais que são modelos de produção científica e de contribuição com a sociedade, a exemplo da USP e da UNICAMP. A história já provou que quando um governo garante as verbas necessárias, a democracia, a liberdade de pensamento, pesquisa e expressão, os problemas das universidades são superados e a produção científica aumenta qualitativamente, fazendo-as alcançar níveis de excelência invejáveis.

O que vai dar qualidade à UNITINS, não é a criação de novos cursos, a interferência política na sua gestão, nem a sua privatização. O que dará qualidade a UNITINS, é a sua transformação numa entidade pública, democrática, de ensino, pesquisa e extensão.

As ações de Siqueira Campos fazem parte da tentativa de consolidação do projeto neoliberal no Brasil e no Tocantins. Siqueira e FHC querem viabilizar um projeto de

sociedade baseado na lógica do lucro do sistema produtivo, no compromisso com a acumulação de capitais pela dinâmica de mercado e no enxugamento do estado.

A Direção Estadual do PT no Tocantins é contra a privatização da UNITINS e orienta todos seus simpatizantes filiados a se unir aos estudantes e professores da UNITINS, aos trabalhadores do campo e da cidade, aos estudantes do 1º e 2º graus, aos movimentos populares e entidades da sociedade civil para impedirmos que a ditadura das medidas provisórias acabe com o direito à Universidade pública e gratuita. Conclama ainda a todos os partidos democráticos e deputados honrados a não aceitarem esta aberração político-administrativa.

DIRETÓRIO ESTADUAL DO PT-TOCANTINS

NOTA OFICIAL

O INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL, IAB-TO, alia-se às outras Entidades Profissionais contra a eliminação do Ensino Público e Gratuito na Universidade, que se pretende no Estado do Tocantins.

No lugar de Medidas Provisórias a Universidade do Tocantins precisa é de Medidas Definitivas que a coloquem como alavanca de novo Desenvolvimento, como recursos Federais e Estaduais para dar-lhe Estrutura e Equipamentos necessários, apoio à Pesquisa e ao Corpo Docente.

O IAB confia no veto às Mps 227/96 e 228/96, pelos Senhores Deputados Estaduais, representantes de todo o povo que espera continuar a ter acesso à Universidade Pública e Gratuita e manifesta solidariedade a professores e alunos.

Palmas, 09 de novembro de 1996

Arquiteto Marconio Ferreira Porto
Presidente

Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Seccional do Tocantins

NOTA OFICIAL

O Conselho Seccional do Tocantins, da Ordem dos Advogados do Brasil, em Reunião Plenária, do dia 08 de novembro de 1996, **DECIDIU POR UNANIMIDADE, manifestar seu repúdio às Medidas Provisórias nº 227/96 e 228/96 de 30/10/96 que extinguiram a UNITINS - Universidade do Tocantins, consumando, sua privatização e, em conseqüência, passando a efetiva cobrança de mensalidade dos seus novos estudantes, alijando, desta forma, a grande massa de jovens do processo educacional, destituindo o ESTADO DO TOCANTINS do seu maior centro de ensino e pesquisa e o único público.**

O Conselho Seccional, conclama aos nobres Deputados Estaduais para **REJEITAREM**, incontinenti na íntegra as **Medidas Provisórias** referidas, ensejando amplo debate entre as partes interessadas e a sociedade, por ser de vital importância para Estado do Tocantins a manutenção do **Ensino Gratuito.**

O Conselho da OAB, concita a **Sociedade Civil Organizada** e aos cidadãos, para somarem esforços nesta luta pela **escola pública e gratuita**, que é de todos os tocantinenses.

Palmas, 08 de novembro de 1996

LUCIANO AYRES DA SILVA
Presidente

CARTA ABERTA

Vimos, por meio desta. Informá-la sobre a situação da Universidade do Tocantins que. em um ato questionável da parte do Sr. Governador, através das Medidas Provisórias n-s 227 e 228 de 30.10.1996, cria urna Fundação de Direito Privado e extingue a Universidade do Tocantins, sendo que essa fundação nada mais é do que a **PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO PUBLICO SUPERIOR DO ESTADO DO TOCANTINS.**

Informamos, outrossim, que de agora em diante, a juventude tocantinense, isto é, seus próprios filhos. pagarão pelo ensino universitário. o que levará, necessariamente. esses jovens a procurar as universidades públicas existentes, aliás. em todos os demais estados do país, entre os quais o estado do Tocantins contituir-se-á em uma exceção. Em outras palavras, volta-se a mesma situação conhecida e vivida por todos nós no antigo Norte de Goiás.

Cabe lembrar que a destruição do ensino público universitário neste estado implica também na dilapidação do patrimônio da Universidade do Tocantins, patrimônio este que deixará de ser público e passará ás mãos de um único grupo privado.

Esta é a hora do conjunto da sociedade organizada do Tocantins exigir do Sr. Governador o exercício de suas mais legítimas atribuições no que se refere à garantia do pleno direito de acesso dos cidadãos ao **ENSINO UNIVERSITÁRIO PUBLICO. GRATUITO E DE QUALIDADE.**

Diante da dramática situação do ensino público deste estado, não apenas universitário, mas especialmente de I e II graus, (de onde, aliás, sairão pouquíssimos alunos cuja condição socioeconômica privilegiada lhes permitirá ingressar no corpo discente da "Universidade Autônoma do Tocantins") as três categorias (alunos. professores e funcionários) que compõem a comunidade universitária do estado, publicamente clamam pelo apoio urgente, necessário e consciente da sociedade organizada do estado do Tocantins, esperando que esta mesma sociedade venha a somar esforços na **LUTA PELA DEFESA DO ENSINO PUBLICO**, com a certeza de que a luta que se inicia neste estado exemplarmente servira aos que. em todo o país. resistem ao projeto nacional de privatização do ensino público.

Porto Nacional. 06 de novembro de 1996.

Todos à Assembléia Legislativa!

Pela imediata suspensão das medidas provisórias n^o 227/228!

Pela defesa do patrimônio público da Universidade do Tocantins!

Por um ensino público, gratuito e de qualidade!

Associação: Comercial Industrial de Porto Nacional

Presidente: Wilson neves da Silva

Endereço: Av. Luiz Leite Ribeiro s/n Setor Aeroporto

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DO TOCANTINS
ADUNITINS
DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES/DCE DA UNITINS

NOTA OFICIAL

OS PROFESSORES E ALUNOS DA UNITINS MANIFESTAM SEU REPUDIO às Medidas Provisórias nº 227/96 e 228/96 de 30/10/96 que extinguiram a UNIVERSIDADE DO TOCANTINS/UN[TINS convertendo-a em FUNDAÇÃO DE DIREITO PRIVADO o que significa principalmente EXCLUIR A MAIOR PARTE DOS JOVENS TOCANTINENSES ao ingresso no ensino superior gratuito e de qualidade.

A UNITINS é a única universidade pública do Estado que propicia gratuitamente a formação profissional da maioria dos jovens tocantinenses cuja situação sócio-econômica não poderia arcar com as despesas de uma universidade particular, segundo mostram os indicadores apontados pelo IBGE, 1991.

Com estas medidas o Estado DOA para a FUNDAÇÃO PRIVADA O ENORME PATRIMÔNIO PÚBLICO DA UNITINS, (constituído entre outros de fazendas, terrenos, prédios, equipamentos, laboratórios e bibliotecas), que permite desenvolver as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Este patrimônio foi conquistado pela comunidade universitária e sociedade tocantinense, com muita luta e trabalho.

UNIVERSIDADE AUTÔNOMA não significa ser PRIVADA podendo ser AUTARQUIA DE REGIME ESPECIAL ou FUNDAÇÃO DE DIREITO PÚBLICO, como ocorre com sucesso, entre outras, na Universidade de São Paulo/USP, na UNICAMP, NA UENF/RJ.

A SOCIEDADE TOCANTINENSE NÃO PODE ABRIR MÃO DA ÚNICA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO ESTADO QUE FORMA FUTUROS PROFISSIONAIS E PESQUISADORES QUE IRAO CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO.

Palmas, 08/11/1996

Joseano Carvalho Dourado
ADUNITINS

Marison de Araújo Rocha
DCE/UNITINS

Adufg

NOTA DE REPÚDIO

Pobre não tem direito a ensino superior no Tocantins

A associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás/ADUFG-SSind vem a público repudiar a falta de compromisso do governador do Estado do Tocantins, José Wilson Siqueira Campos, para com a educação pública. Apesar do ter sido homenageado recentemente pela Assembléia Legislativa do Estado do Goiás, com o título de cidadão goiano, Siqueira Campos, que transitou com desenvoltura durante anos nos bastidores da ditadura militar, agora governa o Tocantins como se fosse propriedade particular. Embora o Estado seja o único da Federação que não dispõe de uma universidade federal, o governador não pensou duas vezes: no dia 31 do outubro passado, por meio de medida provisória, encaminhada em regime de urgência urgentíssima e aprovada poucos dias depois pela Assembléia, privatizou a Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), a única pública em todo o Estado. Aos estudantes que querem fazer um curso superior restaram três opções: pagar caro por isso, desistir ou deixar a terra natal.

Em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade!

Goiânia, 05 de dezembro de 1996

A diretoria

➤ Publicada no Jornal "O Popular", 06 de dezembro de 1996.

Caro Professor,

Na qualidade de Membro da Comissão de Implantação da UNITINS, tenho a satisfação de encaminhar em anexo, dois artigos meus e uma Nota Oficial do Governo do Estado do Tocantins, com as informações devidas em relação às medidas que estão sendo adotadas, para que, a partir delas, possamos construir a UNITINS que todos desejamos: efetivamente pública, autônoma, desburocratizada, descentralizada, participativa. Sem essas medidas prévias isto não seria possível.

Viabilizadas por este novo quadro, decorrente das decisões do Estado, foram criadas, acredito, as condições para um trabalho eficaz que faremos em conjunto, dentro de um diálogo permanente e fértil, porque de resultados:

- um novo Estatuto Acadêmico que viabilizará a descentralização, o exercício de maior autonomia e a composição e funcionamento dos colegiados universitários;
- um novo quadro de pessoal e de carreira, que permita uma efetiva profissionalização dos docentes;
- um efetivo programa de titulação e capacitação docente;
- a melhoria das instalações, dos equipamentos das bibliotecas e das condições gerais para o ensino, a pesquisa e a extensão, através de convênios e outros instrumentos que a autonomia de gestão facilita;
- o reconhecimento, conseqüente, dos cursos existentes e da própria Universidade;
- a facilitação do acesso e da permanência das camadas mais carentes da população, com uma contribuição maior das camadas mais privilegiadas.

Não creio que essas medidas pudessem ser implementadas se as modificações institucionais, como pressuposto, não tivessem sido adotadas com rapidez pelos Poderes Públicos. A UNITINS não suportaria a continuidade de um modelo burocrático, centralizado, incapaz de dar segurança e condições dignas de trabalho a seus servidores, como tem ocorrido na longa luta desses anos, luta que apesar da boa vontade comum, não produziu os resultados esperados.

Convidado a assumir a Reitoria para implantar efetivamente e dar condições de funcionamento a Universidade e aos seus órgãos, aceitei o difícil, mas honroso convite como uma etapa necessária para consolidarmos a Universidade, em sua plenitude.

Como seu colega, professor universitário, a cuja carreira dediquei o melhor da minha vida, espero contar com sua ajuda na construção desta obra comum.

Estarei, no exercício deste mandato, exclusivamente a serviço da UNITINS, aguardando um fértil diálogo, diretamente ou através de seus colegiados e outras instâncias de representação -professores, alunos e demais servidores- num crédito de confiança que nos permita criar a nossa Universidade, a Universidade com que todos sonhamos.

Palmas-TO, 21 de novembro de 1996.

OSVALDO DELLA GUISTINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE AUTÔNOMA DO TOCANTINS
SUPERANDO EQUÍVOCOS

Osvaldo Della Giustina

Existem alguns equívocos que precisariam ser superados para o bem da universidade do Tocantins e, portanto, da comunidade universitária, tendo em vista viabilizar sua contribuição para a construção deste grande estado que, sendo novo, deve ser inovador, e para ser inovador deve libertar-se dos vícios do passado, que estão fazendo o Brasil - e a universidade brasileira em especial, pagar um preço muito elevado.

Vamos a alguns desse equívocos:

O primeiro, refere-se à confusão que se faz com a natureza das instituições universitárias quando se confunde direito privado, com propriedade privada e instituição pública, com propriedade estatal.

Ora, nem o direito privado se refere a propriedade particular. nem a instituição pública se confunde com propriedade do estado.

Instituição de direito privado é aquela que se rege pelas disposições do código civil, quer seja constituída pelo estado, quer o seja por particulares.

Instituição particular (às vezes chamada instituição privada) é aquela que pertence a pessoas particulares.

Instituição estatal é a que pertence ao estado, e é dirigida e administrada pela burocracia e suas regras.

Instituição pública é a que pertence a sociedade, a que não é de ninguém, mas de si mesma, é autônoma na busca de seus objetivos. tanto pode ser constituída pelo estado como por particulares.

São estatais as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista.

São particulares as associações, as sociedades

São autônomas as fundações, que, por não serem nem do estado, nem de particulares, são as únicas.; efetivamente públicas, da sociedade.

O código civil, é claro em relação à natureza das fundações como instituições de direito privado, isto é, não subordinadas à burocracia estatal. não existe a fundação pública. nem o código civil a prevê e nem a constituição. a constituição se refere sempre a "**Fundações criadas e mantidas pelo poder público**" e por duas vezes apenas se refere "an passant" a expressão "**Fundações públicas**" sem no entanto caracterizá-las de forma alguma.

Confusão maior foi gerada pelo centro de documentação da câmara federal, que, ao fazer o índice da constituição, simplesmente colocou todos os itens referentes a fundações criadas e mantidas pelo poder público, como fundações públicas. mas mesmo ali, em nenhum lugar o índice se refere a Fundação de direito público.

Toda a fundação, portanto deve ser de direito privado, mesmo quando “criada e mantida” pelo poder público. isto é o que estabelece o código civil.

O segundo equívoco é imaginar que uma instituição regida pelo direito público - ao invés do código civil, possa ser autônoma. Tanto não pode. que a constituição teve que impor restrições específicas. para as fundações, quando criadas e mantidas pelo poder público para tornar relativa suma autonomia: administração por licitações, controles prévios e burocráticos, centralização, quadro único e outras amarras que seriam incompatíveis com a autonomia, não fossem o texto constitucional.

Tais restrições, no entanto, não são aplicáveis quando o poder público apenas participa da criação e manutenção das fundações, pessoas jurídicas de direito privado e autônomas por sua natureza. Por isso, e para isto. convém que as Fundações sejam criadas. como instituições co-participadas pelo poder público e por instituições privadas. especialmente de caráter comunitário ou representativo, como associações de classe, instituições de caráter cultural ou educacional ou mesmo empresas, ficando subtendido, porém, que ao aderir á criação ou á manutenção de uma Fundação, qualquer instituição estará investindo em algo que não lhe pertence mas que é público, no sentido mais legítimo da palavra. por isto, tecnicamente, o estado, ao transferir bens ou valores a uma fundação, transforma a dotação em subvenção ou auxílio, que é o que a lei e a constituição determinaram para esses casos.

O terceiro equívoco, é que a tão reivindicada autonomia universitária, possa ser obtida sendo a universidade **do Estado, ou de particulares**. assim pertence a alguém não é autônomo, por definição.

Por isto, só a Fundação. sendo instituição autônoma. permite o exercício da autonomia universitária. em plenitude. viabilizando a prática da garantia constitucional que atribui á universidade “autonomia didático-científica. e de gestão financeira e patrimonial”.

Se não houver esta coerência. não haverá autonomia, e portanto, não será viável a universidade autônoma.

O estado do Tocantins, ao promover a transformação de sua universidade autárquica, em uma Universidade Fundação, abriu o caminho para o exercício da autonomia, e libertou a UNITINS das amarras burocráticas. que tem impedido, apesar da boa vontade de todos, a solução de seus graves problemas.

Enfim, é preciso desfazer o **último equívoco**, segundo o qual, os entes estatais são gratuitos e as fundações são pagas. dito assim não é verdade. as fundações podem cobrar por seus serviços, desde que o que cobram, seja aplicado na consecução de seus objetivos. O Estado (portanto a autarquia) também pode cobrar, só porque a cobrança tem que ir para a vala comum do tesouro do próprio estado (às vezes até chega a voltar muito depois para a instituição). mas em geral acaba por financiar outras prioridades. os exemplos disto são

abundantes: o Fundo de Garantia, a Previdência, as taxas do vestibular ou de matrícula, cobradas pelas autarquias: o INAMPS, o INSS ou a Universidade autárquica.

De outra parte, os instituidores da fundação, são responsáveis por **garantir-lhe a manutenção**, através do seu patrimônio, dos serviços prestados, e de auxílios, doações, subvenções, ou de outras formas.

Por isto, os atos constitutivos da nova UNITINS garantem esta responsabilidade do Estado do Tocantins e viabilizam a co-responsabilidade do Ministério da Educação, para o que as negociações já vão bastante avançadas. aliás, a participação do MEC na universidade do Tocantins deve se transformar em causa comum dos tocantinenses, parlamentares, governantes, professores, estudantes., acima de posições partidárias, políticas, ideológicas, ou que for, para que o Tocantins não continue discriminado.

Se, apesar da contribuição dos poderes públicos, das instituições privadas co-instituidoras e co-mantenedoras. através de incentivos existentes, contratos de serviço e de outras formas, restar ainda a necessidade de contribuições dos alunos, essas contribuições serão orientadas sobre tudo, á criação de um fundo de democratização de oportunidades para os mais carentes, de modo a que se supere o atual privilégio odioso que caracteriza o Brasil. onde os mais aquinhoados têm maiores oportunidades de acesso ao ensino gratuito, enquanto que os mais necessitados, quando conseguem o acesso à universidade, o conseguem através de sacrifícios enormes, de trabalho simultâneo, de deslocamentos, e de escolas ás vezes de segunda categoria. o crédito educativo é outra alternativa.

Que o Tocantins possa superar a tendência natural de alguns de se opor às mudanças, e seja pioneiro e exemplo na competência de superar o passado, e criar os caminhos de um futuro diferente para as novas gerações. o Governo do Estado, ao viabilizar a Fundação Universidade Autônoma do Tocantins, deu condições para que esta obra se iniciasse. A nova administração da Universidade, num diálogo permanente com a comunidade universitária, e com a participação de todos e de cada um, tem o compromisso e a responsabilidade. de torná-la possível.

NOTA OFICIAL

DO GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

O governo do estado do Tocantins, face aos mal entendidos que vêm sendo veiculados em torno das mudanças em curso na unitins vem, a público, esclarecer:

1. É equívoca a afirmação de que a UNITINS está sendo privatizada. toda fundação é, efetivamente e por natureza um ente público, mas o Código Civil define a fundação como instituição jurídica de direito privado, seja ela criada pelo poder público ou pela sociedade civil. portanto, seu patrimônio é um patrimônio público, que torna ao estado no caso da sua extinção. a constituição federal apenas se refere a “fundação criada e mantida pelo poder publico”, sendo que em nenhum momento afirma que elas devam ser consideradas instituições de direito publico, o que implicaria em mudar o Código Civil o que não ocorreu.
2. A autonomia universitária, tão reivindicada pela universidade, é incompatível com a autarquia. que tem de se submeter às normas de administração do Estado, que a conduz, assim, de fora para dentro. a própria Fundação, mesmo de direito privado. se for criada diretamente pelo Estado, tem sua autonomia restrita por vários dispositivos constitucionais. por isto, para que a universidade possa ser autônoma, como reivindicam os estudantes, os professores e a própria sociedade. mais do que criá-la o Estado do Tocantins optou por associar-se á outras instituições para a constituição de uma Fundação pública. mas não estatal, e para que ela não incorra naquelas restrições constitucionais, inibidoras da almejada autonomia
3. No ato de criação da fundação, os instituidores assumirão compromissos de manutenção da Fundação. destinando-lhe patrimônio e outros recursos, de acordo com a sua natureza. assim o estado do Tocantins está transferindo à nova instituição. o patrimônio da Universidade, que continua sendo da mesma Universidade e, simultaneamente, garantindo recursos mais amplos para o atingimento de seus objetivos. Outras instituições, associadas para a constituição da Fundação, espera-se que entre elas o MEC, garantirão outras formas de apoio, como contratos de serviços, convênios. incentivos. subvenções e auxílios. ampliando. dessa forma os recursos por ela mesma gerados.
4. A natureza autárquica da UNITINS constitui um obstáculo a esta soma de aportes. porque todo o recurso que lhe é transferido, inclusive de convênios que fia assine ou das próprias taxas pagas pelos alunos, são obrigatoriamente recolhidos ao Tesouro do Estado, e somente retornam à universidade após longos tramites burocráticos.
5. Obrigada às normas da lei das licitações. dos controles prévios, do regime jurídico único de pessoal., do conseqüente ingresso por concurso público, a Autarquia ou a Fundação criada isoladamente pelo Estado, é necessariamente parte integrante desse sistema burocratizado. Ciente disso, o Governo Federal vem de optar por um processo de publicização de instituições privadas, denominadas ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, para que prestem o serviço público de educação básica ou superior, repassando-lhes os recursos necessários a sua manutenção. sob a forma de contratos de gestão, permitindo que

continuem a reger-se por normas de direito privado e por aquelas que venham a editar para os assuntos de sua economia interna. É nesta linha, de dar autonomia de gestão, flexibilidade e eficácia de ações, que o Governo do Estado do Tocantins em parceria com a sociedade civil, se dispõe a instituir, a partir da unitins, uma nova Organização Social - sob a forma de fundação, que sendo publica, mas não estatal, e regida pelas normas do direito privado e pelas que, através de seu estatuto constitutivo vier a definir. este processo, ao invés de privatizar, na verdade, integra a sociedade numa nova forma de gestão, eficaz e desburocratizada, de um serviço público essencial.. privatizar significa entregar a um dono. Publicizar significa integrar a sociedade na gestão.

6. E neste contexto moderno, a Universidade devera. de forma autônoma e participativa, estruturar sua organização interna através de um novo Estatuto Acadêmico. Assim. os Colegiados da Universidade, que deverão ser instalados o mais rapidamente, de forma descentralizada, viabilizarão a prática da verdadeira autonomia técnico-científica e de gestão administrativa e patrimonial, como determina a Constituição. Através deste modelo, é possível também resolver a questão dos contratos provisórios dos professores, dos estatutários e dos remanescentes do estado de Goiás. Esses, em quadro especial postos á disposição da UNITINS, aqueles em contratos normais e definitivos pela CLT, com quadros de carreira apropriados, bem como novos quadros de funções gratificadas, superando a situação caótica ora existente. Vale lembrar que, seguramente, a maior parte dos atuais professores, que vem com dedicação e competência conduzindo a UNITINS, sequer teria condição de titulação básica, exigida para concursos públicos de tal espécie. A nova ordem resolvera essas situações funcionais. que vem se arrastando há anos, sem solução.

7. Enfim. é preciso alertar para o grave problema representado pela carência quase absoluta de equipamentos adequados, bibliotecas e demais instalações dos diversos Campi da UNITINS. Só a conjugação de esforços, que a fundação permite, viabilizara a superação desses problemas, de forma desburocratizada., definitiva e eficiente

Se essas medidas não forem adotadas, se tornará cada vez mais difícil o reconhecimento dos cursos existentes. o reconhecimento da própria universidade, bem como a instalação de novos cursos indispensáveis ao desenvolvimento do estado.

O Governo do Estado espera a reflexão, a compreensão e a cooperação de todos, especialmente dos alunos e professores. os mais diretamente beneficiados pelas medidas, dos órgãos jurídicos a quem cabe o zelo pela exata prática da lei, das forças políticas e da sociedade em geral, para que o Estado do Tocantins possa ter uma universidade capaz de responder aos desafios de seu próprio desenvolvimento.

Determinado em viabilizar esses propósitos, o Governo do Estado do Tocantins está atento e sensível ás manifestações da sociedade tocantinense, para que esta obra, seja efetivamente fruto desta participação social

Palmas, 21 de novembro de 1996.
JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador

APÊNDICE B
LEGISLAÇÃO

**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
PALÁCIO ARAGUAIA**

DECRETO Nº 252/90, de 21 de fevereiro de 1990

Cria a Universidade do Tocantins - UNITINS

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e consoante o dispositivo na Medida Provisória nº 3, de 26 de janeiro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Universidade do Tocantins - UNITINS, a partir desta data.

Art 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Palmas, 21 de Fevereiro de 1990, 169º da independência,
102º da República e Ano 2º do Estado do Tocantins.**

**JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador**

**CLARISMAR FERNANDES DOS SANTOS
Secretário de Estado da casa Civil**

**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
PALÁCIO ARAGUAIA**

DECRETO Nº 2.021/90, de 27 de dezembro de 1990

**Autoriza o funcionamento da Universidade do Tocantins -
UNITINS**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no
uso de suas atribuições constitucionais e legais, e o disposto no parecer nº 053/90, processo
nº 3710/90, do Conselho Estadual de Educação,**

DECRETA:

**Art. 1º - Fica autorizado o funcionamento da
Universidade do Tocantins – UNITINS, criada pelo Decreto nº 252/90, de 21 de fevereiro
de 1990 e consoante com o disposto na Lei nº 136, de 21 de Fevereiro de 1990.**

**Art 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua
publicação, revogadas as disposições em contrário.**

**Palmas, 17 de dezembro de 1990, 169º da independência,
102º da República e Ano 2º do Estado do Tocantins.**

**JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador**

Publicado no D.O.E, n 54 ANO II, de 31 de dezembro de 1990.

DECRETO Nº 2.080/91, de 14 de janeiro de 1991

Incorpora Faculdade à Fundação Universidade do Tocantins, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e consoante o disposto na Lei nº 136, de 21 de Fevereiro de 1990

DECRETA:

Art. 1º - As faculdades de Filosofia do Tocantins, sediada em Porto Nacional, e a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Araguaína, Autarquias Estaduais, integradas à Fundação Universidade do Tocantins, por força do art 5 da na Lei nº 136, de 21 de Fevereiro de 1990, constituem Unidades Educacionais de nível superior da Fundação Universidade do Tocantins, com atribuições definidas no respectivo Estatuto.

Art 2º - A Fundação Universidade do Tocantins, adotará as medidas necessárias no sentido de transformar as unidades de ensino, constante no artigo anterior, em centros de extensão da Universidade do Tocantins.

Publicado no D.O.E, n 55 ANO III, página 14, de 16 de janeiro de 1991

DECRETO Nº 5697/92, de 21 de maio de 1992

Incorpora ao Centro Universitário de Porto Nacional a Faculdade de Filosofia, e dá outras providências.

MOISÉS NOGUEIRA AVELINO, Governador do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 40, X, da constituição, tendo em vista o disposto no art. 16, IV, e § 3º da Lei nº 326, de 24 de outubro de 1991, e considerando os fundamentos e decisão da Diretoria da Universidade e da Comissão Diretora da UNITINS (PA nº /92).

DECRETA:

Art. 1º - Fica incorporada ao Centro Universitário de Porto Nacional a Faculdade de Filosofia de Porto Nacional ali existente.

Parágrafo Único: Observado o disposto na segunda parte do § 3º do art. 16 da Lei nº 326/91, a estrutura e a organização da a Faculdade de Filosofia serão as do Centro Universitário ao qual se incorpora.

Art 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - revogam-se as disposições em contrário

PALÁCIO ARAGUAIA, em Palmas-TO, em 21 dias do mês de maio de 1992, 171º da independência, 104º da República e Ano 4º do Estado do Tocantins.

MOISÉS NOGUEIRA AVELINO
Governador

Publicado no D.O.E, n. 138 ANO IV, de 22 de maio de 1992

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS

LEI Nº 872, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1996.

Determina o processo de extinção da autarquia em que se constitui a Universidade do Tocantins.

Faço saber que o Governador do Estado do Tocantins adotou a Medida Provisória 228, de 30 de outubro de 1996, a Assembléia Legislativa aprovou a mesma e eu, CACILDO VASCONCELOS, Presidente desta Casa, para os efeitos do disposto no § 4 do art. 27 da Constituição Estadual, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º A autarquia em que se constitui a Universidade do Tocantins - UNITINS - entra em processo de extinção que se consumará no prazo de noventa dias, dentro do qual serão providas as seguintes informações.

I - situação patrimonial, com o completo inventário dos bens que estejam incorporados ao seu patrimônio;

II - situação acadêmica com a identificação do estágio em que se encontram os seus cursos regulares, atividades de pós-graduação, pesquisa e extensão;

III - convênios em execução com órgãos e entidades federais, estaduais e organizações não-governamentais;

IV - situação de seu pessoal.

Art. 2º Fica, o Poder Executivo, autorizado a dispor do patrimônio da autarquia, para com ele participar, na condição de co-instituidor, de uma fundação de direito privado de que sejam instituidores segmentos organizados da sociedade e de organismos e entidades federais.

Art. 3º O pessoal estatutário da UNITINS passa a constituir Quadro Suplementar da Secretaria da Educação e Cultura, podendo ser cedido sem ônus para a instituição sucessora da UNITINS.

§ 1º Além do pessoal docente e administrativo oriundo da UNITINS, a nova instituição poderá requisitar pessoal dos quadros do Estado, sem ônus, durante os cinco primeiros anos de sua criação e implantação.

§ 2º Os cargos de provimento em comissão, dos grupos de Direção e Assessoramento Superior - DAS e Direção e Assistência Direta - DAD - são redistribuídos para a Secretaria da Educação e Cultura, devendo o Chefe do Poder Executivo considerá-los extintos, na medida em que não se fizerem necessários ao processo de transição da

UNITINS.

Art. 4º A entidade sucessora da autarquia Universidade do Tocantins - UNITINS - terá o caráter de fundação de direito privado, constituída sob a égide dos mandamentos do Código Civil Brasileiro, considerando-se não-estatal, para quaisquer efeitos.

Art. 5º Fica determinado ao Procurador-Geral do Estado, aos Secretários da Fazenda, da Administração e da Educação e Cultura, bem como ao Presidente da Comissão de Implantação da Universidade do Tocantins - UNITINS - que tomem as providências pertinentes ao seu âmbito, para a consecução dos propósitos da presente lei.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, em Palmas, aos 13 de novembro de 1996.

CACILDO VASCONCELOS
Presidente

LEI Nº 874, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1996.

Altera a Lei nº 873, de 25 de novembro de 1996.

O GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS.

Faço saber que a ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS aprova e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A Lei nº 873, de 25 de novembro de 1996, passa a vigor com a seguinte redação:

“Autoriza o Poder Executivo, na condição de co-instituidor a promover a instituição da Fundação Universidade do Tocantins.

Art. 1º O Poder Executivo fica autorizado a promover, na qualidade de co-instituidor~ a instituição de uma fundação, com vistas ao desenvolvimento e consolidação da Universidade do Tocantins - UNI TINS.

Art. 2º A participação do Estado, como instituidor, será consubstanciada:

I- pela nomeação do Reitor~ eleito pelo Conselho Curador, em lista tríplice, submetida à escolha do Chefe do Poder Executivo, na forma definida pelo Estatuto da Fundação;

II - pela doação, mediante decreto, de todo o patrimônio pertencente, utilizado ou destinado à Universidade do Tocantins -UNI TINS, inventariado para o propósito deste inciso;

III - pela garantia de repasse de subvenção social a ser consignada no seu orçamento anual;

IV - pela garantia de aporte de recursos para a manutenção dos alunos da UNITINS, matriculados antes da vigência da presente lei;

V - pelo compartilhamento, no processo de instituição, com outros instituidores da sociedade civil, da composição do Conselho Curador da Fundação, no qual terá a metade mais um dos seus membros;

VI - pela garantia do acesso, aos cursos superiores da Universidade, aos alunos comprovadamente carentes, mediante bolsa de estudos, sob a forma de crédito educativo, a ser regulada por decreto do Poder Executivo.

§ 1º recursos de que tratam os incisos III, IV e VI do caput deste artigo, serão repassados à Fundação Universidade do Tocantins, através de contrato de gestão, mediante o qual fiquem garantidos os resultados que o Estado espera alcançar das suas atividades.

§ Os bens da Fundação reverter-se-ão ao patrimônio do Estado, no caso da sua extinção.

Art. 3 “A Universidade, como entidade de ensino superior, sujeita-se às seguintes condições:

I- cumprimento das normas gerais de educação;

II- autorização e avaliação de qualidade pelo poder público;

III- obediência aos paradigmas estabelecidos, para o seu desempenho, no contrato de gestão, e demais exigências legais.

Art. 4” Os aspectos relacionados ao patrimônio e ao pessoal serão conduzidos, o primeiro, por uma comissão mista das Secretarias da Fazenda, da Administração, do Sistema Estadual de Planejamento e Meio Ambiente – SEPLAN e da Universidade do Tocantins - UNITINS e o último, por comissão cujos elementos sejam do Sistema Estadual de Planejamento e Meio Ambiente - SEPLAN, da Secretaria da Administração e da Universidade do Tocantins - UNITINS.

Parágrafo único. As Comissões Mistas, de que trata o caput deste artigo, serão indicadas pelos Secretários envolvidos, no prazo de oito dias, da publicação da presente Lei, ao Governador do Estado, que as constituirá por decreto, para que concluem as suas missões no prazo de trinta dias.

Art. 5 “Durante o processo de extinção da autarquia, a Comissão de implantação da Universidade do Tocantins - UNI TINS, dará prosseguimento às atividades da Universidade, garantindo condições, para que não haja solução de continuidade entre as atividades do ente que se extingue e daquele que venha a assumir as suas funções.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 6 dias do mês de dezembro de 1996, 175º da Independência, 108º da República e 8º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador

Lei Nº 1.042, de 28 de JANEIRO DE 1999.

Dispõe sobre os processos de transformação da autarquia Universidade do Tocantins, e de instituição e consolidação da Fundação Universidade do Tocantins.

Faço saber que o Governador do Estado do Tocantins adotou a Medida Provisória n' 330, de 4 de janeiro de 1999, a Assembléia Legislativa aprovou a mesma e eu, RAIMUNDO MOREIRA, Presidente desta Casa, para os efeitos do disposto no § 4º do art 27 da Constituição Estadual, promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º. A autarquia em que se constitui a Universidade do Tocantins — UNITINS, deverá prover os meios para o regular funcionamento da Fundação Universidade do Tocantins.

Parágrafo único. Os meios a que se refere o caput envolve, dentre outras, o fornecimento das seguintes informações:

- a) situação patrimonial, com o completa inventário das bens que estejam incorporados ao seu patrimônio;
- b) situação acadêmica com a identifica o do estágio em que se encontram os seus cursos regulares, atividades de pós-graduação. pesquisa e extensão;
- c) convênios em execução com órgãos e entidades federais, estaduais e organizações não governamentais;
- d) situação do seu pessoal.

Art. 2º. Fica fixado o prazo de oito anos para a implantação da Fundação Universidade do Tocantins - UNITINS.

Parágrafo único. A critério do Chefe do Poder Executivo e ouvido o Conselho Curador da Fundação Universidade do Tocantins - UNITINS, o prazo referido no caput poderá ser alterado, ria medida em que se estabeleçam as condições para sua completa autonomia.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a dispor do patrimônio da Universidade do Tocantins — UNITINS, para com ele participar, na condição co.instituidor. do uma fundação de direito privado que sejam instituidores segmentos organizados da sociedade e organismos e entidades federais.

Art. 4º. Enquanto perdurar o prazo referido no art 2º o Conselho Curador da Universidade do Tocantins terá a seguinte-composição:

- I - seis membros representando o Governo do Estado;
- II - dois membros indicadas pelos empresários;
- III - dois membros indicadas por dirigentes de entidades sociais;
- IV - um membro representando o Ministério da Educação e Cultura.

V - quatro membros substitutos indicados pelo Chefe do Poder Executivo.

§1º. As empresas e as entidades sociais deverão estar estabelecidas no Estado do Tocantins.

§2º. Os membros do Conselho Curador serão designados por ato do Chefe do Poder Executivo e por ele livremente destituídos.

Art. 5º. O Reitor da Fundação Universidade do Tocantins — UNITINS, indicado em lista tríplice pelo Conselho Curador, serão nomeado por ato do Chefe do Poder Executivo e por ele livremente exonerado.

Art. 6º. Ficam redistribuídos para a estrutura da autarquia Universidade do Tocantins - UNITINS os cargos de provimento em comissão dos Grupos de Direção e Assessoramento Superior — DAS e de Direção e Assistência Direta — DAD, integrantes da estrutura da Secretaria da Educação e Cultura, atualmente exercendo atividades na Fundação Universidade do Tocantins - UNITINS.

Art. 7º. O pessoal estatutário da autarquia Universidade do Tocantins - UNITINS passa a constituir Quadro Suplementar da Secretaria da Educação e Cultura, podendo ser cedido sem ônus para a Fundação Universidade do Tocantins - UNITINS.

Parágrafo único. Além do pessoal docente e administrativo, oriundo da autarquia Universidade do Tocantins - UNITINS, a nova Instituição poderá requisitar sem ônus para si, pessoal dos quadros do Estado durante os cinco primeiros anos de sua criação e implantação.

Art. 8º. A entidade sucessora da autarquia Universidade do Tocantins — UNITINS, terá o caráter de fundação do direito privado, constituída sob a égide dos mandamentos do Código Civil Brasileiro, considerando-se não-estatal para quaisquer efeitos.

Art. 9º. Ao Procurador-Geral do Estado da Fazenda, da Administração e da Educação e Cultura e ao presidente da Comissão de Implantação da Universidade do Tocantins — UNITINS, caberão as providências pertinentes, para a consecução dos propósitos desta Lei.

Art. 10º. Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Palácio Deputado João D'Abreu, em Palmas, aos 26 dias do mês de janeiro de 1999, 178º da Independência, 111º da República e 11º do Estado.

Deputado RAIMUNDO MOREIRA
Presidente

D.O. DO ESTADO Nº 766, Pág. N.º 14492, Data 26/01/1999

**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
PALÁCIO ARAGUAIA**

DECRETO Nº 791, de 18 de junho de 1999.

Dispõe sobre o afastamento de servidores do Poder Executivo para participação em cursos, conferências, seminários, encontros, congressos e assemelhados.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art 40,II, da Constituição do Estado, e

CONSIDERANDO as dificuldades financeiras enfrentadas pelo Estado, em função da crescente redução da receita, decorrente do fraco desempenho da economia brasileira de repasses constitucionais pela União;

CONSIDERANDO ainda que, por motivo dessas dificuldades, o Governo vem exercendo uma política de contenção geral de gastos na Administração Pública;

CONSIDERANDO, finalmente, que o orçamento estadual não pode ser executado sem prévia anuência do Governador do Estado,

DECRETA:

Art 1º. Fica vedado o afastamento de qualquer servidor público estadual do Poder Executivo para participação em cursos, conferências, seminários, encontros, congressos e assemelhados, sem a prévia autorização do Governador do Estado.

§ 1º. O Gestor da unidade a que pertence o servidor será responsabilizado pelo descumprimento do disposto no *caput*, respondendo pecuniariamente pelo ressarcimento de todas as despesas incorridas ou que venha a ocorrer.

§ 2º. O servidor que se ausentar para participar dos eventos relacionados no *caput*, sem a regular autorização, incorrerá além do desconto na folha de pagamento relativo ao período de afastamento de seu local de trabalho, em anotação da ocorrência no seu assentamento individual e estará sujeito às penas administrativas previstas em lei.

§ 3º. Para os fins do disposto neste artigo o Governo reconhecerá e defenderá os direitos constitucionais de todos, principalmente de seus servidores, mas estes somente poderão participar de cursos, treinamentos, congressos, seminários e outros eventos afins nas seguintes condições:

a) na forma do disposto no parágrafo anterior e observada a programação

financeira e orçamentária;

- b) às suas despesas, desde que sem prejuízo total ou parcial do seu horário de trabalho o sem ônus de qualquer natureza para o erário público.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 18 dias do mês de junho de 1999; 178º da Independência, 111º da República e 11º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador

Lei Nº 1.126 de 1º de fevereiro de 2000

Reestrutura a Fundação Universidade do Tocantins e adota outra. providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS,

Faço saber que a **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS** aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Fundação Universidade do Tocantins - UNITINS, pessoa jurídica de direito privado, mantida por entidades públicas e particulares, com apoio do Governo do Estado, tem sede e foro na Cidade de Palmas, Capital do Estado do Tocantins, e atuação em todo o território nacional.

Parágrafo único. A UNITINS, entidade dotada de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão patrimonial e financeira, rege-se pela legislação federal e estadual disciplinadora do ensino superior e das fundações, atentas as disposições desta Lei.

Art. 2º A UNITINS tem como principal objetivo o ensino, a pesquisa e a extensão universitária, integrados na formação técnico-profissional, difusão da cultura e criação filosófica, científica, artística e tecnológica, e ainda:

I - o ensino, a pesquisa e a extensão universitária;

II - a promoção do desenvolvimento harmônico e integrado da comunidade do Estado do Tocantins;

III - a geração, promoção, preservação e difusão da cultura, estimulando o acesso do povo aos bens e valores culturais;

IV - o avanço da tecnologia para o desenvolvimento das potencialidades do Estado e de seu povo;

V - o apoio técnico à implantação de empreendimentos lastreados no aproveitamento de recursos naturais;

VI - a formulação e execução de programas de desenvolvimento especial do ensino nos seus diversos níveis, abrangendo cursos regulares, supletivos e informais de sua programação específica ou decorrentes de exigências do planejamento estadual ou regional;

VII - a capacitação e o aperfeiçoamento de professores e pesquisadores universitários.

Art. 3º No desempenho de suas atividades a UNITINS orientar-se-á pelos seguintes princípios:

I - unicidade da administração geral;

II - estruturação orgânica com base em cursos e projetos agrupados ou isolados, integrando funções de ensino, pesquisa e extensão;

III - racionalidade de organização para valorização dos recursos humanos e materiais;

IV - flexibilidade de organização, métodos, critérios e rotinas.

Art. 4º A UNITINS tem a seguinte organização:

- I - Conselho Curador, órgão colegiado de administração superior;
- II - Reitoria, o mais elevado órgão executivo;
- III - Unidades Universitárias Integradas;
- IV - Escolas Isoladas.

Parágrafo único. A administração da UNITINS é exercida pelo Conselho Curador e Reitoria.

Art. 5º O Conselho Curador da UNITINS, vencido o mandato atual, será composto de 5 (cinco) Conselheiros e 2 (dois) Suplentes, sem mandato, todos escolhidos entre pessoas de ilibada reputação, notório conhecimento e saber nas áreas educacional, jurídica, administrativa e reconhecido espírito público.

§ 1º A escolha dos Conselheiros e Suplentes será regulada pelo Estatuto.

§ 2º O Chefe do Poder Executivo nomeará o primeiro Conselho Curador, designando-lhe o presidente.

§ 3º Compete ao Conselho Curador:

- a) fixar a política geral da instituição;
- b) aprovar:
 - 1. o Estatuto segundo proposta da Reitoria;
 - 2. o programa anual de trabalho e a correspondente proposta orçamentária;
 - 3. a abertura, alteração ou extinção de Unidade Universitária Integrada, Escola Isolada ou Curso Regular ou de pós-graduação;
 - 4. convênios e contratos de parceria, associação e cooperação para a manutenção de Unidades Universitárias Integradas, Escolas Isoladas e Cursos regulares e de pós-graduação, inclusive contrato de gestão;
- c) deliberar sobre o recebimento de doações ou subvenções;
- d) praticar outros atos compatíveis com o seu nível hierárquico e natureza.

Art. 6º A Reitoria compete:

I - a administração geral e a otimização do uso de seus recursos humanos, materiais e financeiros;

II - a formulação dos programas anuais e extraordinários e das respectivas propostas orçamentárias;

III - a coordenação e supervisão das atividades universitárias;

IV - o permanente relacionamento comunitário e institucional.

§ 1º O Reitor é auxiliado pelo Pró-Reitor Acadêmico, Pró-Reitor de Pesquisa e Extensão Universitária e Pró-Reitor de Administração e Finanças.

§ 2º A divisão dos encargos entre os Pró-Reitorias e as atribuições de cada um serão definidas no Estatuto.

§ 3º O Reitor e os Pró-Reitores serão nomeados pelo Conselho Curador, na forma do Estatuto.

§ 4º O primeiro Reitor e primeiros Pró-Reitores serão escolhidas pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 7º A Unidade Universitária Integrada constitui a base de desenvolvimento das atividades permanentes de ensino, pesquisa e extensão, relacionadas à vocação e potencialidades de suas respectivas regiões.

Parágrafo único. A administração das Unidades Universitárias Integradas é regulada no Estatuto.

Art. 8º A Escola Isolada, vinculada a Unidade Universitária Integrada, desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão em localidades menores.

Art. 9º A UNITINS, no desempenho de suas atividades, poderá recrutar e capacitar professores e pesquisadores especializados, podendo cedê-los a outras organizações universitárias.

Art 10º. A UNITINS aplicará seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades universitárias e no apoio às comunidades carentes.

Art 11º. A UNITINS conta com as seguintes fontes de recursos:

- I - dotações consignadas no orçamento do Estado;
- II - contribuições, doações, subvenções e legados;
- III - receitas originárias da prestação de serviços e da cessão de professores a terceiros;
- IV - rendimentos do emprego de seus bens patrimoniais físicos e ativos financeiros;
- V - outras rendas de qualquer natureza e origem.

Art. 12º. Constituem o patrimônio da UNITINS:

- I - bens imóveis e respectivas instalações incorporados por determinação de lei ou adquiridos de terceiros por doação ou compra;
- II - ativos e direitos financeiros;
- III - outros bens e direitos de qualquer natureza.

§ 1º O patrimônio de UNITINS somente poderá ser utilizado na realização e interesse de suas finalidades.

§ 2º A alienação, cessão, de bens imóveis e a constituição de ônus sobre eles, assim como o recebimento de bens e direitos por doação com encargos são autorizados por decisão unânime do Conselho Curador, em reunião especialmente convocada.

§ 3º No caso de extinção, os bens e direitos patrimoniais da UNITINS serão incorporadas ao Estado.

Art. 13º A fiscalização financeira e patrimonial da UNITINS é exercida pelo Conselho Curador e pelo Ministério Público, na forma da legislação.

Art. 14º. O pessoal da UNITINS é regido pela legislação trabalhista.

Art. 15º. O magistério da UNITINS é mantido sob contratos de prestação de serviços por tempo determinado.

Art. 16º. Os integrantes da Reitoria percebem honorários profissionais fixados pelo Conselho Curador.

Art. 17º. É extinta a obrigação do Estado de co-manter a UNITINS, podendo, entretanto, apoiá-la financeiramente.

§ 1º Na vigência do apoio financeiro de que trata este artigo, o Estado procederá a avaliações periódicas da qualidade do ensino, pesquisa e extensão.

§ 2º Suspenso ou não o apoio financeiro, o Estado poderá ausentar-se total ou parcialmente dos órgãos de deliberação e gestão da UNITINS.

Art. 18º. O Poder Executivo poderá proceder à transferência recíproca de bens entre os patrimônios da UNITINS e da Universidade Estadual de Palmas UNIPALMAS ou diretamente para o Estado.

Art. 19º. Para a execução desta Lei, o Chefe do Poder Executivo fica autorizado a abrir créditos especiais, até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Art. 20º. No prazo de 90 (noventa) dias o Reitor apresentará ao Conselho Curador proposta de revisão do Estatuto, adequando-o às normas desta Lei

Art. 21º. A gratuidade do ensino concedida anteriormente fica assegurada ao estudante beneficiado.

Art. 22º. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei em 60 (sessenta) dias.

Art. 23º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Araguaia, em Palmas, ao 1º dia do mês de fevereiro de 2000, 179º da Independência, 112º da República e 12º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPÓS
Governador do Estado

Lei Nº 1.127 de 1º de fevereiro de 2000.

Dá nova denominação à Universidade do Tocantins – UNITINS, autarquia estadual, e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS,

Faço saber que a **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS** aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Universidade do Tocantins - UNITINS, autarquia estadual reestruturada pela Lei 326, de 24 de outubro de 1991, passa a denominar-se Universidade Estadual de Palmas - UNIPALMAS.

§ 1º A autarquia de que trata este artigo, pessoa jurídica de direito público integrante do Sistema Estadual de Educação, tem sede e foro na cidade de Palmas, Capital do Estado do Tocantins.

§ 2º A UNIPALMAS, entidade dotada de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão patrimonial e financeira, rege-se pela legislação federal e estadual disciplinadora do ensino superior, observadas as disposições desta Lei.

Art. 2º À UNIPALMAS cumpre desenvolver estudos da realidade do Estado, propondo soluções para os problemas identificados, capacitando e aperfeiçoando seus quadros técnico e científico, de modo a satisfazer os anseios da população, especialmente quanto à edificação de uma sociedade moderna, próspera, justa e influente.

Art. 3º A UNIPALMAS é instituída e mantida pelo povo tocaninense como vigoroso instrumento de mudança e transformação para a edificação de uma nova sociedade, mais livre, justa e progressista, fundada no solidarismo de mútua cooperação, tendo em conta que:

I - os seus alunos constituem significativa parcela das forças sociais de vanguarda para libertação das massas;

II - os seus professores, com o apoio dos servidores, são os artífices dessa mudança transformadora para a prevalência dos princípios e valores éticos, morais, espirituais e cristãos do cooperativismo e de uma nova mentalidade, que conduza as massas à libertação da dependência e de todas as formas de injustiça e seus efeitos cruéis, em especial a ignorância, a pobreza e a exclusão social;

III - o cooperativismo é sistema mais apropriado para desenvolver o potencial do indivíduo, habilitando-o a criar, produzir e relacionar-se;

IV - preparado sob o cooperativismo, o indivíduo estará apto a enfrentar um mundo em processo de veloz globalização, cada vez mais competitivo, em que o ganho por conquista, e não as dádivas, seja o meio para a consecução dos seus objetivos de ascensão social, política e econômica;

V - o fortalecimento dos sentimentos de fraterna convivência e saudável

competição. lastreados na inquebrantável vontade libertária das forças sociais, farão o mercado, se bem utilizados suas próprias regras e comportamento, conduzir a humanidade à democracia econômica, social e política, independentemente da vontade, manipulação e monopolização das forças conservadoras.

Parágrafo único. Ao pleitear ingresso na UNIPALMAS, tendo em vista os termos deste artigo, o professor, o aluno e o servidor declaram-se decididos a cumprir as exigências e normas gerais desta Lei ou delas resultantes, observando, em especial, os seguintes preceitos:

a) postura solidária, responsabilidade social e respeito aos direitos do cidadão constituem obrigação de consciência e dever cívica de cada um;

b) zelo pelo patrimônio público, em geral, e da UNIPALMAS, em particular, é dever de todos quantos dela se utilizam;

c) disciplina, hierarquia e respeito mútuo constituem fatores básicos para a convivência pacífica das pessoas;

d) participação se impõe:

1. nas ações comunitárias que objetivem à assistência, o apoio e a promoção social às pessoas carentes, doentes e deficientes, nos diversos Municípios do Estado e, em caráter de emergência, no seio das comunidades do País;

2. nas ações e programas sociais dos Governos do Estado e dos Municípios, a título de contribuição pessoal, segundo as possibilidades de cada um, para melhoria das condições e qualidade de vida do povo, especialmente quanto às crianças, adolescentes e idosos;

e) permanência, na UNIPALMAS, do universitário, do professor, dos profissionais administrativos e de apoio depende do desempenho de cada um da boa convivência e do respeito às normas de conduta.

Art. 4º A UNIPALMAS instituirá prêmios pelo bom desempenho, disciplina e reconhecimento do mérito do professor, aluno e servidor.

Art. 5º A UNIPALMAS tem como principal objetivo o ensino, a pesquisa e a extensão universitária, integrados na formação técnico-profissional, difusão da cultura e criação filosófica, científica, artística e tecnológica, e ainda:

I - a promoção do desenvolvimento harmônico e integrado da comunidade;

II - a geração, promoção, preservação e difusão da cultura, estimulando o acesso do povo aos bens e valores culturais;

III - o avanço da tecnologia para o desenvolvimento das potencialidades do Estado e de seu povo;

IV - o apoio técnico à implantação de empreendimentos que utilizem recursos naturais,

V- a formulação e execução de programas de desenvolvimento sustentado do ensino nos seus diversos níveis, abrangendo cursos regulares e informais de sua programação específica ou decorrentes de exigências do planejamento estadual ou regional.

Art. 6º No desempenho de suas atividades a UNIPALMAS orientar-se-á pelos seguintes princípios:

I - unicidade da administração geral;

II - estruturação orgânica com base em cursos e projetos agrupados, integrando funções de ensino, pesquisa e extensão;

III racionalidade de organização para valorização dos recursos humanos e materiais;

IV - flexibilidade de organização, métodos, critérios e rotinas.

Art. 7º A UNIPALMAS tem a seguinte organização:

I - Conselho Universitário, órgão superior de deliberação colegiada;

II - Reitoria, o mais elevado órgão executivo;

III - Unidades Gestoras de Cursos e Projetos.

Art. 8º Compete ao Conselho Universitário:

I - fixar a política geral da Instituição;

II - aprovar o Estatuto da UNIPALMAS;

III — aprovar o programa anual de trabalho e a correspondente proposta orçamentária;

IV - criar, transformar e extinguir Unidades Gestoras de Cursos e Projetos;

VI - autorizar a celebração, com outras organizações universitárias, de convênios e contratos de parceria, associação e cooperação para a manutenção de escolas superiores, cursos regulares e de pós-graduação;

VI - deliberar sobre o recebimento de doações ou subvenções sem encargos.

Parágrafo único. O Conselho Universitário, dotado de funções normativas, consultivas e decisórias, compõe-se do Reitor, Pró-Reitores e representantes das Unidades Gestoras de Cursos e Projetos, dos corpos docente, discente e técnico-administrativo, designados e investidos na forma estabelecida pelo Estatuto da UNIPALMAS.

Art. 9º A Reitoria compete:

I - a administração geral e a otimização do uso de seus recursos humanos, materiais e financeiros;

II - a formulação dos programas e das respectivas propostas orçamentárias;

III - a coordenação e supervisão das atividades universitárias;

IV - o permanente relacionamento comunitário e institucional.

§ 1º O Reitor é auxiliado pelo Pró-Reitor Acadêmico, Pró-Reitor de Pesquisa e Extensão Universitária e Pró-Reitor de Administração e Finanças.

§ 2º O Reitor é nomeado pelo Chefe do Poder Executivo dentre os indicados em lista triplíce elaborada pelo Conselho Universitário, atentas as normas do Estatuto da UNIPALMAS.

§ 3º Os Pró-Reitores serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo mediante indicação do Reitor,

Art. 10º. A UNIPALMAS contará com as seguintes fontes de recursos:

I - dotações consignadas no orçamento do Estado;

II - contribuições, financiamentos, doações, subvenções e legados;

III - receitas originárias da prestação de serviços a terceiros;

IV - rendimentos do emprego de seus bens patrimoniais físicos e ativos financeiros;

V - outras rendas de qualquer natureza e origem.

Art. 11º. Constituem o patrimônio da UNIPALMAS:

I - bens imóveis e respectivas instalações, incorporados por determinação de lei ou adquiridos de terceiros por doação ou compra;

II - ativos e direitos financeiros;

III - outros bens e direitos de qualquer natureza.

§ 1º O patrimônio da UNIPALMAS será utilizado exclusivamente na realização e interesse de suas finalidades.

§ 2º A alienação de bens imóveis e a constituição de ônus reais sobre eles dependem de autorização legislativa.

§ 3º A aceitação de bens ou direitos por doação com encargo é autorizada por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 4º No caso de extinção, os bens e direitos patrimoniais da UNIPALMAS serão incorporados ao Estado do Tocantins.

Art. 12º. A UNIPALMAS poderá, mediante autorização do Chefe do Poder Executivo, ceder, dar em locação ou alienar bens imóveis de uso não prioritário a outras instituições de fins não lucrativos, preferentemente universitárias.

Art. 13º. A fiscalização financeira e patrimonial da UNIPALMAS é exercida pelo Tribunal de Contas do Estado, na forma da legislação.

Art. 14º. O magistério da UNIPALMAS rege-se pelo Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis e pelo Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Servidores integrantes do Magistério Público do Estado Tocantins, organizando-se em carreira unificada, mantidas integradas as atividades de ensino, pesquisa, extensão universitária e administração acadêmica.

Parágrafo único. Os professores submetem-se a regime de quantificação das horas semanais de trabalho ou de dedicação exclusiva, segundo o interesse e conveniência da UNIPALMAS.

Art. 15º. As necessidades especiais do ensino e da pesquisa poderão ser satisfeitas, na forma da lei, pela contratação temporária de professores, sem preenchimento de vaga da carreira.

Art. 16º. O Chefe do Poder Executivo poderá colocar à disposição de entidades de ensino dos níveis médio e superior ocupantes da carreira do magistério.

Art. 17º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no Orçamento do Estado e, se insuficientes, de créditos suplementares.

Art. 18º. Atado Chefe do Poder Executivo:

I - regulamentará esta Lei em 45 (quarenta e cinco) dias;

II - aprovará novo Estatuto da UNIPALMAS em 90 (noventa) dias.

Art 19º . Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20º Revogam-se o parágrafo único do art. 1º, os arts. 2º ao 7º, 9º ao 16º, 20 e 22 e Anexos da Lei 326/91 e a Lei 872, de 13 de novembro de 1996.

Palácio Araguaia, em Palmas, ao 1º dia do mês de fevereiro de 2000, 179º da Independência, 112º da República e 12º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPÓS
Governador do Estado

Lei n. 10.032, de 23 de outubro de 2000.

Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Fundação Universidade Federal do Tocantins, vinculada ao Ministério da Educação, com sede na cidade de Palmas, Estado do Tocantins.

Art. 2º A Fundação Universidade Federal do Tocantins adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição do seu ato constitutivo no registro civil das pessoas jurídicas, do qual será parte integrante seu estatuto aprovado pela autoridade competente.

Art. 3º O patrimônio da Fundação será constituído pelos bens e direitos que essa entidade venha a adquirir, incluindo os bens que lhe venham a ser doados pela União, pelo Estado, pelos Municípios e por outras entidades públicas e particulares.

Parágrafo único. A Fundação Universidade Federal do Tocantins só receberá em doação bens livres e desembaraçados de quaisquer ônus, inclusive dos decorrentes de demandas judiciais.

Art. 4º Os recursos financeiros da Fundação serão provenientes de:

- I – dotação consignada anualmente no orçamento da União;
- II – auxílios e subvenções que lhe venham a ser concedidos por quaisquer entidades públicas ou particulares;
- III – remuneração por serviços prestados a entidades públicas ou particulares;
- IV – operações de crédito e juros bancários;
- V – receitas eventuais.

Parágrafo único. A implantação da Fundação Universidade Federal do Tocantins fica sujeita à existência de dotação específica no orçamento da União e ao disposto na Lei no 9.962, de 22 de fevereiro de 2000.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de outubro de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Renato Souza Martus Tavares

Publicado no D.O.U. de 24.10.2000

Decreto n. 4.279, de 21 de junho de 2002.

Dispõe sobre a organização administrativa da Fundação Universidade Federal do Tocantins, e determina outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 56 da Lei no 9.649, de 27 de maio de 1998, e na Lei no 10.032, de 23 de outubro de 2000,

DECRETA:

Art. 1º A Fundação Universidade Federal do Tocantins, instituída pela Lei no 10.032, de 23 de outubro de 2000, com sede na cidade de Palmas, Estado do Tocantins terá sua organização administrativa disciplinada nos termos deste Decreto.

§ 1º A Fundação Universidade Federal do Tocantins terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver a pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária.

§ 2º Além de sua sede referida no caput, a Fundação Universidade Federal do Tocantins poderá criar, bem como absorver os cursos já existentes nos Municípios de Gurupi, Porto Nacional, Araguaína, Tocantinópolis, Miracema do Tocantins, Paraíso do Tocantins e Arraias, todos no Estado do Tocantins.

Art. 2º O patrimônio da Fundação será constituído pelos bens e direitos que essa entidade venha a adquirir, incluindo os bens que lhe venham a ser doados pela União, pelo Estado do Tocantins, pelos Ministérios e por outras entidades públicas e particulares.

Parágrafo único. A Fundação Universidade Federal do Tocantins só receberá em doação bens livres e desembaraçados de quaisquer ônus, inclusive dos decorrentes de demandas judiciais.

Art. 3º Os recursos financeiros da Fundação Universidade Federal do Tocantins serão provenientes de:

- I - dotação consignada anualmente no orçamento da União;
- II - auxílios e subvenções que lhe venham a ser concedidos por quaisquer entidades públicas ou particulares;
- III - remuneração por serviços prestados a entidades públicas ou particulares;
- IV - operação de crédito e juros bancários;

V - receitas eventuais.

Art. 4º O quadro de pessoal da Fundação Universidade Federal do Tocantins será composto, inicialmente, pelo provimento dos seguintes cargos efetivos:

I - quatrocentos cargos de Professor de 3º Grau;

II - duzentos e quarenta e cinco cargos de técnico administrativo, sendo oitenta e nove de nível superior e cento e cinquenta e seis de nível intermediário;

§ 1º Os servidores da Fundação Universidade Federal do Tocantins estarão sob a égide do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, instituído pela Lei no 7.596, de 10 de abril de 1987, além do regime jurídico pertinente.

§ 2º Os cargos referidos no caput serão redistribuídos do quadro de lotação do Ministério da Educação para a Fundação Universidade Federal do Tocantins, observado o disposto no art. 37º da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 3º Poderão ser redistribuídos outros cargos porventura necessários à complementação do quadro de pessoal da Fundação Universidade Federal do Tocantins.

Art. 5º A Fundação Universidade Federal do Tocantins será dirigida por um Reitor e pelo Conselho Universitário, cuja composição e competências serão fixadas no estatuto a ser aprovado na forma do § 2º do art. 9º da Lei no 4.024, de 1961, com a redação da Medida Provisória no 2.216-37, de 31 de agosto de 2001.

Art. 6º A estrutura regimental da Fundação Universidade Federal do Tocantins será organizada na forma preconizada em seu estatuto, a ser aprovado nos termos do art. 9º da Lei no 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação da Medida Provisória no 2.216-37, de 2001, e contará com os seguintes Cargos de Direção - CD e Funções Gratificadas - FG: 1 CD-1, 1 CD-2, 10 CD-3, 14 CD-4, 33 FG-1, 17 FG-2, 10 FG-3, 14 FG-4 e 21 FG-5.

§ 1º O Reitor e o Vice-Reitor da Fundação Universidade Federal do Tocantins serão nomeados na forma da Lei no 9.192, de 21 de dezembro de 1995, ou em caráter pro tempore, e ocuparão, respectivamente, os cargos de CD-1 e CD-2 referidos no caput.

§ 2º Os cargos de Direção e Funções Gratificadas referidos no caput serão remanejados do Ministério da Educação para a Fundação Universidade Federal do Tocantins, na forma do disposto no parágrafo único do art. 26 da Medida Provisória no 2.216-37, de 2001.

Art. 7º A representação judicial da União, quanto aos assuntos confiados à Fundação Universidade Federal do Tocantins, será feita diretamente pelos órgãos próprios da Advocacia-Geral da União, cabendo ao órgão jurídico da Fundação a responsabilidade pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos.

Art. 8º Fica atribuída à Fundação Universidade de Brasília a responsabilidade pela execução das atividades de administração de pessoal, material, patrimônio, serviços gerais, orçamento e finanças e controle interno da Fundação Universidade Federal do Tocantins, no limite da dotação orçamentária destinada à sua implantação e demais recursos obtidos na forma do art. 3º.

§ 1º As atividades atribuídas à Fundação Universidade de Brasília serão encerradas até o dia 31 de julho de 2003, podendo ser antecipada na hipótese da designação do Reitor e Vice Reitor pro tempore.

§ 2º No exercício das responsabilidades atribuídas nos termos do caput, compete à Fundação Universidade de Brasília:

I - providenciar, junto aos órgãos competentes, a inscrição da Fundação Universidade Federal do Tocantins no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, no Sistema Integrado de Administração de Pessoal - SIAPE, no Sistema Integrado de Dados Orçamentários - SIDOR, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, e nos demais sistemas de utilização obrigatória pela Administração Federal;

II - ativar e gerir a Unidade Gestora da Fundação Universidade Federal do Tocantins;

III - praticar os atos atinentes à execução orçamentária e financeira da Fundação Universidade Federal do Tocantins, no limite da dotação orçamentária destinada à sua implantação e demais recursos obtidos na forma do art. 3º;

IV - criar grupo de trabalho, cujos componentes serão nomeados nos Cargos de Direção e Funções Gratificadas remanejados para a Fundação Universidade Federal do Tocantins, o qual deverá indicar as necessidades materiais para o funcionamento inicial da Instituição;

V - providenciar e realizar, com os recursos destinados à Fundação Universidade Federal do Tocantins, os concursos públicos que venham a ser autorizados para o provimento dos cargos previstos no art. 4º, e praticar os atos necessários à investidura dos candidatos aprovados;

VI - promover licitação, dispensa ou inexigibilidade;

VII - celebrar e gerir os contratos e convênios necessários ao cumprimento do disposto neste artigo; e

VIII - apresentar proposta de estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins e submetê-lo à aprovação do Ministério da Educação, na forma da lei.

§ 3º O estatuto referido no inciso VIII do § 2º vigorará até a sua revisão, nos termos da lei, por iniciativa do Conselho Universitário da Fundação Universidade Federal do Tocantins, regularmente instalado.

§ 4º O Presidente da Fundação Universidade de Brasília poderá delegar ao grupo de trabalho, mencionado no inciso IV do § 2º, competência para praticar os atos atinentes à aquisição de bens e serviços indicados como necessários ao funcionamento inicial da Fundação Universidade Federal do Tocantins.

§ 5º O órgão jurídico da Fundação Universidade de Brasília prestará consultoria e assessoramento jurídicos à Fundação Universidade Federal do Tocantins pelo período previsto no § 1º deste artigo.

Art. 9º No exercício de 2002, para a execução das atividades previstas no art. 8º, serão utilizados os recursos consignados à Fundação Universidade Federal do Tocantins na Lei no 10.407, de 10 de janeiro de 2002.

Parágrafo único. Os atos referidos no § 2º do art. 4º e no § 2º do art. 6º serão praticados imediatamente após a conclusão das providências relacionadas no inciso I do § 2º do art. 8º.

Art. 10º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de junho de 2002; 181º da Independência e 114º da República

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Maria Helena Guimarães de Castro

Guilherme Gomes Dias

Publicado no D.O.U. de 24.6.2002